

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ADALENY DAYANNE SOUZA DE PAIVA

**“ELAS NÃO QUEREM SER VISTAS COMO MUSAS,  
MAS SIM COMO CRAQUES”:  
CONQUISTAS E DESAFIOS DO FUTEBOL FEMININO EM GOIÁS**

GOIÂNIA  
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

ADALENY DAYANNE SOUZA DE PAIVA

#### 3. Título do trabalho

"ELAS NÃO QUEREM SER VISTAS COMO MUSAS, MAS SIM COMO CRAQUES": CONQUISTAS E DESAFIOS DO FUTEBOL FEMININO EM GOIÁS

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Albuquerque De Braz, Professor do Magistério Superior**, em 30/07/2024, às 20:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adaleny Dayanne Souza De Paiva, Discente**, em 14/08/2024, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4698035** e o código CRC **CA7191AB**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**“ELAS NÃO QUEREM SER VISTAS COMO MUSAS,  
MAS SIM COMO CRAQUES”:  
CONQUISTAS E DESAFIOS DO FUTEBOL FEMININO EM GOIÁS**

Adaleny Dayanne Souza de Paiva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura

Linha de pesquisa: Desigualdades, Diferenças e Violências

Orientador: Prof. Dr. CAMILO ALBUQUERQUE DE BRAZ

GOIÂNIA  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Paiva, Adaleny Dayanne Souza de  
"ELAS NÃO QUEREM SER VISTAS COMO MUSAS, MAS SIM  
COMO CRAQUES": CONQUISTAS E DESAFIOS DO FUTEBOL  
FEMININO EM GOIÁS [manuscrito] / Adaleny Dayanne Souza de  
Paiva. - 2024.  
CXCVII, 197 f.

Orientador: Prof. Camilo Albuquerque de Braz.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, ,  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2024.  
Bibliografia. Apêndice.  
Inclui lista de figuras, lista de tabelas.

1. Futebol Feminino. 2. Equidade de Gênero. 3. Aliança/Goiás. 4.  
Obrigatoriedade. I. Braz, Camilo Albuquerque de, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 02 da sessão de Defesa de Dissertação de ADALENY DAYANNE SOUZA DE PAIVA, que confere o título de Mestra em Sociologia, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos sete dias de junho de dois mil e vinte e quatro, a partir das nove horas, via webconferência (<https://meet.google.com/pwr-hmik-rnx>) pela Faculdade de Ciências Sociais, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "ELAS NÃO QUEREM SER VISTAS COMO MUSAS, MAS SIM COMO CRAQUES": CONQUISTAS E DESAFIOS DO FUTEBOL FEMININO EM GOIÁS. Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor Camilo Albuquerque de Braz (PPGS/UFG) e dos demais convidados da Banca Examinadora: Profa. Dra. Mariane da Silva Pisani (UFPI), convidada titular externa e Professora Doutora Marcela Corrêa Martins Amaral (PPGS/UFG), convidada titular interna. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Camilo Albuquerque de Braz, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Munhoz Sofiati, Coordenador de Pós-Graduação**, em 26/07/2024, às 23:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Correa Martins Amaral, Professor do Magistério Superior**, em 27/07/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Albuquerque De Braz, Professor do Magistério Superior**, em 30/07/2024, às 20:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4698028** e o código CRC **5DDFC4F8**.

ADALENY DAYANNE SOUZA DE PAIVA

“ELAS NÃO QUEREM SER VISTAS COMO MUSAS, MAS SIM COMO CRAQUES”:  
CONQUISTAS E DESAFIOS DO FUTEBOL FEMININO EM GOIÁS

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, no programa de Pós- Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Camilo Albuquerque de Braz  
Universidade Federal de Goiás – PPGS/UFG  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mariane da Silva Pisani  
Universidade Federal do Piauí – UFPI  
(Examinadora)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marcela Amaral  
Universidade Federal de Goiás – PPGS/UFG  
(Examinadora)

---

Prof. Dr. Luiz Mello  
Universidade Federal de Goiás – PPGS/UFG  
(Suplente)

Goiânia, 07 de junho de 2024

Para todas as mulheres que me ajudaram a construir este  
trabalho!

## AGRADECIMENTOS

Apesar da solidão que pode existir no processo de escrita, sempre pude contar com o apoio e conforto de pessoas queridas nessa jornada. Com isso, fico feliz em registrar a elas os meus mais sinceros sentimentos de gratidão.

Aos meus pais, Maria e Oldair, por todo amor incondicional e incentivo depositado em mim durante todo o meu percurso. Muitas pessoas não podem contar com esse apoio e me sinto privilegiada por isso. Ao meu irmão, Alan, por ser meu parceiro de alma, ter me ajudado ativamente e me dado forças e alegria em todos os momentos juntos. Ao meu irmão, Nilsinho, por toda sua breve existência, por todo amor que me foi dado enquanto esteve aqui e pela luz que ainda emana em mim.

Ao meu orientador, Camilo Braz, por sempre acreditar que eu seria capaz, ter abraçado as minhas ideias desde a graduação e por ser esse ser humano incrível. Sempre com muita empatia e carinho em suas falas e inteligência ímpar. Agradeço também à professora Marcela Amaral e a Mariane Pisani por aceitarem compor a minha banca de defesa. Em especial a professora Marcela Amaral, por ter me acompanhado durante todo esse caminho. Sempre me enchendo de afeto e de sugestões mais que significativas para aprimorar este estudo. Ao professor Luiz Mello pela sua alma generosa, fala amiga e por todas as contribuições também a este trabalho. A todas as pessoas que fazem parte do Laboratório de Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação (LAPEI) - FACE/UFG por todo o aprendizado e parceria nesses anos atuando em conjunto com a equipe.

Aos meus amigos, tanto aqueles que cultivei desde o início da graduação quanto aqueles que conquistei com a entrada no mestrado. Vocês foram a minha válvula de escape nos momentos de tensão. Obrigada por todo encorajamento e instantes de leveza. Ao meu companheiro e amigo, Hércules, por toda participação ativa nessa trajetória, desde disponibilizar sua casa quando precisei até dar caronas aos jogos e treinamentos. Seus gestos de bondade e seu afago foram importantes quando parecia que não aguentaria mais.

A todas as pessoas que fazem parte do Aliança e tocam para frente esse projeto lindo. As atletas e demais profissionais pelo acolhimento e pela oportunidade de conhecer suas histórias. Em especial, Patrícia Menezes e Luiz César, por abrirem as portas não só do clube como da sua casa para mim, além de serem tão solícitos e dispostos durante este trabalho. Sou muito grata por tê-los conhecido.

A escrita, muitas vezes, pode ser solitária, mas o caminho nunca o é. A vocês, o meu muito obrigada!

Mexo, remexo na inquisição  
Só quem já morreu na fogueira  
Sabe o que é ser carvão  
Hum! Hum!

Eu sou pau pra toda obra  
Deus dá asas à minha cobra  
Hum! Hum! Hum! Hum!  
Minha força não é bruta  
Não sou freira, nem sou puta

Porque nem toda feiticeira é corcunda  
Nem toda brasileira é bunda  
Meu peito não é de silicone  
Sou mais macho que muito homem (2x)

Sou rainha do meu tanque  
Sou Pagu indignada no palanque  
Hanhan! Ah! Hanran!  
Fama de porra louca, tudo bem!  
Minha mãe é Maria Ninguém  
Hanhan! Ah! Hanran!

Não sou atriz, modelo, dançarina  
Meu buraco é mais em cima

Porque nem toda feiticeira é corcunda  
Nem toda brasileira é bunda  
Meu peito não é de silicone  
Sou mais macho que muito homem (3x)

**Pagu.** Rita Lee (part. Zélia Duncan).

## RESUMO

Durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e da Ditadura Militar (1964-1985), foram estabelecidos decretos que impediram as mulheres de praticarem determinadas modalidades esportivas, dentre elas o esporte de maior apelo nacional: o futebol. Os principais motivos destacados foram o ferimento do que era considerado a "natureza feminina" e a possibilidade de prejudicar a reprodução, indagando-se que tal esporte seria muito violento e poderia tornar as mulheres "masculinizadas" ou impossibilitar a fecundação por uma possível lesão. Em 1979, o futebol feminino deixou de ser proibido no país e a volta das mulheres para a modalidade teria que romper barreiras que permeavam o imaginário social antes e durante o período de proibição. Apenas na última década uma maior atenção foi dada à modalidade, sendo estabelecidas medidas que visam a profissionalização e a melhoria do cenário do futebol praticado por mulheres no Brasil. Uma delas foi a institucionalização, em 2019, da obrigatoriedade da associação ou construção de um departamento de futebol feminino por parte dos clubes de futebol masculino da série A do Campeonato Brasileiro. Este trabalho, nesse sentido, pretende trazer conhecimento sobre as condições da equidade de gênero no futebol, mais especificamente, no futebol goiano, acarretadas por essa medida, visando identificar seus limites e suas potencialidades. Trata-se de uma pesquisa sociológica, de caráter etnográfico exploratório, sobre o futebol feminino em Goiás, entre os períodos anteriores e posteriores a esse regulamento. Como aparato metodológico foi realizada pesquisa de campo no time de futebol feminino do Goiás Esporte Clube, em parceria com o Aliança, que estava participando do Campeonato Brasileiro Masculino de 2023 e que, desde a sua volta à série A deste campeonato, precisou construir ou se associar uma equipe de jogadoras para cumprir com a obrigatoriedade. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, amparadas pelo método analítico hermenêutico-dialético, proposto por Minayo. Esta pesquisa, por fim, teve como perspectiva elucidar como o cenário do futebol feminino tem se modificado ao longo dos anos e de que forma a obrigatoriedade tem influenciado nessas transformações, realizando uma comparação histórica conjuntamente com a vivência das jogadoras e gestoras em atuação no clube supracitado.

**Palavras - Chave:** Futebol Feminino, Equidade de Gênero, Aliança/Goiás, Obrigatoriedade.

## ABSTRACT

During the government of Getúlio Vargas (1930-1945) and the military dictatorship (1964-1985), decrees were issued preventing women from practicing certain sports, including the sport with the greatest national appeal: soccer. The main reasons given were that it hurt what was considered to be "female nature" and the possibility of damaging reproduction, arguing that such a sport was too violent and could make women "masculinized" or make it impossible to fertilize due to a possible injury. In 1979, women's soccer was banned in the country and the return of women to the sport would have to break down barriers that permeated the social imagination before and during the ban. Only in the last decade has greater attention been paid to the sport, with measures being established to professionalize and improve the scenario of women's soccer in Brazil. One of these was the institutionalization, in 2019, of the mandatory association or construction of a women's soccer department by the men's soccer clubs in series A of the Brazilian Championship. In this sense, this work aims to provide knowledge about the conditions of gender equality in soccer, more specifically in Goiás soccer, brought about by this measure, in order to identify its limits and its potential. This is a sociological, exploratory ethnographic study of women's soccer in Goiás, between the periods before and after this regulation. Field research was carried out on the Goiás Esporte Clube women's soccer team, in partnership with Aliança, which was taking part in the 2023 Men's Brazilian Championship and which, since its return to the A series of this championship, has had to build or associate a team of players in order to comply with the requirement. Semi-structured interviews were also carried out, supported by the hermeneutic-dialectic analytical method proposed by Minayo. Finally, this research aimed to elucidate how the scenario of women's soccer has changed over the years and how the obligation has influenced these transformations, making a historical comparison together with the experience of the players and managers working at the aforementioned club.

**Keywords:** Women's Football, Gender Equity, Aliança/Goiás, Compulsory.

## RESUMEN

Durante el gobierno de Getúlio Vargas (1930-1945) y la dictadura militar (1964-1985), se promulgaron decretos que impedían a las mujeres practicar determinados deportes, entre ellos el de mayor atractivo nacional: el fútbol. Las principales razones aducidas eran que perjudicaba lo que se consideraba la "naturaleza femenina" y la posibilidad de dañar la reproducción, argumentando que el deporte era demasiado violento y podía "masculinizar" a la mujer o imposibilitar la fecundación por posibles lesiones. En 1979, el fútbol femenino fue prohibido en el país y el regreso de las mujeres a este deporte tendría que romper las barreras que impregnaron el imaginario social antes y durante la prohibición. Sólo en la última década se ha prestado mayor atención a este deporte, estableciéndose medidas para profesionalizar y mejorar el escenario del fútbol femenino en Brasil. Una de ellas fue la institucionalización, en 2019, de la asociación o construcción obligatoria de un departamento de fútbol femenino por parte de los clubes de fútbol masculino de la serie A del Campeonato Brasileño. En este sentido, este trabajo pretende aportar conocimiento sobre las condiciones de igualdad de género en el fútbol, más concretamente en el fútbol de Goiás, propiciadas por esta medida, con el fin de identificar sus límites y sus potencialidades. Se trata de un estudio etnográfico, sociológico y exploratorio del fútbol femenino en Goiás, entre los períodos anterior y posterior a esta reglamentación. La investigación de campo se realizó en el equipo de fútbol femenino Goiás Esporte Clube, en asociación con Aliança, que participaba en el Campeonato Brasileño Masculino 2023 y que, desde su regreso a la serie A de este campeonato, ha tenido que construir o asociar un equipo de jugadoras para cumplir con la obligación. También se realizaron entrevistas semiestructuradas, apoyadas en el método analítico hermenéutico-dialéctico propuesto por Minayo. Por último, esta investigación se propuso dilucidar cómo ha cambiado el panorama del fútbol femenino a lo largo de los años y cómo ha influido la obligación en estas transformaciones, realizando una comparación histórica junto con la experiencia de las jugadoras y directivas que trabajan en el club mencionado.

**Palabras clave:** Fútbol femenino, equidad de género, Aliança/Goiás, obligatorio.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Futebol feminino no Circo (Revista A Cigarra, 1926) .....	53
Figura 2	O futebol feminino no Circo dos Irmãos Queirolo.....	54
Figura 3	Carta de José Fuzeira publicada no jornal.....	58
Figura 4	Jogo entre Sport Club Brasileiro e Casino Realengo Futebol Clube no Pacaembu.....	59
Figura 5	Quadro de eventos esportivos em comemoração ao 1º de maio...	62
Figura 6	Retaliação do CND à Federação Mineira de Futebol.....	63
Figura 7	Publicação escrita por Philippe Melchior na Tribuna da Imprensa.....	64
Figura 8	Recorte da carta aberta do Presidente da Casa do Ator.....	65
Figura 9	Notícia sobre o descontentamento do Governo Federal com o futebol feminino.....	67
Figura 10	Nota sobre a Copa do Mundo Feminina não reconhecida pela FIFA de 1970.....	69
Figura 11	Registro da manifestação do interesse da FIFA no futebol feminino.....	70
Figura 12	“Soccer Sex Stars”.....	72
Figura 13	Vandira na Capa da Placar de julho de 1984.....	73
Figura 14	Isabel, definida como musa do Internacional.....	75
Figura 15	Reportagem Lemyr Martins, das “belas” e as “feras”.....	78
Figura 16	Capa e conteúdo da Revista Placar de 1995.....	81
Figura 17	Capa e conteúdo da Revista Placar de 1996.....	83
Figura 18	Jogadoras da Seleção pedindo apoio no Mundial de 2007.....	85
Figura 19	Fotos do “Calendário do Centenário” e as atletas do Santos após o desfile.....	86
Figura 20	Aline Calandrini desfilando de biquíni na divulgação do calendário.....	87

Figura 21	Time Feminino do Atlético Goianiense na inauguração do Estádio, primeiro de julho de 1984.....	91
Figura 22	Jogo do Campeonato Goiano, Atlético Goianiense x Vila Nova, em 23 de setembro de 1984.....	92
Figura 23	Final Taça Brasil de 1983, Radar x Goiás.....	93
Figura 24	Seleção Goiana, 1986.....	94
Figura 25	Seleção Goiana (laranja) junto com a Seleção Carioca (branco), 1986.....	95
Figura 26	Patrícia junto com as demais convocadas para a preparação da Copa de 1991.....	96
Figura 27	As equipes do Aliança campeãs goianas dos anos de 1994, 1999, 2006 e 2015.....	98
Figura 28	Trechos do vídeo de prévia da divulgação do novo uniforme do Goiás, em 2019.....	100
Figura 29	Capa da revista Placar dedica exclusivamente ao futebol feminino.....	108
Figura 30	Fotos de divulgação da vestimenta de viagem da seleção brasileira antes da Copa de 2023.....	117
Figura 31	Composição da delegação brasileira feminina, em 2019, para a Copa da França.....	119
Figura 32	Composição da delegação brasileira feminina, em 2023, para a Copa da Nova Zelândia e da Austrália.....	119
Figura 33	Alba Redondo (Espanha) beijando sua companheira após resultado positivo contra Zâmbia.....	122
Figura 34	Estreia do Brasil na Copa, assistindo ao jogo com a equipe do Aliança/Goiás.....	125
Figura 35	Jogo do Brasil contra a Jamaica, assistindo ao jogo com a equipe do Aliança/Goiás.....	126
Figura 36	Treinamento físico das atletas do Aliança/Goiás no galpão.....	147
Figura 37	Comunicado Oficial do Aliança sobre o fim da parceria com o Goiás.....	154

Figura 38	Postagem do Aliança sobre o Dia do Futebol Feminino.....	154
Figura 39	Pronunciamento da equipe River Trindade de futebol feminino...	159
Figura 40	Campos que foram realizados os jogos do Campeonato Goiano (1- River/Trindade, 2 - Vila Nova, 3 - Aliança/Goiás).....	161

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1	Categorias e subcategorias de análises.....	47
Quadro 2	Perfil das entrevistadas.....	130

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 TEORIA EM CAMPO.....</b>	<b>24</b>
1.1 ASPECTOS TEÓRICOS.....	24
1.1.1 Corpo e gênero em debate.....	24
1.1.2 O não lugar e o estigma.....	32
1.1.3 A interseccionalidade nas quatro linhas.....	40
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
<b>2 ENTRE GOLS E IMPEDIMENTOS.....</b>	<b>49</b>
2.1 O INÍCIO DA PARTIDA DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL.....	49
2.2 RECATADAS E DO LAR: OS GRAMADOS NÃO ESTÃO EM SUA “NATUREZA”.....	57
2.3 FUTEBOL PARA TODAS AS MULHERES... “BELAS”.....	71
2.4 REGIONALIDADES: UM FUTEBOL DE ALIANÇAS.....	88
<b>3 CONTRA-ATAQUE!.....</b>	<b>102</b>
3.1 INVERTENDO O JOGO: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NCO FUTEBOL FEMININO.....	102
3.1.1 Reflexões sobre 2019: qual o legado da Copa?.....	103
3.1.2 O futebol feminino nas competições nacionais após 2019.....	109
3.2 SUBSTITUIÇÕES E ESTABILIDADES: O QUE MUDA NA PARTIDA EM 2023?.....	117
<b>4 À BEIRA DOS GRAMADOS.....</b>	<b>130</b>
4.1 OLHAR ATENTO EM CADA LANCE: TRAJETÓRIAS, PROBLEMÁTICAS E NOVAS POSSIBILIDADES.....	130
4.1.1 Inserção, trajetória e vivências no futebol feminino.....	131
4.1.2 Dificuldades, transformações e preconceitos.....	135
4.1.3 Profissionalismo, amadorismo e trabalho.....	142
4.1.4 Mudanças, manutenções e obrigatoriedade.....	148
4.1.5 Instituições, deveres e melhorias.....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICE A – Perguntas Norteadoras das Entrevistas Semiestruturadas.....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICE B – Primeira Categoria de Análise: Inserção, Trajetória e Vivências no Futebol Feminino.....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE C – Segunda Categoria de Análise: Dificuldades, Transformações e Preconceitos.....</b>	<b>184</b>
<b>APÊNDICE D – Terceira Categoria de Análise: Profissionalismo, Amadorismo e Trabalho.....</b>	<b>188</b>
<b>APÊNDICE E – Quarta Categoria de Análise: Mudanças, Manutenções e Obrigatoriedade.....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE F – Quinta Categoria de Análise: Instituições, Deveres e Melhorias.....</b>	<b>195</b>

## INTRODUÇÃO

O esporte está presente em boa parte da vida dos brasileiros, integrando momentos de lazer, cultura e saúde. Isso fica ainda mais evidente quando pensamos no futebol, uma prática esportiva comum no território nacional, com características singulares e imbuída de significados por todo o país. Para Isadora Nascimento e Gustavo Said (2018, p.113), por exemplo, “a prática futebolística se configura como um dos símbolos constituintes da identidade cultural brasileira”, algo que evidencia o papel social do futebol no Brasil e demonstra a relevância de estudar sociologicamente esse esporte.

Além de ser entendido, através do senso comum, como a prática esportiva de maior popularidade - tanto que foi concedida ao Brasil a alcunha de “País do Futebol” - ele também está presente em momentos relevantes da história nacional, modelando relações sociais. Para exemplificar estes casos, podemos citar a seleção brasileira masculina durante a Ditadura Militar que, como retratado por Marcos Guterman (2009), era utilizada para erradicar os preceitos de nação, união e desenvolvimento característicos do regime.

Em contrapartida, olhando para o futebol por um viés generificado, essa popularidade e apelo histórico não parece reverberar no que é praticado por mulheres, principalmente se abordada a modalidade de maneira profissional, envolvendo as categorias feminina e masculina. As mulheres, em um panorama histórico, de acordo com Silvana Goellner (2005a), não tiveram condições adequadas de trabalho nessa área, assim como em diversas outras atividades esportivas, precisando lidar ainda com um aparato social que negava a presença feminina nesses âmbitos através do controle dos seus corpos. Os homens, por outro lado, foram e são, não raramente, vistos no meio futebolístico realizando feitos considerados "heroicos" desde o início dessa prática no país. Concomitante a esse pensamento, no que tange às relações sociais de gênero, as sociólogas Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015), afirmam que

[...] a maior parte das ordens de gênero ao redor do mundo privilegia os homens e confere desvantagens às mulheres. Por outro lado, os pormenores disso não são tão simples. Há diferentes formas de privilégios e desvantagens, e a balança da desigualdade de gênero varia de lugar para lugar (Connell & Pearse, 2015, p.26).

Revisitando o passado, por sua vez, encontramos indícios de um cenário esportivo que sugere que o futebol feminino contou com diferentes empecilhos. A título de exemplo, durante o primeiro Governo do Getúlio Vargas (1930-1945) havia um descontentamento com as mulheres que praticavam futebol e argumentos biologicistas foram utilizados para que sua prática fosse negada e proibida. Para Guacira Lopes Louro (2007), tais argumentos e discursos do âmbito biológico eram apenas maneiras de afirmar e justificar as desigualdades sociais. Ilustrando esse pensamento, Aira Bonfim (2019), que estudou sobre a história do futebol

feminino no início do século XX, mostra-nos como o discurso passou para ações efetivas do Estado, como foi o caso do Decreto-Lei n.º 3.199, publicado por Vargas, em 1941. Apesar do objetivo de dar as diretrizes esportivas do desporto nacional, ele é mais conhecido por oficializar a proibição do futebol feminino no Brasil.

Os principais discursos utilizados para negar essa presença feminina foram embasados em argumentos de que o futebol era um esporte muito “violento” e que poderia prejudicar anatomicamente a mulher no que diz respeito à procriação. Acreditava-se, por exemplo, que ao jogar futebol, elas estariam expostas a alterações no útero devido a possíveis “boladas” lançadas contra seu tórax. Pensava-se, portanto, que elas deveriam cuidar dos seus corpos para a fecundidade e não realizar nada que pudesse prejudicar essa condição. O mesmo discurso, porém, não era colocado em pauta em relação aos homens. Não havia uma preocupação com as consequências de uma “bolada” contra as partes íntimas masculinas no que diz respeito à fecundidade, também pensando em algo que fosse motivo para tornar tal prática esportiva banida para eles.

Outros argumentos destacavam uma possível perda da “delicadeza feminina” e feminilidade, sendo o futebol entendido como uma atividade que poderia “masculinizar” aquelas que o praticassem. De acordo com Cássia Cristina Furlan e Patrícia Lessa dos Santos (2008, p.36), as representações estereotipadas de feminilidade, tanto no desporto quanto em diversos segmentos sociais, fazem parte de uma estrutura ideológica de poder que limita a mulher e sua autonomia. Elas também afirmam que um desempenho feminino superior à masculina nessas práticas poderia ferir o homem “[...], ou melhor, sua suposta superioridade nos esportes”.

Dessa forma, como a “natureza” da mulher era assimilada à reprodução e à criação da sua prole, reforçadas pela “fragilidade” do seu corpo e feminilidade que deveria performar, entendemos que o futebol feminino, por mais de três décadas, até o fim da proibição, possa ter sido visto e considerado uma espécie de ameaça. Isso, pois, a participação feminina nesses espaços poderia modificar as estruturas sociais do que se entendia nacionalmente como inerente às mulheres, além de significar uma “invasão” a um espaço dado como masculino no país.

Mais de três décadas depois, precisamente no ano de 1979, o decreto que proibia o futebol feminino foi derrubado (Goellner, 2005b). Sendo este o momento que o país estava em um cenário de aproximação do período da “abertura política” da Ditadura Militar (1964-1985). Todos esses anos de impedimento, no entanto, trouxeram consequências próprias ao futebol feminino, em comparação ao masculino, visto que durante esse período os homens participavam

de competições internacionais, como Copa do Mundo<sup>1</sup> e Olimpíada<sup>2</sup>. Ademais, o futebol feminino brasileiro, como estudou Aira Bonfim (2019), mesmo com a liberação no fim dos anos 1970, só teria permissão para ser praticado, organizar-se como liga e competir nacional ou internacionalmente a partir de 1983, quando foi reconhecido e regulamentado pelos órgãos responsáveis, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Federação Internacional de Futebol (FIFA).

Tratando agora, especialmente, sobre a história do futebol no estado de Goiás, observamos que a modalidade acompanha o crescimento cultural, econômico e estrutural da região, podendo ser encontrado registros de partidas no estado desde 1907. No entanto, foi quase uma década depois que o esporte se disseminou pelo território (Dias, 2013). Cleber Dias (2013), em sua pesquisa “Primórdios do futebol em Goiás (1907-1936)”, destaca que times e campos de futebol começaram a surgir nesse período espalhados por todas as cidades, com os jogos intermunicipais e interestaduais funcionando como impulsionadores do esporte no estado.

Não obstante, a participação feminina como jogadoras no Centro-Oeste tardou a acontecer de modo efetivo, tanto pela noção social construída de que esse era um esporte “violento” e masculinizado, quanto pela proibição em vigor até a década de 1970 no país. Em seu estudo sobre a trajetória das mulheres no futebol em Goiás, Pollyana Nascimento de Paula (2014) relata que a elas ficou restrita a participação, por boa parte do tempo, nos espaços das arquibancadas. A partir da queda do decreto, em 1979, e com a organização das participações femininas, em 1983, foi possível a realização dos primeiros campeonatos de futebol feminino oficiais do estado.

A volta das mulheres para a modalidade, desse modo, teria que romper barreiras que permearam o imaginário social antes e durante as décadas de proibição. Isto porque, como afirmam Leila Salvini, Juliano de Souza e Wanderley Marchi Júnior (2015, p. 560), que estudaram o futebol feminino a partir da teoria da ação social de Erving Goffman, “[...] o ‘reposicionamento’ legal da mulher frente aos esportes que ‘feriam sua essência’ não significou a quebra imediata de tabus, mitos e preconceitos direcionados histórica e socialmente em relação a esse grupo”. Destarte, podemos observar que os estereótipos e a desigualdade de gênero podem ter se mantido mesmo após o fim do decreto.

---

<sup>1</sup> A seleção brasileira masculina participou de todas as edições da Copa do Mundo Fifa desde a sua criação em 1930. Já a Copa do Mundo Fifa Feminina iniciou em 1991 e contou com a participação da seleção brasileira feminina em todas as suas edições.

<sup>2</sup> O futebol se tornou esporte olímpico em 1908, mas a seleção brasileira masculina iniciou sua participação em 1952, enquanto a feminina apenas em 1996.

Dentro desse contexto, quando pensamos em gênero e futebol feminino e na maneira como tal relação constitui certa trajetória no Brasil, podemos indagar sociologicamente como diferenças entre homens e mulheres foram concebidas por meio desse processo e quais foram os impactos disso. Ou seja: em que medida o modo como essas supostas diferenças foram e continuam sendo significadas de modo a conferir inteligibilidade ao futebol como um esporte profundamente generificado e masculinizado. Sendo necessário compreender quais são as ações propagadas para reverter esse movimento e modificar os símbolos arraigados que compõem os cenários de interação nesse universo.

Trazendo, agora, as reflexões sobre o futebol feminino na contemporaneidade, podemos identificar uma movimentação no seu cenário. As entidades esportivas, que desde o início do século XX estiveram em consonância com asserções do Estado, têm atualmente proposto alternativas para a modalidade, como a obrigatoriedade da formação de times femininos, cotas para cursos de formação de técnicas e transmissões dos jogos. Uma mudança na apreciação do futebol feminino é trazida por Silvana Goellner (2005b), em seu texto “Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades”, sobre a necessidade da existência de uma estruturação da modalidade para aquelas às quais desejam praticar o esporte de maneira profissional, exigindo políticas que funcionem nesse âmbito. Desse modo, as jogadoras que passaram por diversas dificuldades para esse feito, devido a anos de precariedade, poderiam, finalmente, encontrar respaldo sério e profissional. Isso abre a possibilidade de se estudar os aspectos sociológicos relativos às carreiras profissionais de jogadoras de futebol, suas possibilidades, nuances e entraves.

Nesse sentido, as confederações de futebol, tanto brasileira quanto sul-americana, instituíram em seus regulamentos a obrigatoriedade da formação de departamentos de times femininos nos clubes. Desse modo, como apresentam Camila Augusta e Luiza Gaborginni (2021), desde 2019 todos os clubes participantes das competições organizadas por essas entidades teriam que ter um departamento de futebol feminino (ou se associar a instituições com um já existente), possuindo, assim, equipes de mulheres atuando em campeonatos de futebol oficiais. No Brasil, essa medida ainda é válida somente para os clubes que estão presentes na série A do Campeonato Brasileiro. A intenção, porém, é que essa medida se estenda para outras divisões dos campeonatos nos próximos anos, como também exista um trabalho de base dos clubes com as suas atletas. Em 2023, apenas um clube goiano está presente no Campeonato Brasileiro da categoria masculina da série A, o Goiás Esporte Clube. A obrigatoriedade para a formação de equipes femininas - que, caso não cumprida, tem como

punição a retirada dos clubes dos campeonatos oficiais - movimentou o time goiano para que, em 2019, passasse a contar com atletas femininas integradas ao clube.

O Goiás Esporte Clube, no que lhe concerne, deu partida ao projeto em 2019, inicialmente em parceria com a Faculdade Salgado de Oliveira, rompida quase um ano depois. Em 2020, iniciou uma nova gestão, dando início a um projeto em parceria com o Aliança Futebol Clube, o maior campeão estadual da modalidade feminina. Porém, como relata a jornalista Tandara Reis (2021), com a queda do time masculino para a segunda divisão atrelada à pandemia do Coronavírus (COVID-19), em junho de 2021, foi encerrado o departamento de futebol feminino dos esmeraldinos. A justificativa destaca ainda a necessidade de uma contenção de despesas em meio à crise financeira. Apesar disso, as atividades foram retomadas em 2022, devido à conquista do acesso da equipe masculina em 2021 para a série A do Campeonato Brasileiro, reiniciando também a parceria com o Aliança. O clube permaneceu na primeira divisão também para o ano de 2023, tendo que manter as atividades do futebol feminino, como consta no Licenciamento de Clubes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Mediante a tais esclarecimentos, compreendemos que o futebol se apresenta como um lugar passível de investigação das desuniformidades de gênero e das relações entre homens e mulheres. Buscando ainda investigar possíveis processos de mudança (e também de continuidades), a partir da obrigatoriedade, identificando quais tipos de relações sociais relacionadas ao futebol são produzidas com a maior inserção de mulheres nesse espaço e como isso pode ser relacionado a processos sociais mais abrangentes. A partir disso, surge a oportunidade de entender *quais são as potencialidades e os limites permeados pela obrigatoriedade da determinação em vigor desde 2019*. Entendendo como *potencialidades* aqueles aspectos que possam ser percebidos como positivos à modalidade e foram proporcionados por essa medida, sendo de interesse a comparação com o cenário anterior a esta. Os *limites*, por conseguinte, perpassariam pelas possíveis dificuldades e problemas ainda enfrentados pelas mulheres nesse ambiente de potencial profissionalização, incluindo jogadoras e gestoras, mesmo após a determinação em vigor. Sendo observada ainda a trajetória de vida dessas mulheres no desporto. Nesse viés, a determinação da obrigatoriedade tem valor nessa pesquisa como um marco para a compreensão das mudanças e continuidades no futebol feminino, pois essa regra surgiu no intuito de incentivar a modalidade no país através da criação de mais oportunidades respaldadas pela contribuição dos clubes de elite do futebol masculino nacional.

O objeto desta pesquisa, neste sentido, foi o Goiás Esporte Clube. A escolha foi devido ao fato de o time estar presente na série A do Campeonato Brasileiro de 2023, precisando cumprir com a obrigatoriedade da atuação do time feminino e vindo de um ano de atividades com suas atletas sem descontinuidades. Assim sendo, o clube possui um percurso interessante para a análise sociológica pretendida por esta investigação. Através dele, tentamos compreender quanto e como essa nova medida tem influenciado na equidade de gênero, na queda da estereotipação e na evolução da modalidade feminina de futebol após décadas de obscurantismo e negligência. Assim, por meio de um estudo centrado no futebol feminino, a pretensão é dialogar com processos sociológicos mais amplos de inserção de mulheres em universos marcados e simbolicamente masculinizados.

Percebemos, portanto, que, como a inserção feminina no futebol é relativamente recente, houve a possibilidade de acompanhar esse processo e entender seus desdobramentos, funcionando como uma forma de registrar e trazer o conhecimento sociológico sobre esse processo. Compreendendo ainda que o Brasil é um país muito diverso e plural, e que a profissionalização do futebol se encontra em diferentes níveis nos estados, realizar uma pesquisa de caráter regional permite identificar de qual maneira essa dinâmica se faz presente em um contexto específico, mas em diálogo com processos que são mais abrangentes. Logo, esse estudo parte da tentativa de observar e analisar sociologicamente as transformações que a nova medida adotada, desde 2019, possa ter trazido para o futebol feminino, através da pesquisa de campo no clube goiano. Para, assim, elucidar de que forma isso seria benéfico e permitiria a construção da equidade de gênero no futebol do estado de maneira prática. Mas, sobretudo, com a pretensão de etnografar potencialidades e limites, a partir desse contexto, de um processo paulatino de mudança em padrões arraigados de gênero que é mais abrangente, envolvendo não apenas o futebol ou os esportes profissionais, em geral, mas a sociedade brasileira na totalidade.

O futebol, como relatado preliminarmente, é um componente vital da identidade nacional brasileira. O sociólogo Luís Otávio Assumpção et al., no artigo “Temas e questões fundamentais na Sociologia do Esporte”, corrobora com a ideia de que o esporte também desempenha “[...] as mais diferentes funções sociais, educacionais, recreativas, ideológicas, políticas, culturais, econômicas, simbólicas” (2010, p.93). A sociologia, nesse sentido, é imprescindível para compreender esse espaço não só desportivamente, mas como um aparato social construtor da sociabilidade e dos atributos sociais que constituem os sujeitos em variados âmbitos. Utilizando das palavras do sociólogo Anthony Giddens (2008), ainda podemos afirmar que

a abrangência do estudo sociológico é extremamente vasta, incluindo desde a análise de encontros ocasionais entre indivíduos na rua até a investigação de processos sociais globais. A maioria de nós vê o mundo a partir de características familiares a nossas próprias vidas. A sociologia mostra a necessidade de assumir uma visão mais ampla sobre por que somos como somos e por que agimos como agimos. Ela nos ensina que aquilo que encaramos como natural, inevitável, bom ou verdadeiro, pode não ser bem assim e que os "dados" de nossa vida são fortemente influenciados por forças históricas e sociais (Giddens, 2008, p.24).

Assim, devido à abrangência dos estudos sociológicos, podemos assimilar o esporte como um desses processos sociais e compreender seus efeitos por diversos caminhos, principalmente no que tange às desigualdades sociais, como as de aspecto étnico-racial, de classe e de gênero. Ademais, Norbert Elias e Eric Dunning (1992), em seu livro intitulado “A Busca da Excitação”, já demonstravam a importância de abordar o desporto sob a ótica sociológica, promovendo uma maior consciência das contribuições provenientes dessa temática para o conhecimento da sociedade. Sobre as questões de gênero, exclusivamente, a sociologia pode ajudar na reflexão e busca de soluções para a assimetria nas relações envolvendo homens e mulheres presente em diversas esferas sociais, inclusive, no ramo esportivo (Assumpção et al., 2010). A historiadora Aira Bonfim (2019), também traduz a importância de estudar o futebol sob o olhar sociocultural ao indagar que o

[...] futebol, que pode ser percebido como espelho dos grandes fenômenos socioculturais do século XX, foi [...] capaz de influenciar, representar ou mesmo excluir diferentes segmentos da sociedade. A pesquisa da história social das mulheres que jogaram futebol, personagens que muitas vezes foram percebidas como ameaça, ojeriza, jocosidade e estranhamento, aos poucos, desconstruem códigos que foram historicamente e culturalmente embutidos nos ditos papéis sexuais, e desmantelam, gradualmente, a associação do futebol com o arquétipo de masculinidade (Bonfim, 2019, p. 195).

A inserção das mulheres no futebol, visando o seu profissionalismo, por sua vez, além de ocupar um espaço que, por quase um século, foram predominantemente masculinizados, pode proporcionar a equidade de gênero esportiva e influenciar na percepção social da modalidade. Isso porque o acesso à infraestrutura e visibilidade fornecido às jogadoras pode promover a “normalização” do gênero feminino nesses ambientes, transformando a imagem discriminatória que perdurou por muito tempo perante a sociedade. Nesse ínterim, compreender as transformações, principalmente da última década, envolvendo o futebol feminino torna-se importante para enriquecer a discussão sobre as desuniformidades entre os gêneros.

Destacamos ainda que, além das características relatadas anteriormente, a escolha do tema desta pesquisa também perpassa pela minha vivência, como uma mulher e praticante desse esporte, pois, por muito tempo, foram observados os preconceitos existentes na relação entre gênero e futebol. Era muito comum encontrar falas que remetessem ao corpo feminino, indicando fraqueza e dúvidas das capacidades técnicas que uma mulher poderia exercer. Além

do mais, não existiam tantos incentivos e também espaços para que as meninas pudessem praticar o esporte. Não era comum ver referências femininas nas transmissões esportivas e nem ter o futebol como uma perspectiva de profissão a ser seguida, algo almejado pela maioria dos meninos. Nesse viés, constatamos que “entender os modos sutis, porém complexos e profundos, pelo que nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é fundamental para a abordagem sociológica” (Giddens, 2008, p.24).

Tendo como pano de fundo a familiaridade com esta prática esportiva e assimilando a significância dos estudos de gênero para o entendimento dos comportamentos sociais e a busca por melhorias neste sentido, encontrei no futebol uma oportunidade de estudar a desigualdade de gênero e suas possíveis transgressões. Nesse sentido, o objetivo principal passa por *analisar, a partir do trabalho de campo no Goiás Esporte Clube, as transformações e as complexidades que ocorreram no cenário do futebol praticado por mulheres, intermediado pela obrigatoriedade da construção de um departamento de futebol feminino nos clubes do estado que compõem ou compuseram a série A do Campeonato Brasileiro.*

No intuito de organizar e expor os resultados, dividi este trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo está descrita a exposição teórica utilizada para embasar os resultados, perpassado por diferentes conceitos sociológicos voltados ao corpo e ao funcionamento da sociedade, direcionada para a compreensão do que é considerado diferente. Ainda no primeiro capítulo, encontra-se a descrição metodológica pretendida neste estudo, como a pesquisa de campo e método hermenêutico para o momento de análise. O segundo capítulo, por sua vez, descreve a trajetória das mulheres no futebol brasileiro, passando pelo seu surgimento, o longo período de proibição até a contemporaneidade e as atribuições da mídia nesse momento ao sexualizar e estereotipar modelos desejáveis de mulheres para o esporte. Dando seguimento, o terceiro capítulo parte da explicação do futebol de mulheres no período mais recente, na tentativa de evidenciar contrastes e comparações com aquilo relatado no capítulo anterior. Buscando ainda dar base para as próximas etapas desta pesquisa, destacando principalmente as ações decorrentes da obrigatoriedade. No quarto capítulo, começam as descrições daquilo que foi observado em campo com as visitas aos treinamentos e jogos do time feminino goiano, que com a parceria com o Aliança passou a ser chamado de Aliança/Goiás. Nele também se encontram os resultados e discussões pautados pelas entrevistas com as jogadoras e a comissão técnica do clube, utilizando-se ainda de um diálogo com os capítulos antecedentes. Por fim, são trazidas as considerações finais.

## 1 TEORIA EM CAMPO

### 1.1 ASPECTOS TEÓRICOS

#### 1.1.1 Corpo e gênero em debate

O corpo feminino esteve em pauta em diversos períodos da história, mesmo quando ainda existiam poucas informações sobre o seu funcionamento. No livro “Invetando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, Thomas Laqueur (2001), descreve como os corpos eram percebidos em diferentes épocas, ressaltando o surgimento do binarismo sexual e dos ideais sobre gênero. Neste escrito, o autor afirma que não deseja questionar a realidade do sexo ou do dimorfismo sexual na evolução. Sua aspiração é expor, “com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero” (Laqueur, 2001, p. 23). Com isso, conseguimos perceber que o debate de sexo e gênero tem origem bastante antiga, mesmo que não fosse tratado nesses termos.

Uma das partes principais da narrativa de Laqueur (2001) perpassa por sua explicação de como o corpo da mulher era compreendido antes do século XVIII, trazendo o conceito de sexo/carne único. Isso porque, durante milhares de anos, acreditou-se no chamado mundo ocidental que as mulheres eram, do ponto de vista da natureza, como homens invertidos e inferiores. Invertidos, pois seus órgãos sexuais seriam os mesmos, com a diferença que nelas estavam na parte interior do seu corpo por não possuírem o calor vital necessário para torná-los externos. E inferiores por serem homens imperfeitos, pois o corpo entendido como masculino era tido como o padrão, o que detinha a força e o calor vital.

Com isso, as diferenças entre homens e mulheres eram reveladas mais socialmente do que biologicamente, pois as genitálias do ser compreendido como mulher possuíam os mesmos nomes do ser compreendido como homem. Por serem homens imperfeitos, as mulheres ocupavam lugares mais baixos, ou seja, “as análises partiam de uma base, de um padrão, que era o corpo do homem, como se a mulher precisasse ser o mais semelhante possível ao homem para ter algum valor e ser considerada humano” (Oliveira et al., 2019, p. 493).

Um dos pilares dessa discussão passa pela reprodução, pois existia uma vontade de entender como tal processo acontecia, bem mais que identificar as diferenças entre homens e mulheres. Pensava-se que os homens possuíam uma semente mais forte, pois se o gênero feminino tivesse uma tão forte quanto, poderia dispensar o papel dos homens para a fecundação e procriaram dentro de si mesmas (Laqueur, 2001). Isso demonstra que o entendimento de

inferior era comumente relacionado ao ser feminino, o que se compreendia como mulher na sociedade. Com isso, pensava-se que elas não possuíam o calor vital para externar os órgãos sexuais e nem a força necessária para trazer uma prole ao mundo, precisando, para isso, do ser mais forte e perfeitamente formado, o homem (Laqueur, 2001).

Nesse sentido, durante o devir histórico, o que se apresentou, para Laqueur (2001), era que a mulher seria uma categoria vazia que precisaria ser preenchida. A sua sexualidade estaria sempre sendo construída. Sobre isso, o autor enfatiza que

o corpo de sexo único dos médicos, profundamente dependente de significados culturais, servia tanto de tela microcós mica para uma ordem hierárquica macrocós mica, como de sinal mais ou menos estável para uma ordem social intensamente ligada ao gênero. Toda uma matriz de estratégias e assunções interpretativas sobre como as coisas vêm a ter significado manteve o modelo de sexo único no lugar, e seu relativo eclipse constituiu a mudança para uma compreensão do macho e fêmea como opostos. A natureza do sexo, [...] é resultado das nossas necessidades de falar a respeito, não da biologia (Laqueur, 2001, p. 152).

Partindo desse pressuposto, ele expõe que o sexo é contextual, ressaltando que “o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais (id: p. 27)”. O sexo, nesse aspecto, trataria menos do biológico em si, e mais da política e dos fatores culturais. A concepção do corpo feminino e masculino foi se modificando durante os séculos conforme esses dois aspectos iam se transformando, pois, como destacado pelo autor, “o desejo tinha uma história e o corpo feminino era distinguido do masculino, à medida que as grandes transformações da sociedade europeia entre os séculos XVII e XIX faziam uma pressão insuportável contra as antigas visões do corpo e de seus prazeres” (Laqueur, 2001, p. 253).

Dessa forma, Laqueur (2001) traz o resgate histórico da concepção dual do sexo, evidenciando que tal discussão se iniciou a partir da distinção das partes íntimas femininas e masculinas. Assim, “os órgãos que tinham nomes associados - ovários e testículos - passaram a ser distinguidos em termos linguísticos. Os que não tinham nome específico - como a vagina - passaram a ter” (Laqueur, 2001, p. 189). O sexo único passa, então, a ser compreendido através das suas distinções. Nisso, segundo o autor

quando o próprio corpo natural tornou-se o padrão de ouro do discurso social, o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher. O corpo reprodutivo da mulher na sua concretude corpórea cientificamente acessível, na própria natureza de seus ossos, nervos e principalmente órgãos reprodutivos, passou a ter um novo significado de grande importância. Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero (Laqueur, 2001, p. 198-199).

A descoberta dos óvulos, nessa perspectiva, por algum tempo serviu para diminuir a boa parte da dignidade masculina, pois ele seria o responsável por gerar o feto e o homem apenas atuaria nele. Isso foi modificado quando se viu que no sêmen masculino existiam “minúsculos animais”, que poderiam funcionar de forma ativa na reprodução, com isso “o espermatozoide e o óvulo podiam agora figurar como homem e mulher, e a dignidade masculina foi restaurada” (p. 210).

Ademais, os ovários foram tidos como a maior fonte de distinções entre homens e mulheres, responsável por quase todos os problemas presentes nelas. No entanto, pouco se sabia de fato o que a retirada dos ovários poderia causar nas mulheres, sendo a maioria apenas especulações. Mesmo assim, se falava muito dos problemas e diferenças que eram causadas pelo ovário, evidenciando que sem eles as mulheres se tornaram mais masculinizadas ou que com sua retirada também assumiriam um comportamento vulgar. Para Laqueur (2001) todas as afirmações sobre o que uma mulher sem ovários poderia transmitir eram apenas um despropósito ideológico, pois não havia atividades empíricas para comprovar qualquer abstração. Com o passar dos anos, a retirada dos ovários passou a ser investigada empiricamente. Sobre isso, entretanto, Laqueur (2001) expõe que

os ovários eram extirpados, não por fazerem da mulher o que ela era, nem devido ao antifeminismo dos médicos, mas porque alguns médicos levavam ao pé da letra as comparações que eles haviam inventado. Ironicamente, suas práticas originaram novos conhecimentos sobre as funções fisiológicas dos ovários. Mas seu papel simbólico, sua função como sinal de diferença permaneceram intocados pelo progresso (Laqueur, 2001, p. 218).

O orgasmo e o prazer sexual feminino também ganharam força nas pesquisas, que questionavam sobre sua necessidade ou não para a fecundação. A maioria dos achados, no entanto, não conseguiu uma comprovação, sendo algo muito complicado de ser pesquisado. Essa dificuldade pode ter relação com a não participação das mulheres nas pesquisas que tratavam sobre seus corpos e desejos (Laqueur, 2001). Um fato apontado pelo autor foi a existência de teorias que defendiam que para a geração de um bebê era preciso que a mulher sentisse prazer, servindo para questionar os crimes de estupro que acarretavam uma gravidez, sendo alegando, então, que a mulher teria sentido prazer no ato e por isso não seria um estupro. Isso não era entendido como uma lei, pois não eram pensamentos unânimes, mas era uma perspectiva presente na época.

Isso mudou na década de 1820, quando os estudos passaram a questionar veementemente a exigência do prazer feminino na fecundação do feto, mudando os entendimentos de algumas pessoas em relação ao crime de estupro (Laqueur, 2001). No entanto, pouco de fato foi desenvolvido a partir das diferentes especulações sobre o orgasmo e o prazer feminino, não havendo “quase nenhuma nova informação epidemiológica disponível no século

XIX sobre a incidência do desejo sexual feminino ou sobre sua relação com a concepção” (id.: p.229).

Durante todo o seu trabalho Laqueur (2001) discute como o poder, a política e as instituições têm uma influência histórica na concepção do entendimento do sexo e do gênero, indicando que ambos são constituídos, diferenciados e imbricados socialmente mediante diferentes contextos históricos e culturais. Esses aspectos são significativos para a discussão deste trabalho para pensarmos como tais processos contextuais conseguiram afetar o papel das mulheres no futebol brasileiro, principalmente porque o debate perante a suas capacidades físicas também existiu no início da fomentação da modalidade. Ademais, também proporciona o entendimento, nesse cenário, da visão do corpo feminino pelos homens e o ideário por algo mais belo e visualmente distante do que se considera um corpo masculino.

Assim como o Laqueur (2001), a historiadora Joan Scott (1995) traz, em seu estudo clássico “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995) noções importantes para compreender o conceito de gênero. Primeiramente, a autora faz uma contextualização de como o gênero, diferente da classe, por exemplo, não teria um certo “consenso” entre aqueles que o discutem, como os historiadores e feministas. Sobre isso, ela aponta que ambos trazem uma diversidade de abordagem analítica de gênero, mas que podem ser divididos em apenas três posições teóricas: as das feministas que traçam uma explicação do patriarcado, a da tradição marxista que critica as posições feministas e as dos pós-estruturalistas franceses e as teorias anglo americanas sobre as produção e reprodução das identidades de gênero partindo da psicanálise. Independentemente dessas possibilidades de acercamento da discussão, a autora enfatiza que “as ideias conscientes sobre o masculino ou o feminino não são fixas, uma vez que elas variam de acordo com as utilizações contextuais” (Scott, 1995, p.82). Nesse viés, Laqueur (2001), parece concordar com a autora, já que trouxe o mesmo embasamento no seu livro.

Joan Scott (1995), nessa perspectiva, inicia a construção da sua percepção do gênero como uma categoria de análise, destacando que ela faz uma articulação entre a construção social e as relações de poder. Ela também defende o gênero como uma categoria mais ampla, que abrange campos mais externos, além do familiar, como a educação e o mercado de trabalho. Sendo estes parâmetros importantes se pensarmos na história do futebol feminino, devido ao uso de posições de poder, tanto institucionais quanto sociais, para impedirem a prática feminina nesse esporte. Desse modo, Scott (1995), define que a categoria gênero possui

[...] duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) gênero é um elemento constitutivo das relações sociais

baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p.86).

Em relação a primeira definição, Scott (1995) ainda diz que existem quatro elementos interrelacionados. O primeiro seriam os símbolos culturais que trazem representações simbólicas (o exemplo da Eva e da Maria que indicam como deve ou não ser o papel feminino). Outro seriam “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (p. 86), como o reforço do binarismo homem e mulher, que a autora questiona se são percepções compreendidas como um produto do consenso da sociedade e não do seu conflito. A terceira implicação seria “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (p. 87), necessitando da concepção política, das instituições e da organização social. Nesse caso, é necessário entender as relações de gênero para além do parentesco, não descartando a sua magnitude, mas compreendendo a importância da economia e da política nesse percurso. O quarto e último ponto seria a identidade subjetiva. Aqui ela expõe sua crítica aos teóricos inspirados pelos conceitos psicanalistas, evidenciando a demanda de “examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (p. 88). Esses quatro elementos, segundo a autora, não podem operar um sem o outro, mas isso, sem ser de forma simultânea.

No entanto, Scott (1995) expõe uma ênfase maior à segunda parte da sua definição de gênero, indagando que a teorização do conceito parte desse pressuposto. Sobre isso, a autora informa que “o gênero é um campo primário no interior de que, ou por meio de que, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente[...]” e que “os conceitos de poder, embora se baseiem no gênero, nem sempre se referem literalmente ao gênero em si mesmo” (p.88). Desse modo, podemos pensar em como o poder político e as instituições agiram socialmente no contexto brasileiro em relação ao futebol feminino, principalmente na década de 1940, quando o esporte foi proibido às mulheres através de justificativas pautadas no biológico. Isso dialoga com a indagação da autora, quando diz que

os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres) (Scott, 1995, p.91).

Mais uma vez, podemos destacar que Laqueur (2001) parece convergir com os pensamentos de Joan Scott (1995), pois também menciona em seus escritos o papel dos poderes e das organizações sociais na construção do sexo e do gênero, ao retratar que a “anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos [...]. Qualquer que fosse o assunto, o corpo tornou-se o ponto decisivo” (p.192).

O corpo também aparece como uma categoria significativa para as autoras Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2019) nas suas discussões de gênero descritas no livro “Gênero: uma perspectiva global”. Nele, as autoras fazem reflexões importantes sobre as características do gênero, apresentando o conceito e pensamentos que buscam explicá-lo sob uma perspectiva do micro ao global. Primeiramente, assim como Laqueur (2001) e Scott (1995), as autoras não concordam com as teorias de gênero baseadas exclusivamente no aspecto biológico, expressando uma essência entendida como natural. Elas trazem outros argumentos dando ênfase à agência dos corpos, indicando que não concordam nem com o modelo da máquina (homens e mulheres possuem diferenças corporais específicas que explicam o gênero) nem com o modelo da tela em branco (homens e mulheres são completamente moldados pela sociedade para a construção do gênero). Ademais, Connell e Pearse (2019) discutem esses modelos partindo também dos crescentes estudos das similaridades entre homens e mulheres, fugindo da ênfase baseada nas diferenças biológicas, dando um novo olhar sobre elas e indagando pontos distintos sobre a arena reprodutiva (Connell & Pearse, 2019).

Nesse sentido, as autoras explicam que os corpos de mulheres e homens não são totalmente disformes, as distinções mudando ao longo da vida dos homens e das mulheres, além das diferenças físicas se sobreporem se pensarmos em coletividade. Além disso, elas afirmam que determinados modelos, como o da máquina que enfatiza as diferenças femininas e masculinas, são produzidos por homens para manter as ordens de gênero e indagam que tais “esforços para manter ideias essencialistas sobre a inflexibilidade do ser mulher e do ser homem são uma evidência forte de que suas fronteiras não são lá muito estáveis” (Connell & Pearse, 2019, p. 41). Outrossim, as ordens de gênero seriam, segundo as autoras, os padrões criados para a manutenção desse sistema e fazem parte dos âmbitos mais gerais do gênero. Nesse viés, a permanência da mulher fora de determinados espaços, como o futebol, cumpre esses interesses de manter a ordem de gênero que por muitas décadas foi justificada por meio de teorias essencialistas.

As autoras também criticam os conceitos de gênero baseados unicamente nas diferenças culturais entre homens e mulheres. Para elas, a vida humana não obedece a essa dicotomia e

nem o caráter humano possui apenas duas partes. Outro fator seria em relação à diferença, pois para elas “uma definição em termos de diferença significa que onde não vemos diferença, não vemos gênero” (Connell & Pearse, 2019, p. 46). Sobre isso, Connell e Pearse (2019, p. 46) retratam que nos próprios grupos de homens e mulheres existem complexidades de gênero, para além da divisão macho e fêmea, como o “caráter generificado dos desejos sexuais”. Além da sexualidade, podemos acrescentar a essa discussão a maneira como outros eixos de subordinação social impactam na produção de repertórios simbólicos e de práticas generificadas, como, por exemplo a dimensão racial, as questões étnicas e as desigualdades de classe social. Voltando para o trabalho das autoras, elas também retratam que uma definição de gênero baseada apenas em termos particulares exclui a dimensões generificada em termos coletivos, como as ordens de consumo, por exemplo. O gênero, nessa perspectiva, é definido por Connell e Pearse (2019, 48) como “a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais”, convergindo com parte da definição de Joan Scott (1995). Nesse sentido, o gênero é sociologicamente algo complexo, um feixe de relações não fixas e sujeitas aos ordenamentos sociais nos quais o sujeito está inserido, podendo se apresentar de formas distintas pelas diversas sociedades que distinguem especificidades dos corpos, sendo este um processo necessário para a compreensão do gênero.

Essa questão dos corpos trazida pelas autoras complementam as definições descritas anteriormente. Ademais, elas criticam a visão dos corpos entendidos como dóceis e a visão do biológico sendo apropriado pela disciplina social. Isso porque, para Connell e Pearse (2019) os corpos não são apenas passivos nos processos sociais, podendo também na sociedade disciplinar se apresentar como dóceis por vontade própria. Desse modo, os corpos são tanto ativos (uma vez que atos corporais trazem o potencial de questionamento das normas e convenções sociais) quanto passivos (uma vez que são moldados na e pela cultura) nas relações sociais, não podendo ser enxergados apenas como objeto da sociedade e da cultura, mas exercendo um duplo papel, tanto de objeto quando de agente das práticas sociais, numa perspectiva que enfatiza assim as ambivalências. Para elas, os corpos têm agência e são também construídos socialmente, além de existirem processos históricos de corporificação social, o que “envolve a conduta do indivíduo, mas também grupos, instituições e complexos de instituições” (Connell & Pearse, 2019, p. 112). Gênero, seria então, uma forma específica de corporificação social que se diferencia pelas estruturas corporais e do desempenho das atividades reprodutivas. Sobre isso, as autoras ainda explicam que “podemos ser uma de muitas espécies que se reproduzem sexualmente, mas somos a única delas que produziu estruturas sociais complexas, que se

transformam historicamente, nas quais a capacidade reprodutiva é evidenciada e mudada” (Connell & Pearse, 2019, p. 114). Nessa perspectiva as autoras vão pontuando as nuances e as complexidades que permeiam o gênero, trazendo a ambivalência do corpo e como a arena reprodutiva está presente e em transformação no processo da construção do gênero na história.

As autoras, assim como Scott (1995), também trazem dimensões que compõem a estrutura das relações de gênero, não sendo estas um esquema filosófico, mas sim funcionais para o processo analítico. A primeira dimensão mencionada pelas autoras foi denominada de poder, que incluem dimensões do discurso, do direito, da família, coloniais, do público e do privado. Elas mencionam como exemplos o poder do marido sobre sua esposa, a burocracia, a moda e a beleza e a construção de impérios globais (Connell & Pearse, 2019). A segunda dimensão seria a da produção, do consumo e da acumulação, no qual constam as divisões dos trabalhos. Nessa dimensão as autoras trazem as diferenças salariais e o trabalho doméstico não remunerado e enfatizam que tais divisões são diferentes conforme as sociedades. Além disso, elas também falam sobre a distinção do homem presente nos setores econômico e as mulheres no âmbito doméstico, pensando nas questões baseadas no consumo e na acumulação generificada. Um exemplo disso seriam os homens como maioria nos cursos de engenharia e as mulheres na moda, indicando uma permanência de uma divisão nos sistemas que preparam esses profissionais (Connell & Pearse, 2019). A próxima dimensão trata dos vínculos emocionais, denominada de catexia. Podemos encontrar nela os aspectos da sexualidade, a ideia de amor, a construção familiar, a relação de pais e filhos, entre outras em que determinados padrões são almejados e que entram em conflito quando confrontados socialmente. Tais padrões são constituídos pelas religiões, publicidades e pressões sociais e são importantes para compreender a estrutura das relações de gênero (Connell & Pearse, 2019). A quarta e última dimensão, intitulada de simbolismo, seria o lugar das subjetividades e da cultura. As autoras explicam que as categorias trazem consigo significados e por estarem carregadas deles possuem impactos. A linguagem carrega significados para seus contextos e tem importância, como dizer, por exemplo, que homens são como garotinhas, transcendendo o que seriam as categorias biológicas macho e fêmea. Ademais, é importante considerar que as roupas, os gestos, as fotos, a maquiagem, os filmes também fazem parte destes simbolismos (Connell & Pearse, 2019).

Consoante as autoras, tais categorias não atuam separadas, sendo ferramentas de análise, pois elas se complementam e atuam umas com as outras, no qual, as próprias estruturas de gênero se entrelaçam com outras estruturas sociais. Nesse momento as autoras citam a interseccionalidade e falam do seu significado para as estruturas de gênero, algo que discutiremos mais adiante. Desse modo, para Connell e Pearse (2019) não podemos equiparar

outras “categorias com o gênero ou tratá-lo como efeito de outra realidade [...], mas precisamos lembrar de gênero sempre opera em um contexto, interagindo com outras dinâmicas da vida social. Dessas interações é que vêm muitas das forças de transformação” (p.177). Ademais, elas tratam sobre as políticas de gênero, definindo-as como as lutas para modificar as ordens de gênero ou para afugentar transformações (Connell & Pearse, 2019). Com isso, elas citam os movimentos que buscam as igualdades de direitos. Para o futebol feminino, tais políticas de gênero são essenciais, pois elas que ajudam a trazer as alterações para a modalidade, pois “enquanto há uma continuidade consideráveis na ordem de gênero, a resistência e o debate que ela inspira contribuem para a mudança” (Connell & Pearse, 2019, p. 187).

Nesse sentido, concebo gênero nesta pesquisa como uma categoria de análise sociológica que, baseando-se nos conceitos e argumentos de Joan Scott (1995), compreendemos como fundamental no entendimento das desigualdades entre homens e mulheres para além do sexo, sendo atribuídas também as relações de poder e hierarquias presentes nas articulações entre ambos. Conjuntamente com a autora, evidencio as discussões trazidas por Laqueur (2001) na compreensão do corpo, do sexo e do gênero na história, pois isso possibilita entender os diferentes contextos em que o corpo feminino foi concebido e interdito, principalmente no que tange aos esportes dominados pelo que era idealizado como corpo e ações masculinas. Além disso, completo o entendimento da construção do gênero através das autoras Connell e Pearse (2019), ao trazerem a agência para o corpo e discutir como as arenas reprodutivas são importantes para compreender o gênero e são mutantes com o passar do tempo. Tais atributos também podem ser concebidos por outros prismas conceituais, principalmente relacionados ao que o social espera de determinados sujeitos e seus comportamentos. Nesse sentido, o próximo tópico tratará, inspirando-se no interacionismo simbólico, sobre a compreensão da mulher jogadora de futebol como um possível ser desviante e estigmatizado no meio social brasileiro.

### **1.1.2 O não lugar e o estigma**

O sociólogo Howard S. Becker, em seu estudo denominado “Outsiders: estudos de sociologia do desvio”, reflete sobre os indivíduos e aquilo que é encarado pela sociedade como um comportamento desviante, apresentando pesquisas que discutem tal conceito. Para o autor, são os conjuntos sociais que produzem as regras que identificam a ação dos sujeitos como um desvio, denominando-os como outsiders. Ou seja, “o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”” (Becker, 2008, p.22). Nesse sentido, apesar de sua pesquisa não apresentar este conceito, especificamente, em termos de gênero, ainda assim podemos ver contribuições de

suas ideias para esse estudo. Dado que é possível categorizar como "desviantes" as mulheres presentes no contexto da história do futebol feminino. Como afirma a socióloga Isabelle Clair (2014),

[...] nos textos de H. S. Becker, o principal interesse de sua discussão em termos de gênero encontra-se no fato de eles fornecerem ferramentas suscetíveis de serem mobilizadas em questionamentos a que eles apenas deram início ou que eles não colocaram, mas aos quais eles podem conduzir, alimentando, desse modo, a reflexão coletiva sobre o gênero (Clair, 2014, p.333).

Antes de nos aprofundarmos mais nesse debate, precisamos destrinchar mais o conceito de desvio do autor. Primeiramente, Becker (2008) questiona explicações simplistas sobre aquilo que poderia ser compreendido como desviante. A primeira delas se refere à explicação estatística, pois o desvio seria definido como tudo que varia de maneira excessiva em relação à média. Essa seria uma explicação muito básica, segundo o autor, por não estar preocupada com a violação da regra e por ter resultados de grupos muito heterogêneos. A segunda crítica, por conseguinte, direciona-se ao desvio entendido como uma doença, algo que seja patológico. O seu questionamento passar por ser tão limitante quanto a metáfora da estatística, visto que, “ela aceita o julgamento leigo de algo como desviante e, pelo uso de analogia, situa sua fonte dentro do indivíduo, impedindo-nos assim de ver o próprio julgamento como parte decisiva do fenômeno” (Becker, 2008, p.20). Outra concepção é o entendimento do ser desviante como uma dificuldade em obedecer a regras dadas pelo grupo. Becker (2008) discorda dessa definição por acreditar que existem muitos grupos em uma sociedade, com seus próprios conjuntos de regras, não sendo algo único e unânime, podendo uma pessoa desobedecer às regras de um grupo para fazer a vontade estipulada pelo outro que faz parte.

Apesar de acreditar que essa seja uma definição interessante, por estabelecer que determinadas regras costumam ser gerais entre grupos distintos, o autor dúvida “que existam muitas dessas áreas de consenso” e considera “mais sensato usar uma definição que nos permita lidar com as situações ambíguas e com aquelas sem ambiguidade” (Becker, 2008, p.21). Becker (2008) resume todas essas críticas dizendo que

a concepção sociológica que acabo de discutir define o desvio como a infração de alguma regra geralmente aceita. Ela passa então a perguntar quem infringe regras e a procurar os fatores nas personalidades e situações de vida dessas pessoas, e que poderiam explicar as infrações. Isso pressupõe que aqueles que infringiram uma regra constituem uma categoria homogênea porque cometeram o mesmo ato desviante (Becker, 2008, p.21).

Baseado nisso, o autor introduz um dos pontos principais do seu conceito de desvio: o fato de ele ser criado pela sociedade. Por esse motivo, o desvio não pode ser compreendido de

forma homogênea, sendo preciso estar atento às particularidades de cada sociedade e de cada grupo. Observando ainda as mudanças temporais, algo que o autor menciona quando fala do seu estudo sobre os usuários de maconha e a legislação que passou a proibir seu consumo.

Nesse momento, entram também as questões dos desvios formais e informais, em que os formais são aqueles que passam a ser regidos por uma legislação e os informais os que não estão em nenhum vigor da lei, mas são compreendidos quase como um código de comportamento social. Um fator interessante mencionado pelo autor são as “campanhas” que podem ser usadas pelas autoridades para enfatizar alguma regra sobre um desvio, se tornando mais perigoso, segundo o autor, realizar tal atividade quando uma campanha está em curso. Essa situação seria um dos exemplos presentes na história do gênero no Brasil e, por conseguinte, o futebol feminino. Isso porque existia muita força da mídia para regulamentar um comportamento direcionado à mulher e questionar a prática esportiva com a bola.

Dito isso, podemos compreender que o desvio tem como propriedade a reação das pessoas em relação a determinado comportamento, precisando ser observado diferentes agravantes, como a pessoa que o comete, quem aplica a regras, como enxergam essas regras, entre outros (Becker, 2008). Ou seja, “se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele” (Becker, 2008, p.27).

Além disso, ao questionar quem faz as regras, Becker (2008) discute que a todo momento estamos tentando impor nossos pensamentos e desejos, mas que as regras sociais são criadas por grupos sociais singulares, que devido à diversidade social podem variar de acordo com classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, entre outros marcadores sociais de diferença e dimensões culturais. E mais do que isso, as razões que levam à obediência de determinado grupo sobre outros estão relacionadas ao poder político e econômico, sendo as regras sempre impostas mesmo sem o consentimento das outras pessoas e de maneira compulsória (Becker, 2008).

O próprio autor cita que determinados grupos tendem historicamente a criar regras para outros, como os mais ricos sobre os mais pobres e os homens sobre as mulheres. Em relação a esta última e retornando ao que foi trazido por Laqueur (2001) no que diz respeito às pesquisas médicas sobre o corpo feminino, podemos corroborar com essa descrição, pois o pensador comunica como os homens estudavam sobre as mulheres, nomeando partes dos seus corpos e tirando conclusões mesmo sem as contribuições femininas. As diferentes formas de poder, nesse ínterim, têm uma importância significativa na construção dos desvios, assim como para a construção do gênero como foi trazido na seção anterior na discussão articulada com Joan Scott (1995) e o próprio Laqueur (2001). Ambos os autores, assim como Becker (2008), trazem as

relações de poder para a suas elucubrações da formação da sociedade e seus contextos, dada a sua importância. Destacando não só o gênero, como outros marcadores sociais. Para Becker (2008), nesse sentido, as

diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenciais de poder (seja legal ou extralegal). Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros (Becker, 2008, p.30).

Ambas as questões podem ser situadas no futebol feminino. As regras impostas às mulheres dependem do contexto social e político no qual elas estão inseridas, sendo que algo se torna ou não permitido de acordo com diferentes interesses. Como veremos mais adiante, de maneira mais detalhada, a proibição das mulheres no futebol foi acionada por práticas informais - pioneiramente por homens - até chegar na institucionalização formal por meio de decretos. Algo muito parecido com o que aconteceu com a maconha nos EUA, mostrada no estudo do Becker (2008).

Além do gênero, a sexualidade também pode ser apontada como um marcador que traduz essas distinções, pois são consideradas desviantes as pessoas de determinado gênero que não expressam um desempenho concebido e permitido como “normal”. Um homem brincar de boneca ou uma mulher jogar futebol, podem ser exemplos de tabus que foram quase inquestionáveis durante décadas, levando a associações com a homossexualidade, muitas vezes reforçados dentro do cunho familiar e em toda a socialização das crianças e adultos. Tais ações, por conseguinte, não eram pensadas somente no ato, como discute Becker (2008), mas no seu possível significado, desobedecendo uma conduta social estabelecida. Nesse sentido, podemos pensar que, em ambas as ações citadas, a sexualidade daquele que praticasse tal ato poderia ser questionada, tanto as mulheres atletas do esporte quanto os meninos com seus brinquedos marcados pelo gênero.

A raça e a classe podem ser outros marcadores presentes nesse processo. Na história do futebol, não só o feminino como também o masculino, a modalidade contou com diferenças marcantes em relação aos mais pobres e negros, pois a elite nacional por tempos quis a modalidade somente para si, tentando de algumas formas excluir pessoas de outras classes e raças desse esporte (Cheibub, 2017). Tempos depois, foi se espalhando pelo território nacional e o futebol feminino, por algum tempo, obteve destaque nos subúrbios urbanos (Bonfim, 2019). Se os registros da história feminina no futebol já são escassos, o registro do número de mulheres negras se torna ainda menor. No entanto, Aira Bonfim (2019) traz em seu estudo determinados registros que confirmam a presença das mulheres negras no surgimento do futebol feminino e

também resistência em permanecer praticando o esporte, mesmo com a interdição. Entretanto, outro fator acabou afastando as mulheres negras do holofote do futebol após a quebra do decreto, quando houve a fetichização da mulher jogadora de futebol e um perfil adequado a ser seguido para se tornar esportista (Souza Junior, 2013).

Todos esses pontos evidenciam a contundência das relações de poder e dos fatores políticos, contribuindo ainda mais para os principais pontos do conceito do desvio de Becker (2008). Sobre isso, ressalto a fala do autor quando menciona que

aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros. Além de reconhecer que o desvio é criado pelas reações de pessoas a tipos particulares de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante, devemos também ter em mente que as regras criadas e mantidas por essa rotulação não são universalmente aceitas. Ao contrário, constituem objeto de conflito e divergência, parte do processo político da sociedade (Becker, 2008, p.30).

Nesse sentido, a posição de desviante também dependerá de fatores políticos e do exercício do poder por parte daqueles que compõem a sociedade, sendo algo também mutável. Vale destacar que nem todo o rótulo de desvio será aceito e acatado, gerando conflitos.

Ademais, Becker (2008) dá continuidade ao seu estudo definindo os tipos de desvios existentes. O primeiro deles seria o “comportamento apropriado”, que obedece às regras e as pessoas reconhecem isso, já o segundo passa pelo tipo de “desviante puro”, definido por aqueles como desobediente às regras e entendidos socialmente por este motivo. Em terceiro lugar seria o “falsamente acusado”, sendo este um nome muito sugestivo, pois faz jus aquele que é acusado de cometer um desvio, sem de fato cometê-lo. O último tipo definido pelo autor seria o “desvio secreto”, cuja pessoa comete determinada ação compreendida como um desvio, mas sem que os outros percebam ou tratam esse do desvio como uma violação. Para melhor compreensão, Becker (2008) transforma essa conceituação em um quadro resumido, no qual os comportamentos entendidos como desviantes são o falsamente acusado e o desviante puro, e o não percebido como desviante o comportamento apropriado e o desviante secreto.

Em relação às mulheres no futebol no Brasil, levando em consideração décadas atrás, quando existia uma legislação que proibia as mulheres de praticarem o futebol, podemos pensar que elas seriam enquadradas como desviantes puras. Na contemporaneidade, com o fim dos decretos, a intenção deste estudo passa por compreender se esse rótulo ficou para trás junto com as leis ou se de alguma forma continuou entre as mulheres que praticam esse esporte. Identificando ainda se elas se percebem como um tipo de pessoa desviante ou não.

Ademais, a própria sexualidade das mulheres no futebol pode ser uma característica desviante pensando ambas as épocas, compreendendo também as mudanças sociais em torno desse assunto presentemente. Ser uma mulher jogando futebol pode ser compreendida como um desvio por si só, dentro da modalidade existem determinadas condutas que também podem ser vistas como uma ação desviante, mudando de grupo a grupo, de tempo em tempo, como o próprio Becker (2008) introduz nas definições do seu conceito.

Além disso, Becker (2008) ainda expõe que existem consequências para aqueles taxados como desviantes de forma mais duradoura, refletindo na sua imagem perante a sociedade e a sua participação social. Sobre isso, o autor cita que a mudança mais importante é a da identidade pública do indivíduo e que “cometer o ato impróprio e ser apanhado lhe confere um novo status”, quando ele se revela “um tipo de pessoa diferente do que supostamente era. É rotulado de “bicha”, “viciado”, “maluco” ou “doido”, e tratado como tal” (Becker, 2008, p. 42).

Historicamente, quando refletimos sobre o feminino no futebol, tais rótulos estavam presentes, como a masculinização do ser frágil e doce que “deveria” ser a mulher pela prática esportiva, sendo o contrário disso rotulado como “mulher macho”, algo que será aprofundado quando retornarmos à história das mulheres nesse esporte. Podemos destacar ainda que tais rótulos também estavam direcionados a características físicas femininas, pautados também na expectativa dos comportamentos visando o gênero, ponto que trazia determinados estigmas para as mulheres no futebol.

Sobre os estigmas trazemos para o debate o conceito desenvolvido pelo autor Erving Goffman em seu estudo intitulado “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”. Ele identifica o estigma como um atributo que, nas relações sociais, é assimilado como distinto daquele adotado pela organização social num sentido mais hegemônico. O autor retrata que os sujeitos estigmatizados fogem da suposta “normalidade” identificada na troca das relações onde ele atua, passando por uma ideologia do estigma que busca explicar as suas “inferioridades” (como, por exemplo, a naturalização de desigualdades) e proporciona uma racionalização de uma animosidade mediante outras diferenças (Goffman, 1988). Assim, os estigmas são sociologicamente importantes, pois, por meio deles, se tem acesso a estruturas sociais que implicam em desigualdade, mas são ideologicamente naturalizadas.

Este, como explica a socióloga Azadeh Kian (2014, p.318), este seria um dos conceitos de Goffman utilizados e adaptados pela sociologia do gênero e da diferença, estudos “que se interessam pelos estereótipos negativos e pelos estigmas associados aos indivíduos definidos como diferentes da norma”. Nessa perspectiva, no âmbito do futebol feminino, o estigma pode ser um conceito incorporado à análise, ao pensarmos historicamente na modalidade e na forma

como o corpo feminino passa a ser uma das pautas principais nesse esporte, principalmente na sua formação. As suas capacidades técnicas e táticas foram questionadas, conjuntamente com sua possibilidade de força para atuar em um esporte com caráter tão “masculinizado” (Bonfm, 2019).

Ao explicar e exemplificar o seu conceito, Goffman (1891) aponta diversas ramificações presentes em sujeitos estigmatizados pela sociedade. As maiores atribuições de estigmas na sua obra são de indivíduos que, de certa maneira, convivem com alguma enfermidade, como transtorno mental ou pessoas com deficiência, como impossibilitadas de andar e enxergar. No entanto, alguns dos atributos destacados pelo autor são possíveis de serem enquadrados nas mulheres praticantes de futebol, se nos aproximamos de uma sociologia do simbólico, pensando sempre na forma como socialmente elas são ou foram vistas.

Ademais, de acordo com Goffman (1891), “nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo”(p.6). O estigma, desse modo, não é algo fixo ou prioritariamente negativo, pois é preciso “uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman, 1891, p.6). Tenho como possível inspiração tais conceitos para pensar no percurso da modalidade do futebol feminino no Brasil. Refletir sobre como as mulheres eram tratadas ao externalizar a sua prática esportiva no período de interdição e como, atualmente, socialmente, as atletas são percebidas ao se identificarem como jogadoras.

Goffman (1891) ainda deixa bem claro que o estigma é algo que só pode ser compreendido através das relações, ou melhor, das linguagens das relações sociais. O futebol feminino, neste caso, só pode ser entendido através dos seus contextos sociais para que assim seja possível se compreender como preconceitos atuam na vida das mulheres que o praticam. Isso pode ser exemplificado pela discrepância da modalidade em diferentes países, pois nos EUA, por exemplo, o esporte tem uma longevidade maior que no Brasil e conta com diferentes investimentos, algo que influencia nas linguagens das relações do futebol feminino (Balardin *et al.*, 2018). Isso ainda corrobora para a necessidade de compreender essa prática esportiva de forma regional, observando suas características específicas, devido à sua importância para os estigmas dos contextos e entendimentos das relações presentes nele.

O estigma conta ainda com a passagem da informação social, sendo está toda a informação que “é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem” (Goffman, 1821, p.39). O corpo, nesse sentido, fala e passa uma informação para aqueles que

o observam através dos símbolos. As mulheres, como já observamos no tópico anterior, têm seus corpos controlados e discutidos por séculos, introduzindo formas de funcionamento e de comportamento. O futebol feminino não ficou fora disso, pois o corpo da mulher, por muitos anos, precisou seguir padrões para ser lido como um corpo feminino, carregando, desta forma, determinados símbolos de estigma. Sobre isso, podemos pensar no corte de cabelo, forma de andar, de falar e de se vestir como influentes na estigmatização do gênero feminino neste desporto (Souza Junior, 2013).

Goffman (1821), assim como Becker (2008), coloca o estigma não como algo fixo, mas que se determina a partir das interações sociais, dizendo que

como conclusão, posso repetir que o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro (Goffman, 1821, p. 117).

Ademais, o autor também discorre sobre o desvio, dividido em desviantes intragrupoais, sociais, os membros de minorias e de classe mais baixa. Apesar de ambos os conceitos, tanto o de estigma de Goffman (1821), quanto de desvio de Becker (2008), terem características similares, apresentam uma linha tênue entre eles. Segundo Liana Andrade Biar (2015) a distinção entre ambos perpassa pelo foco direcionado pelos autores, pois enquanto

Becker se ocupa do que se pode chamar de a “gênese” do rótulo de desvio, Goffman trata dos encontros sociais que envolvem pessoas estigmatizadas; do confronto entre as expectativas sobre o encontro que regem as situações sociais e do modo como ele, o confronto, efetivamente acontece, quando um ou mais dos atores envolvidos foge ao padrão requerido, dentro ou fora das instituições totais (Biar, 2015, p. 117).

Nesse sentido, ambos os conceitos se complementam pelas suas similaridades e se mostram significativos para estudar os comportamentos, ações e interações sociais. Sendo que, neste estudo, o desvio ajuda a entender a possibilidade das concepções dos rótulos desviantes no futebol feminino e o estigma do provável embate das mulheres no âmbito social em que elas estão inseridas em relação a uma possível quebra de expectativas direcionadas ao gênero feminino.

Assim como o desvio, o estigma também perpassa por contextos sociais e é classificado, podendo ser modificado não só no espaço, mas também no tempo. Uma das perspectivas deste estudo será compreender como as mulheres atletas eram estigmatizadas pela sociedade no século passado, principalmente no seu período de proibição, e como as jogadoras são estigmatizadas - se ainda o são - atualmente com a mudança social e com o novo regimento do

esporte. Esse debate será desenvolvido durante os capítulos seguintes, mas antes tratarei sobre a interseccionalidade e sua importância analítica para este estudo.

### **1.1.3 A interseccionalidade nas quatro linhas**

A fim de sofisticar e atualizar os conceitos anteriores, trato também como aparato analítico a interseccionalidade, devido à complexidade das relações de gênero que estão envoltas por outras relações sociais estruturais, em diferentes âmbitos da sociedade, incluindo, por conseguinte, o futebol feminino. Para tratar dessa concepção, utilizaremos as autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), que apontam em seu livro “Interseccionalidade” a definição deste conceito, sua história, suas dinâmicas e as características fundamentais para os estudos que envolvem as estruturas sociais.

Para compreender a interseccionalidade como uma ferramenta de análise, as autoras utilizam de alguns exemplos, explicando como se caracterizam as relações interseccionais do poder. Chamamos a atenção para a utilização da FIFA e do futebol como uma dessas exemplificações. Segundo as pensadoras, “o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica para examinar a Copa do Mundo da Fifa mostra como as relações de poder de raça, gênero, classe, nação e sexualidade organizam esse esporte em particular, assim como os esportes de maneira mais ampla” (Collins & Bilge, 2020, p. 21). Elas demonstram que tais categorias, imbricadas ao esporte, não agem de maneira isolada, mas sim, quando funcionam em conjunto, decidem quem “chega a jogar futebol, o nível de apoio que recebe e os tipos de experiência que tem se e quando joga”(Collins & Bilge, 2020, p. 21). Nesse sentido, a interseccionalidade como ferramenta analítica tem o papel de demonstrar como tais categorias de poder estão conectadas (Collins & Bilge, 2020). O uso da interseccionalidade neste estudo é significativo para compreender a atuação dessas relações de poder na organização do futebol feminino.

Devido às autoras utilizarem o recorte da Copa do Mundo como um dos exemplos, elas acabam exemplificam como as instituições envoltas do futebol são importantes para a manutenção das relações de poder. Para Collins e Bilge (2020), existem quatro domínios do poder que caracterizam essas práticas, sendo elas: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal, todos duráveis tanto no tempo quanto no espaço (Collins & Bilge, 2020). Em relação ao domínio estrutural, as autoras evidenciam que ela faz referência “às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde.

Interseções de classe (capitalismo) e nação (política governamental) são fundamentais para a organização do esporte” (Collins & Bilge, 2020, p.22).

Sendo este um domínio importante para compreender o futebol feminino, pois a classe e gênero se encontram diretamente relacionadas na história da modalidade, além do ideário de nação, que, diferente do futebol masculino, por muito tempo esteve ausente para as mulheres. As próprias autoras relatam que além da classe e da nação, o gênero também faz parte desse domínio estrutural, elucidando as diferenças de tratamento entre o futebol praticado pelos homens e o futebol praticado pelas mulheres (Collins & Bilge, 2020).

Tratando sobre o domínio cultural, as autoras relatam que ele traz à luz a significância da cultura e das ideias nas relações de poder, pois, através desse domínio, uma instituição como a Copa do Mundo e a FIFA confirmam como “o poder das ideias, representações e imagens em um mercado global normalizam atitudes e expectativas culturais em relação às desigualdades sociais” (Collins & Bilge, 2020, p.24). Um dos principais apontamentos a esse domínio é voltado para a imagem de competição e de *fair play* desses eventos, que mobilizam massas. Isso porque, através da ideia e do convencimento de que nem todos podem vencer, mas que aqueles que vencem o fazem pelo talento, pela vontade, por sorte e determinação, passa a ser possível acreditar que não há desigualdade no caminho para todos que competem. Essa visão do *fair play* faz acreditar que todos estão competindo em igualdade de condições, mas para Collins e Bilge (2020, p.25) “é isso que fazem as divisões sociais de classe, gênero e raça que estão profundamente interconectadas no domínio estrutural do poder – achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando, na verdade, não estamos”. Outro destaque dado pelas autoras foi para os roteiros passados pelas mídias nesses eventos de massa, como a bravura dos atletas homens e a delicadeza das mulheres em competições de beleza, evidenciando o entendimento binário de gênero através desse domínio cultural do poder (Collins & Bilge, 2020).

O domínio disciplinar, por conseguinte, diz respeito a como “somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o status quo, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes”, seja como indivíduos ou como grupos (Collins & Bilge, 2020, p.27). As autoras enfatizam que esse domínio indica quem são aqueles que receberão equipamentos adequados para realizar determinada atividade, nesse caso o futebol, e quais pessoas serão desencorajadas a exercer essa atividade. Ademais, as relações interseccionais de poder de gênero ou raça são utilizadas como mecanismos desse domínio, já que inventam caminhos para o triunfo ou para o distanciamento, incentivando as pessoas a trilharem percursos desenhados (Collins & Bilge, 2020). Voltadas a isso, as autoras relatam sobre a saída de

jogadores negros do continente africano para tentarem jogar em países europeus, algo que, apesar da possível oportunidade, pode os vulnerabilizar pela exploração de agentes, além do racismo que podem sofrer. Tais processos não são tão distantes daqueles potencialmente vividos por jogadores brasileiros negros, ao fazerem esse percurso em suas carreiras. O mesmo pode acontecer, também, com o futebol feminino e as jogadoras brasileiras que cultivam o sonho de jogar e ter oportunidades em outros países. Collins e Bilge (2020) também tratam sobre a diferenciação de gênero no domínio disciplinar e indicam que as

[...] regras de gênero da Fifa também refletem o poder disciplinar de uma forma que leva a experiências significativamente diferentes para atletas de sexo masculino e feminino. Uma análise interseccional sugere que a convergência de classe e gênero se traduz em desigualdade de salário e oportunidades ao fim de uma carreira no futebol profissional. Além da divisão inicial entre atletas de sexo masculino e feminino, diferentes regras que definem a política da Fifa refletem suposições de gênero sobre a mulher e o esporte (Collins & Bilge, 2020, p. 28).

Além da intersecção de classe e gênero, as autoras também trazem nesse debate o imbricamento de raça e nacionalidade, evidenciando que países com a população negra e mais pobre possuem maiores dificuldades nas competições de futebol feminino mundiais. Sobre isso, Collins e Bilge (2020, p.29) indagam que a “classificação das equipes femininas está relacionada à raça e nação e, por consequência, aos diferentes níveis de apoio dado às mulheres atletas em países ricos e pobres” e que as “interseções de raça e gênero caracterizam tanto o futebol masculino como o feminino e têm importantes implicações financeiras para cada atleta”.

O quarto e último domínio, denominado de domínio interpessoal, caracteriza-se pela forma “como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais” (Collins & Bilge, 2020, p.30). Sobre isso, as autoras ressaltam que a interseccionalidade reconhece o pertencimento de grupo e dos preconceitos vivenciados dessa forma, mas que ela também evidencia as experiências individuais, em relação, à vivência e na formação de identidades. Isso porque, por exemplo, embora as discriminações raciais possam se abater sobre homens e mulheres, ambos ainda podem vivenciar esse preconceito de formas distintas (Collins & Bilge, 2020). Para o futebol feminino, essa percepção é significativa, agindo da mesma forma, visto que, as mulheres sofreram e sofrem discriminações na modalidade. No entanto, as mulheres negras passam por muitas outras discriminações nesse meio. Ademais, para Collins e Bilge (2020)

como o gênero é uma divisão social fundamental na vida cotidiana, o gerenciamento de identidades de masculinidade e feminilidade adquire importância mais que vital nessa área pública global. Independentemente do esporte, as mulheres enfrentaram

uma batalha árdua para praticar esportes, fazê-lo em nível de elite e receber compensação equitativa por isso (Collins & Bilge, 2020,p. 30).

Nessa perspectiva, utilizaremos dessas categorias para as análises, ressaltando o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Compreendendo como as estruturas sociais se relacionam e são utilizadas nas demandas de poder, trabalhando conjuntamente com as seis ideias centrais da interseccionalidade pontuadas pelas autoras: “a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade” (Collins & Bilge, 2020, p.45). Sendo o futebol uma boa lente para essa discussão, pois, como as autoras mesmo retratam, “o futebol profissional é não apenas um jogo, mas também um espaço rico para o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica” (Collins & Bilge, 2020, p.31). Antes de nos aprofundarmos nessa direção, na próxima seção, são expostas às etapas metodológicas utilizadas neste estudo.

## 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2002), em seu livro, “Pesquisa social: teoria, método e criatividade”, define uma pesquisa qualitativa como o estudo de uma rede de significados que constituem a sociedade que vão além da possibilidade de quantificação e refletem um universo mais intenso das associações, sistemas e fenômenos, sendo está uma das características do presente estudo (Paiva, 2021). Para dar seguimento ao desenvolvimento desta pesquisa, busquei inicialmente realizar uma revisão bibliográfica de teses e artigos presentes nos bancos de dados da Capes e no Scielo sobre o tema (Paiva, 2021). Para Ida Regina Chitto Stumpf (2005), uma revisão bibliográfica passa por

[...] um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (Stumpf, 2005, p.51).

Essa técnica teve importância, pois através dele foi possível identificar literaturas que trabalhavam com o tema (Paiva, 2021). Ademais, esse recurso foi relevante para compreender o que foi produzido no âmbito acadêmico até o momento sobre o futebol feminino e argumentos acerca das desigualdades de gênero nessa modalidade.

Por conseguinte, a realização de uma pesquisa de campo possibilita atingir o objetivo dessa pesquisa, que constitui em identificar e abordar criticamente os limites e potencialidades da nova medida de obrigatoriedade do futebol feminino implantada pela confederação brasileira, observando regionalmente esse processo. Buscando assim identificar se tal medida surge como “um projeto de longa duração, que envolve um grupo de agentes envolvidos no

futebol – Confederações, federações, clubes e jogadoras ou somente como uma ação isolada das entidades que se efetivou nos clubes de futebol devido a obrigatoriedade medida?”, como destaca Marcela Caroline Pereira (2022, p.128). Almejando não somente compreender as nuances da profissionalização, como também detectar de que forma a imagem dessas mulheres é associada em campo pelo imaginário e reforço social. Dessa forma, a proposta de campo se fez no clube goiano que está competindo na série A do Campeonato Brasileiro de 2023, sendo ele o Goiás Esporte Clube.

Para Elisa Pereira Gonsalves (2001), a pesquisa de campo

[...] é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (Gonsalves, 2001, p.67).

A partir disso, realizei as três etapas constituintes desse procedimento, sendo elas a observação, a coleta de dados e a análise de dados.

A primeira etapa foi realizada através das idas aos locais de treinamentos do clube. São eles: o centro de treinamento do Aliança/Goiás localizado em Aparecida de Goiânia, a arena com quadras de areia no Jardim Perim (onde ocorre a preparação física) e no galpão próximo ao Setor Campinas (onde elas realizam os treinos físicos e absorvem conhecimentos específicos de táticas). Tais observações se iniciaram em janeiro de 2023, com, aproximadamente, 2 a 3 visitas por mês aos treinamentos e aos jogos oficiais e amistosos. A preparação das atletas aconteceu de quatro a cinco vezes na semana, dividido nos treinos de campo, treinos na areia e no galpão. Com essas idas aos treinamentos e aos jogos pude estabelecer uma relação próxima com as atletas e a comissão técnica, permitindo assim, conhecer e vivenciar mais sobre o dia a dia das profissionais da modalidade. Ir aos treinamentos de ônibus, por exemplo, me ajudou com a aproximação das jogadoras que também faziam esse percurso. Além das visitas aos períodos dos treinamentos, também pude participar de confraternizações com as jogadoras e comissão, como na festa junina, dia das mães, jogo da Seleção Brasileira Feminina durante a Copa e a comemoração do título.

Para a coleta de dados, além da escrita do diário de campo, também foram realizadas entrevistas semiabertas com algumas atletas do time e parte da comissão técnica do clube. O propósito das entrevistas foi compreender as mudanças que a nova medida causou no cenário esportivo, contando com a percepção das pessoas que fazem parte desse sistema. Passando pela comparação com o que havia antes dessa determinação e trabalhando conjuntamente com a percepção da história de vida de cada uma das entrevistadas. As entrevistas semiabertas, por

consequente, se apoiaram em um conhecimento prévio sobre o tema e também nas observações de campo, direcionadas por perguntas que foram expressivas para a pesquisa (APÊNDICE A). Contando, ainda, com o diferencial da flexibilidade, em que questões mais amplas advindas de um roteiro de controle foram mais aprofundadas, retirando o máximo possível das entrevistadas (Duarte, 2005). Jorge Duarte (2005), define a interlocução semiaberta como uma entrevista que

[...] geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. [...]O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador. A lista de questões-chaves pode ser adaptada e alterada no decorrer das entrevistas. Uma questão pode ser dividida em duas e outras duas podem ser reunidas em uma só, por exemplo. Por isso, é natural o pesquisador começar com um roteiro e terminar com outro, um pouco diferente (Duarte, 2005, p.66).

Nesse viés, após a final do Campeonato Goiano Feminino, em outubro, foram iniciados os convites para as atletas e comissão técnica para as entrevistas. Entrei em contato com aproximadamente 13 atletas (cerca de metade do grupo profissional). O critério utilizado para convidar as atletas partiu pensando naquelas que obtiveram uma maior aproximação e por terem diferentes perfis, como diferença de idade, tempo no clube, ser de fora da região, entre outros. No entanto, algumas não me retornaram e outras disseram não se sentirem confortáveis com entrevistas, resultando em apenas quatro respostas positivas ao convite. Com a comissão, entrei em contato com duas pessoas que responderam de forma afirmativa para essa etapa, totalizando seis entrevistas. Deixei que todas ficassem à vontade para escolherem o local para a realização dessa etapa, frisando que faríamos o que fosse mais confortável para elas. Dessa forma, a maioria delas preferiu que a entrevista acontecesse no próprio CT após suas atividades. No entanto, duas entrevistas foram realizadas de forma remota via áudios do WhatsApp devido à distância e preferência das entrevistadas. Ademais, um breve questionário foi aplicado para saber as informações pessoais de cada entrevistada, como raça, orientação sexual, entre outras, para situá-las no contexto de análise.

O método hermenêutico-dialético proposto por Maria Cecília de Souza Minayo (2014) foi utilizado para análise dos dados (Paiva, 2021). Tal método busca complementa o que foi trazido pelos pensadores clássicos da teoria hermenêutica e dialética como Habermas e Gadamer através de uma operacionalização do método. Dessa forma, Minayo (2014) esclarece os pontos importantes da hermenêutica e da dialética e das suas articulações, pontuando que a hermenêutica proporciona uma compreensão da comunicação entre os indivíduos, observando a ação da história e da cultura no seu processo. A dialética, nessa perspectiva, segundo Minayo (2014) pontua a crítica das ideias nos textos humanos, buscando a compreensão através do seu

tempo e suas contribuições ao conhecimento, a vida e atividades da humanidade (Paiva, 2021). A articulação dos dois métodos, para Minayo (2014), é importante por permitir um estudo crítico e compreensivos dos fenômenos e das realidades sociais.

A análise ainda passou por dois níveis de interpretações, como indica o método. O primeiro referente “ao campo das determinações fundamentais, em que se busca o contexto do objeto, do campo e do que se pretende observar” (Paiva, 2021, p.24). O segundo consiste no “[...] encontro com os fatos empíricos, no caso, com um conjunto de concepções[...]. É preciso encontrar nos relatos dos informantes o sentido, a lógica interna, as projeções e as interpretações” (Minayo, 2014, p.355).

A instrumentalização do método foi construída em três momentos. Passando primeiramente pela de ordenação dos dados, que consiste na

[...] (a) transcrição de fitas-cassete<sup>3</sup>; (b) releitura do material; (c) organização dos relatos em determinada ordem, o que já supõe um início de classificação; (d) organização dos dados de observação, também em determinada ordem, de acordo com a proposta analítica (Minayo, 2014, p.356).

Nessa primeira etapa, então, foram efetuadas as transcrições das entrevistas. Antes do início do diálogo, foi perguntado às interlocutoras quais ações elas permitiriam durante e após a entrevista, sendo uma delas a gravação e utilização do áudio na pesquisa através do TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido). Todas consentiram em serem gravadas e essa gravação ocorreu pelo aplicativo de áudio do aparelho celular, com exceção das entrevistas remotas, gravadas diretamente por elas através da ferramenta de gravação da rede social. A transcrição, posteriormente, foi feita de forma manual, sem ajuda de nenhum software, apenas escutando e escrevendo o diálogo. Isso resultou em mais de 50 páginas de transcrição que obtiveram uma ordenação prévia, de acordo com a sequência das entrevistas. Como forma de identificação das falas das interlocutoras, houve a expiração em um jogo de futebol, no qual, existe a distribuição de camisas com números para a identificação das jogadoras. Desse modo, a primeira interlocutora então foi nomeada de Camisa 1, a segunda de Camisa 2 e assim sucessivamente. Para obter informações sobre o perfil de cada um das pesquisadas, optou-se pela aplicação de um questionário simples, contendo algumas perguntas sobre raça, escolaridade, orientação sexual, entre outras. A intenção do questionário foi deixar as entrevistadas mais a vontade em responder tais perguntas e não deixar a conversa com um tom de interrogatório, visto que, foi fornecido para elas um link com o formulário com as perguntas de múltipla escolha e livre.

---

<sup>3</sup> No caso desta pesquisa, tratar-se-ão de áudios gravados via celular.

A classificação dos dados foi realizada no segundo momento, contando com uma leitura mais aprofundada dos materiais produzidos, tanto das entrevistas quanto do diário de campo. O objetivo desse momento foi encontrar sentido entre as informações recolhidas para que fosse possível “[...] apreender as estruturas de relevância dos atores sociais, as ideias centrais que tentam transmitir e os momentos-chave e suas posturas sobre o tema em foco[...]” (Minayo, 2014, p.357-358). Para a autora, essa etapa ainda demanda uma atenção do pesquisador sobre o material coletado, possibilitando aos poucos a construção de categorias empíricas, sendo um passo futuro o confronto “[...] com as categorias analíticas, teoricamente estabelecidas como balizas da investigação, e [buscando] as inter-relações e interconexões entre elas” (Minayo, 2014, p.358). A partir disso, anotações e marcações foram feitas em todo o material disponível, identificando quais aparições correspondiam com o teor analítico da pesquisa (Paiva, 2021).

Em seguida, uma leitura mais objetiva foi efetuada no intuito de estabelecer recortes e categorizar todo o material analisado. Nesse momento, existe uma reflexão sucessiva, no qual, “[...] a relevância de algum tema, uma vez determinado (a partir da elaboração teórica e da evidência dos dados de campo), permite refinar o movimento classificatório” (Minayo, 2014, p.358). Nesse momento, por intermédio das leituras dos materiais transcritos, foi possível identificar os assuntos mais comentados pelas entrevistadas e os pontos convergentes e divergentes na fala de cada uma delas. Com isso, foi possível criar as unidades de sentido divididas em cinco categorias centrais subsidiadas por algumas ramificações denominadas de subcategorias. São elas:

**Quadro 1: Categorias e subcategorias de análises**

<b>Categoria Central</b>	<b>Subcategoria</b>
<b>Inserção, trajetória e vivências no futebol feminino</b>	1- <i>Começo e influências na Modalidade;</i> 2- <i>Trajetoira Escolar;</i> 3- <i>Apoio Familiar;</i> 4- <i>Ingresso no Clube (Aliança, Goiás).</i>
<b>Dificuldades, Transformações e Preconceitos</b>	1- <i>Dificuldades para uma mulher ser atleta/parte da comissão técnica;</i> 2- <i>Alteração e manutenção de estigmas e estereótipos;</i> 3- <i>Preconceitos vividos e assistidos.</i>
<b>Profissionalismo, amadorismo e trabalho</b>	1- <i>Ser atleta profissional;</i> 2- <i>Ser um clube profissional;</i> 3- <i>Viver somente do futebol.</i>

<b>Mudanças, manutenções e obrigatoriedade</b>	<i>1- Potencialidades da obrigatoriedade;</i> <i>2- Diferenças estruturais (passado x presente);</i> <i>3- Limites da Obrigatoriedade.</i>
<b>Instituições, deveres e melhorias</b>	<i>1- Problemáticas e aperfeiçoamentos no futebol feminino regional;</i> <i>2- Atuação do poder público e autoridades do futebol.</i>

Fonte: Elaboração própria (2024)

Na terceira e última etapa, denominada por Minayo (2014) como análise dos dados, foi o momento de gerar as articulações das etapas anteriores, baseando-se no material teórico e objetivos de pesquisa, levando em consideração que ambas as etapas demandam “[...] uma profunda inflexão sobre o material empírico, que deve ser considerado o ponto de partida e o ponto de chegada da compreensão e da interpretação” (Minayo, 2014, p.358). Romeu Gomes (2002, p.78), que realizou trabalhos apresentando esse método proposto por Minayo, ressalta que, por intermédio dessa conjuntura, é possível promover as “[...] relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática”, algo já mencionado também por Adaleny Paiva (2021). Nesse sentido, nessa etapa as categorias foram analisadas, conjuntamente com os referenciais teóricos, visando compreender as mudanças ocorridas no futebol feminino. Baseando-se na obrigatoriedade, levando em consideração a história de vida das profissionais entrevistadas e as observações feitas durante todo o período de campo.

Apresentadas as premissas metodológicas deste estudo, no capítulo seguinte são apresentados os elementos da história das mulheres no futebol brasileiro, passando pelo seu surgimento e o período de proibição, até chegar à contemporaneidade. Pontuando ainda o lugar da mídia no processo de sexualizar e estereotipar as mulheres praticantes desse esporte.

## 2 ENTRE GOLS E IMPEDIMENTOS

### 2.1 O INÍCIO DA PARTIDA DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

A história de como iniciou o futebol praticado por homens no território brasileiro está permeada por diversas nuances, sem de fato existir um consenso. Muito se conhece a história do inglês Charles Miller por ter se consagrado como uma referência do esporte no país após organizar, em sua visita no final do século XIX, uma partida que ensinou as regras desse, até então, “esporte desconhecido” (Bonfim, 2019). Entretanto, conseguimos nos deparar com estudos que divergem dessa narrativa e relatam que práticas com características semelhantes ao futebol do inglês estavam presentes no país antes mesmo da sua visita (Camargo, V. 2014, Santos Neto, 2002, Stein, 2015). Para Wagner Xavier de Camargo (2020) existem problemáticas na busca por essas origens, pois os pontos iniciais geralmente são nebulosos e imprecisos e o “mito da origem” passa a glorificar pessoas e acontecimentos, com a narrativa dos poderosos se sobressaindo entre as demais, deixando de fora o lado das minorias. Além disso, olhar para os excluídos pode trazer outros pontos de vista sobre os fatos registrados. Sendo assim, o “protagonismo de Miller talvez possa ser realocado apenas para o caso da institucionalização da modalidade” (Camargo, W. 2020, p.590).

A trajetória feminina no esporte no Brasil, concomitantemente, segue também uma perspectiva de muitas origens. No entanto, vale lembrar que por muito tempo existiu uma dificuldade em se encontrar registros sobre os feitos femininos no futebol, justamente pela pouca participação delas na construção da história, por ficarem em segundo plano e passarem por um obscurantismo ao longo da sua trajetória esportiva. Como relata Suzana Goellner (2011)

[...] o fato de não serem nomeadas, evidenciadas, mostradas e narradas não significa, em absoluto, que as mulheres não estivessem, há muito tempo, presentes nas quadras, arenas, campos, parques, ginásios e ruas. Simplesmente a elas não se conferiu luz nem voz. Foram lançadas nas zonas de sombras e de esquecimentos por razões políticas, éticas, ideológicas, religiosas, culturais, entre outras (Goellner, 2011, p. 7)

Apesar disso, atualmente já se tem conhecimento das histórias que retratam as primeiras origens do futebol feminino no Brasil. A mais conhecida e difundida faz referência ao “jogo de futebol entre senhoritas”, realizado na cidade de São Paulo, entre as “senhoritas” do bairro do Tremembé e da Cantareira, em 1921” (Bonfim, 2019, p.27). Entretanto, existem estudos que trazem outras atuações mais antigas e que identificam fontes de jornais e revistas que falam sobre a atuação do futebol feminino no século passado. Tais estudos, nessa perspectiva, foram significativos para construir este aporte histórico, pois, através deles, pude ter conhecimento sobre esses materiais e procurá-los nos acervos digitais dos jornais e revistas com o intuito de

trazê-los para o debate (Franzini, 2005; Lima & Pinheiro, 2018; Almeida, 2013; Silva, 2015; Bonfim, 2019; Paiva, 2021).

Trago como primeiro exemplo a dissertação da historiadora Aira Bonfim (2019), que realizou um vasto estudo de reportagens e registros do futebol feminino no Brasil antes dos anos 1940, sendo uma delas a matéria presente no *Jornal de Theatro & Sport*, de 1919, no qual, constam relatos de uma partida entre as filhas dos associados do Clube de Regatas do Flamengo contra o seu time infantil, que aconteceu em uma das festas esportivas da época promovidas pelo clube. Vale ressaltar que tais festas esportivas adquiriram bastante destaque no estudo de Bonfim (2019), por indicarem uma maior participação feminina nos espaços públicos naquele período. As festas então contavam com diferentes atividades lúdicas que podiam ser praticadas tanto por homens quanto por mulheres. Segundo a autora, mesmo que o gênero feminino não fosse o centro dessas ocupações esportivas, isso demonstra um incentivo à participação delas em atividades fora do seu lar e em atuar fora do que comumente as mulheres estavam atreladas (Bonfim, 2019).

Essa afirmação evoca uma atenção para os padrões históricos da época. Como destacam Goffman (1821) e Becker (2008), o contexto social tem importância na compreensão dos estigmas e dos desvios. Nesse ínterim, levando em consideração o início do século XX, houve uma política de embranquecimento da população por intermédio da imigração de brancos para o Brasil e o incentivo das relações sexuais entre negros e brancos. De acordo com Kenia Soares Maia e Maria Helena Navas Zamora (2018, p. 279) o médico e antropólogo João Baptista Lacerda foi uma figura importante dessa política, ao representar o Brasil no o I Congresso Universal e ao trazer “que a saída para a questão racial estava em vias de ser resolvida pela imigração e “seleção sexual”, ou seja, de casamentos entre mestiços ou negros com brancos, o que deveria extinguir a raça negra num prazo de cem anos”.

Ademais, ainda nesse período, os discursos higienistas ganharam força no Brasil, funcionando como uma ideologia, por meio da qual eram propostos padrões de moradia, alimentação e organização familiar, como indicado pelo estudioso Leonardo Afonso de Miranda Pereira (1998). Segundo ele, esse discurso ainda defendia um ideal de beleza e limpeza como fonte para mais saúde e vigor físico, além de ser atribuída aos médicos “uma importância especial: a higienização do corpo do indivíduo, supostamente depauperado por séculos de inércia e de preguiça (Pereira, L. 1998, p.37). Nesse sentido, o país foi se fortalecendo através de uma narrativa transportada da Europa, acompanhada por um ideal de desenvolvimentismo e para que a ‘raça’ miscigenada, que seria ‘inferior’ à das pessoas do velho continente, pudesse se tornar mais apta. Necessitando, inclusive, dos exercícios físicos mais que as outras raças por

causa dessa suposta “inferioridade”. Foi nesse cenário que as práticas esportivas começaram a ganhar força no Brasil e a educação física foi exigida para jovens nas escolas brasileiras (Pereira, L. 1998). Ademais, segundo Marcela Amaral (2011, p. 134), o Movimento Higienista tinha como pretensão a cura de “doenças” em conjunto com um projeto maior de modernização do país. As mulheres passaram a ocupar o centro dos discursos da medicina e das ações desse movimento devido “ao seu “importante” papel na construção da nação pela geração e educação dos/das filhos/as”.

Nessa perspectiva, como salienta Silvana Goellner (2001), no seu estudo “A Educação Física e a construção do corpo feminino no Brasil: imagens de feminilidade”, nas primeiras décadas dos anos 1900, era exigido que as elas buscassem se dedicar mais a sua aparência, justamente com as práticas dos exercícios físicos. O intuito era de conquistar assim corpos mais saudáveis para a fecundação, visando gerar uma prole mais desenvolvida para o fortalecimento da Nação. Tais pressupostos “são identificados como impulsionadores da modernização da mulher e da sua autoafirmação na sociedade e, pelo seu contrário, como de natureza vulgar que a aproxima do universo da desonra e da prostituição” (Goellner, 2001, n.p). Esse paradoxo e conflitos nos discursos trouxeram outras consequências para a mulher no futebol, algo que será debatido mais adiante. As mulheres, contudo, a partir desse cenário, passaram a ocupar mais a vida pública e se adentrar no mundo das práticas corporais, como foi o destaque das festas esportivas indicadas por Bonfim (2019). Nessa perspectiva,

é possível afirmar que há uma crescente e exaltada preocupação com o corpo, influenciada pelo discurso médico e higienista, pela maior visibilidade das mulheres com a prática de atividades físicas, mas também pela crescente influência da moda, do cinema e da indústria da beleza. O corpo passa a ser construído como território de liberdade, de escolhas, isto é, de reflexividade do eu, mas também como espaço de aprisionamento, na medida em que se busca a construção de uma imagem corporal, coerente com os padrões emergentes nesta nova ordem social (Amaral, 2011, p.136).

Vale ressaltar que existia ainda um viés de classe nesses eventos, pois participavam essencialmente as mulheres pertencentes à família aristocrata. Como retrata Aira Bonfim (2019, p. 40) o “projeto de modernidade enseja sobre a promoção de exercícios físicos para as senhoras e senhoritas, principalmente às mulheres brancas, ricas e de considerável extrato social [...]”. Sobre isso cabe a reflexão de que a história não se passa de modo único sobre toda uma população, indicando apenas uma narrativa sobre aquilo que se tem conhecimento e que existem divergências quando pensamos nas interseccionalidades e nos eixos de dominação. Sobre isso, podemos pensar nos domínios estrutural e disciplinar do poder, explicados por Collins e Bilge (2020), visto que a classe diferenciava as mulheres daquela época em relação aos pertencimentos nesses festivais e na vida pública, tendo aquelas que seriam apreciáveis neste

local de iniciação desse esporte e as marginalizadas nessa época. Além de as mulheres, mesmo que discriminadas, terem diferenciações nesses preconceitos dependendo da sua classe e raça, como indicado também o domínio interpessoal do poder. As mulheres das classes mais baixas e também as mulheres negras surgem tempos depois em outros eventos esportivos registrados, como discutiremos mais adiante.

Ademais, mesmo que haja registros de que mulheres tenham participado de partidas junto aos meninos nesses eventos esportivos, foi apenas em 1920 que se teve conhecimento de um jogo formado somente por mulheres, proporcionado pela diretoria Helios Athletic Club (Paiva, 2021). Segundo Aira Bonfim (2019, p.65) “o jogo entre mulheres representantes do Hélios Athletic Club, figura-se entre os mais antigos marcos introdutórios do futebol feminino no Brasil, antes mesmo do episódio apresentado em São Paulo, entre Tremembeenses e Cantareirenses, em 1921”. Outros registros também foram encontrados pela historiadora, como uma foto divulgada pela revista carioca *Vida Sportiva*. Nela era possível ver mulheres uniformizadas da cidade de Natal, representando o time Sport Club Natalens. Na legenda da fotografia constava o placar do jogo de 12 x 0 a favor do Sport Club Natalens contra o ABC Foot-Ball Club. Para Bonfim (2019, p. 66-67), essa “referência encontrada em Natal figura-se como uma das mais antigas no que se diz respeito à prática do futebol entre mulheres no Brasil”. Esses exemplos demonstram como o futebol feminino começou a surgir no país, sendo este um histórico antigo permeado pelas mudanças oriundas da modernidade e também pelos ideais higienistas.

Ademais, percebe-se que a trajetória feminina no futebol passou por caminhos diversos, se distanciando da trajetória masculina. Um deles foi as apresentações em circos pelo Brasil a partir de 1926. Na figura 1, em uma das fontes de revistas identificadas por Aira Bonfim (2019), podemos ver um dos registros da revista *A Cigarra*, que constam mulheres com uniformes representando o Palestra e o São Bento. Na legenda existe um destaque para o Circo dos Queirolos, um dos mais famosos no início do século XX. No entanto, a apresentação das mulheres na fotografia aconteceu, de fato, no Circo Alcebíades, em São Paulo (Bonfim, 2019).



Figura 1: Futebol feminino no Circo (Revista A Cigarra, 1926)  
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo<sup>4</sup>.

O circo dos Irmãos Queirolos, por sua vez, aparece registrado no Jornal O Globo, com uma apresentação do futebol feminino inspirado nas seleções da Copa do Mundo masculina de 1930 (Brasil, Argentina e Uruguai), como destacado por Aira Bonfim (2019), através da reportagem do Jornal O Globo (figura 2). Ainda segundo a autora, outros registros identificam mais alguns circos por diferentes regiões do Brasil que contavam com o futebol feminino na sua programação, como o Circo Nerido, que atuava principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

---

<sup>4</sup> A Cigarra, São Paulo, v. 14, n. 272, mar. 1926. (Arquivo disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas). Acesso em: 27 jun. 2023)

26-11-30

# O "GLOBO" NOS THEATROS

**AS PRIMEIRAS**  
*Circo Queirolo, no Lyrico*

Hontem foi dia do programma novo no Circo Queirolo. Houve algumas estrênas apreciabilissimas, variações de numeros por artistas já conhecidos da platêa e o primeiro match do campeonato de football feminino, por dez senhoritas agéis e habéis.

O football começou por um torneio internacional, que hoje se prolonga. Começou pelo jogô Brasil x Urugua, muito animado, que findou com o score de 4x2, a favor do Brasil. O team azul e branco abriu a marção, mas, o verde e amarello fez tres goals de enfiada, registando, então, o placard a marcação de 3x1. Reagiu, porém, o team uruguaio e conseguiu o seu segundo goal. Quasi ao final do tempo, porém, o team brasileiro quiz deixar nitida a sua victoria e obteve o seu quarto goal. Hoje, o jogo será Brasil x Argentina e amanhã deverá começar o campeonato local, em que figurarão diversos dos grandes clubs filiados á "Ames".

Os espectáculos do Circo Queirolo continuam a agradar plenamente e o theatro Lyrico a ter grande concorrência. — X.

**"SANGUE GAÚCHO", SE-<sup>1</sup>**  
**GUNDA-FEIRA,**  
**NO S. JOSE**

Segunda-feira proxima, a Companhia de Sainetes apresentará ao seu publico uma peça de palpitante actualidade — "Sangue Gaúcho". Trata-se do consagrado original que o Dr. Abadie Faria Resa escreveu em torno dos ultimos acontecimentos, visando, como em todas as suas produções, divertir a platêa. É um espectáculo engraçadissimo, por tanto, que vamos assistir no Theatro São José, e ao lado dos aspectos puramente hilariantes da peça ha um enredo amoroso desenvolvido com habilidade, ao mesmo tempo que se exaltam os sentimentos patrióticos evidenciados na Revolução. "Sangue Gaúcho" deve marcar um gran-



[Cliché Globo]

As disputantes da football do Circo Queirolo, que se exhibe no theatro Lyrico

Figura 2: O futebol feminino no Circo dos Irmãos Queirolo.

Fonte: O Globo, 26 nov. 1930<sup>5</sup>.

Pontuar essas aparições circenses do esporte mais popular do Brasil figurado por mulheres tem importância pelo significado destes atos para o período. Contudo, é importante pontuar que tais atuações tinham um teor jocoso para os seus espectadores, por contarem com a figura feminina atuando e não obtendo nenhum compromisso com a técnica esportiva (Bonfim, 2019; Paiva, 2021). Além disso, os corpos femininos aparecem, nesse sentido, como uma forma de sexualizar e atrair a atenção do público, devido a vestimentas nas apresentações que poderiam ser consideradas inapropriadas para os padrões da época, levando em conta o seu tamanho (Bonfim, 2019; Paiva, 2021). Esse seria um dos primeiros momentos em que o futebol e a sexualização foram utilizados para atrair audiência, algo que se repetiu anos à frente, quando houve tentativas de um maior compromisso com o esporte e a profissionalização das mulheres.

A respeito dos pontos positivos, podemos pensar nas diferentes transgressões que assistir mulheres jogando nos circos refletiam na sociedade, pois existia uma movimentação do corpo que eram incomuns às mulheres, ocorrendo fora de seus lares. Sobre isso, Aira Bonfim (2019) pontua que

<sup>5</sup> Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 1930. (Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-aocervo/?navegacaoPorData=193019301126>. Acesso em: 29 jun. 2023)

[...]tanto o circo como os teatros da época, com maior ou menor grau de requinte técnico, exploraram sentimentos e emoções do público - um público pagante na grande maioria dos casos. Para a época, mulheres protagonistas de um match de futebol, vestindo uniformes de clubes e roupas curtas, eram suficientemente interessantes para converter um número razoável de espectadores curiosos e ávidos por assistir uma cena incomum. Se as apresentações de jogadoras durante as festas esportivas promovidas entre os clubes foram praticamente excepcionais, com episódios numericamente pequenos, nos circos, tais atrações ganharam publicidade e maiores ofertas de exibição (Bonfim, 2019, p.87).

Nesse momento, também vale uma reflexão sobre as diferentes evoluções do futebol feminino e masculino. Os homens, em 1930, já estavam passando por um processo de profissionalização nesse esporte, sendo este, “[...] um período entre guerras, em que o futebol era utilizado para fomentar as bases de uma unidade brasileira. O futebol (praticado por homens) representava, portanto, a força e a cultura nacional” (Burch & Kessler, 2021, p. 17). As mulheres, além das apresentações em circos, contaram com um crescimento do esporte nos subúrbios, principalmente o carioca, com jogadoras “oriundas de bairros como Cascadura, Piedade, Engenho Novo, Realengo e Valqueire, entre 1939 e 1940” que passaram a aparecer “de forma crescente nas notícias dos periódicos esportivos, com direito a divulgação de suas escalações, fotos e entrevistas” (Bonfim, 2019, p. 24). O movimento do futebol feminino nos subúrbios cariocas foi de grande proporção e passou a fazer parte dos momentos de lazer das classes mais baixas das regiões mais abastadas da até então capital do país. Para Aira Bonfim (2019, p.131), tais festivais esportivos dos subúrbios “são exemplos da mimese das ‘festas sportivas’ existentes desde o final do século XIX e início do XX [...]. Os subúrbios, anos mais tarde, fizeram as suas releituras próprias e pertinentes daquele cotidiano de lazer em formação”.

Ademais, ainda de acordo com Aira Bonfim, em entrevista ao portal Catarinas, realizada por Daniela Valenga (2023), as mulheres presentes nos festivais esportivos jogando futebol “não representavam apenas uma categoria de gênero, mas são mulheres que têm outras categorias e marcadores sobre elas, por exemplo, de raça e de classe, são mulheres negras oriundas de uma periferia carioca”. Essas são algumas evidências da participação de mulheres fora da aristocracia brasileira e com outros tons de pele participando do surgimento do futebol feminino no Brasil. Entretanto, vale ressaltar que ainda se tem pouco conhecimento sobre as mulheres pretas e pobres no futebol, no início da modalidade. Mesmo que Aira Bonfim (2019) mencione mulheres pretas nos subúrbios cariocas, trazendo registros dos jornais com fotos delas, mínimos são os registros sobre a aparição delas no esporte. A autora encontrou apenas poucos registros de jornais em 1931 e início de 1932 e depois somente em 1939 e 1940. Além disso, as fotos nos jornais da época – de grande circulação do período e destaque na propagação de notícias sobre o futebol – que mostram jogadoras pretas não fazem a ligação dos nomes com

as mulheres das fotos, não permitindo resgatar suas histórias e identificá-las de fato (Bonfim, 2019).

Mesmo com esse adendo, não se pode negar a aparição dessas mulheres no cenário público, sobretudo no futebol, podendo ser pontuada a existência de diferentes perfis de classe e raça entre as jogadoras. Contando também com uma maior ocupação de outros espaços a partir do que se pautava da modernização da sociedade. Entretanto, tal movimento causou outros impactos e incômodos nos anos seguintes.

## 2.2 RECATADAS E DO LAR: OS GRAMADOS NÃO ESTÃO EM SUA “NATUREZA”

Vem, pois, o signatário, respeitosamente, solicitar a clarividente atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, Sr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar esse esporte violento sem afetar, seriamente, o equilíbrio psicológico das funções orgânicas, devido à natureza que a dispôs a “ser mãe”.<sup>6</sup>

O trecho supracitado foi retirado de uma carta direcionada a Getúlio Vargas, Presidente da República em exercício em 1940, por José Fuzeira, um cidadão comum. Tal escrito teria sido motivado por seu descontentamento com uma partida que seria realizada por mulheres no estádio do Pacaembu antes do jogo dos times masculinos do São Paulo e Flamengo. Os times femininos eram o Casino Realengo e o Sport Club Brasileiro, os dois principais clubes dos festivais esportivos do subúrbio carioca (Bonfim, 2019). Em seu escrito ele faz diferentes apelos, um deles seria para o presidente salvar “[...] essas futuras mães do risco de destruírem a sua preciosa saúde, e ainda a saúde dos futuros filhos delas...[...]” (Regis *et al.*, 2019). Vale lembrar que “no Brasil, até meados do século XIX, a estrutura extremamente conservadora da sociedade não permitia às mulheres grande participação em alguns ambientes sociais, dentre eles o esportivo, uma vez que eram criadas para serem esposas e mães” (Goellner, 2005a, p.88). No entanto, com o movimento feminista, e a luta por direitos, houve uma modificação nesse princípio.

Como já destacado, era incentivado que as mulheres buscassem cuidar dos seus corpos e praticassem exercícios físicos, o que permitiu a participação em espaços fora das suas casas. Além disso, novos direitos foram sendo conquistados em diferentes países, como o voto feminino. Contudo, essas não foram mudanças instantâneas e determinados ambientes pareciam

---

<sup>6</sup> Carta de José Fuzeira ao Ilmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas (grifos do original). Rio de Janeiro, 25.04.1940. Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 — mf. 0117

mais resistentes à ocupação feminina, como foi o caso dos ambientes esportivos em que a masculinidade era predominante. Existia, porém, um paradoxo e um conflito nos discursos referentes ao papel da mulher em uma sociedade moderna, pois, ao mesmo tempo, em que eram incentivadas a cuidarem do corpo e estarem ativas na vida pública, existia um temor que o gênero feminino se torna desonroso e vulgar, fugindo do que seria a sua “natureza”. Nessa perspectiva,

[..] o temor que a mulher rompa algumas barreiras que delimitam as diferenças culturalmente construídas para cada sexo torna imperiosa a sua feminização, caso contrário, diz o discurso dominante, ela estará se masculinizando. Razão pela qual o movimento feminista, a reivindicação pelo voto feminino, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o abandono do espaço doméstico, entre outros, configuram-se como atitudes a serem observadas com atenção e zelo visto que podem desestabilizar uma ordem culturalmente construída (Goellner, 2001, n.p).

A mulher, ocupando os espaços anteriormente voltados apenas para os homens, romperia com a ordem vigente, sendo o futebol um exemplo paradigmático desses discursos no caso brasileiro. Assim, as mulheres estariam eclodindo com as “leis naturais de fragilidade e feminilidade”, agindo com mais força e vigor, antes atrelado unicamente aos homens. Isso demonstra uma preocupação com a superação feminina, algo muito presente no âmbito esportivo. Ao realizarem uma atividade antes entendida como masculina e de forma bem sucedida, as mulheres colocariam em xeque o discurso das diferenças tidas como naturais entre elas e os homens. Ter mulheres em campo “subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas” (Franzini, 2005, p.316). Silvana Goellner (2005b) completa esse pensamento indicando que inserir as mulheres nos mais diferentes ambientes esportivos significava uma ameaça: primeiro por chamar a atenção para si em universos pautados em valores masculinos e segundo por desmistificar características consideradas inatas ao feminino. Para Connell e Pearse (2019), tais discursos fazem parte do senso comum e compactuam com as teorias essencialistas que se baseiam somente na dicotomia homem e mulher para definir o gênero. Sobre isso, elas afirmam que a definição do senso comum não estaria equivocada pela atenção dada aos corpos e na reprodução sexual, mas sim, pela “tentativa de inserir a complexidade biológica e sua adaptabilidade numa dicotomia rígida e a ideia de que os padrões culturais apenas expressariam diferenças corporais”(Connell & Pearse, 2019, p.47-48).

Foi imbuído por esses pensamentos que João Fuzeira escreveu ao Presidente da República, tendo inclusive sua carta publicada no Diário da Noite, em 7 de maio de 1940, sob o título “um disparate sportivo que não deve prosseguir” (Figura 3), sendo este, um registro

jornalístico já pontuado por Franzini (2005). Aira Bonfim (2019) também discute as controvérsias do papel da mídia ao tratar do futebol feminino. Isso porque alguns veículos promoviam os jogos e retratavam o alcance do futebol feminino como o nível de público e datas dos jogos e depois, alguns desses mesmos veículos atrelados a outros com discursos mais incisivos em relação à atuação feminina na sociedade começaram a descredibilizar as partidas e as mulheres que faziam parte desse movimento (Bonfim, 2019).



Figura 3: Carta de José Fuzeira publicada no jornal.  
Fonte: Diário da Noite, 07 mai. 1940<sup>7</sup>.

Em relação à carta publicada no jornal, mesmo com José Fuzeira dizendo que não possui “credenciais de qualquer autoridade educacional ou científica”<sup>8</sup>, ele relata diversos problemas à saúde feminina que poderiam ser ocasionados pela prática do desporto. Na carta, ele cita a possibilidade de adquirirem um câncer oriundo de uma bolada forte contra os seios, destacando que o futebol seria muito violento e poderia ferir “seriamente, o equilíbrio psicológico das funções orgânicas [da mulher], devido à natureza que a dispôs a “ser mãe””<sup>9</sup>. Discursos como esse não eram isolados, existindo em conjunto uma participação da mídia em propagar essas afirmações mais conservadoras, buscando inclusive relatos dos ditos especialistas para tratar desse assunto e trazer um tom de veracidade a esse discurso (Bonfim, 2019). Franzini (2005)

<sup>7</sup> Diário da Noite, São Paulo, 1940. (Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/221961/per221961\\_1940\\_03946.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/221961/per221961_1940_03946.pdf). Acesso em: 01 jul. 2023)

<sup>8</sup> Carta de José Fuzeira ao Ilmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 25.04.1940. Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 — mf. 0117.

<sup>9</sup> Idem, nota 7.

identifica que, no jornal a Gazeta Esportiva, dias antes da publicação da carta de Fuzeira (06 maio de 1940), também ecoou um apelo para que o jogo do Pacaembu fosse proibido. Dias depois do recebimento da correspondência,

[...] a carta foi encaminhada à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que, por sua vez, a repassou à sua Subdivisão de Medicina Especializada, onde recebeu não só o parecer favorável da “voz da ciência” como todo o seu apoio na cruzada contra as mulheres futebolistas (Franzini, 2005, p. 320).

Mesmo com tudo isso, o jogo aconteceu no Pacaembu, com a vitória do S.C. Brasileiro, pelo placar de 2x0, sendo este, um registro de jornal identificado também por Franzini (2005).



Figura 4: Jogo entre Sport Club Brasileiro e Casino Realengo Futebol Clube no Pacaembu. Fonte: Correio Paulistano, 17 mai. 1940<sup>10</sup>.

Não obstante, isso não impediu que a carta direcionada ao Presidente causasse alguns efeitos e ligasse um alarme. Tanto que após um ano do apelo de Fuzeira e diversas manchetes nos jornais sobre os perigos do futebol feminino, em 1941, Getúlio Vargas formalizou o Decreto-Lei n.º 3.199, sendo este inicialmente criado com a perspectiva de regulamentar o desporto nacional. Entretanto, sua maior ressonância foi voltada para a oficialização da proibição da presença feminina, na prática de determinadas atividades esportivas, dentre elas o futebol, pois ressalta que as mulheres ficariam proibidas de praticar esportes que ferissem a sua

<sup>10</sup>Correio Paulistano, São Paulo, 1940. (Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972\\_1940\\_25829.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1940_25829.pdf). Acesso em: 01 jul. 2023)

“natureza” (Bonfim, 2019). Para Aira Bonfim “a proibição é uma estrutura machista” (Valenga, 2023), pois escancara um desconforto das autoridades com a presença de mulheres pobres, pretas e jovens que poderiam estar em um lugar de prestígio como estava se tornando o futebol no Brasil.

Aqui, percebemos mais enfaticamente as categorias dicotômicas que foram acionadas para que a proibição fosse efetivada, como masculino/feminino, natureza/cultura, rico/pobre, negro/branco, entre outras. Pierre Bourdieu (2004, p.165), no seu trabalho denominado “Coisas Ditas” no capítulo “Espaço social e poder simbólico”, fala dessas classificações dualistas que operam no âmbito social e que “organizam a percepção do mundo social e, em determinadas condições, podem realmente organizar o próprio mundo”. O autor também trata do poder simbólico, relatando que ele constrói grupos através do discurso performativo, estando fundado na posse de um capital simbólico e dependente do “grau que a visão proposta está alicerçada na realidade” (Bourdieu, 2004, p.166).

Esse direcionamento converge na maneira em que o Decreto foi respaldado por representantes da medicina da época, ao acionarem os seus saberes médicos para falar sobre os aparatos biológicos que teoricamente impediam que as mulheres atuassem na modalidade. Segundo Franzini (2005) a Subdivisão de Medicina Especializada, antes da determinação, chegou a cogitar fazer uma campanha mostrando quais seriam as complicações que ocorreriam no corpo feminino se elas praticassem o futebol, enquanto se esperava as ações do poder público. Com isso, a medicina nos anos 1940 corroborava com o entendimento médico do século anterior, apontado por Laqueur (2001). Tais discursos saíam de uma biologia baseada em uma hierarquia cósmica, para uma biologia do descomunal, “baseada no corpo, onde a relação do homem para a mulher, como das maçãs para as laranjas, não era considerada de igualdade ou desigualdade e sim de diferença. Isso exigia interpretação e tornou-se a arma da luta cultural e política” (p. 253). O pensador Wagner Xavier de Camargo ainda complementa essa discussão ao apontar que

ao usar categorias de sexo no esporte nas sociedades contemporâneas, cola-se a genitálias á classificação dos corpos, e estes figuram como marionetes de um teatro regido pelas regras da heteronormatividade, que a heterossexualidade opera como dispositivo compulsório e as normas de conduta se fazem instituídas, do sexo ao gênero, da biologia a cultura. São saberes que determinam se os corpos que se apresentam nas arenas esportivas têm permissão para ali permanecer ou devem ser banidos” (Camargo, W. 2020, p.592).

A medicina, ao lado das intenções do Estado, neste sentido, funcionou como um poder simbólico, fundamentado na dualidade feminino/masculino, que obtinha a autoridade, o reconhecimento social e era creditada como construtora da realidade, pautando-se no que seria

a verdade (Bourdieu, 2004). Com isso, a sociedade tinha um respaldo técnico e legal para introduzir discursos que impedia as mulheres de realizarem certas atividades, determinando quais seriam femininas e quais eram de exclusividade dos homens. Nessa perspectiva, podemos compreender aquilo descrito por Silvia Federici (2019, p. 75) quando afirmou que “é a classe dominante, ou aqueles que aspiram ao domínio, que pressupõem uma personalidade humana natural e eterna — de modo a eternizar o seu poder sobre nós”, mulheres. Além disso, cabe a reflexão também sobre os perfis de mulheres que estavam alcançando maior visibilidade a partir do futebol no período em que o descontentamento com a modalidade começou a ser um discurso massivo na mídia. Mulheres jovens, suburbanas, de classe baixa e não brancas estavam se organizando, montando festivais e saindo em excursões para jogar em diferentes estados do Brasil e com iniciativas para sair do país (Bonfim, 2019). Como retrata Júlia Belas (2020),

em um ambiente como o futebol, cujo objetivo inicial no Brasil era ser lazer de homens brancos, o corpo de uma mulher negra que joga futebol vai de encontro a essa ideia. E, por estar no lado oposto da estrutura patriarcal e racista, quando ela se coloca em campo, a mulher negra movimenta todas as estruturas (Belas, 2020).

A partir desse histórico, compreendemos também como a presença feminina permeada por diferentes marcadores sociais no futebol começa a se construir no processo de desvio. Existia um crescimento da modalidade até 1940, quando mesmo passando pelos circos como forma de entretenimento, era possível perceber um aumento da prática esportiva entre as mulheres, que passou a estar em outros espaços, tendo sido criados diferentes times, principalmente nos subúrbios cariocas (Bonfim, 2019). No entanto, o poder social e científico passou a ser acionado para que a mulher mantivesse em seu espaço de inferioridade em relação ao homem. Assim,

o futebol feminino [...] só poderia mesmo representar um “desvio de conduta” inadmissível aos olhos do Estado Novo e da sociedade brasileira do período, pois abria possibilidades outras além daquelas consagradas pelo estereótipo da “rainha do lar”, que incensava a “boa mãe” e a “boa esposa” (de preferência seguindo os padrões hollywoodianos de beleza), principalmente, restrita ao espaço doméstico (Franzini, 2005, 321).

A partir disso, o desvio das mulheres no futebol começa a ter um peso de lei com o Decreto descrevendo as características dos esportes que não deveriam ser realizados por elas. Tal afirmação fez com que a sociedade mantivesse uma vigilância em relação às mulheres que permaneceram praticando a atividade, podendo aplicar sanções e determinadas coerções. As mulheres, nesse sentido, seriam outsiders no futebol por serem percebidas socialmente como alguém que está ocupando uma ação que não deveria, que “pertencia” ao gênero masculino, fugindo do seu “normal” e se desviando do padrão que seria a mulher feminina, frágil, mãe e dona do lar. Como destaca Becker (2008),

regras específicas podem ser corporificadas em leis. Podem também ser simplesmente consuetudinárias num grupo particular, defendidas apenas por sanções informais. As regras legais, naturalmente, têm maior probabilidade de ser precisas e claras; regras informais e consuetudinárias são mais provavelmente vagas e passíveis de várias interpretações em grandes áreas. Mas a história natural de uma regra não termina com a dedução de uma regra específica de um valor geral. Esta última tem ainda de ser aplicada em casos particulares a pessoas particulares. Deve receber sua corporificação final em atos particulares de imposição (Becker, 2008).

O gênero feminino, assim, foi o grupo particular que recebeu imposições incorporadas socialmente, quando pensamos sobre a história do futebol no Brasil.

Enquanto elas estavam proibidas de se organizarem e evoluírem na modalidade, o futebol masculino coleciona feitos, tendo a sua primeira participação em Copas do Mundo no ano de 1930, conquistando o seu primeiro título Mundial em 1958 e tendo a sua primeira participação em jogo olímpico em 1952. Isso exemplifica as distinções no interior da modalidade e a dificuldade da evolução de uma em relação à outra. A proibição, nessa perspectiva, trouxe muitos anos de atraso para aquelas que sonhavam em estar nos gramados. Apesar disso, a resistência feminina esteve presente durante todo período de interrupção, de 1941 até 1979, pois era possível encontrar notícias de partidas acontecendo pelo Brasil mesmo com a interdição (Almeida, 2013; Paiva, 2021). O quadro com horários de diferentes esportes para comemorar o dia 1º de maio de 1948, identificado por Lima e Pinheiro (2018), que inclui o futebol feminino e foi expresso no jornal de A Manhã, é um exemplo (Figura 5).

**EM REALENGO O GREMIO COMERCIAL REPUBLICANO**  
Partidas masculinas e femininas de volei, ping-pong e futebol  
— Presente a Madrinha do Esporte Amador

O 1.º de Maio é para o Centro Recreativo Industriários de Realengo um grande dia, pois nessa data o club comemora a sua fundação, o que se reveste sempre de grande animação na-quele bairro devido a enorme popularidade e simpatia que o C. R. I. R. desfruta não só em Realengo mas também no es-porte amador.

O Gremio Commercial Republicano, que vem fazendo bonita campanha no "TORNEIO OCTAVILIO REZENDE" foi, como de ano passado, o clube escolhido para dar combate ao universi-tante em diversas partidas do esporte amador.

O programa esportivo organi-zado pelo C. R. I. R. para as pe-lejas com o G. C. R. é o se-guinte:

9 horas — 2.º quadro de Vol-ley — Masculino  
10 horas — 1.º quadro de Vol-ley — Masculino  
11 horas — 2.º — quadro de Ping-pong — Masculino  
11.50 horas — 1.º quadro de Ping-pong — Masculino  
12.30 horas — 1.º quadro — de Ping-pong — Feminino  
13.10 horas — 1.º quadro de Volley — Feminino  
14 horas — 2.º quadro de Fu-tbol — Feminino  
15 horas — 1.º quadro de Fu-tbol — Feminino.

Este último jogo está sendo aguardado com grande expecta-tiva, pois da ultima vez que se defrontaram, isto é em 1.º de Maio do ano passado, o resulta-do foi um disputadissimo empe-lio de 2 tentos para cada bando.

**BOBADA**  
**PRESENTE IVANITA**  
Abrilhantando o programa es-tará presente a Madrinha do Es-

porte Amador. A gentil "dindi-cha" se comprometeu a apitar a partida de Volley feminino e a dar o chute inicial na principal partida de futebol, pois foi espe-cialmente convidada pela Sra. Margarida M. Escalveiras, madri-nha do Gremio Commercial Repu-blicano.

**'OLHO D**  
"Vocês já ouviram falar no super-sensível, que pode perceber a diferença de um fio de cabelo? Pois no nos-ros também um filão. Não é o portar audacioso, que enxerga mu-cosidade e não que deitam em m-que perseguindo o esporte amad-oro trazer a público essas atas p-trando assim nos desportistas, m-"

**PRIMEIRA OLLH.**  
O filão, animal astucioso, us-a respeito da Federação Metropolitana de descobriu? Apenas isto: os club-cruzeiros de unidade o F. M. como "dindinhos", para sament-Des amadoristas do F. M. F. 4 campeonatos que são disputados; ponto, faça disciplina, dois pont-estras de dezesseis clubes). Por o partilha anual, os clubes on (Exemplo: no ultimo ano foram-celros, ou sejam, cinquenta mil e quarenta e quatro por cento, de-dinte mil cruzeiros. Essa a soma-mo, desamparados).

uma das suas atividades pelo "me-s o Vinte e Quatro de Maio, deci-\*, no torneio "Octavilio Rezende".-na redação, diretores e associados

Figura 5: Quadro de eventos esportivos em comemoração ao 1º de maio.  
Fonte: A Manhã, 01 maio 1948<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> A Manhã. Rio de Janeiro, n. 2.063, 01 de maio de 1948, p. 23. (Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/116408/per116408\\_1948\\_02063.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/116408/per116408_1948_02063.pdf). Acesso em: 01 jul. 2023)

Entretanto, aquelas que resistiam às sanções passavam por retaliações efetuadas pelas ações na justiça promovidas pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), que estava atento para punir as mulheres que desobedecem às regras do decreto (Paiva, 2021). Podemos confirmar isso com uma publicação no Correio da Manhã, de 1959, já identificada por Lima e Pinheiro (2018) e Adaleny Paiva (2021), sob a manchete “Futebol feminino em Minas continua desafiando a lei”. Nela, foi informado que o então presidente do CDN, Manuci Maria de Paula Ramos, entrou em contato com a Federação Mineira de Futebol para proibir a partida de futebol feminino programada para o fim de semana entre dois times da cidade de Araguari, destacando que a Federação seria responsabilizada pela desobediência da lei vigente (Figura 6).

## FUTEBOL FEMININO EM MINAS CONTINUA DESAFIANDO A LEI

**As equipes já estão até escaladas para o jogo de domingo — CND afirma que responsabilizará a Federação Mineira**

**BELO HORIZONTE. 8 —** Conforme nosso noticiário anterior, está programado para domingo próximo, no estádio do Independência, integrando a festa dos “Melhores do Futebol Mineiro de 1958”, a realização de uma pelega entre duas equipes femininas, da cidade mineira de Araguari.

O fato, agora, consuma-se em flagrante burla ao texto da Lei n.º 3199 que proibe tal prática por elementos do sexo feminino, com a escalada das duas representações que se apresentarão ao público belo-horizontino, denominadas: Equipe Vermelha e Equipe Branca. Os organizadores, pensam em dar-lhes dois nomes de vultos predominantes na vida pública do país.

Segundo as direções técnicas das duas equipes, a formação dos quadros deverá obedecer a seguinte escaladação:

**VERMELHA:** — Eleuza; Zalfa e Mirna; Marizete, Eloisa e Maria; Haldia, Iraldes, Mirtes, Margal e Wisleina.

**BRANCA:** — Leni; Nilza e Ormezilda; Geny, Darcy e Iracema; Lucy, Marly, Cirlene, Jayne e Nadima. (Asp)

**GENERALIZA-SE O FUTEBOL FEMININO**

**BELO HORIZONTE. 8 —** Como verdadeira epidemia, chegam-nos notícias de que o futebol feminino assume proporções de vulto em todo o país.

A cidade mineira de Araguari, pode ser considerada a responsável por essa nova fase do violento esporte, praticado por mocas. Seguindo-lhe o exemplo, outra localidade das alterosas: Formiga, possui equipes femininas, assim como Divinópolis e Ituiutaba. O Estado de Goiás, também já tem as suas futebolistas em Buriti Alegre. O Nordeste do país não faltou a regra, com o futebol praticado na cidade parabiuna de Campina Grande, onde ainda domingo passado, duas equipes se defrontaram, acusando a vitória da Azul sobre a Vermelha, de 1 x 0. Estas equipes pretendem jogar na Capital pernambucana dentro dos próximos dias.

Se não bastasse tal proliferação, todas as cidades que servem de palco às referidas exhibições, passam a ter, também, as suas escaladas de futebol feminino. (Asp)

**PROIBIDA A EXIBIÇÃO**

**BELO HORIZONTE. 8 —** Em declarações prestadas esta manhã a reportagem da “Asapress”, o presidente do Conselho Nacional de Desportos, sr. Manuci Maria de Paula Ramos, teve oportunidade de informar pelo telefone, que se havia dirigido à Federação Mineira de Futebol, no sentido de proibir a pelega de futebol feminino programada para domingo próximo, no estádio do Independência, entre duas representações da cidade de Araguari. Interrogado, a quem caberia a responsabilidade em caso de desrespeito a tal determinação disse: — “A entidade mineira será responsabilizada por qualquer desobediência a Lei, particularmente no tocante ao jogo de futebol feminino. Caso os promotores da exibição insistam na efetivação na sua concretização, a federação poderá pedir auxílio policial, pois nenhum espetáculo futebolístico pode ser realizado sem prévia autorização da mentora do futebol local!” — concluiu o titular do CND. (Asp)

### Irreconciliáveis Fadel e Berredo

Realizou-se, ontem, na 23.ª Vara Cível, a audiência de Conciliação, pela ação que o sr. Fadel Fadel, vice-presidente do Flamengo, move contra Bernardo Berredo, em teado do presidente Hilton Santos, por difamação aos calções. Não tendo havido acordo entre as partes, o juiz mandou prosseguir a ação.

### Seleção . . .

(Continuação da 1.ª página)

nacional com a mesma formação que treinou ontem.

**TITULARES 4 X 2**

O resultado do ensaio foi ingrato para os reservas. Desfalcados de Almir e Dino que não tiveram substitutos à altura e perdendo mais tarde Decio, que substituiu Zito na equipe principal, tiveram desmantelada a sua estrutura. Enquanto foi possível, sustentaram a luta de igual para igual, mas acabaram cedendo à melhor condição técnica e física dos efetivos.

Henrique (3), Julinho, Canhoto e Pelé, marcaram para os titulares, cabendo a Garrincha e Zagalo os tentos dos suplentes. As duas equipes atuaram com

Figura 6: Retaliação do CND à Federação Mineira de Futebol.  
Fonte: Correio da Manhã, 09 mai. 1959<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Correio da Manhã. Rio de Janeiro, n. 20.280, 09 de mai. 1959, p. 16. (Disponível em: per089842\_1959\_20279.pdf (bn.br) Acesso em: 04 jul. 2023)

Concomitante a isso, existiam também muitas notícias que contribuíam para a manutenção do pensamento social de que a mulher no futebol representava um comportamento desviante. A publicação escrita por Philippe Melchior na Tribuna da Imprensa, em 1956, também pontuada nos estudo de Lima e Pinheiro (2018) e Adaleny Paiva (2021), evidencia quais eram os papéis de gênero que as mulheres deveriam performar, indagando que existia “um certo número de esportes que elas jamais deveriam praticar, pelo menos, em competições, e sobretudo, procurando a especialização”, praticando apenas esportes que conservasse “suas virtudes especificamente femininas, isto é, entre outras coisas, a graça e o encanto”, ressaltando ainda na parte superior da manchete que “há esportes para homens e esportes para mulheres” (Figura 7) (Paiva, 2021). Ainda na narrativa, esportes como rugby, futebol e levantamento de peso são descritos como nada atraentes para as mulheres, pois as deixava “feias”. A todo momento são pontuados como tais esportes não eram prazerosos em assistir, dando a entender que a função feminina seria apenas agradar aos olhares, sobretudo os masculinos. Ao concluir o texto, como destacam Ananda Cristina dos Santos Lima e Thais Gabrich Gueiros Pinheiro (2018), o autor escreve no plural a frase “Não queremos ser considerados como ‘censores’. Mas damos simplesmente nossa opinião que não é dirigida contra a “mulher atleta”, mas desejamos que ela se mantenha, antes de tudo, mulher” (Figura 7), sendo possível compreender que “o uso do plural é uma referência ao fato dessa opinião ser comum na sociedade, e Melchior seria apenas seu porta-voz” (p.53).

Figura 7: Publicação escrita por Philippe Melchior na Tribuna da Imprensa.

Fonte: Tribuna da Imprensa, 19 set. 1956<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, n. 2.043, 19 de set. 1956, p. 9. (Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=30532](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=30532) Acesso em 12 ago. 2023)

Apesar das retaliações, a presença feminina no futebol não deixou de acontecer, mesmo que sem intenção de fato desportiva. Em sua dissertação, Giovana Capucim e Silva (2015), corrobora com tal afirmação, ilustrando determinadas características que imperavam no futebol de mulheres no fim dos anos 1950. Tais características seriam os interesses de empresários que davam muitas vezes às partidas uma posição de “show beneficente”, contando com a participação de jogadoras que eram atrizes do teatro de revista e eram realizadas mesmo com a tentativa de impedimento dos órgãos federais. Um exemplo disso foi a partida realizada pela Casa do Ator, em 1959. Mesmo com as tentativas de interdição do CDN, como aponta a notícia registrada por Giovana Capucim e Silva (2015) e Adaleny Paiva (2021), o jogo aconteceu e contou com uma carta aberta do Francisco Colman, Presidente da Casa do Ator, publicada no jornal O Estado de S. Paulo (Figura 8). Nela, Colman agradece ao empresário que arcou os custos e os riscos da realização da partida, ao prefeito e também ao povo que contribuiu e participou. Para Giovana Capucim e Silva (2015), no seu relato, salta os olhos os adjetivos “espetáculo” e “beneficente” ressaltados a todo momento pelo Presidente em seu escrito, uma linguagem que, segundo ela, funcionaria como “[...] uma forma de ludibriar a legislação e o poder público, com a justificativa para a sua realização de que as jogadoras nada mais eram do que vedetes, cuja profissão era justamente ligada ao entretenimento, não ao esporte” (SILVA, 2015, p.14).

## A CASA DO ATOR AO GENEROSO POVO DE SÃO PAULO

A Casa do Ator não poderia furtar-se ao ensejo, depois de um período de maldoso sensacionalismo, de vir, de publico, prestar contas e agradecer ao generoso povo paulistano, ao digno Prefeito da Capital, dr. Adhemar de Barros, às estações de radio, televisão e Imprensa escrita, e apoio que emprestaram ao Retiro dos Velhos Artistas de Vila Olímpia, durante a fase difícil que foi aquela da preparação e realização do “show” futebolístico entre vedetes paulistas e cariocas, no Pacaembu, em 17 de agosto findo. É preciso que se diga que o resultado do espetáculo foi ótimo para a Casa do Ator, mau grado todas as calúnias, infâmias e mentiras armadas, de modo surpreendente, contra aqueles que vêm assumindo toda a responsabilidade na manutenção do Retiro, sem auxílio da classe, não tendo recebido, desde janeiro até o momento, nenhuma subvenção oficial e, no entanto, esforçando-se a fim de que o instituto beneficente se equilibre, dignamente, sem dividas de especie alguma e atinja seus fins assistenciais.

A Casa do Ator coube a importância líquida de Cr\$ 433.452,50 (quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos), sem nenhum risco, se fracasso houvesse no espetáculo.

É essa a explicação que tínhamos a dar ao povo de São Paulo, generoso e bom, que soube, como sempre, prestigiar uma iniciativa de caráter humano e simpático, como o “show” beneficente.

Aos maldosos, aos caluniadores, a simples recomendação de que a Casa do Ator e o Sindicato saberão repudiar quaisquer investidas, á altura.

(Lido e aprovado em sessão de diretoria realizada em 18 de setembro de 1959).

**FRANCISCO COLMAN**  
Presidente

Figura 8: Recorte da carta aberta do Presidente da Casa do Ator.  
Fonte: O Estado de S. Paulo, 22 set. 1959<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> O Estado de S. Paulo. São Paulo, 22 set. 1959, p. 31 (Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19590922-25888-nac-0031-999-31-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 06 jul. 2023)

Os exemplos supracitados demonstram que junto com a proibição, o futebol praticado por mulheres ainda continuou acontecendo, mesmo que sob o pretexto de não ser algo de fato esportivo, como um show beneficente e teatralizado para burlar a lei. No entanto, eles também marcam os discursos sociais daquele tempo, nos quais o status de espetáculo

[...] também estava relacionado diretamente à relação entre mulheres e esporte, particularmente à concepção hegemônica do futebol como algo voltado ao público masculino heterossexual. Assim, ao colocarem mulheres consideradas bonitas para atuarem nesse jogo pretendia-se atrair justamente este público, habituado a ir aos estádios para torcer por seu time e que, no caso do futebol praticado feminino, seria atraído pela intenção não de torcer ou apreciar o esporte, mas sim os corpos das moças (Silva, 2015, 14).

Dessa forma, percebe-se que ao identificarem o futebol feminino como um show feito por mulheres bonitas, as chamadas vedetes, tinha-se como intuito - além de fugir da proibição - deixar ele mais prazeroso aos olhos daqueles que estavam assistindo, sobretudo os homens, contornando o que foi criticado por Philippe Melchior. Ao mesmo tempo, esse movimento esvaziava o seu sentido esportivo, já que as mulheres não estariam ocupando de fato o mesmo lugar que os homens e nem realizando a mesma atividade (Silva, 2015). Isso porque o futebol masculino estava em ascensão, estabelecendo um papel identitário nacional e de profissionalismo, sobretudo após a conquista da Copa do Mundo de 1958, contendo uma narrativa de redenção após a derrota de 1950 (Capraro *et al.*, 2012). As mulheres permaneciam no amadorismo e na atuação cênica, não sendo permitidas de realizarem o esporte de maneira competitiva com campeonatos organizados.

Não obstante, outras notícias de partidas femininas podem ser encontradas entre 1950 e 1960, fossem elas apenas vendidas como espetáculos de vedetes ou não. Todavia, as autoridades públicas, como o CND e o CBD (Confederação Brasileira de Desportos), não deixaram de tentar cumprir o que indicava o decreto (Lima & Pinheiro, 2018, 55). Essa tentativa de repreender essa movimentação do futebol feminino trouxe novas consequências para a modalidade, principalmente a partir da implementação da Ditadura Militar (1964-1984) no Brasil (Lima & Pinheiro, 2018). No jornal Estado de S. Paulo, de fevereiro de 1965, em registros já destacados no estudo de Giovana Capucim e Silva (2015) e Adaleny Paiva (2021), podem ser encontradas manchetes sobre a desaprovação do governo com o gênero feminino na modalidade (Figura 9).

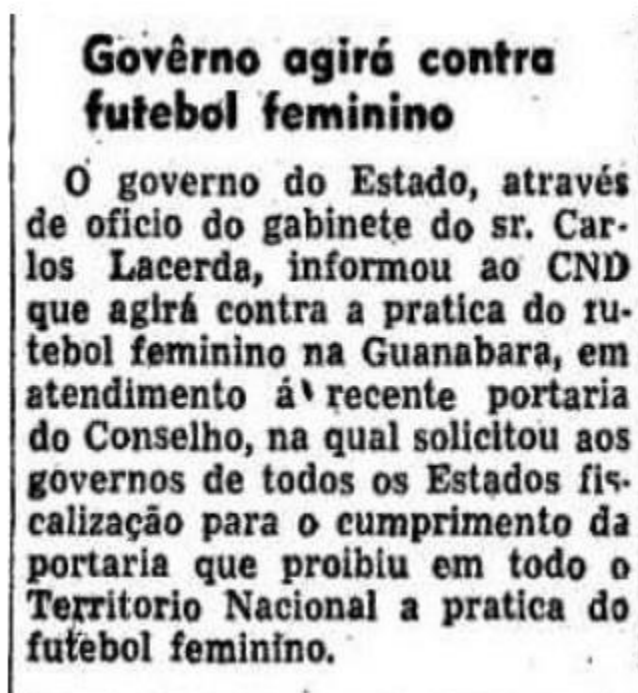


Figura 9: Notícia sobre o descontentamento do Governo Federal com o futebol feminino. Fonte: Estado de S. Paulo, 04 fev. 1965<sup>15</sup>

A nova deliberação (Nº7), diferente de 1941, trouxe explicitamente os nomes das práticas esportivas que as mulheres estavam reprimidas de praticar, ressaltando que “[...] 2. Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball”<sup>16</sup>. Fica explícito, desse modo, que das praias aos gramados o futebol estava completamente proibido a elas. Foram surgindo, com isso, manchetes que mostravam as ações das autoridades competentes no cumprimento das afirmações da nova deliberação (Silva, 2015).

Em contrapartida, Giovana Capucim e Silva (2015), após um trabalho de levantamento de reportagens nos veículos paulistas referentes ao futebol de 1965 a 1983, identificou diferentes registros sobre mulheres praticando futebol, não somente como um ‘show’, mas com formação de times e jogos regulares, sobretudo nas várzeas, até o fim dos anos 1970. Silva (2015) questiona o fato de a CND não intervir nesses jogos que estavam acontecendo na capital de São Paulo. A partir disso, a autora identificou que as publicações giravam em torno do tema do futebol amador, algo que não despertava o interesse das autoridades, pois “a preocupação do

<sup>15</sup> O Estado de S. Paulo. São Paulo, n. 27.544, 04 de fev. 1965, p. 18. (Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19650204-27544-nac-0018-999-18-2cl>. Acesso 07 jul. 2023)

<sup>16</sup> Deliberação nº 7/65 (Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965>. Acesso em: 07 jul. 2023)

órgão era com a repressão do futebol feminino inserido no espaço de tradição masculina profissional” (Silva, 2015, p.76). Nesse sentido, a atuação da CND era branda, pois o futebol feminino não entrava em conflitos com o lugar do homem no espaço esportivo, em virtude do local em que era praticado, já que a

[...] várzea, em si, era vítima de um processo de marginalização, seja geográfico, social, ou ainda no que diz respeito aos significados atribuídos a ela. As mulheres que jogavam futebol na várzea, assim, não representavam nenhum tipo de perigo para a moralidade, pois não pertenciam à classe daquelas que tinham de ser resguardadas e nem rivalizavam com os homens nos clubes, um espaço onde o futebol recebia seu status como “esporte”, profissional e da nação (Silva, 2015, p. 77).

Aqui vemos, novamente, o contexto e as preferências na atuação de classificar o que seria desviante ou não em relação ao gênero feminino. Sobre isso, retornamos a Becker (2008, p.141) que identificou que “se regras específicas são aplicadas a pessoas específicas em circunstâncias específicas, devemos procurar ver quem se encarregou de assegurar a aplicação e imposição das regras”. O autor, nesse viés, se refere à posição do que ele chama de empreendedores morais, aqueles responsáveis por identificar quem está na posição de desviante e por quais justificativas, transformando uma visão geral em algo específico. Nesse sentido, a proibição do futebol feminino, fiscalizada pelos órgãos competentes, colocava como outsiders principalmente aquelas mulheres que deveriam ser vistas como tais, o entendido padrão feminino, as ‘resguardadas’, possivelmente com um viés de classe e de raça. Ademais, o lugar do homem estava também intocado, pois a ele seria resguardo o direito de ter o futebol como esporte, que as mulheres não teriam condições de ameaçar. A proibição, com isso, teria um papel de segregação e de manutenção do perfil que era preferível para a compreensão de uma Nação brasileira. Isso mostra o caráter produtivo, mais do que apenas restritivo, da sanção na construção da realidade.

O futebol feminino, durante os anos de impedimento, mostrou resistência, mas permanecendo no limbo do amadorismo, da encenação e sofrendo com os estereótipos e pressões estéticas do período em relação aos corpos femininos e suas ações no âmbito público. Mas a proibição não duraria para sempre. Assim como as ideologias higienista e de modernização trazidas da Europa impactaram socialmente no Brasil, os avanços em relação à atuação feminina no futebol pelo mundo pressionaram mudanças de decisões em território brasileiro. Em 1970, por exemplo, aconteceu a primeira Copa do Mundo Feminina que não teve o reconhecimento da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), autoridade máxima em relação ao futebol mundial (Silva, 2015; Paiva, 2021). Observamos que, apesar disso, no jornal O Estado de S. Paulo, de julho de 1970, pontuado por Giovana Capucim e Silva (2015) e Adaleny Paiva (2021), o campeonato era colocado como Copa do Mundo, mesmo sem a aprovação da entidade (Figura 10), relatando a Dinamarca como Campeã. Em 1971, foi realizada outra edição com a mesma seleção campeã (Silva, 2015). Apesar de ser convidado para as duas edições, o Brasil teve sua participação negada pelo então presidente do CDN, brigadeiro Jerônimo Bastos (Silva, 2015; Paiva, 2021), em um cenário de ditadura militar.



Figura 10: Nota sobre a Copa do Mundo Feminina não reconhecida pela FIFA de 1970. Fonte: O Estado de S. Paulo, 16/07/1970<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> O Estado de S. Paulo. São Paulo, n. 29.224, 16 de jul. 1970, p. 30. (Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700716-29224-nac-0030-999-30-not/busca/poder>. Acesso em: 18 jul. 2023)

Esse movimento, por sua vez, serviu para acender um alerta da FIFA em relação ao futebol feminino. Tanto que, em 1972, foi estampado no jornal O Estado de S. Paulo, registro já mencionado por Giovana Capucim e Silva (2015) e Adaleny Paiva (2021), que mostra o interesse da FIFA em regulamentar o futebol feminino, tendo já como apoiadores a Inglaterra e a Alemanha (Figura 11). Após muitas discussões, com o crescimento da modalidade em outros países e o interesse das entidades internacionais, autoridades brasileiras derrubaram a deliberação nº 7, orquestrada durante a ditadura. Para isso, produziu-se uma determinação em 1979, que relatava, dentre outras coisas, que “01. Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação” (Brasil, 1981 *apud* Silva, 2015, p.79), enfatizando ao final a revogação da Deliberação de 1965.

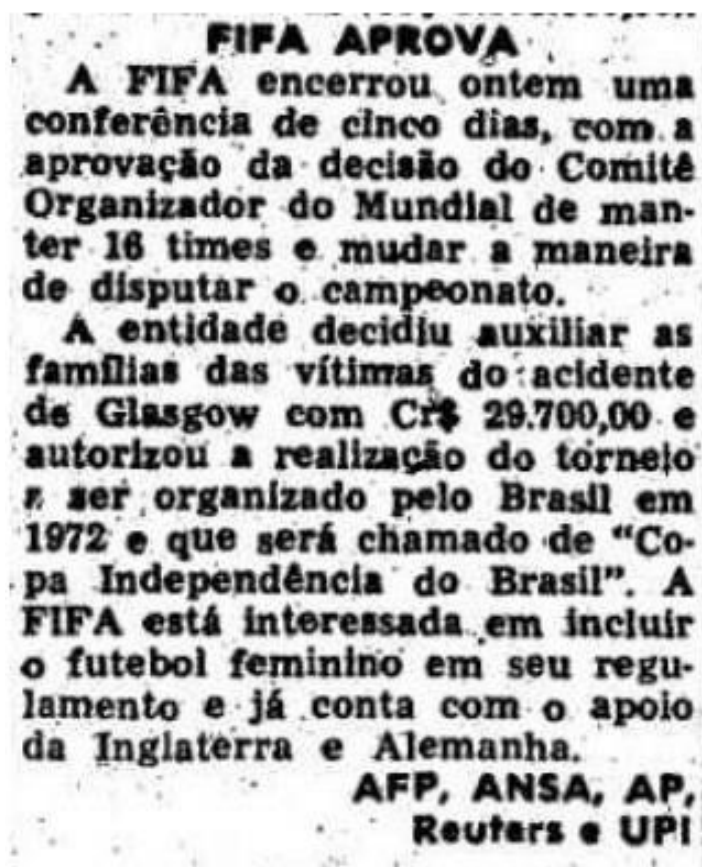


Figura 11: Registro da manifestação do interesse da FIFA no futebol feminino.  
Fonte: O Estado de S. Paulo, 12/01/1971<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> O Estado de S. Paulo. São Paulo, n. 29.376, 12 de jan. 1971, p. 26. (Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710112-29376-nac-0026-999-26-not/busca/FIFA>. Acesso em: 18 jul. 2023)

### 2.3 FUTEBOL PARA TODAS AS MULHERES... “BELAS”

Não é possível afirmar sociologicamente que apenas a revogação dos decretos foi suficiente para que as mulheres pudessem ter sua atuação no futebol equiparada à dos homens e que as investissem no profissionalismo delas. Isso porque, como apontado por Caroline Soares de Almeida (2013), mesmo após o fim do decreto, o futebol feminino ainda aparentava estar proibido, tanto pela falta de leis e regulamentações da modalidade quanto pelo impedimento vindo da CBF que não permitia as mulheres jogarem em estádios oficiais, além da falta de apoio da entidade. Assim, apesar da queda do decreto ter ocorrido em 1979, foi somente após quatro anos que o gênero feminino pôde ter uma organização de ligas e competições oficiais (Bonfim, 2019). Ademais, com essa nova mobilização, algo além do esportivo, aparece para chamar mais atenção para o esporte feminino: a beleza das mulheres. Isso porque, durante o início da regulamentação do futebol feminino no Brasil, ainda podia ser detectada uma separação entre o futebol que era praticado pelos homens e aquele praticado pelas mulheres, além de uma diferenciação entre os próprios padrões de mulheres. Então, a exaltação da feminilidade, da beleza e também a erotização dos corpos femininos ainda esteve muito presente durante as primeiras décadas após o fim das interdições legais.

Para explicar isso, muitas reportagens publicadas pela revista Placar podem ser usadas como exemplos, como demonstram alguns estudos sobre essa temática (Silva, 2015; Almeida, 2013; Pisani, 2018; Paiva, 2021). Na figura 12 encontramos a reportagem sobre a “Soccer Sex Starr”, destacada também por Giovana Capucim e Silva (2015) e Paiva (2021), onde aparece um time feminino formado, não por atletas, mas por mulheres que atuavam como atrizes na televisão, isso em 1981. Chamo atenção principalmente para o subtítulo da matéria que enfatiza a vestimenta curta e decotada das mulheres.

**Soccer Sex Stars** Famosas na tevê, elas agora estão jogando futebol

# UM TIME SÔ DE ESTRELAS

Com calçãozinhos justos e camisetas decotadas, ganham fãs também nos estádios



**Olha só: o técnico Eliezer, Leina Krespi, Adele, Monique, Tamara, Terezinha Sodré, Leiloca e Wilma Dias**

**A** exemplo de Bo Francineide — a porno-estrela interpretada por Jô Soares em seu programa “Viva o Gordo” —, elas também adoram “transar o corpo numa naice”. E, como se acham capazes de substituir o homem em qualquer atividade — com as ex-

ceções conhecidas —, resolveram montar seu próprio time de futebol.

Mas o Soccer Sex Stars não é um time qualquer. Nelas, só figuram grandes estrelas de televisão e, futuramente, também da bola. No gol, ninguém menos que a fantástica mulata Adele Fátima. No meio-campo, Wilma Dias, mais conhecida como “a mo-

ça da banana” por sua participação na abertura do programa “Planeta dos Homens”. E tem mais: a frenética Leiloca, Terezinha Sodré, Leina Krespi, Monique Lafond e Tamara Taxman, todas do elenco de novelas da Globo.

Capitã do time, torcedora fanática do Flamengo e ardorosa defensora do futebol feminino, Leina Krespi — a Carminha da novela “Baila Comigo” — afirma:

O futebol de mulheres tem mais leveza, mais graça e principalmente mais malícia.

Leiloca, centroavante tipo rompedora, só lamenta não ter melhor controle de bola e que o jogo não seja interrompido mais amíúde para que ela possa “secar o suor e retocar a maquiagem”.

Os queixumes de Tamara Taxman não são menos femininos: depois de cada jogo, pobrezinha, ela sente o corpo todo dolorido. Igualmente sensível, Adele Fátima não pode levar uma entrada mais dura que logo se derrete em lágrimas.

Ossos do ofício que, de toda forma, não arrefecem a paixão delas pelo esporte. Afinal, como lembra Tamara, “futebol é bom pra alma e bom pro espírito”. Como também não parece fazer mal ao corpo — pelo menos, esta é a conclusão unânime dos poucos privilegiados que já viram as estrelas do Soccer Sex Stars em ação, com seus calçãozinhos justos e as camisetas leves e adoravelmente decotadas.

**FALA, LEITOR!**

Responda às duas perguntas abaixo, destaque o cupom e o endereço para Rua do Curtume, 635, caixa postal 2372, CEP 01000, São Paulo, SP

Você é a favor do futebol feminino?  
 SIM  NÃO

Você chegaria mais cedo ao estádio só para ver uma preliminar entre dois times de mulheres?  
 SIM  NÃO

Nome .....  
 Sexo ..... Idade ..... Estado .....

Por TELMO ZANINI

**PLACAR 67**

Material com direitos autorais

Figura 12: “Soccer Sex Stars”. Fonte: Placar, 25/07/1981<sup>19</sup>.

Como vemos, no corpo da matéria aparecem diversos adjetivos que visam reforçar um padrão de feminilidade entre as praticantes do esporte. Uma das integrantes da equipe chega a afirmar que o futebol feminino tem “mais leveza” e também “mais malícia”. Em outro depoimento descrito na reportagem uma delas lamenta o jogo não poder ser interrompido “para secar o seu suor e retocar a maquiagem”. Tais relatos mostram o quanto a feminilidade era reforçada no futebol feminino nos anos iniciais após a queda do decreto, já que elas não deveriam aparecer desarrumadas, tendo que ser graciosas e belas (Paiva, 2021). A perda do “ser feminina” esteve presente nas muitas críticas feitas no momento em que as mulheres começaram a jogar futebol, como foi trazido no relato do Philippe Melchior na Tribuna da Imprensa, acima. Esse reforço da beleza e erotização das mulheres surge como uma busca por

<sup>19</sup> Placar. São Paulo, n. 593, 25 de set. 1981, p. 67. (Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=vHXX7I>IfWoC&printsec=frontcover&hl=ptBR&rview=1&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vHXX7I>IfWoC&printsec=frontcover&hl=ptBR&rview=1&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 21 jul. 2023)

chamar a atenção do público masculino, acreditando-se que erotizar as jogadoras fariam com que o futebol feminino pudesse ser rentável (Silva, 2015). Mostrando, assim, que o futebol ainda era um campo voltado para os homens e as mulheres estariam nele apenas para agradá-los com seus shorts curtos e camisetas decotadas, como expõe a matéria a respeito do “Soccer Sex Star”. Sendo elas, como já destacado, atrizes e não atletas, transparecendo o futebol feminino performático como de maior interesse (Silva, 2015).

Outrossim, em 1984, em uma das capas da Revista Placar do mês de julho, também já analisada por Caroline Soares de Almeida em sua tese (2018) e dissertação (2013), vemos estampada a jogadora Vandira, volante do Pinheiros-PR, apenas de camisa, calcinha e colocando as chuteiras. No título da imagem, são informados os números de times e jogadoras de futebol contabilizados naquele tempo (Figura 13). No entanto, como enfatizado por Caroline Soares de Almeida (2018), o que chama atenção são outros aspectos da capa, como a objetificação da atleta por estar seminua.



Figura 13: Vandira na Capa da Placar de julho de 1984.  
Fonte: Placar, 13/07/1984<sup>20</sup>.

Apesar disso, a matéria completa no interior da revista tem o intuito identificar o crescimento do futebol feminino, períodos de treinamentos, quantidade de times e jogadoras,

<sup>20</sup> Placar. São Paulo, n. 738, 13 de jul. 1984. (Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=3VxTL4P3bV4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=3VxTL4P3bV4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso: 23 jul. 2023)

investimentos dos clubes, salários das jogadoras, sonho com a profissionalização, entre outras coisas. Algumas partes chamam bastante atenção e podem funcionar como referências para compreender as mudanças que ocorreram na modalidade desde os anos 1980. Em alguns trechos, destaca-se que boa parte das jogadoras sonhava com a profissionalização, pois isso poderia fazer com que elas se mantivessem ganhando muito dinheiro, sendo sublinhado o caso de Sally, que na época por ser reserva ganhava pouco, “não dando nem para o transporte”, além de ter largado os estudos por não conseguir conciliar com os treinamentos.

Na matéria, também se aponta que muitas das jogadoras tinham outras ocupações fora dos gramados, como a goleira Meg do Radar – um time carioca pioneiro no futebol feminino e base da montagem da seleção brasileira antes dos anos 2000 – que já dava aulas de Educação Física, e por isso não contava necessariamente com a profissionalização, pois conseguia conciliar ambas as atividades. Além disso, outros trechos mostram diferenças salariais entre os clubes, sendo que em alguns deles elas não eram nem mesmo remuneradas, como o caso da Vandira que compõe a capa da Placar, que “deve seu emprego de caixa numa agência do Bamerindus ao prestígio que conseguiu com o futebol” (Placar, 1984, p.26) e que via o bicampeonato como uma forma de conseguir ganhar um salário melhor. Outras, por outro lado, recebiam mais que os 60.000 cruzeiros, sendo este o caso da equipe do Radar, de acordo com a reportagem.

No entanto, o escrito ainda mostra uma distinção salarial grande entre o que seria o futebol jogado por atletas e o futebol praticado pelas atrizes ou vedetes. Em um dos trechos, destaca-se que

[...]de qualquer maneira, a remuneração das jogadoras, que sonham com a profissionalização, ainda está muito longe do que ganham algumas estrelas de segunda linha dos shows e novelas da Rede Globo para perseguir a bola nos campos de futebol das mais variadas cidades do Brasil. Atrizes e vedetes, como Adele Fátima, Alba Valério, Inés Galvão. Solange Couto, Elisângela e outras menos votadas embolsam 300.000 cruzeiros cada vez que enfrentam times improvisados de estrelas e personalidades locais em jogos de exibição como consta dos contratos firmados pelo empresário Milton Campos, um produtor da Globo, que ganhou do superintendente-geral José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Bôni; o direito de usar o nome de Globetes. As Globetes já foram convidadas pela Presidência da República para inaugurar o campo de futebol da Granja do Torto, mas são ruins de bola: cruzaram com o Radar uma vez e perderam de 12 x 0 (Placar, 1984, p.27).

As atletas que treinavam e que queriam uma vida dentro do futebol tinham, assim, uma remuneração bem mais baixa que as atrizes, que não eram tão boas com as bolas nos pés, mostrando novamente que o futebol feminino ainda era mais visto como um entretenimento, provavelmente masculino, como era o futebol do “Soccer Sex Star”, não ainda um futebol profissional.

Apesar dos apontamentos em relação à profissionalização do futebol feminino, todo o texto conta com reforço de estereótipos e adjetivação, na maior parte do tempo, ao corpo e à beleza das jogadoras. O próprio título da reportagem reforça a atenção para a beleza das atletas: “O charme vai a campo”, trazendo na primeira página a chamada musa do Internacional, Isabel Nunes, de 18 anos. O Internacional surge descrito como um clube de futebol feminino medíocre, mas campeão nacional da beleza, sendo Isabel “a mais bela dentre as outras”. Isabel, por conseguinte, tem atributos como a cor dos seus olhos, o estilo dos seus cabelos e a forma das suas pernas destacadas, contando ainda com sua foto exposta apenas de calcinha e camiseta, passando um batom em frente ao espelho (Figura 14).



**Bel: com a camisa 7, a grande musa do belo Inter**

Figura 14: Isabel, definida como musa do Internacional.  
Fonte: Placar, 13/07/1984<sup>21</sup>.

Outro exemplo passa pela descrição da atleta Vandira:

[...] uma esbelta morena-jambo, que não dispensa uma maquiagem bem-cuidada e um dá vistoso brinco na orelha esquerda toda vez que vai a campo. Vandira, que joga de sutiã e com as mesmas faixas e tornozeleiras que protege as canelas dos homens, tem uma explicação para as minúsculas e coloridas calcinhas com que costuma desfilar no vestiário: “Eu tenho de estar preparada. Imagina se num lance, eu fico sem calção” (Placar, 1984, p. 26).

<sup>21</sup> Placar. São Paulo, n. 738, 13 de jul. 1984, p. 24. (Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=3VxTL4P3bV4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=3VxTL4P3bV4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 21 jul. 2023)

Essa preocupação com a manutenção da feminilidade aparece não só por parte daqueles que escrevem a reportagem, como também da própria jogadora, não compreendendo como algo problemático a exibição de seu corpo durante os jogos ou nas fotografias para a revista. De acordo com Caroline Soares de Almeida (2013), a reportagem tenta trazer, em momentos pontuais, outras nuances do futebol feminino e realizar uma desconstrução de estereótipos, quando relatam, por exemplo, que os fatores biológicos são usados apenas como forma de preconceito, visto que as mulheres conseguem matar a bola no peito e até jogam menstruadas, não tendo seus corpos deformados pelos exercícios. Entretanto, para a autora, essa tentativa de desconstruir, conjuntamente, reforça os estigmas em volta do gênero feminino. Ela indica que a maioria das reportagens desse período, inclusive a citada aqui, apresenta um discurso fetichista, pois, “[...]as mulheres parecem se destacar mais pela beleza do que pela qualidade de jogo, sendo, com facilidade, encontradas reportagens de jogadoras consideradas atraentes e de modelos e atrizes que também jogam futebol” (Almeida, 2013, p. 93).

Ademais, essa busca por tentar feminilizar o futebol feminino, ressaltando os detalhes considerados mais femininos, de leveza e graciosidade – algo reforçado pelas próprias atletas – vão além de encher os olhos masculinos, servindo também como uma medida de escapar da masculinização corrente as jogadoras de futebol e a grande preocupação com a homossexualidade feminina. Durante a reportagem da Placar, por exemplo, existem fragmentos que ressaltaram que os gritos de “Sapatão” provenientes da torcida eram muito comuns (Placar, 1984, p.26). Ainda segundo Caroline Soares de Almeida (2013, p.93), esse termo foi “usado como uma categoria de acusação, um estereótipo negativo. O estigma de que as jogadoras de futebol são feias, masculinizadas e lésbicas”, sendo eles parte do senso comum, reforçados pela mídia e preconceituosos. Tais rótulos, então, eram associados àquelas mulheres que não tinham seus corpos no padrão do ‘ser mulher’, apresentando características entendidas como masculinas. Sobre isso, Silvana Goellner (2005b), nos faz refletir ao discutir que

[...]a masculinização das mulheres pelo futebol [...] só pode ser compreendida a partir de uma representação essencialista dos gêneros que não permite visualizar as multiplicidades que cada um dos dois pólos contém. Representa, ainda, admitir ser o futebol um esporte masculino e que, quando jogado pelas mulheres, deve se realizar de forma a evitar que sejam transpostos alguns limites culturalmente construídos e identificados como inerentes a cada gênero. Assim, se o futebol não pode masculinizar deve, no sentido inverso, reforçar sua feminilização. Nesse contexto, feminizar as mulheres é, sobretudo, feminizar a aparência e o uso dos seus corpos. É também construir uma narrativa que ressalta a beleza, a graciosidade e a sensualidade como seus maiores atributos, reforçando, portanto, uma representação hegemônica de feminilidade (Goellner, 2005b, p.148).

Continuamos assim retornando a marcações corporais trazidas por Laqueur (2001) ressaltadas desde muito tempo. A dualidade sexo/gênero e as marcações visíveis do que se

aparece como o ser feminino ou o ser masculino continuaram sendo latentes. Aquelas que ainda tivessem em sua estrutura características lidas como pertencentes aos homens, acabavam por ter sobre elas todos os demais “atributos masculinos”, indicando o que o autor traz ao dizer que o “‘alguém’ é masculino. Provavelmente não é possível escrever a história do corpo do homem e seus prazeres porque o registro histórico foi criado em uma tradição cultural onde essa história não era necessária” (Laqueur, 2001, p. 22). Nessa perspectiva, compreendemos que era almejado, para a época, a separação entre o futebol delas e o futebol deles, trazendo a marcação da diferença por meio das distinções sexo/gênero. Ademais, como também pontuado por Caroline Soares de Almeida (2018), nos anos 1990 e 2000 o futebol ainda era um lugar completamente ocupado por homens, o que tornava as mulheres outsiders e “invasoras” nesses espaços. Nesse caso, futebol delas ainda teria a tarefa de servir a um perfil do que era preferível que o público masculino assistisse. De acordo com Laqueur (2001, p.22), as diferenças produzidas entre dois sexos, além de serem efeito da epistemologia, também contaram com os determinantes políticos. Ele indaga, ainda, que a política seria “amplamente compreendida como competição de poder” criando “novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vivia”.

A historiadora Joan Scott (1995) concorda que o “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (p. 114-115) e que o poder manifesta uma função central nessa diferenciação, dando sentido a esse movimento. Nesse ínterim, no futebol feminino, o poder político, em formato de lei, identificou as mulheres no esporte como desviantes, algo explicado pela teoria de Becker. Ademais, durante seu percurso histórico os valores e poderes sociais e políticos se mantiveram fiéis às diferenciações produzidas sobre o gênero. Sobre isso, Laqueur (2001, p.22) identifica outro ponto significativo quando constata que “[...]a história trabalhou claramente para "racionalizar e legitimar" as distinções, não só de sexo, mas também de raça e classe, com desvantagem para os destituídos de poder.” Isso porque não somente a sexualidade das mulheres era questionada a partir de uma performance corporal compreendida como masculina, mas a classe e a raça também eram usadas para trazer uma perspectiva de diferenciação do que seria o padrão feminino no futebol, aproximando dos valores masculinos; e quais mulheres seriam desejosas em campo.

Isso pode ser observado na reportagem, intitulada “A Bela... E as Feras”, de Lemyr Martins para a revista Placar de 1983, no qual, foi discutida amplamente por Caroline Soares de Almeida (2013) e Mariane Pisani (2018). A bela é protagonizada por Isabel Araújo Nunes, a musa do Internacional citada anteriormente. Na época, Isabel tinha 17 anos e nas fotos aparece de biquíni, com uma rosa na boca e sorridente. Durante o texto da notícia, muitos trechos

destacam o quanto a jogadora era bonita, sendo suas “medidas de miss” (altura, peso, tamanho de coxa e quadril) pontuadas uma a uma. Seus dribles em campo também são relatados sob a finalidade de encantar aqueles que assistiam com o seu charme. Um desses registros é até bastante contestável ao trazer a narração do grito de um torcedor colorado de 60 anos, dizendo “Mata o velho, Mata” (Almeida, 2013). Na reportagem se fala sobre o “sentido maliciosamente dúbio” dessa afirmação, como referente à comemoração do gol, mas também servindo como a celebração da beleza da jogadora. Do outro lado dessa reportagem, por conseguinte, eram descritas aquelas jogadoras entendidas como feras, representadas pela foto da jogadora Sara, do Bangu. Sendo ela negra, de cabelos curtos, contando apenas com um recorte do seu rosto com o semblante sério. Caroline Soares de Almeida (2013) compara ainda tal imagem a uma fotografia de alguém que acabou de ir para prisão, por ser uma foto sem corpo e muito próxima ao rosto.

Ademais, a agressividade das jogadoras do time do Bangu de 1983 foi descrita como uma “selvagem agressão”, após se irritarem com a marcação em campo do juiz e correrem atrás dele para agredi-lo (Almeida, 2013; Pisani, 2018). Tais mulheres, como também apontam Caroline Soares de Almeida (2013) e Mariane Pisani (2018), eram compreendidas como mais fortes, de corpo mais largo, fora do padrão da Isabel, sendo representadas por uma jogadora de outra raça e classe, a Sara (Figura 15).



Figura 15: Reportagem Lemyr Martins, das “belas” e as “feras”. Fonte: Placar, 28/10/1983<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> Placar. São Paulo, n. 701, 28 de out. 1983.p. 49-50. (Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=wUk27LXg1jEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=wUk27LXg1jEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 21 jul. 2023)

No último trecho da matéria, Lemyr Martins faz um apelo para que “no futuro, o futebol feminino tenha muitas outras belas, inspiradas na atraente estrela do Inter – e que as feras voltem às jaulas” (Placar, 1983, p.50). O fato dos aspectos físicos e cor da pele das mulheres referenciadas serem distintas chamam a atenção e retomam a discussão do tipo de mulher que poderia ou não praticar o esporte, algo discutido também por Caroline Soares de Almeida (2013) e Mariane Pisani (2018). Dessa vez, porém, almejando que apenas aquelas que cumprissem o padrão esperado de beleza estivessem aptas nos gramados, seja de forma profissional ou amadora. Essa dicotomia evidência a primeira definição de gênero proposta por Joan Scott (1995) que seriam baseadas nas diferenças percebidas, sendo o primeiro pressuposto o símbolo cultural que trazem representações simbólicas. Nesse viés, as feras e as belas são os símbolos, como o exemplo da Eva e Maria ditos por Scott (1995), que distinguem o papel das mulheres desejáveis do papel das indesejáveis, em que uma se sobressai em relação a outra em como ser mulher.

Além disso, a reportagem evidencia tanto o sexismo, como também o racismo (Almeida, 2013; Pisani, 2018), colocando a mulher negra e de classe mais baixa como inapropriadas a praticar o esporte, reiterando estigmas comumente associados a determinados perfis de mulheres negras, como a raiva e agressividade – as feras. Esse debate já foi realizado por Patrícia Hill Collins (2019) ao discutir seu conceito de imagens de controle das mulheres pretas. Tais imagens buscam objetivar e estigmatizar as mulheres pretas em diferentes segmentos sociais, sendo que suas ações são questionadas e qualificadas de acordo com cada uma dessas categorias, operando até mesmo na sua identificação como mulher (Collins, 2019). Inclusive, essa associação da mulher negra como uma mulher indesejável para o futebol feminino, como destaca Mariane Pisani (2018), remonta ao discurso de Sojourner Truth na Conferência de Direitos da Mulher em Ohio quando inconformada com a imagem feminina pensada na discussão de remontagem de direitos questiona: “E não sou eu uma mulher?” (Truth *apud* Collins, 2019, p.52).

Assim, as mulheres negras nesse episódio foram invisibilizadas enquanto mulheres e colocadas como outra coisa que não o ser feminino. Ademais, como ressalta Collins e Bilge (2020),

Normalmente, as afro-brasileiras de origem mista ou com características físicas mais europeias são consideradas mais atraentes. Além disso, em geral as mulheres de visível ascendência africana são construídas como não sexualizadas e, frequentemente, como trabalhadoras assexuais ou, ao contrário, como prostitutas. A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre

sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais (Collins e Bilge, 2020, p.42).

O relato assim nos faz compreender também as diferentes discriminações ocorridas com as mulheres negras no Brasil em geral, e também no futebol, pois aquelas que possuíam traços entendidos como mais masculinizados eram alocadas no lugar de feras, que deviam ficar afastadas e fora desse esporte (Pisani, 2018). No entanto, aquelas que possuíam traços compreendidos como femininos e correspondiam aos padrões racistas de beleza eram extremamente sexualizadas. Nesse aspecto, o domínio de poder trazidos por Collins e Bilge (2020), como o disciplinar e interpessoal, demonstra um dos seus traços no futebol. Sendo disciplinar ao definir aquelas que podem ou não estarem no esporte, e terem visibilidade a partir dele, através de caminhos prescritos a elas; e o poder interpessoal ao demonstrar que apesar do gênero ser o mesmo, as discriminações por raça diferem esse grupo e mostram como são as convergências dos poderes estrutural, cultural e disciplinar vivenciados por esses indivíduos. Revisitando a interseccionalidade das relações estruturais da sociedade.

O debate racial atrelado ao Bangu também pode ser compreendido devido ao município ser localizado em uma zona periférica do Rio de Janeiro e possuir na sua história o pioneirismo na inserção de jogadores negros e trabalhadores de fábricas no futebol masculino, lidando desse modo com as críticas da elite por estabelecer uma “invasão de campo” (Cheibub, 2017). Assim, a dicotomia entre “belas” e “feras” demanda um olhar sociológico interseccional, que conjuga gênero, raça e também classe social. Apesar de poucos registros do futebol feminino daquela época, as entrevistas com as antigas jogadoras provam a presença negra naquele tempo no time do Bangu feminino, que após esse caso de briga destacado na matéria, teve o seu encerramento decretado por Castor de Andrade, responsável pelo Clube do Bangu na época (Sabino, 2023). Esse caso da reportagem da Bela e das “Feras”, como analisado anteriormente por Mariane Pisani (2018), reforça o que é trazido por Lélia Gonzalez (2016), quando a autora reflete sobre a existência de uma tripla discriminação sobre a mulher negra no Brasil, pois elas são colocadas no mais alto nível de opressão através dos estereótipos de racismo e sexismo, existindo um reforço interno da diferença, da subalternidade e da inferioridade da mulher negra.

Embora tais exemplos ocorressem no futebol feminino, alguns feitos entendidos como positivos também foram acontecendo na modalidade. A primeira participação feminina brasileira em Copas do Mundo FIFA, por exemplo, ocorreu em 1991, não contando ainda com muitos investimentos das entidades nacionais responsáveis, que desde o torneio mundial experimental de 1988, utilizavam uniformes que “sobravam” do masculino (Mendonça, 2019).

Outro evento inédito foi a participação do futebol em Olimpíadas, ocorrendo cinco anos depois (1996) da Copa, em Atlanta, com a seleção feminina brasileira ficando em quarto lugar, mesmo sem grandes investimentos. Entretanto, esses eventos, considerados históricos para a modalidade, não foram suficientes para deixar tais discriminações dos anos 1980 para trás, perdurando também pelos anos 1990 e 2000. Como pontuado na tese de Mariane Pisani (2018), as capas da revista Placar de 1995 a 1997 e seus conteúdos podem confirmam esta afirmação, ao apresentarem mais da sexualização das mulheres, os tipos ideais femininos para o esporte e a comparação delas com os homens. Trago abaixo alguns exemplos.



Figura 16: Capa e conteúdo da Revista Placar de 1995. Fonte: Placar, agosto de 1995<sup>23</sup>.

O destaque da capa mostra mulheres de costas com uniformes de futebol justos, sob os dizeres “As garotas batem um bolão! (e até trocam camisetas depois do jogo!)”, mulheres essas que não são nem mesmo atletas (Pisani, 2018). Em seu conteúdo, trazem a matéria da capa com foto das moças trocando as camisetas, com seus seios aparecendo, dizendo ainda ser esse o melhor do jogo, seguida pela seguinte frase “Confesse. Você sempre imaginou como seria se, ao final da partida, as garotas imitassem os homens, trocassem as camisetas em campo, não? Placar realiza o seu sonho. Afinal, futebol é confraternização” (Figura 16). A objetificação e sexualização dos corpos femininos continuaram muito presentes na revista, que apesar de apresentar conteúdos sobre a formação de times e interesse aumentando das mulheres para jogar na época, manteve os maiores destaques de capa para a pauta da beleza e sensualidade feminina (Pisani, 2018). Sobre essa capa da revista Placar, Mariani Pisani (2018), indica que as

<sup>23</sup> Placar. São Paulo, n. 1106, agosto de 1995. Capa e p. 35-36. (Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=dnD\\_Gfc1IhoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=dnD_Gfc1IhoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 26 jul. 2023)

[...] mulheres podem jogar futebol se este for praticado com moderação a ponto de deixar seus corpos torneados, magros e esbeltos, pois como as mulheres são essencialmente femininas, o esporte praticado por elas precisa ser refletido em seus corpos, objetos de desejo e atração masculinas. A capa da revista é emblemática nesse sentido, pois modelos com forte apelo sexual mimetizam jogadoras de futebol (Pisani, 2018, p. 143).

Ademais, no meio das fotos das mulheres nuas, um dos colunistas escreveu como o futebol feminino era um esquema amador e que não existia futebol feminino organizado no Brasil. Para isso, ele cita a existência de poucas atletas profissionais, que também ganhavam mal, recebendo menos de 1000 reais, com um único campeonato para disputar durante o ano e com equipes que mesmo campeãs deixaram de existir, como foi o caso do Vasco (Placar, 1995, p.34).

Em 1996, a capa continuava erotizando o corpo feminino, dessa vez de uma atleta do time feminino do Fluminense, Susana Werner, que tinha como título “Acredite, ela joga bola”. Na foto, Susana segura uma bola de futebol na frente dos seus seios, indicando que ela estaria sem roupa. Os dizeres dão a entender que é difícil acreditar que uma mulher tão bonita faça o mesmo que os homens fazem. Na matéria sobre a capa, destacamos os dizeres “No início, a torcida gritava barbaridades quando via Susana em campo. Hoje os homens só dizem: ‘Vai, minha craque, vai’” (Figura 17), algo que traduz como o gênero feminino, além de desviante nesse espaço, precisava lidar com sua objetificação, como se o futebol feminino existisse apenas porque o público masculino precisasse e permitissem ser agradado por elas. Além disso, esses dizeres demonstram a violência perpetuada contra as atletas, demonstrando o que Collins e Bilge (2020) destacam quando dizem que do

[...] mesmo modo que a pornografia explícita é identificável porque vincula a sexualidade à violência, imagens constantes na mídia exibindo partes do corpo das mulheres que são sexualizadas na cultura popular fomentam o abuso contra as mulheres. Mas a misoginia adquire sentido diante de outras opressões que agem por meio de raça, religião, heterossexualidade, classe e capacidade (Collins e Bilge, 2020, p. 73).

A parte final do trecho pode ser percebida também com as distinções dos discursos quando aparece uma atleta negra fora dos padrões de feminilidade. Além das suas aparições serem escassas na revista, quando surgem, os discursos estão recheados de operações de raça, classe e heterossexualidade, agindo de maneira interseccional.

Nessa mesma revista de 1996, são encontradas notícias sobre as olimpíadas em que a homossexualidade aparece como um “trauma do passado”, que precisaria de uma superação. Trazem ainda outras matérias destacando um novo perfil de mulheres praticantes do esporte, sendo estas de classe alta, funcionando como uma contrapartida para o início do futebol feminino que ocorreu nas classes mais baixas, algo dito em tom comemorativo (Pisani. 2018).

Como destacam as autoras Connel e Pearse (2019, p. 185), em geral, não é preciso muito esforço de movimentos sociais de homens para existir a defesa das ordens de gênero, pois essa manutenção é alcançada pelo funcionamento normal das instituições patriarcais. Nesse sentido, de forma ampla, “não é necessária nenhuma campanha política; as práticas sexistas cotidianas, como a trivialização e a sexualização das mulheres promovidas pela mídia, são suficientes”.



Figura 17: Capa e conteúdo da Revista Placar de 1996. Fonte: Placar, setembro de 1996<sup>24</sup>.

Tais capas e reportagens demonstram que após os anos 1980, o caráter fetichista empregado para retratar mulheres atletas de futebol permaneceu. Esse caráter também foi pontuado por Mariane Pisani (2018), que evidenciou que o discurso sobre a mulher nesse espaço do futebol caminha para 3 direções: a Esfera da Moral, da Saúde e da Fetichização, sendo que esta última coloca os corpos femininos como objetos de desejo dos homens neste espaço esportivo. No início dos anos 2000, esse elemento, além de estar nas capas de revistas, esteve presente também na formação das competições que, apesar de existirem desde a década de 80, eram permeadas por essa necessidade de enaltecer a beleza das mulheres, com bastante destaque ao corpo feminino. Um exemplo disso foi o Campeonato Paulista Feminino, que contava com transmissões na televisão e levava público ao estádio naquele tempo (Mendonça, 2020). Ali era possível ver diversas jogadoras que depois fizeram parte da Seleção. No entanto, essas competições visaram tornar o futebol feminino, não um esporte competitivo, mas que pudesse transmitir um padrão de beleza e ser, de alguma forma, rentável.

Isso pode ser exemplificado pelo anúncio para a peneira do Campeonato Paulista de 2001 que colocavam a beleza como algo fundamental para a modalidade, visto que, com a

<sup>24</sup> Placar. São Paulo, n. 1119, setembro de 1996. Capa e p. 42. (Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=hhwh6G60eKMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=hhwh6G60eKMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 26 jul. 2023)

perspectiva de transmissão dos jogos, queriam expor a beleza da mulher brasileira nacional e internacionalmente (Souza Junior, 2013; Paiva, 2021). Também era indicado no folder que os uniformes seriam feitos na medida “para deixá-las mais charmosas e belas também dentro do campo” (Souza Junior, 2013). Em um trabalho realizado por Knijnik e Vasconcellos (2003, p. 15) uma das suas entrevistadas expõe como funcionam as seletivas daquele período, indicando que

[...] se é loirinha vai passar no teste e a neguinha não vai passar no teste[...]Muitas meninas não passaram no teste porque não tinham, digamos assim, fisicamente condições para o campeonato. Porque eles queriam vender a imagem do campeonato, passar na TV, eles não iam querer ver uma desdentada, e queriam ver a loirinha. Então teve muita menina que passou porque era bonitinha e não porque jogava. Eu conhecia as meninas, muitas meninas que não tinham condições de jogar eu conhecia, e passaram porque eram bonitinhas. Como teve menina também que era do cabelinho ruim, não tinha dente, não passou e jogava bem. Foi muito de imagem e isso me irritou, me irritou mesmo (Knijnik & Vasconcellos, 2003, p. 15).

O cartaz da seletiva ainda contava com os dizeres “nunca a mulher brasileira que joga futebol foi tão valorizada”, algo que se mostrou ao contrário quando nos deparamos com esse depoimento. Os estereótipos e a sexualização continuaram recebendo a valorização em detrimento das mulheres que buscavam o seu sonho de serem atletas profissionais (Souza Junior, 2013; Paiva, 2021). Sobre este episódio, podemos destacar ainda o exemplo da jogadora Sissi, que foi camisa dez da Seleção e jogou pelo São Paulo de 1997 até 2000. Em uma entrevista para as Dibradoras, Sissi lamentou essa busca pela fetichização feminina, algo que impediu que continuasse jogando no país

Mesmo com talento de sobra e ganhando campeonatos no Brasil – foi o grande nome do São Paulo entre 1997 e 2000 – Sissi enfrentou muito preconceito dentro e fora de campo. Seu posicionamento firme, exigindo melhorias para o futebol das mulheres e seu cabelo raspado eram vistos como problemas e não causavam boa impressão entre o alto escalão da CBF. Tanto é que em 2001, a organização do Campeonato Paulista impôs que era proibido a participação de mulheres com cabelo curto porque era necessário “enaltecer a beleza das jogadoras para atrair o público masculino”. “Em 2001, teve o Campeonato Paulista e aí fizeram essa regra da beleza. Tinham me convidado antes para voltar a jogar no Brasil. Eu falei: dane-se, não preciso disso. Será que é tão difícil entender que o que a gente quer fazer é jogar e não mostrar beleza? A gente tem que mostrar talento. Eles achavam que iriam colocar público no estádio só com beleza, mas acho que o tiro saiu pela culatra” (Nina, 2019).

Outro fator era que, mesmo com as competições ocorrendo, ainda eram muito instáveis, pois os times poderiam encerrar suas atividades a qualquer momento e as competições podiam ser descontinuadas. O Campeonato Paulista Feminino, por exemplo, teve edições nos anos 1980, retomou apenas em 1997, permanecendo até 2001 e, a partir daí, contando com alguns hiatos de 2 ou 3 anos (Paiva, 2021). Em entrevistas ao site Dibradoras, Maravilha, goleira que atuou nessa época em São Paulo, relata que “[...] muitas vezes a gente ouviu: se vocês não

ganharem esse jogo, vai acabar o futebol feminino. Vivia sob ameaça, sempre com muita pressão, ainda mais em clássico.” (Mendonça, 2020).

Tais elementos apontam que houve tentativas de profissionalizar o futebol feminino e realizar competições pelo Brasil, principalmente no Sudeste, mas sendo algo muito focado em agradar ao público masculino ou vender a imagem da beleza feminina. Acredito que essa motivação, que não era voltada para a profissionalização em si, foi um dos elementos responsáveis para que campeonatos fossem constituídos, mas com muitas discontinuidades.

Essa falta de apoio possui uma imagem emblemática na Copa do Mundo Feminina de 2007. As jogadoras sobem ao pódio, após conquistarem o vice-campeonato, pedindo apoio aos brasileiros (Figura 18). Esse foi um momento impactante, pois, nesse mesmo ano, as mulheres haviam conquistado a medalha de ouro no pan-americano no Rio de Janeiro, com um público de mais de 70 mil pessoas no Maracanã – público esse que foi descobrindo a modalidade durante a competição. No entanto, não havia uma liga nacional no Brasil no período, muitas jogadoras atuavam fora do país e tinham pouco tempo de se preparar para os jogos com a Seleção. Esse foi um momento que trouxe alguma visibilidade ao futebol feminino, pois o ouro no Pan e o vice do Mundial fez com que a Copa do Brasil feminina fosse criada em 2008 (Dibradoras, 2023). Mesmo com esses lampejos, a modalidade não conseguia o apoio necessário para manter um alicerce que garantisse uma estrutura profissionalizante para as atletas, pois o apelo ao público era construído somente nos jogos da Seleção, muitas vezes nos Jogos Olímpicos, já que a Copa do Mundo Feminina não era transmitida em TV aberta. E mesmo as atletas da Seleção não tinham uma estrutura para essas competições, não treinando nem mesmo na Granja Grumari, visto a preferência dada aos homens (Dibradoras, 2023).



Figura 18: Jogadoras da Seleção pedindo apoio no Mundial de 2007. Fonte: Dibradoras, 24 junho de 2023<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Dibradoras. 24 de junho de 2023. (Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2023/06/24/arquivo-dibras-sem-investimento-brasil-teve-melhor-selecao-feminina-da-historia-em-2007/>. Acesso em: 26 jul. 2023)

As mulheres continuaram tentando jogar futebol, participando dos campeonatos que eram possíveis, com estruturas não muito definidas para as profissionais da modalidade. Entretanto, a sexualização e a fetichização dos seus corpos continuam acontecendo ainda nos anos 2010. Um exemplo disso ocorreu com o time feminino do Santos Futebol Clube, quando suas atletas participaram, em 2011, da criação do “Calendário do Centenário” do clube (Paiva, 2021). Nele, elas apareciam de biquínis ou quase nuas, em poses sensuais. Houve também um desfile com as atletas para a divulgação deste calendário e também para uma linha de traje de banho, com elas desfilando apenas com essas vestimentas (Figura 19). Tal ação foi realizada com o intuito de promover o futebol feminino, buscando alcançar patrocínios para a equipe. Entretanto, como destaca Souza Júnior (2013), houve a “desativação do time de futebol feminino do Santos Futebol Clube, menos de um ano após o lançamento dessa estratégia de marketing” (p.147), demonstrando que essa iniciativa não se manteve como efetiva para alavancar a modalidade, não comprimindo o objetivo proposto e apenas servindo como forma de sexualizar e estereotipar as atletas (Paiva, 2021).



Figura 19: Fotos do “Calendário do Centenário” e as atletas do Santos após o desfile.  
Fonte: Folha de São Paulo, 14 de abril de 2011<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup>Lançamento do calendário do Santos FC, Folha de São Paulo. 14 de abril de 2011.(Disponível em:<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/2648-lancamento-do-calendario-do-santos-fc>. Acesso em: 29 jul. 2023)

Assim como o caso de Vandira e de Isabel, nos anos 1980, que não viam problema ou, se viam, não externalizam isso nas entrevistas, ao aparecerem apenas com roupas íntimas nas matérias da revista Placar, as atletas dos Santos também não entendiam como um problema desfilarem de biquíni. Elas fizeram isso de maneira voluntária, acreditando que, de fato, isso poderia ser uma forma de promover o futebol feminino e serem vistas pela mídia, conhecidas pela população e alcançar possíveis patrocinadores. Aline Calandrini (Figura 20), zagueira do Santos em 2011, disse, em uma entrevista a Dibradoras, que

[...] Na época, ninguém viu nada apelativo. Ninguém pensou nisso. Todo mundo ficou feliz. Só que depois que você amadurece, lê as coisas, você pensa: faz sentido isso? Antes era sempre assim, sempre essa visão da mídia: 'jogadora de futebol, deixa eu ver o que ela tem de atrativo sexual'. Eu fui muito julgada na minha carreira por isso. Só vinham me procurar para fazer matéria de musa. Eu detestava falar disso (Mendonça, 2019).



Figura 20: Aline Calandrini desfilando de biquíni na divulgação do calendário.  
Fonte: Globo Esporte, 13 de abril de 2011<sup>27</sup>.

Parece que foi apenas com o tempo e com as mudanças na forma de pensar socialmente o papel da mulher na sociedade que tais atitudes, corroboradas por muitos anos pela mídia em relação às atletas do futebol feminino, foram se modificando. A sexualização e fetichização dos corpos femininos estampados em revistas esportivas e nas mídias sociais passaram a ser

---

<sup>27</sup> FOTOS: desfile e calendário do time feminino do Santos, Globo Esporte. 13 de abr. 2011. (Disponível em: <http://glo.bo/eDj3zy>. Acesso em: 29 de jul. de 2023)

questionadas e um movimento para que parasse de ser veiculado esse tipo de conteúdo começou a surgir com mais impacto. Como indicado por uma reportagem da Dibradoras, no ano de 2016, “uma capa do jornal Lance! sobre o jogo São Bernardo e Corinthians pelo Paulista, estampando a cheerleader na Capa com os dizeres "Musa do São Bernardo dá show" viralizou pelo lado negativo, com milhares de torcedoras corinthianas se manifestando contra a publicação” (Mendonça, 2019). Além disso, a reportagem mostra que as novas capas de revista, do ano de 2019, estavam estampando os atletas da Seleção Brasileira durante o mês da Copa do Mundo, não pelo interesse na beleza delas, mas sim, por aspectos futebolísticos. Como destacam Silvana Goellner e Julia Cabral (2022):

Espetacularizar os corpos das jogadoras, ressaltando a graciosidade, a beleza e a sensualidade, ainda que seja um modo de visibilizar a modalidade, não é o mais justo. O futebol delas não existe para agradar o olhar deles nem para despertar desejos. Ele existe porque é potente e é por essa razão que deve ser reverenciado (Goellner & Cabral, 2022, p. 157).

A partir desse recorte da linha do tempo, identificamos que anos se passaram desde a queda do termo de proibição do futebol feminino até que a fetichização e sexualização dos corpos das mulheres no futebol fosse algo questionado, visto como um incômodo e não algo desejável. Tanto por parte das atletas, quanto por um pensamento mais coletivo da sociedade. O futebol deixou de ser proibido em 1979 e somente em 2016 constatam-se questionamentos com mais veemência em relação à performatividade nas mídias das atletas do futebol feminino e de outras mulheres nos outros papéis dentro desse esporte. Não somente isso passou a ser mais questionado, como também: a falta das transmissões dos jogos femininos; a pouca quantidade de mulheres em espaços de poder, como técnicas, árbitras e gestão; a precariedade de estruturas dos campeonatos; a não existência de uma preparação de base com as jogadoras, o não fornecimento de uniformes e espaços para treinamento para Seleção Feminina, entre outras coisas. Segundo o site Dibradoras, em uma reportagem da Maíra Nunes (2023), desde 2019 muitas mudanças foram percebidas na modalidade, principalmente após a Copa do Mundo daquele ano. Essas mudanças serão mostradas e debatidas no capítulo 3. Mas antes, conheceremos um pouco da história do futebol feminino no estado de Goiás.

#### 2.4 REGIONALIDADES: UM FUTEBOL DE ALIANÇAS

Trouxe anteriormente, de maneira geral, partes da história do futebol feminino no Brasil e dos momentos de dificuldade, proibição, invisibilidade e sexualização. Esse contexto se faz importante para indicar um panorama de como a modalidade foi se transformando ao longo dos anos. O Brasil, no entanto, possui uma grande extensão e muitas histórias devem ter ocorrido

durante os anos de existência do futebol feminino pelo país, mas sem possibilidade de registros ou com perda daqueles que existiram. Isso pode ser percebido com o futebol no estado de Goiás. Uma busca nas plataformas digitais indica escassez e dificuldade em acessar relatos e materiais para compor uma narrativa histórica da modalidade feminina nesse estado do Centro-Oeste.

Para se ter conhecimento da história do futebol no estado, se fez necessário o resgate da história oral das mulheres e daqueles que viveram esse período. Por esse motivo, boa parte dos relatos antigos trazidos foram narrados por Patrícia Menezes e Luiz César, gestores do Aliança/Goiás, que cultivam em sua residência um pequeno museu da trajetória deles no futebol goiano. Além disso, muitos registros também serão retirados do livro recém-lançado por Silvana Goellner e Juliana Cabral (2022) sobre as pioneiras do futebol, que contém também relatos da própria Patrícia, uma das pioneiras escolhidas para a construção do livro. Esse esforço tem intenção de traçar, neste tópico, de modo mais específico, como o futebol feminino esteve presente em Goiás, para podermos compreender os avanços e retrocessos atuais da modalidade na região nos momentos de discussões.

Começamos pela inicialização do futebol masculino no estado goiano, indicando que, para eles, existem registros do seu início antes mesmo de 1930 e tendo clubes se formando desde esse período. O futebol feminino, por outro lado, viu o decreto de impedimento atrasar a modalidade na região, tendo por bastante tempo as arquibancadas como o lugar mais próximo por meio do qual as mulheres poderiam chegar ao futebol (De Paula, 2014). De acordo com Pollyana Nascimento de Paula (2014), além das arquibancadas, as mulheres passaram também a ocupar as caravanas para ir às partidas, mas ainda nada relacionado a colocar os pés na bola. A autora ressalta também que o discurso de padronização da feminilidade estava presente no estado, e que as mídias goianas também reforçaram os atributos associados ao feminino, descrevendo-as como “delicadas e cheias de etiquetas”, sendo a maternidade compreendida como o processo mais significativo para as mulheres goianas. No estado, as partidas de futebol possuíam um caráter festivo, muito atrelado ao carnaval e aos eventos religiosos. As mulheres, nesses processos festivos, eram escolhidas para serem madrinhas dos times e, segundo Pollyana Nascimento de Paula (2014), apesar do reforço dos “estereótipos de beleza e feminilidade, esses espaços possibilitaram também uma maior visibilidade pública dessas mulheres, que negociavam sua presença e participações nesses novos lugares de sociabilidade” (p.73).

Apenas em 1983, como já foi destacado, houve a possibilidade de que as mulheres pudessem competir em ligas, após a oficialização dada pelo CDN para as federações regionais organizarem a modalidade e suas competições (Goellner & Cabral, 2022). Entretanto, há conhecimento de que, em Goiás, as mulheres praticavam o esporte antes mesmo dessa

permissão concedida pelo CDN aos estados. De acordo com Silvana Goellner e Juliana Cabral (2022, p. 109-110) “[...] tanto na capital, Goiânia, como em outras cidades existiam torneios de caráter amador, muitos deles organizados pelas próprias mulheres, que se mobilizaram para disputar jogos entre bairros e municípios, na várzea, no circuito universitário [...]”. No período de 1981 e 1982, por exemplo, foram realizados campeonatos amadores aos finais de semana no Centro Olímpico. A maioria era organizado pela Casa do Futebol Amador, contando com uma grande quantidade de equipes, com mais de 10 participantes (Goellner & Cabral, 2022). Um número expressivo para uma modalidade que ainda não era regulamentada e nem reconhecida no país, apesar da queda do decreto em 1979. Um dos times que participaram na época foi o Conjunto Anhanguera, que contava em sua equipe com a Patrícia Menezes (Goellner & Cabral, 2022). Então,

[...] quando os campeonatos começaram a ser organizados pela Federação, esse grupo passou a defender as cores do Monte Cristo Esporte Clube que atendia às exigências da entidade gestora. Com essa equipe, em setembro de 1983, Patrícia participou do I Campeonato Goiano, que foi vencido pela Sociedade Esportiva Ponto Frio. O gerente local era apaixonado por futebol e teve a ideia de empregar algumas jogadoras que trabalhavam na loja durante o dia e treinavam à noite visando a disputar as competições (Goellner & Cabral, 2022, p. 112).

Mesmo que a inserção da Federação tenha seus pontos positivos, algumas dificuldades surgiram, pois, as mulheres

[...] se depararam com uma série de empecilhos: a cobrança de taxas, o gasto com uniformes e materiais, o registro da documentação, o desinteresse dos clubes pelo futebol de mulheres, enfim, o nascer de uma conjuntura que impôs investimentos inesperados, inclusive financeiros. A oficialização da modalidade foi efetivada, porém, não foram facilitadas nem proporcionadas condições para que as mulheres se mantivessem em campo desfrutando de competições mais sistemáticas e organizadas (Goellner & Cabral, 2022, p.110).

Em Goiás, principalmente em Goiânia, ocorreram algumas idas e vindas da competição regional. Com isso, passo a destacar os nomes de Patrícia Menezes e o de Luiz César, como centrais na história do futebol goiano. Isso porque, juntos, organizaram esforços para fazer o futebol feminino em Goiás acontecer. O primeiro passo foi a criação do departamento de futebol feminino no Atlético Clube Goianiense, time mais antigo e tradicional de Goiânia no futebol masculino, fundado por um grupo de jovens no bairro de Campinas (Justo, 2023). Entretanto, não havia muito auxílio por parte do clube para o futebol feminino, pois Patrícia e Luiz que arcaram com as demandas necessárias, enquanto o Atlético fornecia somente o nome (Goellner & Cabral, 2022). Assim, o casal participou de diferentes competições, tanto com equipes goianas quanto de fora da região. Na figura 21 estão exibidas as atletas do time feminino do Atlético Goianiense na inauguração do estádio do clube, Antônio Accioly, em julho de 1984. Na imagem seguinte (Figura 22) observamos as jogadoras em uma partida realizada contra o

Vila Nova, em setembro de 1984, pelo Campeonato Goiano, no mesmo estádio. Pela foto conseguimos ver muitos torcedores nas arquibancadas. Patrícia, além de gestora, também era atleta, atuando como goleira do time. Foi enquanto atuava pelo Atlético Goianiense que Patrícia foi convocada para participar dos treinamentos preparatórios para a primeira Copa do Mundo Feminina organizada pela FIFA, algo que discutiremos melhor mais à frente. No Atlético, Luiz e Patrícia permaneceram por 11 anos, sendo “a falta de autonomia que sentiam no Atlético Goianiense em relação à condução do trabalho e o excedente de atletas que não eram aproveitadas” (Goellner & Cabral, 2022, p. 117) alguns dos motivos que os fizeram deixar o clube.



Figura 21: Time Feminino do Atlético Goianiense na inauguração do Estádio, primeiro de julho de 1984.  
Fonte: Acervo pessoal, Patrícia Menezes (gentilmente cedido).



Figura 22: Jogo do Campeonato Goiano, Atlético Goianiense x Vila Nova, em 23 de setembro de 1984.  
Fonte: Acervo pessoal, Patrícia Menezes (gentilmente cedido).

Antes de continuar a trajetória do futebol goiano pela família Menezes, gostaria de relatar um dos poucos registros encontrados na internet sobre o futebol goiano. Trata-se de uma matéria de 1983, sobre a atuação do time feminino que levava o nome do Goiás no Jornal do Brasil, sendo esta, uma partida também já pontuada na dissertação de Caroline Soares de Almeida (2013). O texto fala do jogo da final da Taça Brasil, uma competição disputada entre o time goiano e a equipe carioca do Radar (Figura 23). Este jogo acabou em briga entre as goianas e o árbitro da época, pois, com poucos minutos para encerrar a partida, o juiz começou a expulsar muitas mulheres do Goiás, que perdia no placar por 5x0. O futebol feminino havia sido recém regulamentado e na reportagem equiparam o futebol feminino ao masculino, ao dizerem que, mesmo com a regulamentação recente, já possuía todos os quesitos de violência e agressão presentes no futebol masculino.



Figura 23: Final Taça Brasil de 1983, Radar x Goiás.  
Fonte: Jornal do Brasil, 4 de julho de 1983<sup>28</sup>.

Segundo Patrícia, as atletas retratadas na notícia eram do clube Ponto Frio - não do clube Goiás-, sendo este o campeão dos dois primeiros Campeonatos Goianos. A gestora do Aliança/Goiás explicou que os times goianos que ganhavam o estadual costumavam ser convidados por Eurico Lira (presidente do time do Radar e posteriormente chefe da delegação da CBF) para participar da competição. O Atlético Goianiense participou da competição feita em 1987 e 1989, sendo que no último ano isso se deu tanto nos gramados, quanto no salão, como menciona Patrícia e a abundância de registros guardados em sua casa. Na residência, além da enorme quantidade de troféus – muitos deles, pela quantidade, permaneceram embalados - possui recortes de jornal, fotos, súmulas, um resumo anual de cada time pelo qual o casal passou, os gols, as competições ganhas e muitos mais registros.

Com isso, percebemos que o casal Patrícia e Luiz realizou diferentes movimentos para fortalecer o futebol feminino goiano, além do grande comprometimento com a sua história e a da modalidade. Nesse sentido, enquanto estavam no Atlético Goianiense, participaram dos primeiros Campeonatos Goianos, em 1983 e 1984, organizados pela Federação do estado,

<sup>28</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, n. 87, 4 de julho de 1983. p.9. (Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19830704&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 30 jul. 2023)

ganhando quatro títulos na década seguinte. Campeonato esse que contou com um período de hiato e só voltou a ser organizado novamente seis anos mais tarde, em 1990. Além disso, eles também montaram uma seleção, em 1986, para participar do Campeonato das Seleções, em São Paulo, e representar o estado de Goiás (Goellner & Cabral, 2022). Nas imagens abaixo (Figura 24 e 25) vemos a Seleção Goiana montada pelo casal para competir neste campeonato realizado em Campinas, contando com equipes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do interior de São Paulo. Patrícia era a goleira dessa equipe. Na Figura 25 a equipe goiana (de laranja) posa ao lado da seleção Carioca.



Figura 24: Seleção Goiana, 1986.

Fonte: Acervo pessoal, Patrícia Menezes (gentilmente cedido).



Figura 25: Seleção Goiana (laranja) junto com a Seleção Carioca (branco), 1986.  
Fonte: Acervo pessoal, Patrícia Menezes (gentilmente cedido).

Patrícia e Luiz também passaram para além dos portões do Atlético e começaram a ajudar a montar equipes para que houvesse a quantidade mínima para a participação do Campeonato Goiano. Foi então que, em 1990, o casal fundou o Aliança. A equipe com essa nomenclatura foi criada em 1958, porém apenas para a prática do futebol masculino, se filiando à Federação nos anos 1960 e ficando fora de cena do futebol masculino 20 anos depois. Então, “em 1990, quando o casal resolveu estruturar um time de mulheres, viu nesse clube a oportunidade de colocar essa ideia em prática, visto que o Aliança, apesar de registrado na Federação, não participava de competições desde meados da década de 1980” (Goellner & Cabral, 2022, p.117). Além da equipe principal, o Aliança possui uma escolinha de futebol para meninas acima dos 10 anos que não cobra mensalidade desde a fundação da família Menezes.

Para manter a equipe da categoria principal que não tem patrocínio, Patrícia e Luiz firmaram parcerias com entidades públicas e privadas visando à manutenção das jogadoras e sua formação por meio da concessão de bolsas de estudos e outros auxílios. Conceberam, ainda, o Projeto Gandula por meio do qual as jogadoras recebem uma ajuda de custo quando desempenham a função em jogos do Campeonato Brasileiro nas séries A, B e C e o pleito do Programa Bolsa Atleta para aquelas que são federadas e ranqueadas (Goellner & Cabral, 2022, p.118).

Ainda na década de 1990, Patrícia deu um passo importante na sua carreira de atleta, sendo a primeira goiana convocada para fazer parte do plantel de mulheres que iriam para a primeira Copa do Mundo que aconteceu, na China, em 1991. O convite foi feito depois das autoridades da CBF assistirem a um amistoso entre o próprio Aliança e o Atlético Goianiense,

ambas equipes que o casal fazia a gestão simultânea nesse período. No entanto, a goleira chegou a ficar receosa se aceitava o convite, pois sua primogênita ainda estava com meses de vida. Após pensar um pouco e ser estimulada por Luiz, seu esposo, ela o aceitou e levou sua filha com ela, pois estava amamentando (Figura 26). Patrícia acreditou que conseguiria contratar alguém para cuidar de sua filha enquanto treinava, mas devido às circunstâncias do local de treinamento isso não foi possível (Goellner & Cabral, 2022). Mesmo aquelas pessoas que tentavam ajudar a goleira, tinham dificuldades, pois a bebê chorava muito quando estava longe da mãe. Em seu depoimento para o livro das pioneiras, escrito por Silvana Goellner e Juliana Cabral (2022, p. 115), Patrícia ainda relata: “No primeiro corte que teve eu fui a primeira a sair porque ninguém aguentava a menina chorando”.



Figura 26: Patrícia junto com as demais convocadas para a preparação da Copa de 1991  
Fonte: Acervo pessoal, Patrícia Menezes (gentilmente cedido).

Apesar disso, Patrícia conta sobre um apoio muito importante que recebeu de sua companheira de seleção e posição, Meg. Em um momento de desânimo, Patrícia diz a ela que nasceu na época errada por não conseguir mais se dedicar tanto ao futebol feminino como gostaria, tendo recebido em resposta as seguintes palavras de incentivo: “Não, Patrícia. Você nasceu na época certa, você desbravou o seu estado. O que você tem que fazer é voltar, abrir caminhos para o futebol feminino porque você vai ser inspiração de outras meninas lá em Goiás” (Goellner & Cabral, 2022, p.116). Foi nisso que Patrícia se agarrou e junto da sua família tenta produzir essa inspiração a partir do trabalho e conquistas proporcionadas pelo Aliança. A

equipe é a maior campeã goiana, com quinze títulos no campeonato, que não obteve mais hiatos, depois da parada que durou seis anos após 1984. Durante os anos 1990, o Aliança conquistou cinco títulos, adquirindo um tri campeonato e depois um bicampeonato. Nos anos 2000, também empilharam mais cinco taças e nos anos subsequentes a mesma quantidade de títulos. Seu último foi em 2022, já com a parceria estabelecida com o Goiás Esporte Clube, que será discutida com mais detalhes no capítulo três.

A Figura 27 ilustram alguns registros dos times campeões. Na esquerda superior encontram-se as mulheres campeãs de 1994, seguida em baixo pelas campeãs de 1999. Na direita superior está a equipe de 2006, o oitavo título conquistado pelo clube auri negro e o registro de 2015 logo em seguida, exibindo aquelas que levantaram a taça e levaram para a casa o décimo terceiro título. Tais fotografias demonstram a continuidade do trabalho realizado em Goiás durante todos os anos em que o futebol feminino foi muito contestado, sexualizado e sem estrutura para acontecer. O próprio Aliança precisou algumas vezes que a família retirasse dinheiro da sua renda para ajudar na manutenção das atletas (Goellner & Cabral, 2022). No depoimento para o livro sobre as pioneiras, Patrícia conta que

Teve uma vez que compramos uma bicicleta para uma menina que era importante para nós. A gente não tinha vale-transporte. Era tudo assim: nós que fomos bancando do nosso próprio bolso para fazer com que tivesse os campeonatos aqui e dar oportunidade para as meninas jogarem, porque o que elas mais queriam era jogar (Goellner & Cabral, 2022, p. 118).

## VII CAMPEONATO GOIANO - FGF 1994



**Em pé:** Eva, Patrícia, Célia, Raquel, Maria, Suelma, Raulena, Noilma, Dora e Eva

**Agachadas:** Juliana, Jaqueline, Josines, Shirley, Rosicleide, Jaqueline, Luciene, Adenir, Elizeth e Gleiciana

## XVIII CAMPEONATO GOIANO - FGF 2006



**Em pé:** Téc. Luiz César, Aline, Fabiana, Mar-Selly, Juliana, Célia, Gêssica e Mass. Zezinho

**Ajoelhadas:** Raissa, Rosilda, Raihane, Maria, Cristiane, Cinthia e Franciele

**Agachadas:** Giliane, Priscila, Thalita, Raniella, Jocielle, Priscila e Kênia

## XII CAMPEONATO GOIANO - FGF 1999



**Em pé:** Téc. Luiz César, Célia, Patrícia, Saritha, Eva, Mar-Selly e Dora

**Agachadas:** Liliane, Valéria, Lucivânia, Elisângela e Raulene

## XXVII CAMPEONATO GOIANO - FGF 2015



**Em pé:** Prep. Física Patrícia, Ivanessa, Cristiane, Alessandra, Patrícia, Amanda, Prep. Física Ana Júlia, Thayná, Dalila, Janaína, Marta, Rosilda, Marília, Alessandra, Samara, Kênia, Karine, Nayara e Téc. Luiz César

**Agachados:** Mass. Zezinho, Aux. Marcos, Vanessinha, Raniella, Kleane e Fátima

**Sentadas:** Joyce e Paola

Figura 27: As equipes do Aliança campeãs goianas dos anos de 1994, 1999, 2006 e 2015

Fonte: Instagram do Aliança, @aliancafutebolfeminino.

Esses relatos evidenciam as dificuldades que a falta de apoio na construção e estruturação da modalidade no estado trouxe para as meninas e mulheres que queriam estar no mundo do futebol como uma prioridade em sua vida. Mesmo com a família Menezes atuando ativamente para fazer do futebol feminino uma realidade, havia pouco apoio efetivo da Federação à época, somando-se a dificuldade em adquirir patrocínios e outros investimentos. Nesse sentido, a presença da família Menezes foi importante para o crescimento e desenvolvimento das atletas, embora isso fosse permeado de dificuldades, como a própria ida aos treinos.

Além do fator financeiro e de apoios estruturais, os estigmas também faziam parte desse processo, como acompanhamos nas descrições da sessão anterior. Sobre isso, perguntei a Patrícia como eram vistas as meninas que jogavam futebol nesses períodos e na época que ela mesmo jogava, indagando se ela se recordava de algum episódio de reforço dos estereótipos. Ela relatou que naquela época era algo muito presente, comparando com os dias atuais,

opinando que muita coisa se modificou. Segundo ela, as falas como “Sapatão” e “Volta para o Fogão” eram repetidas pelas pessoas que as assistiam e até por repórteres daquele período. Caroline Soares de Almeida (2013) também relata situação semelhante no seu estudo com as jogadoras do clube carioca Radar, quando a música “Maria Sapatão” era cantada pelos torcedores e direcionada as atletas.

Ademais, Patrícia reforça que em uma das suas entrevistas como atleta ela citou a importância dos exercícios como o futebol para os músculos femininos, pois não era comuns as rotinas de academia. Ela relata que não era algo que masculiniza as mulheres — frase bastante repetida durante a trajetória da modalidade —, mas sim, que ajudava a tonificar e dar força ao corpo. Para a ex-jogadora, frases como essas não abalavam as mulheres no campo, que só queriam jogar futebol. Patrícia ainda ironizou a capa da revista Placar que enfatizava a troca de camisas como a melhor parte do jogo feminino (descrita no tópico anterior) relatando que isso nos seus jogos nem acontecia, pois se as mulheres trocassem de camisas elas ficariam sem uniforme, por não haver ainda muita estrutura para uma abundância de material. Outra situação de preconceito citada por Patrícia foi em relação a sua formação em Educação Física, na Escola Superior de Educação Física de Goiás. Uma das suas vontades era fazer a disciplina sobre futebol, no entanto, essa matéria não era ministrada para mulheres, pois para elas havia a ginástica rítmica. Sobre essas condições, Patrícia foi barrada de participar da disciplina de futebol. Em seu depoimento para o livro sobre as pioneiras, Patrícia recorda também esse momento

Fui na reitoria pedir para fazer o futsal, pois eu era jogadora e já dava aula para os meninos no campinho de terra na periferia. Eu falei para o professor: “você não está formando professores! Eu sou professora, como é que eu vou ensinar futebol para os meus alunos se eu não aprendi aqui. Como é que eu vou fazer?” Conclusão: eu terminei o curso, não me deixaram fazer futsal e fui ensinando futebol com aquilo que eu aprendi na prática, dentro da faculdade eu não consegui (Goellner & Cabral, 2022, p. 113).

A partir disso, podemos perceber que mesmo Patrícia vivendo o futebol há muitos anos, encontrou em seu caminho mais um obstáculo proporcionado pelas distinções de gênero. Nessa perspectiva, as separações estavam não somente nos gramados, mas nas áreas de conhecimento, já que as mulheres ainda eram direcionadas para determinados esportes que desde a proibição eram recomendados para elas com os pretextos de serem inerentes a sua “natureza”.

Retomando a discussão de que nos anos subsequentes a 2016 houve mudanças no imaginário social em relação às mulheres nesse cenário esportivo, podemos citar um caso regional, como a apresentação do novo uniforme do Goiás, que atualmente tem uma parceria com o Aliança. Em 2019, quando ainda estava em construção o seu time feminino de futebol,

nos perfis oficiais da instituição foi postado um vídeo curto sobre a prévia do novo uniforme, com duas modelos se maquiando, em poses sensuais e vestidas apenas com a nova camiseta (Figura 28). Em um determinado momento, aparece uma parte da calcinha da modelo. Nos comentários da publicação, muitas críticas foram feitas, comparando a tentativa de marketing com um vídeo de plataformas eróticas e reprovando a associação das mulheres no futebol com poses e gestos sexualizados (Pinheiro, 2019). Tanto o presidente do Goiás na época, Marcelo Almeida, quanto o diretor de marketing, Eduardo Rezende, minimizaram o episódio. O presidente disse que havia um falso puritanismo nas críticas e o diretor ressaltou que às vezes seria preciso ousar no marketing e o vídeo valorizou a mulher brasileira (Gonçalves & Castro, 2019).

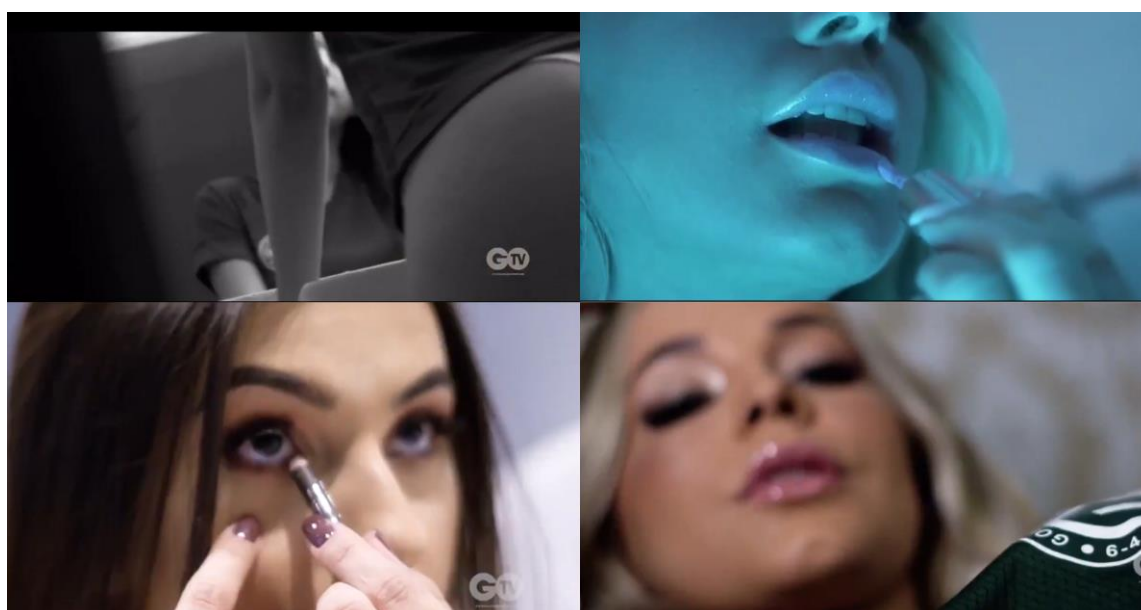


Figura 28: Trechos do vídeo de prévia da divulgação do novo uniforme do Goiás, em 2019  
Fonte: Twitter oficial do Goiás Esporte Clube, 21 de julho de 2019<sup>29</sup>.

Sociologicamente, é importante mencionar que a propaganda retoma estigmas e estereótipos atribuídos às mulheres na modalidade durante décadas na mídia, priorizando a atenção de um público masculino e visando mais a sexualização dos corpos femininos do que seu reconhecimento enquanto atletas. Além de reforçar padrões de beleza e feminilidade, trazendo a questão da vaidade feminina ao mostrarem as modelos se maquiando. Associar essa imagem das mulheres ao futebol corrobora e dificulta para aquelas que praticam o esporte e não

<sup>29</sup> Clube, Goiás Esporte. Primeira prévia do Novo Manto Esmeraldino Goiânia, 21 de julho. 2019. Twitter: @goiasoficial. (Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19830704&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 06 ago. 2023)

estão dentro desses padrões – ou não têm interesse em adequar-se a eles –, podendo reforçar discursos sobre sua aparência “masculinizada” e questionamentos sobre sua sexualidade. Com isso, destaco a terceira implicação da primeira definição de gênero definida por Joan Scott (1995), a de que gênero passa para além de uma compreensão do âmbito familiar, precisando compreender suas atribuições políticas e econômicas, observando a organização das instituições em torno dele. Nesse sentido da propaganda, permanecem os entendimentos binários entre homens e mulheres para a atuação no mercado, passando pelo reforço do que por muito tempo foi a imagem da mulher no futebol, uma “coisa” que serve para agradar um público majoritariamente masculino.

Os comentários na publicação, por sua vez, demonstram potenciais mudanças de percepção social em relação às mulheres no futebol, questionando a escolha do marketing para anunciarem o uniforme, como já destacado na seção anterior com a reportagem feita pelas Dibradoras. No próximo capítulo veremos mais sobre tais mudanças e continuidades das mulheres no futebol, destacando tanto as questões dos estigmas quanto da construção da profissionalização no esporte.

### 3 CONTRA-ATAQUE?

#### 3.1 INVERTENDO O JOGO: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NO FUTEBOL FEMININO

Olhando para a linha do tempo do futebol feminino no Brasil, podemos observar que existem alguns marcos, como seu surgimento ainda na primeira metade do século XX, sua proibição em 1941 e a liberação nos anos 1970. Durante o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 o futebol feminino passou por diferentes momentos, com nuances de evolução e retrocesso, nomeado por Ludmila Mourão e Márcia Morel (2005, p.84) de “efeito sanfona”, indicando que “quando o contexto parece representar uma condição de estabilidade, permanência e manutenção na mídia e nos campos, observa-se de forma dinâmica uma retração desta prática”. Como exemplo desse “efeito sanfona”, as autoras descrevem a declaração do chefe da delegação da seleção brasileira Luiz Miguel de Oliveira, dada no início dos anos 2000, mencionando que a convocação da jogadora Milene Rodrigues foi somente devido ao seu marketing por ser, naquele tempo, esposa do jogador Ronaldo. Para as pensadoras, é

convencional convocar uma seleção a partir de escolhas feitas com critérios objetivos, tais como refinamento técnico, habilidade, performance atlética e condicionamento físico. Mas na seleção feminina de futebol, recorrer ao critério de marketing é muito importante para a sua manutenção. Essa estratégia, declarada pelo chefe da delegação brasileira, legitima o efeito “sanfona” como metáfora da situação do [futebol feminino] no Brasil (Mourão & Morel, 2005, p. 83).

O período do início dos anos 2000 foi marcado por muita instabilidade em relação ao futebol feminino no Brasil. Segundo Cláudia Samuel Kessler (2015), às comparações exacerbadas com o futebol dos homens, o futebol espetacularizado, ajudou a identificar uma noção de “falta de futuro” para o futebol feminino, construído a partir dos “discursos de ausências”, geralmente “ligadas a fatores históricos e sua reprodução acentua a ideia de difícil mudança deste panorama” (Kessler, 2015, p. 62).

Devido aos acontecimentos das últimas décadas, entretanto, pode-se perceber mudanças em lógicas sociais nesse cenário. De acordo com Mariana Martins, Gabriela Delarmelina e Letícia de Souza (2023), em 1995 Joseph Blatter, então Presidente da FIFA, discursou ressaltando que o futuro do futebol seria feminino. Para as autoras, tal otimismo só se concretizou, em 2019, com a Copa do Mundo Feminina, através da atração de milhões de espectadores pelo mundo. Elas ainda destacam que tal crescimento não passou somente pelo público, como também “na quantidade de mulheres jogando futebol em nível competitivo, criando um significativo espaço para envolvimento e oportunidades de profissionalização para

as atletas do esporte” (Martins, Delarmelina e Souza, 2023, p. 61). Acompanhamos essas nuances a seguir.

### **3.1.1 Reflexões sobre 2019: qual o legado da Copa?**

A Copa do Mundo de 2019 realizada na França trouxe diversas transições significativas e firmou alterações que vêm sendo construídas nos últimos anos no âmbito do futebol profissional. Isso pode ser confirmado mediante diversas mídias, não só brasileiras, que trazem a narrativa de que a oitava edição da Copa Feminina seria um marco para a modalidade. Em uma reportagem produzida pelas Dibradoras, em julho de 2019, antes do torneio, elas exibiram manchetes de diferentes jornais internacionais. O primeiro deles foi a capa do Jornal Britânico Telegraph que coloca no título da principal notícia os dizeres “Um torneio de futebol? Nós podemos estar assistindo a uma revolução” (Mendonça, 2019c). Também são citados os jornais franceses L’Equipe, Le Monde, o Libération e o Le Parisien. Sobre eles são relatados a ênfase e maior espaço para a seleção feminina local, com frases de incentivo e apresentação da história da modalidade. São destacadas ainda as partes significativas e inéditas desta edição de Copa Feminina, como o maior número de profissionais cobrindo os jogos, maior quantidade de caminhões de transmissão de TV, entre outras conquistas (Mendonça, 2019c).

Em outras notícias do site Dibradoras, elas trazem comparações entre as edições passadas e a Copa do Mundo Feminina de 2019, relatando o quanto ela trouxe diferentes contribuições para a modalidade por todo o mundo. Na matéria intitulada “Há um ano, Copa do Mundo na França quebrava ‘mitos’ do futebol feminino” (Mendonça, 2020b), são pontuadas expressões que eram repetidas em relação ao futebol feminino, apontando mudanças depois da Copa de 2019. O primeiro equívoco diz respeito à frase “futebol feminino não dá audiência”, algo que se mostrou contrário em 2019, ano em que ocorreu pela primeira vez a cobertura completa da competição pela Rede Globo, contando com divulgação em outros programas e com materiais exclusivos nos programas esportivos sobre a seleção feminina. Ainda sobre audiência, o Brasil quebrou o recorde de transmissão em um dos jogos da Copa Feminina com mais 35 milhões de espectadores na partida das oitavas de final contra a França (Mendonça, 2019d).

Esses dados debatem a narrativa do início dos anos 2000 e a percepção de que as mulheres para atrair a atenção para o futebol feminino precisavam ser sexualizadas. As atletas que não performam a feminilidade, nesse sentido, tem uma abertura maior para não esconder essas características, em prol de alguma audiência. Podem pensar, nesse exemplo, que o estigma sobre a mulher que joga bola, que “deveria ser” sensual e feminina, passar a não fazer mais

sentido no contexto do futebol feminino e as técnicas de acobertamento, pensando no sentido proposto por Goffman (1988), que existiam no passado, como não raspar o cabelo e usar maquiagem, passam a não ser mais vistas como algo necessário. Vale destacar ainda que, como demonstram Connell e Pearse (2019), as pessoas e seus corpos não são sujeitos passivos nesse movimento, existindo mulheres que não se faziam acobertar e usavam seus corpos como queriam, até como formas de resistência. No entanto, inegavelmente elas sofreram mais consequências por essas ações.

O segundo equívoco diz respeito à frase “mulher não sabe jogar futebol”. Isso é refutado a partir do próprio jogo, no qual as mulheres mostraram todas as habilidades do esporte através de partidas competitivas, gols de falta, dribles, defesas difíceis. Além disso, Marta, nesta edição, tornou-se a maior artilheira de todas as copas, com 17 gols, ultrapassando o alemão Miroslav Klose que possui 16 gols (Mendonça, 2020b). Esse argumento foi fomentando por anos no imaginário social, também pautado nas diferenciações binárias de gênero e no que os corpos, masculinos e femininos, eram entendidos como capazes de fazer. Uma narrativa acreditada e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. De acordo com Leda Maria Costa (2006)

[...] não é verdade que mulher naturalmente não se interesse por futebol ou naturalmente não saiba jogar futebol. Também não é verdade que futebol seja coisa de homem. Mas muitas mulheres ouviram e até reproduziram essas assertivas durante muito tempo, porque a configuração tanto simbólica quanto concreta dos espaços ocupados pelo futebol pertence, primordialmente, aos homens (Costa, 2006).

Esse segundo erro exclui ainda os anos de interdições ao futebol feminino, que teve que evoluir posteriormente, em um período em que o futebol masculino já estava consolidado. Arelado a isso, o pensamento do que seria o futebol foi programado e produzido a partir dos comportamentos entendidos enquanto masculinos. Dizer que as mulheres não sabiam jogar era uma forma de retratar que tais movimentos estavam restritos apenas aos corpos masculinos. Ademais, esse pensamento não permite outras performances de gênero e sexualidades para além do binarismo rígido e naturalizado. Para Cláudia Samuel Kessler (2012)

no imaginário brasileiro o futebol foi e tem sido construído como um esporte de reforço do que hegemonicamente é entendido como “a” masculinidade. O masculino representa as características de virilidade e de reafirmação inclusive da heterossexualidade. Masculinidade e feminilidade são constantemente apresentadas na mídia esportiva como modelos únicos, sem variações ou gradações. Ou você é, ou não é (Kessler, 2012, p. 242)

A falácia “mulher não entende de futebol” também foi quebrada, com as mulheres participando da cobertura do torneio, seja como repórter dos principais meios de comunicação, seja nas cabines de transmissão como comentaristas. Renata Mendonça ainda completa indagando que “se normalmente o ambiente de cobertura de um Mundial é majoritariamente

dominado por homens, [em 2019], ao menos entre os veículos brasileiros, as mulheres eram absolutas” (Mendonça, 2020b). A jornalista destaca também na notícia que existe ainda uma defasagem quando pensamos em uma representatividade para além do gênero, como a participação de mulheres negras no jornalismo, visto que não houve essa visibilidade na Copa de 2019 (Mendonça, 2020b). Como destacam Collins e Bilge (2020), o poder disciplinar age selecionando aqueles que podem usufruir com sucesso determinado espaço e os que são marginalizados, além do domínio estrutural que envolve as dimensões do mercado de trabalho, moradia e educação. Um cenário que se complexifica quando levamos em consideração intersecções entre dimensões de gênero, raciais, de classe.

É interessante observar a tonalidade das frases destacadas na matéria e as mudanças que ocorreram. O fato de as mulheres estarem mais presentes nas transmissões e nas coberturas dos jogos da Copa do Mundo apresenta a ocupação de um novo espaço. Desse modo, as mulheres podem ultrapassar lugares-comuns atribuídos a elas no futebol, quando poucas estavam nesses ambientes. Podemos ainda citar outras mudanças que foram significativas para o futebol feminino que aconteceram no ano da Copa na França, pensando na seleção brasileira. Uma delas foi a criação - pela primeira vez em toda história da modalidade - de dois uniformes exclusivos para as jogadoras produzidas pela Nike, patrocinadora tanto da seleção masculina quanto da feminina. Além disso, foi o primeiro ano que esses uniformes foram comercializados (Araujo, 2020). Em 2015, foi a primeira vez que as jogadoras da seleção brasileira contaram com camisas e shorts feitos para elas, mas eles não eram comercializados (Araujo, 2020).

Como destacado na seção anterior, as atletas utilizavam, inclusive na Copa do Mundo, uniformes que sobravam ou eram ajustados do futebol masculino. Em uma entrevista às Dibradoras, produzida por Renata Mendonça (2019e), a ex-jogadora da seleção e craque dos anos 1990, Sissi, descreveu como era utilizar os uniformes masculinos, relatando que eram muito grandes e elas precisavam dobrar as partes de baixo para que pudessem usar. Completou o relato dizendo que as jogadoras se entreolharam devido a essa situação, mas que ninguém se importava muito, pois elas queriam correr atrás da paixão de jogar futebol e mostrar que tinham capacidade para estar ali. Além disso, mesmo os uniformes que tinham os seus nomes precisavam ser devolvidos à CBF após o fim das partidas, ressaltando assim que as jogadoras de fato não tinham acesso a essa vestimenta (Mendonça, 2019e).

Assim como a maior atenção dada às vestimentas, as questões de investimento na seleção feminina começaram a mudar no ano de 2019. Isso porque houve um aumento no investimento em marketing de 2015 para 2019, com diferentes patrocinadores. Ademais, marcas que, apesar de já patrocinarem a modalidade, nunca haviam feito propagandas e vídeos

de fomento ao futebol feminino, o fizeram durante o período da Copa da França (Santos, 2019). As marcas Nike e Guaraná Antártica, produtoras de artigos esportivos e refrigerantes, respectivamente, trouxeram produções comerciais com jogadoras da seleção (Ferreira, 2020).

30

Esses comerciais, veiculados no período que antecedeu a Copa do Mundo de 2019, são ilustrativos de um processo de certa “normalização” da presença feminina no futebol. A mídia possui esse potencial de criar ou reforçar determinadas concepções, ou representações sociais, tendo uma atribuição significativa nas transformações dos estereótipos e de narrativas. Nascimento e Said (2018), corroboram com essa afirmação ao dizer que

os meios de comunicação, como intermediadores de relações sociais entre os indivíduos e entre o sujeito social e o mundo em que está inserido, se constituem como produtores e propagadores das representações, as quais podem ser aceitas ou rejeitadas como pontos de identificação e, portanto, de identidades sociais. (Nascimento; Said, 2018, p. 104).

Concomitantemente, trazer o perfil feminino ao futebol e introduzi-lo como algo corriqueiro que necessita de atenção, pode desmistificar discursos estabelecidos e, mesmo, exercer o efeito de “normalizar” a presença de mulheres em ocupações antes compreendidas apenas para homens, como acontece com os comerciais mencionados.

Ademais, a iniciativa de incluírem jogadoras nas propagandas motivadas pela Copa de 2019, ainda traz visibilidade para o esporte e tenta retirar da subalternidade as atletas para o conhecimento do público. Através do conhecimento, a população passa a saber da existência da modalidade e pode escolher conhecer mais a respeito dela. Como retrata Mauro Wolfe (2003,

---

<sup>30</sup> A produção feita pelo Guaraná Antarctica, denominada “Seleção Feminina é #CoisaNossa”, tem como ponto de partida a indagação retórica “ano passado teve um monte de comerciais com os jogadores, e esse ano quase nenhum com as jogadoras, uma vergonha, não?!” (Ferreira, 2020). Isso indica o quanto ainda não era comum as atletas estamparem os patrocinadores e as marcas que aparecem nos comerciais dos jogos. Não era difícil imaginar tal defasagem, visto que, a própria transmissão das partidas era dificultada. Em relação à Nike, sua produção trouxe como iniciativa contar a história da Atleta Andressa Alves, retratando que desde pequena ela ganhava bonecas, mas que utilizava das cabeças dos brinquedos como bola para realizar de fato a ação que gostaria na infância. No decorrer da passagem, a frase “eu nunca pedi uma boneca, mas já perdi as contas de quantas já ganhei”, dita pela jogadora, chama atenção (Ferreira, 2020). Novamente, isso exemplifica a primeira parte do conceito de gênero de Joan Scott (1995) sobre ele ser construído por relações sociais a partir da diferença entre os gêneros, tendo como parte importante os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino”(Scott, 1995, 86). Apesar da Andressa nunca ter pedido uma boneca de presente, se faz vigente nos normativos sociais e nos símbolos destinados às mulheres essa retomada a esse papel de cuidado, sendo este, afirmados pelas doutrinas tanto religiosas quanto educacionais, registrada por Scott (1995). Dessa forma, desde criança, os brinquedos são divididos de forma binária em que as meninas ficam com as bonecas e os meninos com as bolas de futebol. Como mostra o comercial da Nike, Andressa subvertia essa visão binária ao utilizar a própria boneca como a sua “bola”, demonstrando o seu desejo de praticar o futebol. De acordo com Suzana Pinheiro Ferreira (2020, p.33) “é possível perceber uma questão cultural em relação ao gênero dos brinquedos, onde estes acabam reforçando preconceitos e impedindo que crianças consigam desenvolver suas habilidades e se interessem pelas mais diferentes áreas”.

p.13), numa perspectiva centrada na propaganda, “quanto mais expostas as pessoas são a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, à medida que o interesse aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saberem mais acerca dele”.

A construção dessas propagandas, por conseguinte, tem forte relação com as mudanças dos pensamentos e estereótipos sociais, encontrando, a partir disso, menos resistência por boa parte do público. Para Giovanna Sá de Camargo Kalume (2020)

a globalização e a revolução tecnológica também foram de extrema importância para que fossem possíveis as mudanças no cenário mercadológico da comunicação no mundo. Nesse contexto, é possível perceber a mudança no tom das peças de divulgação, nas suas novas características principais e também na resposta do público a tais mudanças (Kalume, 2020, p.28).

Nesse sentido, a mídia, ao mesmo tempo em que constrói as representações sociais também se molda às mudanças e contextos sociais, se adaptando e construindo diferentes discursos que deseja enfatizar, exercendo um poder de influência. Desse modo, os holofotes voltados às próprias mulheres contando suas histórias, reiteram que elas podem executar papéis antes realizados apenas por homens. A ênfase dada à trajetória de invisibilidade da modalidade contrasta com as imagens delas semi nuas nas revistas, em que sua vida sexual e pessoal eram o assunto principal. Isso aponta talvez para um processo de transformação, mesmo que lenta, gradual e tardia, da avaliação social em relação às mulheres no futebol.

A própria revista Placar - citada por diversas vezes na seção anterior como exemplo de mídia que reproduzia discursos sexistas e machistas - no ano da Copa do Mundo na França, publicou sua retratação com a modalidade. Pela primeira vez na história da revista, foi produzida uma edição totalmente voltada para o futebol feminino (Cardim, 2019), com a maior atleta brasileira da modalidade, Marta, na capa. Diferente das edições dos anos 1990 que ao mencionar o futebol feminino traziam as jogadoras como “musas” e com pouca roupa, Marta aparece no centro da revista, levantando uma bola e vestida com o uniforme da seleção brasileira (Figura 29). Os dizeres na capa não trazem nenhuma fala apelativa. Eles indicam apenas matérias sobre a trajetória de Marta, a proibição nos anos 1940 e o futebol feminino no Brasil naquele período. Nesta edição, encontra-se ainda um pedido de desculpas da revista, mencionando que nos anos 1980 e 1990 tinham uma ideia equivocada, de objetificação das mulheres do futebol feminino, e que estavam buscando evoluir (Leal, 2023). Como retrata Caroline Soares de Almeida, o processo de “[...] objetificação do corpo das mulheres passou a ser condenado e bastante problematizado” (2018, p. 129).



Figura 29: Capa da revista Placar dedica exclusivamente ao futebol feminino  
Fonte: Reprodução da Revista Placar.

Ademais, ainda na Copa do Mundo da França, Marta chamou a atenção, dentro de campo, para além do seu bom futebol. No dia do jogo da seleção brasileira contra a Austrália, Marta estava usando uma chuteira preta, sem nenhum patrocínio, apenas com o símbolo do movimento *Go equal*, voltado para igualdade de gênero no esporte. Esse protesto da jogadora foi devido às marcas quererem renovar com a atleta por valores muito abaixo do que ela movimentava pela sua visibilidade e do mercado do futebol em sua totalidade (Nigri, 2022). Nesse dia, ao fazer o gol, se tornando a primeira atleta a marcar em cinco Copas do Mundo, Marta leva a mão à chuteira, apontando para a bandeira do movimento e trazendo a reflexão sobre a desigualdade salarial no futebol (Nigri, 2022). Essa cena ganha sentido e dialoga com os processos de redirecionamento do debate sobre o lugar das mulheres na modalidade.

Outra movimentação levantada após a Copa de 2019 foi a questão da maternidade entre as jogadoras de futebol. Alex Morgan, campeã da Copa da França pela seleção dos Estados Unidos, ficou grávida menos de três meses após a competição e chamou atenção para a pauta nesse período. Depois disso, em 2020, a FIFA aprovou mudanças no regulamento que regem o futebol feminino. Dentre os direitos garantidos para as atletas que iniciam uma gravidez estão

[...] licença maternidade de 14 semanas, das quais pelo menos 8 semanas devem ser após o parto; manutenção de dois terços do salário durante o período da licença; acompanhamento médico independente – para questões relacionadas à gestação e pré-natal; direito a local adequado para amamentação ou retirada de leite no clube de trabalho; possibilidade de inscrição fora do prazo para a substituição de jogadora que saia do time para o período de licença ou para as jogadoras que retornem às atividades após este período (Mendes & Souza, 2021).

Esse é um passo importante, pois atletas brasileiras como Tamires, lateral esquerda da Seleção Brasileira, não contaram com essa garantia quando foi mãe do seu primeiro filho ainda muito jovem no futebol, não tendo contratos mantidos ou novos vínculos após o nascimento do seu filho (Mendes & Souza, 2021). Mesmo sendo um pequeno avanço, a maternidade fica mais próxima de ser uma escolha mais possível para as atletas. No entanto, precisam ser pensadas ainda outras configurações familiares e possibilidades de concessões de licenças, visto que existe a possibilidade de a atleta não ser quem irá passar pelo período da gestação em seu corpo (Mendes & Souza, 2021). Cabe reflexão, pois “existe uma diversidade de possibilidades de maternar, assim como há uma diversidade posta quando o termo “mulher” é evocado. Universalizar as experiências em torno de certo modelo seria criar outro hiato na garantia de direitos: novas impossibilidades assistidas” (Mendes & Souza, 2021).

Esses foram alguns dos atributos deixados pela Copa do Mundo de 2019 que, para esta pesquisa, sinalizam para novos enquadramentos sociológicos para a modalidade, restando saber como tais processos são experienciados em distintos contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, uma tarefa para a qual o olhar etnográfico faz-se bastante necessário. Existem, entretanto, outras mudanças que podem ser salientadas, principalmente no futebol brasileiro, após a competição no território francês.

### **3.1.2 O Futebol Feminino nas Competições Nacionais após 2019**

O ano de 2019 apresentou uma virada de chave em diferentes países do mundo, principalmente após a Copa do Mundo Feminina. No Brasil, esse ano ficou conhecido por afirmar a obrigatoriedade do futebol feminino no país. Isso porque, os conhecidos “clubes de camisa”, os de maiores tradições do futebol masculinos (Kessler, 2015), e estão na elite do futebol brasileiro, começaram a constituir, obrigatoriamente, um departamento de futebol feminino ou se associar a um já existente para que permanecessem participando tanto das competições nacionais quanto internacionais. O novo plantel feminino dos clubes precisava atuar em alguma competição oficial e os clubes tiveram cerca de 2 anos para se adequar à nova regra, pois ela se tornou vigente em 2019, mas veio sendo informada desde 2016 (Ramos, 2018).

Para o futebol brasileiro isso foi significativo devido ao aumento do número de equipes nas competições nacionais, ajudando na evolução e no aumento da competitividade. Em 2019, por exemplo, “dos 16 times que disputaram a Série A1, seis eram tradicionais: Corinthians, Santos, Flamengo, Internacional, Vitória e Sport. E a Série A2 contou com um número recorde de 36 participantes, sendo 11 deles de camisa” (Nunes, 2023a). A maioria dos times ditos “de camisa” não possuía equipes femininas atuantes antes desta determinação. Como a Série A masculina conta com 20 clubes, essa quantidade seria o número mínimo de times que deveriam ser montados com mulheres no Brasil.

No entanto, uma dificuldade com o início dessa obrigatoriedade foi a remuneração das atletas. Segundo um levantamento da Folha de São Paulo, apenas 8 dos 52 times do Campeonato Brasileiro Feminino tinham todas as suas atletas com carteira profissional registrada (Consezo, 2019). Os demais possuíam diferentes formas de pagamento às atletas, como uma pequena ajuda de custo, auxílio com mensalidade de faculdades, bolsas de estudos para jogar futebol e também advindas das prefeituras para as atletas (Consezo, 2019). Alguns clubes, como o São Paulo, responderam a este levantamento que possuíam pelo menos 90% das atletas com a carteira registrada. Outros times também funcionavam através de parcerias com outras instituições, como o caso do Flamengo, que possuía uma parceria com a Marinha, sendo os salários custeados por ela (Consezo, 2019). Devido à medida ainda recente, houve dificuldades para se estabelecer um padrão nos pagamentos das atletas, o que gerou discussões em âmbito nacional, como veremos no próximo tópico.

A falta de profissionalismo e estrutura de alguns clubes com os seus times femininos foi outra problemática advinda da medida da obrigatoriedade. Uma das críticas foi a falta de informação sobre os jogos das mulheres, deixando a modalidade em segundo plano e, de certa forma, autossabotando o crescimento da modalidade. Isso aconteceu com a equipe do Palmeiras, em 2019, ao não fazer a divulgação dos jogos do seu time feminino. Segundo Renata Mendonça (2019f), do site Dibradoras, “qualquer torcedor que acompanha o clube simplesmente não sabia quando a equipe feminina estrearia na Série A2 do brasileiro. O primeiro post sobre o jogo veio só no próprio dia da estreia às 10h – a partida começaria às 15h”. A falta de divulgação impedia que os torcedores pudessem acompanhar as partidas, não sabendo das informações básicas. Outras questões estruturais, como o estado do gramado de treinamento ao qual as mulheres eram submetidas, também foram alvo de reclamações, como o gramado alto do CT do Sport em 2019 (Mendonça, 2019g).

Apesar disso, ainda em 2019, houve mudanças inéditas e significativas. Uma delas foi a premiação igual entre homens e mulheres que se destacaram no campeonato daquele ano

(Placar, 2019). Os atletas masculinos, desde 2005, depois da temporada nacional, contavam com uma cerimônia de encerramento na qual os melhores atletas eram reconhecidos e premiados. Em 2019, foi a primeira edição em que as mulheres foram premiadas de forma igual pela CBF na mesma cerimônia (Placar, 2019). Outra transformação igualitária no futebol, feita pela CBF, ocorreu em 2020. A seleção brasileira feminina passou a “pagar diárias iguais a homens e mulheres enquanto estiverem a serviço da seleção brasileira” (Nunes, 2023a). Ademais, também em 2020, a CBF anunciou duas mulheres para novos cargos dedicados à modalidade, sendo eles: coordenadora do futebol feminino e diretora de futebol feminino (Nunes, 2023a). Em 2022, por sua vez, o aumento na quantidade de times femininos fez com que mais uma categoria fosse criada pela CBF, passando a ter a Terceira Divisão (A3) do Campeonato Brasileiro Feminino (Nunes, 2023b) para comportar todos os times e tentar um equilíbrio nas competições.

Apesar de não ser justa a comparação do futebol praticado por homens com o por mulheres, a igualdade de salários na seleção brasileira representa um avanço nas questões de equidade de gênero. Isso porque existe uma porcentagem expressiva de mulheres que recebem menos do que homens, apesar de ocuparem os mesmos cargos, executarem as mesmas funções, tendo o mesmo grau de escolaridade e pertencimento racial, por exemplo (Alvarenga, 2022). Além disso, a presença de mulheres em cargos de poder dentro da CBF mostra uma mudança também na colocação de pessoas do gênero feminino em outras funções do futebol, de maior prestígio e maior importância, como as ocupações de administração. Isso aponta para mudanças em uma lógica social difundida, pois “[...] algumas práticas sociais foram sendo construídas ao longo da história como essencialmente masculinas[...]” (Souza; Maux; Rebouças, 2019, p.287), como foram os cargos dentro das entidades do futebol brasileiro. Além disso, ter mulheres ocupando esses espaços também contribui para o crescimento da modalidade, visto que são mulheres que conhecem a modalidade e já passaram por outras hierarquias no esporte. Esse é o caso da Aline Pellegrino, nomeada coordenadora do futebol feminino, em 2020, coordenadora de seleções femininas em 2022 (Rangel, 2022), e atualmente como gerente de competições da Confederação Brasileira de Futebol (CBF, 2023). Pellegrino foi ex-jogadora da seleção, sendo ainda uma mulher preta ocupando cargos de gerência dentro da entidade mais importante da modalidade no Brasil. Trazendo tanto a representatividade de gênero quanto de raça para o futebol feminino.

Ademais, depois de 2019, no Brasil, houve uma melhoria no fomento ao futebol feminino a partir da criação de competições conforme a idade, fortalecendo o futebol de base feminino. Neste ano, foram criados pela CBF os campeonatos brasileiros sub-16 e sub-18, tendo

como campeões as equipes do Internacional e São Paulo, respectivamente (Lance!, 2023). Entretanto, se comparado com o de outros países, esse investimento na base se iniciou de forma tardia e ainda incompleta, pois não existem categorias para meninas antes dos 14 anos. Na França, por exemplo, desde o início dos anos 2000, já existem as categorias sub-7 e sub-9 para a modalidade (Nunes, 2023b). Falta também um controle na quantidade de meninas que atuam nas bases dos times brasileiros, além dos projetos sociais cumprirem as lacunas deixadas pela falta de maior estruturação na base do futebol feminino feita pela CBF (Nunes, 2023b). Essa também é uma dificuldade encontrada no estado de Goiás. Em uma das minhas visitas, Patrícia, a gestora do clube Aliança/Goiás e uma das fundadoras do Aliança nos anos 1990, comentou sobre as dificuldades por não ter uma base nova, na qual as meninas pudessem se aprimorar “desde a primeira infância como acontece com os meninos, com uns 5 anos, por exemplo”. Disse que uma mãe a procurou, para colocar sua filha de 5 anos no Aliança, mas com poucas meninas nessa idade e pouca estrutura é difícil fazer esse trabalho (registro de diário de campo, 21 de janeiro de 2023).

Em 2022, por sua vez, foi criada também a Supercopa Feminina, um torneio de tiro curto que já vinha sendo realizado no futebol masculino. A ideia seria ter mais uma competição para acelerar o desenvolvimento da modalidade no país (Isaias, 2021). Nessa primeira edição, as campeãs, sendo as atletas do Corinthians, receberam somente as medalhas e o troféu. Na edição do ano seguinte, as campeãs também receberam premiação em dinheiro, sendo 500 mil para o primeiro lugar e 300 mil para a equipe vice colocada (Nunes, 2023c). Esse movimento é importante, pois traz maiores incentivos para os clubes participantes, além de visibilidade com uma competição curta que, desde a primeira edição, foi transmitida em TV aberta.

Por outro lado, a pandemia decorrente da Covid-19 trouxe algumas consequências para o futebol feminino, principalmente nos âmbitos regionais. De acordo com Laís Malek (2021), o problema relacionado à estrutura do futebol feminino, que já existia, “tornou-se ainda mais relevante em um contexto em que a testagem de atletas para a Covid-19 se tornou parte do protocolo de segurança, bem como a higienização constante dos centros de treinamento e estádios para que as partidas pudessem ser realizadas”. Desse modo, muitos estados brasileiros tiveram dificuldade em realizar os campeonatos regionais de 2020, mesmo em 2021. A CBF ainda havia estipulado um prazo até março de 2021 para os campeonatos serem realizados no intuito de que existisse tempo hábil para as federações organizarem suas competições (Malek, 2021). Em Goiás, o Campeonato Goiano de 2020 não foi realizado, nem mesmo no ano de 2021, tendo então pulado essa edição.

Além disso, as competições e os times masculinos ainda possuem uma grande influência na continuação das equipes femininas. Algo recorrente desde a obrigatoriedade em 2019 foram as descontinuidades dos plantéis femininos por parte das instituições que eram rebaixadas na modalidade masculina. Lembrando que a obrigatoriedade ainda é válida somente para aqueles times que ocupam a série A do Campeonato Brasileiro. No entanto, o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, anunciou que essa medida se tornará obrigatória também para os times de outras divisões (séries B, C e D), sendo prevista para entrar em vigor a partir de 2027 (Globo Esporte, 2023a).

Enquanto essa nova medida ainda não é válida, diversos exemplos de descontinuidades ocorrem no futebol brasileiro feminino. Em 2022, o time masculino do Ceará foi rebaixado e com isso o time feminino, que havia sido campeão do Brasileirão Feminino A2 e conquistado o acesso para a A1, foi dispensado (Dibradoras, 2023b). O motivador alegado para isso foi diminuir custos. No entanto, de acordo com as Dibradoras (2023b), o time feminino era equivalente a 1% do orçamento do clube, sendo o custo total equivalente ao salário de um mês de uma das estrelas do time masculino. Ademais,

considerando que o custo do time feminino representava uma porcentagem tão pequena do orçamento do clube, cortar delas traria um impacto ínfimo nas contas gerais. E mais: se o Ceará se propusesse a manter a equipe – que era competitiva em 2022 -, poderia até mesmo brigar para chegar à final da Supercopa, uma competição de tiro curto e com jogos eliminatórios, e garantir uma premiação de R\$300 mil que já bancaria boa parte do orçamento do time feminino no ano (Dibradoras, 2023).

Em 2019, a equipe masculina do Sport de Recife também foi rebaixada, o que acabou gerando a descontinuidade do seu time feminino, sendo este cultivado antes mesmo da vigência da obrigatoriedade. Assim como a equipe do Ceará, a justificativa foi financeira, devido ao orçamento cair bastante com a queda para a série B. Entretanto, uma incoerência foi detectada na temporada de 2019. Mesmo cortando recursos, houve a tentativa de contratar Diego Souza por um valor alto para um time que buscava diminuir gastos (Mendonça, 2019h). Para Renata Mendonça (2019h), seria mais coerente a busca de atletas mais baratos para um time que encerrou o seu time feminino devido a problemas de corte de custos, indagando ainda que, “ao que parece, o que falta no Sport não é tão somente dinheiro. É planejamento. É entender melhor qual seria sua prioridade para a temporada de 2019 e traçar a melhor estratégia para concretizá-la”.

No estado de Goiás, o Clube Atlético Goianiense também desceu de divisão em 2022, algo que levou à descontinuidade do seu time feminino, que estava atuando desde 2019, nas competições nacionais. A interrupção foi quase automática, pois no início de 2023 os responsáveis pelo time feminino não faziam mais parte da equipe de profissionais do clube. Isso

foi averiguado quando entrei em contato com a supervisora da modalidade e ela me relatou que não mais atuava lá. Dificilmente se encontra notícias relatando essa descontinuidade do departamento feminino por parte do Atlético Goianiense. Em 2021, o presidente do clube, Adson Batista, já havia indicado que a estrutura do Atlético Goianiense para o futebol feminino não era a ideal, mas que continuaria com o projeto em 2022 devido à obrigatoriedade colocada pelo regulamento (Freitas, 2021). O presidente também relatou que o futebol feminino ainda é muito midiático e que faltava apelo, complementando com os dizeres de que era difícil criar um time competitivo regionalmente e que era preciso mais mulheres jogando (Freitas, 2021). Sociologicamente, é possível construir a hipótese, assim, de que não são apenas motivações de ordem econômica que explicam a descontinuidade das equipes femininas, mas de ordem simbólica. O que corrobora com perspectivas centradas nos efeitos discursivos de repertórios simbólicos na (re)produção do social, como as que têm sido elencadas neste trabalho.

Assim, podemos pensar sobre a fala do presidente, visto que a equipe do Atlético Goianiense ocupou a elite do futebol masculino de 2019 até 2022. No estado, ainda existe a equipe do Vila Nova, que nunca ocupou a série A, mas mantém um projeto de futebol feminino desde 2020, em parceria com a UNIVERSO Goiânia, mesmo sem ter que cumprir a obrigatoriedade formal de manutenção de tal equipe. Em seu site, na aba do futebol feminino, o Vila Nova destaca essa questão da obrigatoriedade, dizendo que “desde 2020 nossa equipe é única do estado que mantém as equipes femininas não por obrigação e sim por consciência e valorização da mulher no esporte” (Vila Nova, 2023).

Relato essa afirmação, pois se espera que uma equipe da Série A masculina tenha mais recursos que uma equipe da Série B, pelas premiações e renda que são maiores de acordo com a divisão. No entanto, o Atlético rompeu com a equipe feminina assim que caiu de divisão e o Vila Nova/Universo continua com seu projeto, mesmo estando ainda na Série B, realizando projetos de base feminina (Vila Nova, 2023). Ademais, pode-se dizer que a equipe do Vila Nova/Universo tem se apresentado bastante competitiva nos últimos anos, tendo ganhado o Campeonato Goiano de 2021 e subido de divisão, da série A3 para a A2, após conquistar a terceira colocação no campeonato brasileiro, em 2022. O Atlético Goianiense, por sua vez, quando possuía o time feminino, optou por não participar do Campeonato Goiano (Freitas, 2021). Além disso, a equipe do Vila Nova/Universo, conjuntamente com o Aliança/Goiás, são as duas equipes mais competitivas do estado, tanto pela rivalidade trazida do masculino quanto pela qualidade das atletas. Isso foi percebido em campo, acompanhando o campeonato goiano de 2023, em que as duas equipes estavam tentando superar os resultados uma das outras rumo ao título goiano.

Vale salientar, ainda, que a existência do time feminino não garante a estrutura adequada para as atletas pertencentes aos clubes. O próprio Vila Nova/Universo contou com atleta deixando o clube por necessitar de recursos e não ser atendida, como relatado por atletas do próprio Aliança/Goiás (registro diário de campo, 09 de novembro de 2023). No entanto, mostra um contraste em relação à fala do Presidente do Atlético Goianiense. Será possível fazer com que o futebol feminino fique mais competitivo regionalmente, sem que os clubes, principalmente os mais tradicionais do estado, invistam nessa modalidade, mantendo os times somente quando isso for obrigatório? Isso é possível sem que os times fomentem um trabalho de base e criem esse cenário de meninas crescendo no município sabendo que existem clubes em que elas podem tentar constituir um projeto de vida como atletas? Se o futebol feminino ainda é apenas “midiático”, o que poderia ser feito pelos clubes goianos para que tal apelo mencionado pelo presidente do Atlético Goianiense pudesse aumentar?

O Goiás Esporte Clube, em 2021, também chegou a interromper suas atividades com o futebol feminino, terminando sua parceria com o Aliança Futebol Clube, iniciada em 2020. Um dos motivos relatados foram, mais uma vez, as dificuldades financeiras (Reis, 2021). Mesmo que estivessem precisando cortar despesas, com a nova regra esse desligamento não poderia acontecer se o time masculino do Goiás estivesse na Série A. No entanto, como em fevereiro de 2021 - quando se encerrou a edição do Campeonato Brasileiro de 2020 devido a pandemia - o time masculino do Goiás caiu para a segunda divisão, o clube não precisou mais seguir a obrigatoriedade em relação ao time feminino. Em meu diário de campo, registro como esse desligamento aconteceu:

Goiás terminou a parceria com as meninas, mas disse que cumpriria o contrato delas até julho. Como o Goiás não iria continuar para competir no Brasileirão feminino A2 de 2021, a vaga do Goiás ficaria com o vice campeão goiano de 2019, já que em 2020 não teve o campeonato pela pandemia, que foi o próprio Aliança. Porém para as atletas competirem o Goiás precisava romper o contrato com elas para serem escritas corretamente na competição. Então, o Goiás rompeu o contrato no papel, mas disse que continuaria pagando as meninas até o prazo já estabelecido, rompendo apenas para as meninas jogarem o Brasileirão Feminino A2 pelo Aliança (registro diário de campo, 21 de janeiro de 2023).

De certa forma, mesmo com o Goiás cumprindo os contratos após os desligamentos, podemos dizer que conseguiu cortar certos gastos, visto a vigência prevista para o contrato das atletas ter sido até julho de 2021, tendo os demais meses livres dessas despesas, até o fim do ano.

Essa falta na continuidade de muitos trabalhos na modalidade demonstra que falta ainda a compreensão do futebol feminino como um projeto que necessita de investimento que resista

a longo prazo para que possa trazer retorno esportivo e até econômico. De acordo com o Dibradoras (2023b)

[...] há muitos clubes que ainda enxergam o futebol feminino como um fardo. Vêm custo, dor de cabeça, nenhum retorno. São comandados por dirigentes ultrapassados, que não conseguem enxergar o que está acontecendo ao redor do mundo. Os estádios estão enchendo para ver as mulheres em campo, há mais patrocinadores interessados, visibilidade na TV, e o tal retorno financeiro já começou a vir para quem decidiu investir com seriedade. Falta vontade, sobra descaso (Dibradoras, 2023b).

Isso faz refletir em como o futebol feminino ainda é visto como um gasto desnecessário, pois sem a obrigatoriedade, os recursos e os esforços são todos voltados para o futebol masculino. Para as Dibradoras (2023b), “quando o futebol masculino ganha títulos e premiações, esse sucesso não reflete em mais recursos para elas. Então por que o fracasso deles (por muitos erros de gestão, diga-se) precisa impactar o trabalho mínimo que é feito com elas?”. Esse movimento não parece justo. E tem implicações sociológicas: mantém desigualdades de gênero, em suas intersecções com outras dimensões de subordinação social, operando em um universo fundamental para a produção simbólica de sentimentos de pertencimento e identidade nacional.

Apesar das inúmeras mudanças e transformações positivas ocorridas em 2019, - também promovidas pela Copa do Mundo da França - no Brasil, é possível, assim, encontrar e debater diversos obstáculos para a modalidade. Como as novas medidas para o crescimento da modalidade ainda eram recentes, a maioria dos avanços veio acompanhado com múltiplas ressalvas. Isso porque apenas criar um time feminino não garantiria que todos os clubes tivessem estrutura, disposição e renda suficientes para que conseguissem adequar os seus ambientes para a construção do próprio time de mulheres. Podemos tomar como analogia as políticas ações afirmativas que têm como foco o ingresso de sujeitos e corpos historicamente excluídos de certos lugares sociais, o que é de suma importância inegavelmente; mas que esbarram em enormes dificuldades quando não acompanhadas de investimentos para a sua permanência nesses espaços. Mesmo aqueles clubes com maiores possibilidades financeiras não trouxeram para o futebol feminino, nesse período inicial, os investimentos necessários para fomentar a modalidade.

Apesar disso, os anos de Copa do Mundo se mostram períodos importantes para demarcar e identificar alterações na modalidade. Lidamos, assim, sociologicamente com um cenário de ambivalências – entre mudanças e permanências, dificuldades e conquistas. Assim, foi a partir de 2019 que discussões inéditas foram traçadas no futebol brasileiro para que pudessem buscar uma maior competitividade do futebol feminino nacional, mesmo que ainda apresente pontos falhos dignos de melhorias. Em 2023, por sua vez, uma nova edição da Copa

do Mundo foi realizada e com ela outras mudanças e narrativas surgiram, sendo essa, uma nova oportunidade de análise.

### 3.2 SUBSTITUIÇÕES E ESTABILIDADES: O QUE MUDA NA PARTIDA EM 2023?

A Copa Feminina da Austrália e Nova Zelândia, em 2023, trouxe novas perspectivas para o futebol feminino, desde a preparação até a execução do evento, principalmente para as profissionais brasileiras. Comparando com a Copa anterior, pode ser percebido um aumento no investimento dos preparativos da seleção brasileira, sendo noticiada uma estrutura inédita para as atletas, chegando próximo do considerado como ideal (Nunes, 2023d). Um dos primeiros diferenciais foi a vestimenta oficial de viagem das jogadoras, sendo pensada em conjunto com as atletas e produzida por uma marca feminina. Antes, esse tratamento era fornecido somente aos jogadores da seleção masculina. Segundo Antônia, uma das convocadas para a Copa de 2023, isso não interferiria nas ações que elas iam praticar dentro de campo, mas essa atitude demonstrava um cuidado da CBF. Segundo a atleta, era algo que elas mereciam, não somente nos dias de hoje como também antigamente (Barlem, 2023a). Na figura 30 estão algumas das jogadoras convocadas com o terninho em tom de azul e tênis branco, na sessão de fotos realizada antes da viagem.



Figura 30: Fotos de divulgação da vestimenta de viagem da seleção brasileira antes da Copa de 2023. Fonte: Veja (Divulgação), 17 de junho de 2023<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> MORATELLI, Valmir. A parceria inédita para vestir a seleção brasileira de futebol feminino. **Veja**. 17 jun. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/a-parceria-inedita-para-vestir-a-selecao-brasileira-de-futebol-feminino> Acesso em: 20 out. 2023.

Se a vestimenta oficial não mudaria, exatamente, a atuação em campo das jogadoras, a logística da viagem traria mais benefícios ao desempenho delas. Isso porque, pela primeira vez na história, foi disponibilizado um avião fretado para que as atletas e a comissão técnica pudessem viajar para a Oceania com uma comodidade que diminuísse os danos ao corpo e desempenho, geralmente causados pelo fuso horário e pelo tempo longo de viagem (Nunes, 2023d). Ter esse cuidado faz diferença em relação ao desempenho, pois o corpo tende a sofrer com o *jet lag* e necessita de um tempo para se acostumar com a mudança de horário.

Outra diferença que trouxe maiores benefícios ao cuidado com as atletas foi o aumento da comissão técnica, havendo uma maior preocupação com a sua saúde. Nesse sentido, foi criado o Núcleo de Saúde e Performance, com profissionais da nutrição, da psicologia, da ginecologia, entre outros. Tendo inclusive mais profissionais da saúde voltados às necessidades da mulher e de sua atuação em campo, como analistas de desempenho e fisiologistas. Essa era uma preparação que antes não era disponível a elas, porém sim aos homens, desde muito tempo na confederação brasileira (Nunes, 2023d). Como relata Maíra Nunes (2023d), do Dibradoras, “não é uma questão de “luxo”, mas de dar as melhores condições para que as jogadoras cheguem à Copa bem preparadas fisicamente e preocupadas apenas em jogar futebol”.

Além disso, em 2019, existia uma comissão mais curta, com apenas três mulheres, obedecendo à risca a exigência da FIFA de ter, no mínimo, uma mulher na comissão técnica e na comissão médica (Nunes, 2023a). Em 2023, a presença feminina representava mais de 50% da comissão, com 17 mulheres ao todo, sendo está a maior comissão disponível para a equipe feminina brasileira na história da competição (Nunes, 2023e). Nas imagens abaixo (Figura 31 e 32) percebemos a diferença em relação ao número de profissionais e o número de mulheres, mas também nos faz refletir na falta de outros marcadores sociais da diferença, como o racial, nesses cargos da comissão, pois as mulheres são majoritariamente brancas, com exceção apenas entre as atletas.



Figura 31: Composição da delegação brasileira feminina, em 2019, para a Copa da França.  
Fonte: Confederação Brasileira de Futebol, 01 de junho de 2019 <sup>32</sup>.



Figura 32: Composição da delegação brasileira feminina, em 2023, para a Copa da Nova Zelândia e da Austrália.  
Fonte: Thais Magalhães/Confederação Brasileira de Futebol, 27 de julho de 2023. <sup>33</sup>

<sup>32</sup> Confederação Brasileira de Futebol (CBF). 01 jun. 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/selecao-brasileira-feminina-faz-foto-para-a-copa-do-mundo-2019>. Acesso em: 20 out. 2023.

<sup>33</sup> Confederação Brasileira de Futebol (CBF). 27 jul. 2023 Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/selecao-brasileira-faz-foto-oficial-da-maior-delegacao-da-historia-em>. Acesso em: 20 out. 2023.

O primeiro hotel escolhido para a preparação antes dos dias da competição também foi pensando visando a comodidade das atletas para melhorar o seu desempenho. Foi escolhido um hotel com uma grande área externa para que as jogadoras pudessem ser expostas ao sol nos momentos de caminhadas. De acordo com a preparadora física da seleção Ivi Casagrande, em entrevista a Cíntia Barlem (2023b), do Globo Esporte, a “luz do dia auxilia no atraso do ciclo circadiano no corpo. Isso quer dizer, a nossa caminhada [...] auxilia no atraso na geração de melatonina pelo corpo. Desta forma, retarda o sono que fisiologicamente teria [...] no Brasil”. Cada jogadora também recebeu presentes da CBF no hotel em Brisbane, cidade sede da seleção durante a Copa, como quadros personalizados, medalhas, flâmulas e um recado de reconhecimento e incentivo vindo do presidente da entidade (Torres, 2023).

Ademais, antes mesmo da viagem, foi realizado um amistoso de despedida das atletas no estádio Mané Garrincha, em Brasília, contra o Chile, no qual as brasileiras venceram por 4x0. Antes da partida, foi realizada uma campanha de reconhecimento das atletas, feita pelo Guaraná Antártica. As jogadoras entraram vestidas com camisetas estampadas com seus respectivos nomes em letras garrafais, através da campanha #OlhaPraElas, com o intuito de fazer com que as atletas fossem reconhecidas (Granchi, 2023). Apesar de contar com bastante apoio, com mais de 15 mil torcedores no estádio, esse número poderia ser maior se não fosse o valor exacerbado dos ingressos, pois o “ingresso solidário” era mais caro até que os ingressos para os jogos do mundial na Austrália e Nova Zelândia (Nunes, 2023d). Segundo Maíra Nunes (2023d), essa experiência “poderia ser melhor, afinal os preços salgados dos ingressos foram muito criticados para um jogo de despedida da torcida em solo brasileiro antes do principal compromisso do ano”. Esses exemplos, ainda, sim, evidenciam um maior planejamento e preocupação com a performance das jogadoras. Isso contrasta com o histórico do futebol feminino na competição, em que as atletas chegavam poucos dias antes no local do torneio, sem uniformes próprios e com poucas expectativas de reconhecimento, tanto da entidade quanto dos próprios torcedores brasileiros.

Outro diferencial antecedente à viagem foi a cobertura no momento da convocação da treinadora, Pia Sundhage, para o mundial. Essa foi a segunda vez que houve coletiva para o anúncio das atletas, a primeira foi em 2019. Anteriormente, ocorria apenas a produção de uma lista que era publicada no site da CBF e pouco se discutia as decisões e escolhas para os jogos, já que não havia nem mesmo a sua transmissão. Para 2023, foram credenciados mais de 110 jornalistas e houve a transmissão ao vivo da chamada das jogadoras pela treinadora (Nunes, 2023e). Houveram também mais tempo dos programas esportivos dedicados a debater os nomes escolhidos. Dessa vez, ocorreu muita discussão e repercussão em relação ao plantel formado

para a copa do mundo, sendo questionados os nomes a partir da parte técnica das atletas (Nunes, 2023e) e não pensando em aspectos estéticos como eram comuns nos anos 1990 e 2000.

A sexualidade das atletas também foi pauta de algumas notícias, mas diferente dos anos 1990, não veio acompanhado de um discurso exaltando a necessidade de superação dessa pauta para que as atletas pudessem jogar melhor ou exercer o seu papel em campo. Nas matérias eram apenas evidenciados a quantidade de jogadoras “assumidamente” não heterossexuais. A brasileira foi a seleção com mais atletas “assumidas” (Sousa, 2023). Pode-se perceber que a maioria das jogadoras passou a não ser mais cobrada para performar uma feminilidade estereotipada ou que obedecessem, mesmo que de fachada, aos pactos da heteronormatividade. Na história do futebol feminino, o que víamos era uma necessidade de que houvesse essa performance para tornar “mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma, e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação” (Goffman, 1988, p.89). Através disso, observamos que as jogadoras, nos últimos anos, deixaram de realizar esse acobertamento (Goffman, 1988), podendo visibilizar sua orientação sexual, até mesmo para apoiar causas e buscar direitos na modalidade. Isso aproxima, do ponto de vista sociológico, o futebol de um cenário mais amplo de debates em torno da ampliação de direitos para a população LGBTQIAP+ (sigla que remete a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais e pansexuais) no Brasil. Durante os jogos também foram registrados beijos das jogadoras com suas companheiras em comemoração aos resultados das partidas (Figura 33). Importante ressaltar que as atletas não foram resumidas, pela mídia, a sua sexualidade e as matérias acessadas para minha pesquisa não deixaram de salientar suas atuações em campo em detrimento da sexualidade, ou que esse seria o motivador de resultados negativos, como era comum nos anos 1990 e 2000.



Figura 33: Alba Redondo (Espanha) beijando sua companheira após resultado positivo contra Zâmbia.  
 Fonte: Revista Híbrida (foto: Hannah Peters | Getty Images), agosto de 2023<sup>34</sup>.

A cobertura do evento também aconteceu de forma singular. Em 2019, a transmissão dos jogos da seleção brasileira contou com a participação inédita da maior emissora do país, a Rede Globo. Em 2023, a emissora manteve a transmissão das partidas, tanto na televisão aberta quanto na tv a cabo. Além dessas alternativas, também ocorreram as transmissões pela internet e a maior participação dos torcedores pelas redes sociais. A transmissão exclusiva do streaming, Cazé TV (um canal do Youtube com estrutura de estúdio de TV dedicado à cobertura de diversos esportes e competições, iniciada em 2022, produzido pelo Influencer Casimiro Miguel) obteve, durante o torneio, recordes de audiência. O maior recorde foi contabilizado no decorrer do jogo de estreia do Brasil contra o Panamá, quando foram estimados mais de 1 milhão de aparelhos conectados simultaneamente, rendendo o recorde da plataforma (Exame, 2023). No total, foram mais de 69 milhões de visualizações com a transmissão no canal, de forma gratuita, de todas as 64 partidas da Copa do Mundo (Exame, 2023).

No entanto, apesar do grande sucesso das transmissões, no primeiro jogo da competição foi preciso ocultar o chat ao vivo da Cazé TV pela a quantidade de comentários sexistas e misóginos. Dizeres, como aqueles repetidos no passado, mandando as jogadoras “irem lavar louça”, frases ofensivas sobre os corpos das atletas e discriminação à prática do futebol

<sup>34</sup> MUNIZ, Livia. Copa Feminina: Espanha Vence Mundial Com Apoio Fundamental De Jogadoras Abertamente Lgbtqi+. **Revista Híbrida**. Ago. 2023. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/esportes/copa-feminina-espanha-lgbtqi/> . Acesso em: 28 out. 2023.

feminino foram mencionadas. Em nota, o canal se pronunciou dizendo que nos “próximos jogos teremos ainda mais moderadores preparados para permitirem que as pessoas que curtem o canal se manifestem livremente e que discursos discriminatórios sejam banidos, como deve acontecer com qualquer espécie de preconceito” (Barbosa, 2023). Esses exemplos mostram mais uma vez que, apesar dos avanços, existem pessoas que enxergam o futebol feminino como algo inferior ao futebol masculino e que ele não deveria existir. Além de reforçarem e continuarem propagando os estereótipos colocados para as mulheres que estão inseridas no futebol. O que aponta, uma vez mais, para uma sociologia das ambivalências nesse cenário social.

Ao utilizarem o trabalho doméstico como algo inato ao feminino, desmerecendo o futebol jogado pelas mulheres e disseminando frases como “voltem para a cozinha”, fica exposto que tal atividade continua, por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira, associada às mulheres. Indicando que existe o desejo para que elas permaneçam nesse espaço e não invadam aquele que, por décadas, foi almejado como exclusivo dos homens. A autora Silvia Friedrich (2019, p. 46) discute essas questões ao tratar da falta do salário para o trabalho doméstico, pois sem ele o discurso de “atividade natural feminina” prevalece. De acordo com a autora, “[...] uma vez que se torna um atributo feminino, todas nós, como mulheres, somos caracterizadas por ele. Se realizar certas tarefas é considerado natural, então se espera que todas as mulheres as realizem e que, inclusive, gostem de fazê-lo[...]”. Nesse sentido, não importa a atividade que as mulheres realizem, ao enxergarem o trabalho de casa como algo feminino, todas as mulheres estão sujeitas a ouvirem esse discurso, de forma, inclusive, pejorativa, rebaixando o seu trabalho fora do âmbito doméstico como se fossem incapazes de realizá-lo.

Desse modo, esse pensamento reforça o binarismo de gênero e retoma ao estabelecimento das diferenciações de gênero ocasionadas, não somente pelo meio social, como também pelos processos políticos. Existe ainda um reforço da construção e utilização desse poder traduzido por Joan Scott (1995, p. 92), ao afirmar que “a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro”. Para além de inferiorizar as mulheres, esses comportamentos criticando a presença feminina no futebol corroboram com o pacto da masculinidade, que “se constrói em cima do domínio dos homens e repúdio a tudo que é feminino” (Tomé, 2023). (Re)surge, então, um incômodo dos homens ao observarem o futebol, “um instrumento, que vem há anos sendo utilizado como forma de perpetuação do poder masculino e viril dentro de uma sociedade, se fortalecendo, ainda que com suas limitações, para e pelas mulheres [...]” (Tomé, 2023).

Contudo, o posicionamento do Canal funciona como uma quebra do ciclo de dominação, no qual não se permite que tais atitudes existam sem que sejam repreendidas. Diferente de como a mídia agia no passado, não houve um fomento às visões pejorativas, sobre o corpo ou técnica feminina, incluindo a tentativa de eliminar tais comentários durante os próximos jogos. A ação serve como forma de alerta e de repreensão, atuando como modelo para que os demais telespectadores compreendam que tais atitudes não são toleráveis no período histórico em que estamos. Isso mostra, como apresentando por Connell e Pearse (2019), a atuação das políticas de gênero em que as lutas passam a transformar as ordens vigentes e contam com diferentes dimensões das estruturas de gênero para isso, como, nesse caso, a do simbolismo e as alterações nos usos das linguagens.

Outros pontos positivos, além disso, podem, contudo, ser citados. Um deles foi a determinação de ponto facultativo nos dias de jogo da seleção feminina para “órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional [...] como servidores públicos, empregados públicos, contratados temporários e estagiários” (Brasil, 2023). Essa foi uma determinação inédita para as atividades da seleção brasileira no mundial feminino, apesar de ser uma prática bem estabelecida durante a copa do mundo dos homens (Brasil, 2023). Por ser uma prática difundida a mais tempo durante a copa masculina, muitas empresas costumam aderir ao ponto facultativo, mesmo aquelas fora do âmbito público. A aderência da medida para a copa das mulheres não chegou às mesmas proporções da masculina, mas demonstra a tentativa de dar visibilidade a competição e a modalidade, para que mais pessoas assistam ao torneio feminino.

Tratando do meu trabalho de campo, essa medida me permitiu acompanhar a dois jogos da seleção com a comissão e as atletas do Aliança/Goiás na casa dos coordenadores da equipe, pois não tive expediente nos horários dos jogos. A primeira partida que acompanhei foi a estreia do Brasil na competição, no qual a canarinha<sup>35</sup> enfrentou o Panamá, estreante em copas. O jogo aconteceu dia 27 de julho, às 8:00 da manhã (horário de Brasília). Nesse primeiro jogo, a equipe da TV Anhanguera iria acompanhar o clube Aliança/Goiás, fazendo links ao vivo e um material para o Globo Esporte<sup>36</sup> tratando da estreia da seleção com as atletas do Aliança/Goiás. Por esse motivo, foi preciso que todas chegassem bem cedo, uma hora antes do início do jogo, para que pudesse ajudar a arrumar o local e enfeitar a casa para a aparição ao vivo na televisão. Em meu diário de campo do dia, relato que

---

<sup>35</sup> Apelido dado a seleção brasileira.

<sup>36</sup> A matéria saiu no programa Globo Esporte, da TV Anhanguera (Globo local) e está disponível na plataforma de streaming da Globo (GloboPlay).

observava tudo admirada com o que estava sendo construído naquele momento. Essa comunhão, por muitas décadas, foi exclusivamente das copas masculinas, em que todos se reuniam para assistir aos jogos dos homens. Os links ao vivo, com a casa enfeitada e com todos juntos eram momentos únicos dos homens. Ver a maioria das mulheres, também atletas, juntas para acompanhar uma estreia de Copa, após 8 edições com pouquíssima divulgação, muitas nem mesmo anunciadas, foi gratificante. Todas nós continuávamos enchendo balões e preparadas para fazer barulho durante os gols. Mas antes disso, o café da manhã foi servido e parecia de novela, com opção de pães, sucos e cafés. Foi realmente uma grande confraternização (Registro Diário de Campo, 24 julho de 2023).

As atletas também revelaram o quanto estar na seleção era um sonho delas e as mulheres que as inspiravam com a camiseta da canarinha. Além disso, na entrevista, Patrícia ressaltou que a parte dela na seleção já havia sido feita, tendo sido a primeira mulher goiana convocada em 1991, sendo agora a vez delas atuarem em alta performance e com dedicação para alcançarem o sonho da seleção. Na figura 34 estão alguns registros desse dia marcante.



Figura 34: Estreia do Brasil na Copa, assistindo ao jogo com a equipe do Aliança/Goiás.  
Fontes: Instagram do Aliança (@aliancafutebol feminino)/ Globo Esporte - GO, 27 de julho de 2023<sup>37</sup>.

O segundo jogo que acompanhei foi da seleção brasileira contra a seleção da Jamaica, no dia 02 de agosto. Por perder o segundo jogo contra a França – que aconteceu em um sábado – o Brasil precisava da vitória para continuar na competição. Outro canal, desta vez a TV Brasil Central, também foi produzir um material com as atletas. Essa foi uma partida mais tensa devido

<sup>37</sup> As imagens foram retiradas do instagram do Aliança/Goiás (@aliancafutebol feminino) e da reportagem produzida pelo Globo Esporte Goiás, transmitida no dia 24 de julho de 2023 e disponibilizada no streaming Globoplay. Acesso em: 26 out. 2023.

à necessidade do resultado positivo para a classificação. No diário de campo, registrei os momentos de tensão e o comportamento de todos que estavam assistindo.

No início, ainda estávamos mais calmas, mas ainda criticando bastante os lances que eram perdidos. O Brasil não estava indo bem na partida, errando pontos bobos. As atletas do Aliança/Goiás fizeram muitos comentários sobre a parte tática e o fato das jogadoras prenderem muito a bola. Teve um momento, numa parte já mais tensa do jogo, em que a jogadora da seleção chegou próxima ao gol e mesmo assim errou o chute e as meninas foram à loucura, dizendo que isso não podia acontecer. [...] Durante o segundo tempo, foram mais chances perdidas, além de jogadas que não davam em nada, [...]. Teve também, tanto no primeiro, quanto no segundo tempo, pedidos de trocas. As meninas citaram os nomes que estavam mal no jogo, mas que a treinadora demorou a mudar[...]. Mas o lance crucial, que fez as almofadas voarem e gritos acontecerem, foi no último lance de falta. Com apenas 30 segundos para o jogo acabar, a Debinha cabeceou a bola nas mãos da goleira depois de um bate e rebate na área. Depois disso, todos ficaram bem tristes, pois já era o fim da linha para a seleção (Registro Diário de Campo, 02 agosto de 2023).

Com o empate, a seleção brasileira foi desclassificada ainda na fase de grupos. Apesar da tristeza, houve muito debate após a partida. Foi discutida a continuidade da treinadora, o que era preciso para que o Brasil melhorasse sua atuação e a necessidade da visibilidade para a modalidade em conjunto com o comprometimento de quem atua no esporte. Ademais, mesmo com o clima mais baixo, o repórter concluiu a sua matéria (Figura 35).



Figura 35: Jogo do Brasil contra a Jamaica, assistindo ao jogo com a equipe do Aliança/Goiás.  
Fontes: Instagram do Aliança (@aliancafutebolfeminino), 02 de agosto de 2023.

Entretanto, todas as partes consideradas positivas do torneio na Austrália e Nova Zelândia foram, de certa forma, ofuscadas pelos casos de assédio noticiados durante o torneio. O primeiro deles tem como ator o técnico da Zâmbia, Bruce Mwape, acusado de forçar

atividades íntimas com algumas de suas atletas meses antes da estreia na Copa (Globo Esporte, 2023b). De acordo com as denúncias, a federação do país estaria fechando os olhos para o caso devido aos resultados positivos dentro de campo, com a Zâmbia se classificando pela primeira vez para a competição (Globo Esporte, 2023b). O caso de maior repercussão, por sua vez, foi o de Luis Rubiales, presidente da federação espanhola, que beijou sem consentimento Jenni Hermoso, camisa 10 e atleta de maior destaque da seleção da Espanha, no momento do recebimento da medalha de campeã mundial.

Após a cerimônia, em *live* em rede social, Hermoso diz não ter gostado desse comportamento, mas que não havia o que ela poderia fazer no momento (Lisboa, 2023). O Presidente foi denunciado no Conselho Superior de Desporto (CSD). Entretanto, cinco dias depois do ocorrido, em assembleia extraordinária realizada pela federação espanhola, Rubiales, apesar de se desculpar em nota no dia do ocorrido, proferiu um discurso que surpreendeu a todos. Quando houve o anúncio do pronunciamento, grande parte da imprensa acreditou que ele renunciaria. Entretanto, o presidente proferiu o seguinte discurso

[...] o sensacionalismo do falso feminismo. A imprensa, grande parte da imprensa deste país, matou-me e continuará a fazê-lo, mas estou tranquilo porque digo a verdade. Não é legal, mas não me importo. É uma questão de humildade. Estou disposto a ser difamado por dizer a minha verdade[...]. Chegou o momento de dizer algo. Vocês acreditam que isso é motivo para sofrer o cancelamento que estou sofrendo? É tão grave para que eu saia? Não vou renunciar, não vou renunciar, não vou renunciar (Mendonça, 2023).

Ao finalizar a sua fala, foi aplaudido por todo o auditório. De acordo com Renata Mendonça (2023), no momento em que presidente transfere a responsabilidade para Jenni Hermoso, ao dizer que sua atitude foi espontânea e consentida – mesmo com reprovações públicas da atleta – e “quando destaca o mérito apenas de Jorge Vilda, treinador alvo de protestos das jogadoras, na conquista do título mundial e, quando finalmente grita ao auditório que não irá renunciar, ele tem a certeza de que os homens que ali estão/vão concordar com ele”. Dessa forma, assim como o pacto da branquitude – presente em diversos cenários sociais, inclusive, no futebol –, o pacto da masculinidade também “possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”” (Bento, 2022, p.18). Sendo este um pacto “de cumplicidade não verbalizado [...] que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022, p.18), nesse caso, os masculinos. Com isso, os homens tendem a se apoiar e se perdoar, independente das suas ações. O discurso e os aplausos dirigidos ao Rubiales mostraram que seu assédio, naquele momento, não foi reprovado e que as pessoas no auditório compactuaram com a culpa direcionada à vítima. Isso demonstra o que destacam as autoras Connell e Pearse (2019, p.161) quando exclamam que as organizações tendem a favorecer e

privilegiar aos homens, pois “uma vez que os homens controlam a maioria das grandes organizações no mundo [...], esse é um processo amplo de produção de desigualdade de gênero”.

Apesar disso, as companheiras de Jenni Hermoso se pronunciaram nas redes sociais em apoio à atleta, indicando que estavam ao seu lado e que essa atitude não estava correta (Mendonça, 2023). Outros jogadores e ex-jogadores da seleção da Espanha, por sua vez, demonstraram apoio a Hermoso. Álvaro Morata, em nome de todo o plantel da seleção masculina, rechaçou o comportamento de Rubiales e disse que essa atitude não estava à altura da instituição (Bravo, 2023). Após muita pressão e protestos vindo das/dos atletas, o técnico Jorge Vidal, que aplaudiu o discurso de Rubiales, foi demitido do cargo, sendo substituído pela sua assistente, Montse Tomé. Ademais, Luis Rubiales foi afastado do cargo por 90 dias e renunciou pouco tempo depois (Nunes, 2023f). Todavia, o apoio da seleção masculina demonstra uma possível quebra do pacto da masculinidade. Os homens, ao não compactuarem e se posicionarem contra as atitudes sexistas e machistas, passam a ser aliados das mulheres na sua luta por direitos, quebrando o ciclo e não alimentando o pacto. Como direciona Bell Hooks (2019, n.p) tal “como as mulheres, os homens foram educados para aceitar passivamente a ideologia sexista. E se eles não precisam culpar a si mesmos por aceitarem o sexismo, precisam, por outro lado, aceitar que são responsáveis pela sua eliminação”.

Essa situação, no entanto, traz a reflexão sobre como o corpo feminino ainda é enxergado como algo público e da necessidade da continuidade de reivindicação ocorridas no movimento feminista contemporâneo em relação às mulheres tomarem conta dos seus próprios corpos, tendo autonomia para decidirem sobre fertilidade, reprodução, desejos sexuais, entre outros (Amaral, 2011) e conseqüentemente dizerem não aos assédios reforçados pelos discursos patriarcais que colocam a mulher em submissão ao homem, relacionados aos dispositivos de poder naturalizados pelas diferenças sexuais (Amaral, 2011). Nesse sentido, a atleta, quando conseguiu um maior reconhecimento por todos os anos em que buscou ser jogadora de futebol, mesmo quando ainda existiam muitos obstáculos, viu as notícias sobre essa conquista se tornarem uma denúncia de um crime. Apesar de ter feito uma ótima competição e ter chegado no auge da sua carreira recebendo o maior título da modalidade, teve o seu momento ofuscado por atitudes recorrente as mulheres que estão submetidas a hierarquia masculina<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Saindo da Copa do Mundo e voltando os olhares para as competições do futebol nacional podemos ver situações complexas e cenas de descasos. Um exemplo disso ocorreu no Campeonato Brasileiro Série A1 com a equipe do Rondônia, Real Ariquemes. As jogadoras da região norte do país decidiram não entrar em campo no jogo contra o Santos, pela 15ª rodada do brasileirão. De acordo com o depoimento de uma das jogadoras “[...] não foi só pela falta de salários, foi muito além. Foi pela falta de respeito, de investimentos, de programação, foi por tudo. Foi

Mesmo que tenha existido uma preparação melhor nas estruturas da seleção brasileira feminina para uma maior preparação rumo à Copa, com investimentos em comissão, política de incentivo e maiores audiências nos jogos, existem ainda muitos contrapontos ligados a tais melhorias. Durante a Copa, por conseguinte, encontramos diferentes exemplos de como as estruturas patriarcais, os estigmas e o pacto da masculinidade se destacaram apesar dos grandes feitos das mulheres durante toda a competição, ainda que estes tenham sido bastante noticiados e comentados nas redes sociais. Nacionalmente, constam também disparidades em investimentos dos plantéis femininos, mesmo aqueles presentes na considerada elite do futebol. Existem então muita resistência e resiliência por parte de quem compõe a modalidade, almejando mais pela evolução do futebol feminino como um todo, embora existam inúmeros descasos e voltas ao passado. Ao que parece, o futebol feminino é uma mistura de avanços e retrocessos que necessitam de vigilância para não voltar atrás.

Mesmo com as dificuldades e problemáticas, o futebol feminino tem avançado no país e no mundo. Tem contando com pessoas mais engajadas e realizado lutas conjuntas para que a modalidade não passe por mais retrocessos e nem caia mais no “efeito sanfona” debatido por Ludmila Mourão e Márcia Morel (2005). No próximo capítulo, será possível perceber, por meio de um exercício etnográfico, como esses elementos sociológicos mais amplos são (re)produzidos, experienciados e agenciados em um contexto específico. Assim, tais resiliências e avanços serão debatidos mais especificamente em âmbito regional, através da pesquisa de campo e das entrevistas que realizei junto as atletas e comissão técnica do time de futebol feminino do Aliança/Goiás.

---

pelo descaso com a modalidade e a única forma que a gente encontrou de mostrar isso foi tomando essa atitude” (Andrade, 2023). Devido a isso, o Real Ariquemes forçou o W.O, dando a vitória do jogo às Sereias da Vila. De acordo com outros depoimentos, houve promessas de maiores investimentos após a subida para a série A1, mas nada que disseram foi cumprido (Andrade, 2023). Muitas atletas atuaram sem garantias de retorno financeiro, ficando apenas apalavrado com os responsáveis. Essa situação elucida que existem ainda dificuldades na manutenção de equipes femininas, no qual aquelas que sonham em seguir carreira acabam se decepcionando com a estrutura disponibilizada para o seu trabalho. Além disso, chama atenção para a diferença em investimentos direcionados a equipes femininas consoante com a região. Nesse sentido, podemos pensar que “a interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados” (Collins e Bilge, 2020, p. 34).

## 4 À BEIRA DOS GRAMADOS

### 4.1 OLHAR ATENTO EM CADA LANCE: TRAJETÓRIAS, PROBLEMÁTICAS E NOVAS POSSIBILIDADES

Neste capítulo, discutirei, a partir de uma pesquisa de campo realizada junto às jogadoras e equipe técnica do time Aliança/Goiás, continuidades e mudanças sociológicas a respeito do futebol feminino em Goiás. Esse questionamento, que parte de uma preocupação mais ampla desta pesquisa de Mestrado, de investigar os efeitos da obrigatoriedade de existência de times femininos de futebol para clubes com times masculinos participantes da série A do Campeonato Brasileiro, visa compreender tais processos por meio de uma investigação localizada. Primeiramente, um quadro explicativo (Quadro 2) foi montado com determinadas características de cada interlocutora, visando conhecer mais sobre o perfil de cada uma e o contexto em que elas estão inseridas.

**Quadro 2 - Perfil das entrevistadas**

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor /Raça</b>	<b>Orientação Sexual</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Atuação</b>	<b>Naturalidade</b>
Camisa 1	22 anos	Parda	Lésbica	Ensino Médio Completo	Atleta da equipe principal	Augustinópolis-TO
Camisa 2	19 anos	Branca	Bissexual	Cursando Ensino Médio	Atleta da equipe principal	Goiânia - GO
Camisa 3	32 anos	Branca	Heterossexual	Cursando o Ensino Superior	Atleta da equipe principal	Goiânia - GO
Camisa 4	27 anos	Parda	Lésbica	Ensino Médio Incompleto	Atleta da equipe principal	Rio de Janeiro - RJ
Camisa 5	63 anos	Preta	Heterossexual	Ensino Superior Completo	Ex-atleta e parte da comissão técnica	—
Camisa 6	42 anos	Branca	Lésbica	Ensino Superior Completo	Ex-atleta e parte da comissão técnica	Goiânia - GO

Fonte: Elaboração própria (2024)

Podemos observar que, entre as entrevistadas, duas são de fora da cidade de Goiânia. Ambas, conforme as entrevistas, vieram para a cidade para jogar futebol, visando a oportunidade dada pelo clube. Isso aponta para um possível cenário de deslumbramento de uma carreira no esporte, que pode motivar processos migratórios. As demais conheceram o clube de formas distintas e em períodos diferentes. Isso pode ser percebido também pelas diferenças de idade, que variam entre 60 a 19 anos. Em relação à escolaridade, vemos que duas possuem ensino superior completo em educação física e a Camisa 6 em direito. Uma continua cursando

o ensino superior, também em educação física. Das demais, uma terminou o ensino médio, outra está cursando o ensino médio e a Camisa 3 não concluiu essa etapa de ensino. Essas informações são significativas, pois ela aparece como uma dupla jornada para as atletas, que apontam para a busca de um “plano B” que, às vezes, opera como um impedor para a continuidade no futebol. Veremos isso mais adiante.

Em relação aos marcadores de raça e orientação sexual<sup>39</sup>, três se declararam brancas, duas se declaram pardas e uma se declarou preta. Durante os convites para a entrevista, tentei que mais participantes pretas participassem do estudo, para poder dialogar mais sobre a questão do racismo no futebol feminino que tem sido recorrente nos últimos anos, no entanto, muitas delas não quiseram participar. No que diz respeito à orientação sexual, três responderam que são lésbicas, duas que são heterossexuais e uma bissexual. Essa questão no futebol feminino é importante, como já visto, devido aos preconceitos existentes durante a história da modalidade, em que as mulheres que jogavam futebol ou eram automaticamente associadas à lesbianidade, em uma perspectiva etnocêntrica, ou eram discriminadas por serem lésbicas, tendo de todo modo sua sexualidade escrutinada e julgada, por ser esse um esporte simbolicamente masculinizado. O interesse, aqui, foi compreender como as atletas entrevistadas observam este estigma hoje e se já sofreram alguma discriminação por sua orientação sexual.

Nessa perspectiva, as próximas sessões são referentes às cinco categorias criadas para as análises. Para cada uma destas categorias foram estruturados quadros sintetizadores que se encontram nos apêndices deste estudo (Apêndices B ao F). Cada quadro evidencia as partes das entrevistas referentes às categorias e subcategorias. As falas também tiveram trechos grifados em negrito para destacar pontos cruciais das conversas. No decorrer de cada sessão, as falas são analisadas e pontuadas com os registros e observações do diário de campo e também com as demais partes das entrevistas, no intuito de enriquecer e completar as análises.

#### **4.1.1 Inserção, trajetória e vivências no futebol feminino**

A primeira categoria trata de características importantes da trajetória das interlocutoras, pensando sua vivência no meio do futebol desde a infância e apoio da família, sua vida escolar e trajetória no clube estudado. A primeira categoria foi denominada de “Inserção, trajetória e vivências no futebol feminino” e comporta quatro subcategorias: “Começo e Influências na Modalidade”, “Trajetória Escolar”, “Apoio Familiar” e “Ingresso no Clube (Aliança, Goiás)” (Apêndice B).

---

<sup>39</sup> Para tais identificações foram acionadas as classificações do IBGE para as categorias raciais e foram utilizadas as nomenclaturas da sigla do movimento LGBTQIAP+ como referência à orientação sexual

Em relação ao início no futebol feminino das entrevistadas, na subcategoria “Começo e Influência na Modalidade”, observa-se que grande parte delas iniciaram seu gosto pelo esporte ainda na infância. Duas delas começaram a jogar ainda com 5 anos e com influências de parentes e amigos. A Camisa 1 participou na escolinha do pai, a Camisa 2 fazia diferentes esportes no Sesc até iniciar no futsal e a Camisa 4 ia com os irmãos para esse meio e jogava campeonatos. Por sua vez, a Camisa 3 e Camisa 6 jogavam desde pequenas com os meninos até encontrar o Aliança para jogar somente com mulheres. A Camisa 5 brincava com amigos e parentes, mas não via o futebol dessa forma até participar de uma partida de bairro convidada por uma amiga. Entretanto, podemos observar que elas tiveram em comum a sua introdução no futebol no meio dos meninos. Apesar da diferença de períodos da iniciação entre cada entrevistada, a maioria delas começou no futebol jogando com eles. Também é muito comum ter escolinhas para homens e não para mulheres, como foi descrito pela Camisa 2, quando me disse que não tinha uma turma de futsal feminino no lugar em que começou e por isso jogava entre os garotos. A Camisa 3 chegou a se expressar dizendo que sempre se inicia no meio dos rapazes.

Essa participação com os rapazes pode ainda ser percebida na subcategoria “Trajetória Escolar”, já que algumas interlocutoras precisaram se impor para jogar entre os rapazes nos campeonatos internos dos seus locais de estudo. Elas precisaram mostrar que eram boas, tanto para que os meninos as deixassem jogar quanto para que os professores também permitissem. Sobre isso, a Camisa 2 ressaltou que no último ano escolar ela precisou pedir à coordenação para jogar com os meninos por não ter time feminino e que isso não foi permitido. Como ela me disse, “nas aulas eu fazia com eles e era só eu” (Camisa 2). Tanto a Camisa 4 e a Camisa 6 ressaltaram que por serem boas no futebol e se sobressair no meio dos meninos elas conseguiam permissão para participarem dos jogos. A Camisa 3 disse que “depois que viam os meninos dizerem que eu conseguia jogar, eles [os professores] deixavam” e a Camisa 6 retratou que pelo “fato de eu jogar muito bem, eu começava a conquistar o meu espaço ali, então devido o meu desenvolvimento futebolístico ali do momento eu acabava ganhando respeito deles. Muitas das vezes eu era melhor que muitos meninos e isso facilitava um pouco a minha aceitação perante o grupo”.

De acordo com Caroline Soares de Almeida e Mariane Pisani (2015) às escolinhas de futebol para meninas começaram a surgir nos anos 2000, sendo difícil que uma atleta tenha iniciado no esporte em um ambiente feminino. Retratam ainda que pelo esporte apresentar uma hegemonia masculina, isso acaba fazendo com que as mulheres que queiram jogar iniciem no meio deles. O próprio Aliança, que tem um projeto exclusivo e gratuito para meninas, começou na segunda metade dos anos 1990, sendo ainda um dos poucos projetos no estado com essas

características, tanto por não cobrar mensalidade quanto por fornecer aulas para meninas de forma exclusiva ainda na adolescência. Com isso, observa-se a escassez de espaços para que meninas comecem a sua trajetória esportiva e possam ter a vivência do futebol feminino.

Outro ponto importante exposto nas falas da Camisa 3 e Camisa 6 foi em relação à necessidade de se mostrarem aptas para que fosse permitida a sua presença na modalidade junto aos meninos. Isso vai de encontro com o estigma e o estereótipo relacionados às mulheres na modalidade, de que elas não seriam capazes de praticar esse esporte, por não terem força e nem técnica suficientes, limitadas pela sua “natureza frágil e delicada”. Sobre isso, Jorge D. Knijnik (2010, p.9) aponta que esses “corpos e essas práticas tensionam os olhares acostumados ao mesmo, pois desestabilizam representações naturalizadas que colam no masculino e no feminino diversos atributos, comportamentos, virtudes, atitudes... colam, ainda, diferentes gestualidades, aparências e usos do corpo”. Com esses depoimentos, também se percebe que elas precisaram se mostrar melhores que os homens para serem de fato aceitas a praticarem aquilo que foi construído socialmente como exclusivo deles. Como se fosse necessário que existisse uma aprovação para estarem nesse ambiente. Ou seja, ao “mostrarem jogo, destreza e habilidade iguais e até superiores aos meninos, viravam atração, despertavam estranheza, indignação, desconforto e surpresa dos espectadores. Causavam, desde meninas, rupturas no modelo de gênero hegemônico” (Pisani, 2012, p.138).

Nesse caminho, a maioria das entrevistadas pode ser compreendida também como *outsider* no início das suas trajetórias no futebol, visto que eram poucas e únicas entre os meninos. Destacando os escritos de Becker (2008, p. 44), quando uma pessoa é compreendida como desviante “ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele”. Ser mulher não afetava as habilidades que elas possuíam para jogar bola, no entanto, eram questionadas por estarem jogando nas aulas da escola e no grupo de meninos, por ser uma atividade que socialmente é muito atrelada aos homens. Podemos observar que atletas de períodos diferentes relataram dificuldades similares para se integrarem na modalidade, demonstrando que até um período recente não havia transformações nesse sentido. Mesmo que a situação seja diferente hoje, por serem modificações novas, ainda se encontram em processo lento de aceitação social.

Dessa forma, também pode ser percebido o que foi retratado por Almeida e Pisani (2015) quando disseram que uma

[...] mulher – mesmo que ainda criança – que adentra num campo de futebol, que participa de torneios, que disputa lugares e posições em igualdade de condições com os homens e ainda demonstra habilidades com a bola causa desconforto, surpresa,

estranheza, vira atração, uma vez que sua presença desconstrói e desloca esse lugar de perpetuação de masculinidades (Almeida & Pisani, 2015).

Esses estereótipos também surgiram quando foram confrontadas em relação à família, na subcategoria “Apoio Familiar”. Entretanto, apenas uma das atletas entrevistadas descreveu não ter muito apoio dos seus pais por querer jogar futebol, enfatizando que eles queriam que ela fizesse atividades compreendidas como femininas, como aulas de Ballet. Curiosamente, foi a entrevistada mais jovem a relatar essa resistência familiar (Camisa 2). Com esse relato identificamos que as normativas de gênero ainda podem dificultar o processo de inserção das mulheres na modalidade. Isso tanto pela pressão familiar quanto de outras esferas. A entrevistada ainda afirmou que o apoio da família se modificou recentemente, após o crescimento da modalidade e da divulgação, ressaltando o período em que a obrigatoriedade foi estabelecida no Brasil. Ao ver o crescimento do futebol de mulheres, ela passou a ter mais apoio da família. A valorização da modalidade, nesse sentido, demonstra ser também um dos caminhos para ser normalizado e desmistificados certos preconceitos de gênero ainda operantes nesse esporte. A Camisa 6, apesar de ter tido apoio dos pais nos anos 1990, tendo ainda como influência o seu pai que brincava com ela de futebol e a levava para os jogos, salienta que ela não era a regra e sim a exceção, dizendo que “da minha geração, eu meio que tive o contrário de grande parte das meninas. Então sempre tive apoio dos meus pais, tanto da minha mãe quanto do meu pai” (Camisa 6). Carmen Rial (2020), ao relatar sobre as semelhanças e diferenças entre o futebol feminino no Brasil e na França, compactua com tal afirmação, ao relatar que a

reação dos pais aqui e lá não era a mesma. No Brasil, encontrei futebolistas que temiam que o pai descobrisse que jogavam futebol, pois isso seria visto como uma desonra familiar, um atestado de que eram homossexuais, o que colocaria a honra do pai da família em risco. Havia mães[...] que aceitavam que a filha jogasse com os irmãos. Mas são exceções, raras exceções (Rial, 2024, p. 309).

As demais atletas relataram ter apoio da família muito pelo futebol ser algo comum entre eles, havendo uma tradição de outros familiares praticando esse esporte. Apesar disso, embora seu pai a levasse aos jogos e praticasse futebol com ela, ao tentar jogar na escola a Camisa 6 encontrou resistência para participar de algumas atividades e precisou se mostrar apta perante os meninos. Assim, podemos pensar em uma ordem de gênero definida por Connell e Pearse (2019) em sua complexidade, pois envolve nuances como a agência do próprio indivíduo e o contexto em que ele está inserido. Como relatam as autoras, nas suas definições analíticas, existem 4 diferentes dimensões nas relações de gênero. Nesse contexto, a dimensão do poder pode ser utilizada para traçar uma compreensão, visto que, o poder generalizado atua na manutenção de estruturas sociais desiguais. Isso porque como os homens ocupam a maioria dos

cargos das grandes organizações, existe uma facilidade na manutenção desses privilégios e das desigualdades – não somente de gênero (Connell e Pearse, 2019).

A categoria “Ingresso no Clube (Aliança, Goiás)”, por sua vez, traz como cada uma das entrevistadas ficou sabendo do clube e teve sua oportunidade como jogadora profissional. A Camisa 1 e a Camisa 4, por serem de fora de Goiânia, vieram por indicação de outras pessoas, sendo que a Camisa 4 precisou passar por uma seletiva. Durante meu trabalho de campo, pude observar que havia bastante jogadoras que eram de fora de Goiânia. Além da Camisa 4, mais duas jogadoras eram do Rio de Janeiro e se integraram ao grupo conjuntamente com ela, advindas do mesmo projeto. A Camisa 1 veio do Norte para jogar futebol, visto a pouca oportunidade existente na sua cidade. Somada a ela do Norte, também pude conversar com uma jogadora advinda do Acre e com outra do Pará. De acordo com a integrante da comissão técnica do clube, essa migração é muito comum e o clube possui muitas atletas de diferentes regiões, principalmente da região norte e nordeste. Sobre isso ainda foi relatado a necessidade de estrutura de alojamento, algo que será mencionado mais adiante.

Dando continuidade à forma de ingresso no time, a Camisa 2 conta que passou por outros clubes até chegar ao Aliança/Goiás e soube do clube por uma amiga, por ficar por um tempo mais envolvida com o futevôlei. Em pouco tempo, já estava integrada à equipe profissional. A Camisa 3 e a Camisa 6 iniciaram quando o time ainda era somente Aliança e participaram de diferentes fases e campeonatos pelo clube. A Camisa 3 está há mais de uma década no Aliança e a Camisa 6 já foi atleta, mas hoje ocupa um cargo na comissão técnica, estando, então, presente também a bastante tempo no clube. No entanto, ambas ficaram sabendo da iniciativa de uma escolinha somente feminina através dos seus vizinhos. Com isso, percebemos que não existe um caminho linear para se chegar ao clube, podendo ocorrer de diferentes formas. Ressaltando-se, contudo, a existência do time feminino como um marco importante para a ampliação de itinerários possíveis no esporte.

#### **4.1.2 Dificuldades, transformações e preconceitos**

A segunda categoria, nomeada “Dificuldades, Transformações e Preconceitos” comporta as seguintes subcategorias: “Dificuldades Para Uma Mulher ser Atleta/Parte da Comissão Técnica”; “Alteração e Manutenção de Estigmas e Estereótipos” e “Preconceitos Vividos e Assistidos”. As subcategorias (Apêndice C) tratam sobre os empecilhos para uma mulher estar na modalidade e a manutenção e a alteração de preconceitos e estereótipos.

Quando questionadas nas entrevistas sobre quais eram as maiores dificuldades que uma mulher tem que enfrentar para estar dentro do futebol feminino, seja como jogadora ou

integrante da comissão técnica, muitas interlocutoras falaram sobre a questão das oportunidades e assuntos derivados, como um maior apoio, reconhecer a modalidade e conseqüentemente investir mais nela. Essas características foram apontadas pela Camisa 1 e a Camisa 3. Essa segunda profissional ainda pontua a discrepância de investimento entre o masculino e o feminino, pois o salário de um jogador costuma pagar um time inteiro do feminino, no qual, exclama, “acho que dinheiro não falta” (Camisa 3).

Esse exemplo nos faz pensar em relação às permanências das desigualdades na modalidade, pois como menciona Collins e Bilge (2020), o domínio disciplinar do poder no futebol aparece quando certos meninos e meninas são desencorajados a praticá-los e outros estão recebendo treinamentos em local adequado e estruturado, pois, em “essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos” (p. 27). Esse domínio disciplinar do poder traduz as distinções de tratamento em relação ao gênero, classe e raça em diversos âmbitos sociais, como o futebol. As autoras ainda citam essas distinções em relação aos órgãos maiores da modalidade. De acordo com elas, as

[...] regras de gênero da Fifa também refletem o poder disciplinar de uma forma que leva a experiências significativamente diferentes para atletas de sexo masculino e feminino. Uma análise interseccional sugere que a convergência de classe e gênero se traduz em desigualdade de salário e oportunidades ao fim de uma carreira no futebol profissional (Collins e Bilge, 2020, p. 28).

Além dessa questão sobre os investimentos, a Camisa 4 acrescentou o preconceito que as mulheres ainda sofrem na modalidade. A Camisa 2, por sua vez, traz as dificuldades em relação a ter a possibilidade de se fortalecer dentro do futebol feminino, com um preparo físico melhor para acompanhar o alto rendimento que o futebol profissional exige, relatando a falta de uma academia e um treino voltado para a parte física.

A Camisa 5 apresenta relatos parecidos, ao mencionar as dificuldades ainda na formação da atleta, que não pode na maioria dos casos começar a jogar ainda na infância, o que leva a uma defasagem em relação aos fundamentos que demoram a ser aprendidos. Sem esse trabalho de base, a própria evolução das mulheres como atletas passa a ser comprometida, por falta das categorias de base. A interlocutora também traduz essa impossibilidade como algo advindo da estrutura normativa de gênero, visto que as meninas demoram a poder expressar sua vontade em ser uma jogadora de futebol e não começam desde cedo como os rapazes.

Outro fator primordial citado pela entrevistada tem relação com a classe social, no qual percebemos o nível interseccional na estrutura de gênero. De acordo com ela, a maioria das meninas e mulheres que trabalham no clube possuem um poder aquisitivo muito baixo, fazendo

com que elas precisem decidir entre ir trabalhar e estudar no lugar de estar presente no futebol. Segundo a interlocutora, “chega um momento que elas precisam fazer essa opção. Ou tem que parar para poder estudar, fazer uma faculdade, ou então tem que parar para poder trabalhar e ajudar em casa” (Camisa 5). Por isso, a remuneração adequada e as oportunidades de manutenção dentro dos clubes se fazem primordiais para uma evolução da modalidade, para evitar uma dupla jornada e que o futebol cresça a partir do aprimoramento das mulheres como atletas. Em relação à comissão técnica, a Camisa 5 acredita que tem evoluído bastante, pois o número de técnicas tem aumentado, no entanto, ainda faltam outros cargos serem ocupados por mais mulheres como preparadora de goleiras, fisioterapeutas e cargos da gestão, que de acordo com ela, ainda tem preconceitos.

Em se tratando das continuidades de certos estereótipos na modalidade (Alteração e manutenção de estigmas e estereótipos), as atletas ainda em atuação (Camisa 1, Camisa 2 e Camisa 4) relataram a existência de certos preconceitos. A Camisa 1 menciona que na televisão ainda é possível ver discriminações com as mulheres, principalmente por parte dos homens. A Camisa 2 enfatiza a continuidade das falas machistas, como dizer que elas deveriam ficar em casa, que o futebol não seria para mulheres e a Camisa 4 também afirmar ter bastante preconceito e machismo. No entanto, quando perguntadas em relação a sexualização das mulheres na modalidade e a preferência pela beleza delas, algo que foi demonstrado na parte histórica no futebol feminino neste estudo (Capítulo 2 e 3), elas afirmaram que isso não acontecia mais ou que diminuiu muito. Podemos ver isso na fala da Camisa 4, “essa questão de beleza, em questão de ter cabelo cortado ou não, da roupa que veste ou não, da sexualidade ou não. Isso aí já diminuiu bastante, não tem muito não”.

Compactuando com essa afirmação, a Camisa 5 questiona o pensamento de antigamente, retratando a vez em que foi montado um time de modelos e que elas botavam “aquelas roupinhas assim... [...] E as mulheres não sabiam nada, não sabia jogar. Foi feito isso demais. Tinha muita coisa. Mas aí o que prevaleceu? O futebol. Porque não é questão estética. Não é questão do belo e sim do futebol”. Isso foi mostrado também por Souza Júnior (2013), quando afirmou que a beleza, apesar de ser usada como justificativa de marketing, nunca foi suficiente para manter os times femininos atuando. A Camisa 5 ainda menciona os diferentes tratamentos de acordo com a raça das jogadoras, relatando que uma atleta da sua época que ficou conhecida pelas embaixadinhas estava na mídia até hoje, mas isso devido a sua aparência. Ela relata: “Mas você acha que ela vive daquilo porque ela fazia bem as embaixadinhas? Não. Ela vive daquilo porque é uma menina bonita, loira, de olhos azuis ou verdes. Se fosse uma negra, ela não estaria aí até hoje.” Isso confirma como os padrões de beleza e o preconceito

racial eram/são limitadores no futebol feminino, pois mesmo que uma atleta fosse muito talentosa, pelo seu fenótipo e cor da pele, perderia holofotes por essa discriminação.

Como retrata Marcia Tiburi (2019, p. 28) as “mulheres negras raramente chegam a cargos mais valorizados”, pois é fato que existe ainda o preconceito que impede as mulheres de chegarem em altos cargos no futebol ou que estejam ainda ganhando dinheiro com ele para se sustentar. No entanto, para as mulheres negras essa dificuldade ocorre de forma dupla, tanto pelo preconceito racial quanto por essa presunção de serem compreendidas como fora dos padrões e normas sociais para cumprirem determinadas atividades. Essa perspectiva pode ser compreendida através do domínio interpessoal do poder, pois como retrata Collins e Bilge (2020), ele faz referência como o indivíduo lida com a convergência do poder cultural, estrutural e disciplinar. Desse modo, mesmo que as mulheres sejam um grupo e sofram determinados preconceitos, como o sexismo, as diferenças, como classe e raça, fazem com que as mulheres vivenciem tais preconceitos de formas distintas. No futebol feminino, isso pode ser percebido no exemplo trazido pela interlocutora, no qual o sexismo atua de outra forma com as atletas negras e tem consequências distintas para essas mulheres. Nesse sentido, a “interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber” (Collins e Bilge, 2020, p. 30).

Entretanto, a ex-atleta, que hoje compõe parte da comissão, enfatiza que a sexualização das atletas e a sua distinção em campo puramente pela beleza não cabe mais atualmente, tanto por parte das próprias atletas, quanto pela própria repressão social. Vemos isso quando ela diz que atualmente isso não “[...] entra mais no feminino e muitos lugares são até condenáveis [...] caiu por terra. Sabe por quê? As meninas não se veem nesse negócio de musa [...]. Não tem que pegar e botar as meninas de biquíni, pose sexuais para chamar atenção para o campeonato. Isso é ridículo” e que, além disso, “as próprias atletas [...] elas vão criando essa consciência de que ela quer ser eleita a craque, ela não quer ser a musa”. Nesse sentido, tudo indica que no futebol feminino atual, principalmente no estado, as atletas conseguem se preocupar mais em praticar o esporte ao em vez de se preocuparem em como a sua aparência terá influências na sua trajetória esportiva em campo. Não que os padrões de beleza não existam ou tenham outras consequências para as mulheres no esporte, mas que atualmente isso deixou de ser tão decisivo.

Outros pontos de vista são trazidos pela Camisa 6. Para ela, determinados estereótipos persistem, pois para ela existem pessoas que ainda atacam as atletas e a modalidade “por maldade”. Ademais, segundo ela, isso foi potencializado pelas ferramentas digitais. Nesse caso, os estereótipos apontados por ela são parecidos com as falas machistas e preconceituosas mencionadas pelas outras entrevistadas. Na sua fala ela compactua com as demais interlocutoras

dizendo que no que tange aos estereótipos de beleza houve mudanças nos últimos tempos. Entretanto, afirma que os padrões de beleza ainda são facilitadores para determinadas atletas e informa que aquelas que obedecem às expectativas sociais podem sofrer menos preconceitos.

Nessa perspectiva, podemos pensar que as atletas não precisam mais performar uma feminilidade normativa para se manterem jogando futebol e nem se preocupar em ser sexualizadas pelos próprios clubes ou pela mídia. Entretanto, através das entrevistas, confirmamos que outros preconceitos e discriminações ainda são perceptíveis, como a dificuldade de enxergar as mulheres como pertencentes a este espaço. Tais discursos costumam reverberar ainda nas redes sociais como menciona a Camisa 6. Mais uma vez, lidamos com falas que apontam para um cenário sociológico de ambivalências, entre mudanças e permanências.

Em relação aos próprios preconceitos em que elas viveram ou presenciaram (Preconceitos Vividos e Assistidos), somente a Camisa 1 afirmou não ter sofrido preconceito no futebol feminino, com nenhum tipo de fala discriminatória. As Camisas 2, 4 e 6 retratam já terem ouvido falas como “isso é coisa de homem, não é coisa de mulher”, “Você tem que ficar em casa”, “Não dá conta de jogar”, “macho-fêmea”, “lugar de mulher é na cozinha”, vinda principalmente das torcidas em jogos ou de pessoas que sabiam que eram jogadoras de futebol. A Camisa 4 ainda afirma que quando ela vai assistir jogos também consegue ver esses comentários nas arquibancadas. Essas narrativas reiteram a afirmativa trazida pela Camisa 5 de que o Brasil não estaria preparado para sediar uma Copa Feminina devido ao comportamento do público, seja por questionar a qualidade do futebol feminino ou pelas falas discriminatórias. Sobre isso, a dimensão do simbolismo das relações de gênero trazidas por Connell e Pearse (2019), pode ser utilizada para explicar que determinados termos trazem diferentes significados e sentidos simbólicos de acordo com seus contextos. Ao chamar uma jogadora de futebol de macho-fêmea ou adjetivos masculinos, por exemplo, transcendem as características biológicas e tem outra importância e significados quando pensados no contexto social em que esses termos foram ditos. O gênero, por sua vez, não é algo fixo, possuidor de características específicas e únicas para o feminino e o masculino, pois, como retrata Mariane Pisani (2018, p.143) “gênero circula; a masculinidade, assim como a feminilidade, está presente em corpos de homens e mulheres. Dessa forma, corpos não devem ser compreendidos como possuidores naturais de determinadas características”. Nessa perspectiva, observa-se que a maioria das interlocutoras possuem uma trajetória de discriminações em comum no futebol feminino, tendo ambas vivências de violências e falas preconceituosas.

Ainda nesse contexto, foi possível acompanhar falas parecidas nas arquibancadas em um dos jogos do Goiano Feminino 2023 e mais desses simbolismos. Na situação em questão, a goleira do time adversário, possuía uma voz mais grossa e alguns torcedores começaram a questionar se ela seria de fato uma mulher.

Ela era uma mulher alta, com o corpo fora dos padrões estéticos e possuía uma voz mais grossa. Logo começaram a dizer que ela não era mulher e chamá-la em vários momentos de “goleiro” ou de “goleira-macho”. Isso me gerou um certo incômodo. Até cheguei a pensar que pelas afirmativas de que a goleira seria um rapaz, poderia ser algum tipo de transfobia, pensando que a goleira seria uma mulher trans, pois não tinha esse conhecimento sobre o outro time. No entanto, ao chegar em casa, pude pesquisar se havia algum registro de mulher trans no time ou no campeonato goiano e não encontrei nenhuma informação (Registro diário de campo, 27 de agosto de 2023).

Não foram encontrados registros que confirmem a existência de uma goleira trans na competição e que fizesse parte do time adversário. Mesmo assim, percebe-se a dificuldade de aceitar outras performances de gênero e sexualidade no futebol feminino, levando sempre à masculinização de determinados jeitos e comportamentos. Nesse exemplo, podemos ver também que os termos possuem significados e pesos diferentes do que os aspectos puramente biológicos. Sobre os símbolos e a oposição binária fixa, podemos acrescentar ainda os pensamentos de Joan Scott (1995, p. 86-87), pois ela pontua que “[...] essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas. A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível”.

Dando continuidade, a Camisa 5 reforçou que ainda existe preconceito em relação à sexualidade das atletas, explanando que

Eu penso assim que muitos não gostam da questão de que no futebol feminino tem muitas meninas que são lésbicas, que elas têm as preferências delas que, no meu ver, não tem nada a ver com o esporte. Elas têm as preferências delas como qualquer outra pessoa, como qualquer outra profissão, Só que ali elas têm mais e as pessoas ficam “Ai é bando de Sapatão”. Vou usar essa expressão que eu não gosto e que é forte. Eu só trabalho com mulheres agora, orientação dela é outro âmbito que eu não... isso não faz um objetivo, um empecilho para elas estarem aqui com a gente (Camisa 5).

Novamente, os preconceitos relacionados à orientação sexual, segundo a fala da entrevistada, parece não ter sido algo completamente superado pelo próprio público, apesar das mudanças proporcionadas pela apresentação das mídias e das exposições dos clubes. O futebol feminino no estado, através das vivências das interlocutoras, aponta para um caminho de continuidades de uma identificação masculina, em que as mulheres presentes nesse espaço, apesar das evoluções, ainda são comparadas aos homens e pensadas via características masculinas. Continua presente essa diferenciação entre aquilo que “seria de homem e de mulher”. No entanto, como retrata Mariane Pisani (2018, p. 180), “em qualquer segmento da

vida social, no futebol de mulheres também existem homoafetividades, sejam estas realizadas entre corpos feminilizados ou masculinizados [...]. Ou seja, é necessário que se rompa com os padrões heteronormativos de construção de corpos e identidades”.

Outro preconceito citado pela Camisa 5 foi o racial, tanto sofrido por ela quanto por uma de suas atletas. Em um relato muito forte, ela me contou que mencionaram que tudo havia escurecido quando ela se aproximou da arquibancada e na hora ela não conseguiu reagir. Diferentemente de quando uma de suas atletas sofreu injúria racial, ela decidiu intervir e tomar todas as medidas cabíveis no momento. Sobre isso, ela alega que

Essa injúria que aconteceu com a nossa atleta a gente vai ver o que vai da. O cara vai ser julgado e tudo. Eu senti que pesou muito e eu me senti bem em fazer aquilo, porque fui eu corri lá, peguei e fui atrás de tudo. Porque até então o trem ia passar batido e eu não deixei passar. Eu me senti muito bem quando eu senti essa atitude de pegar e defender a atleta [...]. Esse tipo [de preconceito é comum] é assim... ele ainda é um pouco porque o povo fica a beira do campo e acha que eles podem falar o que eles quiserem. Antigamente tinha muito o “Vai lavar roupa”, “Vai pro fogão” e sempre passou batido pra gente e sempre vai passar. Se hoje alguém chegar lá hoje e falar isso vai passar batido do mesmo jeito. Mas a questão da injúria racial ela não pode passar batido, porque é uma coisa que não podemos deixar (Camisa 5)

Como vemos no trecho acima, a profissional indica que as falas machistas ainda conseguem deixar passar, mas que a injúria racial não deve passar nunca. Ela ainda reforça, em outro momento, a dificuldade de denunciar, pois às vezes precisa de testemunhas e as pessoas geralmente não estão dispostas a isso. Desse modo, vemos a intersecção de gênero e raça, no qual, as discriminações raciais, para a interlocutora, são sentidas de outra forma e constata os diferentes preconceitos possíveis em um grupo já marginalizado. Nesse sentido, as mulheres negras possuem uma dupla preocupação e discriminação no futebol, reafirmando novamente o domínio interpessoal do poder. Vale ressaltar que a discriminação racial foi trazida somente por essa interlocutora, sendo ela, a única declarada preta. Reforçando assim, a essa questão de identidade presente nos domínios interpessoais.

Além disso, a entrevistada reforça as distinções no tratamento das mulheres no futebol feminino nas regiões do Brasil. Em outros locais, o futebol feminino recebe mais apoio, tanto dos times quanto do público, mas enfatiza que isso é diferente em Goiás. Nesses estados, consoante a interlocutora, “eles estão em outro mundo, é um mundo fora do Brasil em termo do feminino. Eles já conseguem levar não sei quantas mil pessoas em um estádio, eles [torcedores] vão lá para torcer para as meninas...” (Camisa 5). Esse contexto trazido pela interlocutora faz referência, principalmente, a região sudeste do Brasil, mais especificamente, o estado de São Paulo, onde essas características são facilmente percebidas. Não significa que nessa região o futebol feminino não tenha problemas, mas serve para ressaltar que existe uma

disparidade dentro próprio país.

Através dos depoimentos mencionados nesta categoria, identificamos que determinados estereótipos ainda persistem na modalidade e mesmo que a beleza não seja algo crucial para as atletas praticarem o esporte na região e no país, estar dentro dos padrões estipulados pela sociedade funcionam como facilitadores para o não recebimento de falas preconceituosas e discriminações e para a manutenção do prestígio na área. Percebe-se ainda que a maioria das profissionais sofreu com preconceitos por estarem no futebol e a maioria deles foram relacionados com o binarismo das relações de gênero, como cuidar da casa e fazer tarefas domésticas e de não poderem estar em um espaço masculino. Apesar das mudanças e da diminuição da hostilidade em relação à opção sexual, raça e gênero das atletas, ainda foi possível identificar repetição de falas preconceituosas nos campos atualmente.

#### 4.1.3 Profissionalismo, amadorismo e trabalho

Na terceira categoria, denominada de “Profissionalismo, amadorismo e trabalho” encontramos a visão das atletas sobre o que é ser um clube profissional, se elas se compreendem como atletas profissionais e se o futebol se configura como sua única atividade. Ela contém as seguintes subcategorias (Apêndice D): “Ser Atleta Profissional”, “Viver Somente do Futebol” e “Ser um Clube Profissional”.

A questão da profissionalização foi um dos pontos tocados nas entrevistas. Na subcategoria “Ser Atleta Profissional” vemos que as Camisas 1, 3 e 4 se consideram jogadoras profissionais. Todas afirmam que devido ao tempo despendido nos treinos, por se cuidarem fora dos gramados e verem essa atividade como um trabalho, elas se consideram profissionais. No entanto, a Camisa 2 mencionou não se sentir uma atleta profissional por achar que ainda precisa de muita valorização. A Camisa 6 (ex-atleta e de outro período), por sua vez, não se considerava profissional, pois não recebia por essa atividade, não se vislumbrando dessa forma e via a prática esportiva mais como um *hobby*. Ela manteve essa opinião mesmo com a percepção de ter tido todos os comportamentos que consideram ser de uma desportista profissional, citados pelas demais, como se cuidar, levar as competições a sério, entre outras características.

A antropóloga Cláudia Samuel Kessler (2015), em seu estudo “Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos”, ao tratar sobre o significado de ser profissional no futebol de mulheres também traz todas essas questões retratadas pelas interlocutoras, pois segundo ela o

[...] profissionalismo, entretanto, apesar de aparentemente estar ligado a algo que produza ganhos financeiros, no futebol de mulheres encontra outras interpretações.

Ser profissional não é apenas receber um salário ou ter um contrato de trabalho. A postura, a dedicação e os hábitos aparecem como elementos formadores de um ethos profissional no futebol de mulheres, por vezes considerado mais importante que os ganhos financeiros. Seguir rumo à profissionalização é algo que demanda tempo de adaptação. Adaptação que se refere também à construção do que significa ser uma jogadora profissional. [...] Embora sejam consideradas profissionais em suas atitudes, não recebem contraprestações à altura de suas dedicações. Os grandes salários aparecem apenas nos discursos sobre os “sonhos”, sem fazer parte da realidade da maioria das cláusulas contratuais de jogadoras profissionais (Kessler, 2015, p. 103).

Nesse sentido, observa-se que ser uma jogadora profissional, para as atletas entrevistadas, faz referência tanto ao dinheiro recebido por essa atividade quanto ao seu comportamento perante o esporte. As atletas atuais que se consideram profissionais mencionam principalmente a sua dedicação para se sentirem dessa forma. Entretanto, a Camisa 2 aparece com uma percepção diferente ao associar o se sentir profissional com a valorização. Logo, por não se sentir valorizada o suficiente, ela não se via como uma profissional. Isso pode ser pensado também devido ao pouco dinheiro destinado as atletas, como veremos na próxima subcategoria. A Camisa 6, por jogar em outra época, deixa bem claro que para ela a profissionalização está ligada ao recebimento em dinheiro por uma atividade que se exerce. No tempo que jogava, no entanto, não recebia nenhuma quantia por exercer essa atividade, embora ressalte que a sua dedicação era de uma profissional. Por meio disso, observa-se que elas “precisam ser profissionais e cumprir todos os seus deveres, inclusive, uma rotina desgastante [...], contudo, não há reciprocidade na relação. O futebol não as considera profissionais, gerando a informalidade no trabalho e todo o desgaste decorrente” (Haag, 2018, p.154). Isso porque, apesar de receberem alguma remuneração atualmente, elas não estão formalizadas e com valores suficientes para se exercer somente essa atividade, algo que também veremos adiante.

Em relação aos ganhos em dinheiro, Kessler (2015, p. 105) menciona que os acordos “financeiros aplicados em uma equipe muito raramente são iguais ao de outra, mesmo que sejam equipes da mesma cidade”. Ademais, de acordo com uma das suas entrevistadas não existia uma conformidade nos pagamentos. Isso também pode ser percebido no futebol feminino goiano tanto nas entrevistas quanto no trabalho de campo. Como vemos na subcategoria “Viver somente do Futebol”, apenas a Camisa 1 vive somente do esporte. As demais, precisam complementar a renda com uma dupla jornada de trabalho, estágio ou *freelancer*, tanto as atletas atuais quanto a integrante da comissão técnica. Elas mencionaram que apesar de receberem salários, os valores são ainda muito poucos para viverem somente do futebol.

Conforme as entrevistas e com as observações por mim realizadas, as atletas fazem diferentes tipos de contrato e recebem diferentes quantias entre si. Aquelas que vêm de fora parecem receber mais e, dependendo do desempenho em campo, a quantidade pode ser

umentada, segundo recursos disponíveis. Pelo que foi possível perceber, algumas atletas recebem apenas uma ajuda de custo. Isso pode ser visto em uma conversa com uma atleta registrada no meu diário de campo.

Ela foi a última a ir embora, pois pegava o eixo rumo ao Terminal do Dergo. Conseguimos trocar um diálogo rápido antes do seu transporte chegar. Perguntei se ela não conseguiria se mudar para Goiânia. Ela disse que gostaria, mas que para ela seria muito caro e que não recebe muito para fazer essa mudança. Eu indaguei se ela recebia um salário mínimo, no que ela me disse que era 200 reais e que com isso ela conseguia apenas suprir com seus custos pessoais e que a mãe que cuidava da casa. Mas ela diz ter esperança de que vão aumentar esse dinheiro com o tempo, já que entrou recentemente no Aliança/Goiás e que por ela ser bastante utilizada, antes mesmo de meninas que estão lá a muito tempo, vê isso como uma situação possível (Registro do diário de campo, 30 de junho de 2023).

A jogadora em questão vinha de outra cidade para poder jogar em Goiânia, algo que impedia que ela tivesse outra atividade além dos treinamentos, sendo este valor apenas uma ajuda para o transporte. No entanto, o futebol não era suficiente para ela sobreviver, contando, assim, com a ajuda da mãe. Alguns meses depois, ela me confidenciou em outra conversa que somente permaneceu na equipe devido a um aumento que ela recebeu. Segue registro de campo.

Em algum momento a conversa chegou em quanto ela estava ganhando, e ela relatou que melhor do que tempos atrás. Nós duas já havíamos conversado sobre isso no Terminal Praça A, quando me disse que ganhava em torno de 200 reais, sendo apenas uma ajuda para o transporte. Agora ela relatou que estava ganhando 800 reais e que isso era comum ser feito, pois eles esperavam a jogadora completar alguns meses no clube para saber seu rendimento e se ela iria permanecer no plantel. Ela completou dizendo que se não fosse esse aumento ela não iria continuar, pois ela já estava com 24 anos e apenas a quantia anterior não era suficiente, mas que agora com o novo valor ela consegue permanecer. Disse também que consegue gastar mais com ela, comprando roupa, perfume, adereços. Essa fala dela me fez pensar que às vezes a alteração de plantel de um ano para o outro, ou até de uma competição para a outra, se faz justamente por essa instabilidade presente na vida das atletas, pois eu já havia percebido, devido à competição do Brasileirão, o quanto muda as jogadoras de um ano para o outro. Muitas delas vão e voltam, como também já observei, em conversa entre elas, que, às vezes, a remuneração não é suficiente e elas preferem ir para outros lugares ou fazer novas coisas (Registro diário de campo, 12 de setembro de 2023).

O valor ainda não era suficiente para uma mudança, mas ajudava a pagar suas atividades pessoais, sem depender totalmente da sua mãe. O relato de não continuar, me fez refletir que muitos são os motivos para que as mulheres atletas não permaneçam jogando futebol ou não no mesmo lugar. A preocupação com a idade avançada, foi acompanhada pela reflexão de que, por ter essa idade, ela deveria estar em um trabalho em que ganhasse mais e se sustentasse sozinha. Como isso, podemos perceber o que é retratado por Collins e Bilge (2020), ao afirmarem que a “análise interseccional sugere que a convergência de classe e gênero se traduz em desigualdade de salário e oportunidades ao fim de uma carreira no futebol profissional” (Collins e Bilge, 2020, p. 29).

Em outro momento, participei de um dos treinamentos onde o gestor do Aliança conversou com as atletas sobre os valores da remuneração. No seu discurso, ele mencionou sobre a melhora nos pagamentos de um ano para o outro e o quanto eles lutam para haver uma boa remuneração. Sobre isso, ele disse que tinha consciência de que ainda havia jogadoras que só recebiam o vale-transporte “mas que isso já era muito bom, pois antes não ganhavam nada”. Disse que aquelas que recebiam um pouco a mais já estavam em uma situação melhor que as do ano passado, pois havia sido feito um aumento de um pouco mais de mil reais (1100), para quase dois mil reais (1800) (registro do diário de campo, 14 de agosto de 2023). Nesse dia, também comentou sobre mais uma possibilidade de aumento para 2024, mas que isso dependeria se a parceria continuasse, visto uma grande possibilidade de queda de divisão do Goiás masculino. Essa instabilidade também levava as atletas a terem outras alternativas que não o futebol, como os estudos e outros empregos. Além disso, elas também eram aconselhadas a permanecerem nesses espaços.

Apesar da remuneração ter sido uma das mudanças que ocorreram nos últimos anos com a obrigatoriedade e conseqüentemente com a parceria entre os times – algo que será tratado também em outras categorias mais adiante – os valores ainda impossibilitam viver somente do esporte. Algo semelhante foi encontrado por Caroline Soares de Almeida (2013) com as jogadoras cariocas dos anos 1980 do Radar e por Mariane Pisani (2012) com as jogadoras do sul em um período mais recente. Isso, conseqüentemente, dificulta na evolução e aprimoramento das atletas e também da comissão técnica, pois precisam dividir o seu tempo com mais atividades. Como deixa registrado a Camisa 6:

“Isso, querendo ou não, me atrapalha um pouco em desenvolver um trabalho melhor ainda dentro do futebol feminino, porque o meu tempo não é exclusivo para o futebol feminino, por causa disso, porque não tem como eu viver somente do futebol feminino, vivenciar só o futebol feminino. Eu tenho um trabalho e eu tenho que saber conciliar isso” (Camisa 6)

A intenção aqui, não é comparar com a elite do futebol masculino, visto que apenas poucos entre eles também são muito bem remunerados. Mas sim compreender quais ainda são os empecilhos que dificultam que as mulheres continuem nesse espaço que é o futebol. Isso também reflete a interseccionalidade entre os marcadores de gênero, raça e classe, pois a remuneração, historicamente, é inferior para tais pessoas. E é um reflexo, nesse universo, de processos sociais de trabalho mais gerais. Com retrata Marcia Tiburi (2019, p. 28) em “todos os campos de atividades, dos menos aos mais concorridos, as mulheres sempre são as pessoas que recebem menor remuneração e se acumularem a opressão de raça, como as mulheres negras, receberão menos do que todos”. Inclusive Collins e Bilge (2020, p.30) refletem sobre essa

condição ao relatar que pelo gênero ser uma repartição social muito significativa no dia a dia da sociedade, a organização das identidades masculinas e femininas “adquire importância mais que vital nessa área pública global. Independentemente do esporte, as mulheres enfrentaram uma batalha árdua para praticar esportes, fazê-lo em nível de elite e receber compensação equitativa por isso”.

Apesar de a maioria das atletas ter se considerado jogadoras profissionais, ao retratar o que um clube deve ter para ser considerado profissional e não amador, elas trazem características que não estão presentes no próprio clube. Os depoimentos estão presentes na subcategoria “Ser um Clube Profissional”, no qual elas mencionam, principalmente, assinar a carteira das jogadoras; fornece toda a estrutura necessária, como academia; além de uma comissão recheada com profissionais diversos, como fisioterapeuta, psicólogo, entre outras especialidades.

A Camisa 3 menciona que o clube precisa “levar a sério igual leva o masculino. Ter fisioterapia, tudo... ter o local, igual os caras, tem onde dormir, recebe um salário bom, eles têm apoio de tudo[...]. Só mordomia hoje o masculino. Feminino ainda está lutando para chegar a isso”. A Camisa 5, por sua vez, relata que, primeiramente, se tem que “assinar a carteira. É assinar a carteira e dar toda a estrutura que elas precisam [...] eles estão trazendo os meninos tudo novinho. Chega aqui, dá alimentação, hospedagem, remuneração, assistência. Isso aí é o ideal para as meninas”.

Essas falas também são corroboradas pela Camisa 6: “Então a primeira coisa... a parte de ser profissional tem que ter salário, tem que ser registrado. As atletas, tanto as atletas quanto a comissão técnica, acho que esse é o primeiro passo”. Além de pontuar a necessidade de uma comissão multidisciplinar com profissionais que elas não contam hoje, como psicólogo e fisioterapeuta e a estrutura de uma academia. Isso, de acordo com a Camisa 6, é “o mínimo que os times de futebol poderiam oferecer para assim o futebol feminino ser valorizado como um aspecto profissional”. A partir dos depoimentos, vemos que determinadas partes mencionadas, não são fornecidas pelas limitações do próprio Aliança, mesmo com todo o esforço da Família Menezes para comandar a instituição e também pela limitação dos recursos fornecidos pelo Goiás Esporte Clube.

Uma dessas limitações pode ser vista em relação à preparação física das atletas. Elas mencionam sobre a estrutura de uma academia para fortalecer o corpo e dar força às jogadoras. No entanto, elas não contavam com essa estrutura, pois improvisaram com pesos tanto no galpão em que faziam parte dos treinamentos, quanto no CT (Figura 36). Além de improvisar

outras estruturas como uma TV do próprio alojamento para passar a parte tática as atletas. No diário de campo registro esses acontecimentos.

[...] durante o treino o gestor mencionou que esse era um galpão que ele utilizava para guardar seus carros e motos antigas, mas que aos poucos eles iam reformando para ficar mais confortável e ajudar no condicionamento delas. Disse que estava procurando um pedreiro para reformar o local e que havia conseguido doações de pesos para que elas pudessem utilizar, algumas doações destinadas a treinadora da equipe diretamente. [...] Bem, terminados o circuito dos exercícios, as jogadoras sentaram e fileiras em cima de um tatame de borracha - aqueles de brinquedo de criança- e pegaram seus cadernos para anotar as instruções que a treinadora passava na TV. Isso também era algo feito de forma improvisada, pois a TV pertencia ao alojamento das meninas e estava em cima de uma mesa de plástico, ligada a extensões (Registro diário de campo, 23 de junho de 2023).



Figura 36: Treinamento físico das atletas do Aliança/Goiás no galpão.

Fonte: Instagram do Aliança (@aliancafutebofeminino), stories postados dias 14 e 21 de agosto de 2023.

O ponto crucial desse dia foi identificar que, mesmo sendo a equipe profissional do Goiás, a maioria dos treinamentos para que as atletas possam estar em condições físicas para atuar em alto rendimento era proporcionada por tentativas e esforços dos próprios coordenadores do Aliança, como usar algo que pertenciam a eles para ser um espaço em que elas pudessem usar para treinar e correr atrás de doações para fortalecer esse treinamento. Inclusive por não possuírem patrocínios. Para um time profissional, os caminhos ainda

aparentam estar muito ligados no esforço coletivo daqueles que querem melhorar as condições das jogadoras.

No período da pesquisa, o Goiás, segundo a gestora,

[...] dá a estrutura, as meninas do alto rendimento elas têm o seguro de trabalho, tudo que a gente precisa em torno do jogo é eles que arrumam para a gente, na questão de ambulância, de médico, essas coisas assim, é o Goiás que é responsável por organizar. A gente entra com o material humano. E a remuneração das atletas é o Goiás que passa um montante para a gente que a gente passa para as meninas [...]. Tem um valor fixo. Eles lá, assinam a carteira da preparadora física e da treinadora, porque tem que assinar a carteira (Registro da Fala da Gestora).

Entre os recursos mencionados acima, a estrutura faz referência ao centro de treinamentos que fica em Aparecida de Goiânia, que pertence ao Goiás. No entanto, o galpão onde ocorre os treinamentos físicos e fica localizado o alojamento das atletas que vêm de fora pertence à família Menezes. O seguro de trabalho permite que as atletas lesionadas sejam atendidas e recebam tratamento, mas elas não contam com acompanhamento médico durante os treinamentos<sup>40</sup>.

Por intermédio dos relatos, percebe-se que, apesar de serem nomeadas formalmente como o time feminino profissional do Aliança/Goiás, é necessário pensar sobre que elementos, da perspectiva de atletas e profissionais, tornam essa categorização problemática. O que, para esta pesquisa, tem a potencialidade de revelar categorias e repertórios mobilizados por elas para falar de limites tanto físicos quanto simbólicos para a profissionalização do futebol feminino. Apesar dos esforços dos gestores do Aliança e da ajuda que tiveram do Goiás após a parceria, tais características ainda não foram supridas.

#### **4.1.4 Mudanças, manutenções e obrigatoriedade**

A quarta categoria traz pontos referentes à nova lei da obrigatoriedade. São expostas às opiniões de profissionais sobre essa medida, quais mudanças elas observaram com ela, quais ainda são suas defasagens e que diferenças existem do futebol feminino no passado e para o futebol no presente. Esses pontos estão na categoria denominada “Mudanças, manutenções e obrigatoriedade” que está dividida em três subcategorias “Potencialidades da Obrigatoriedade”, “Diferenças Estruturais (Passado x Presente)” e “Limites da Obrigatoriedade” (Apêndice E).

<sup>40</sup> Se tratando da carteira, as atletas já tiveram ela assinada, quando não havia uma parceria, mas eram fixas do Goiás. Isso em 2019, no primeiro contato do clube com os gestores do Aliança. Entretanto, devido à parceria, eles não precisam efetivar a carteira delas, somente dos responsáveis da comissão técnica. Apesar de citar o fornecimento de médicos e ambulância para as partidas, isso ocorreu apenas nos jogos do Brasileirão Feminino A3 de 2024. Durante o Campeonato Goiano, em nenhum dos jogos, fosse de responsabilidade do Aliança/Goiás, fosse jogando no campo das adversárias, havia ambulâncias e médicos no banco de reservas, além do policiamento. Essa questão também deve ser fiscalizada pelas organizações dos campeonatos, como a Federação de Futebol do Estado. Outros pontos referentes à Federação Goiana também serão discutidos mais adiante.

Na primeira subcategoria (Potencialidades da Obrigatoriedade), as profissionais compactuam com a ideia de que a obrigatoriedade tem sido muito importante para o crescimento da modalidade e trazem muitas visões do que a obrigatoriedade contribuiu para o esporte. A Camisa 1 afirma que devido a essa medida o futebol feminino está crescendo cada vez mais e cita a primeira realização da Copinha Feminina que ocorreu em dezembro de 2023. Essa competição tradicionalmente realizada no futebol masculino serve para que novos talentos sejam descobertos, pois nela participam times de elite do futebol e times fora dessa elite. Sendo esta, uma das poucas oportunidades que um jovem possui de seguir o sonho de ser jogador profissional<sup>41</sup>. Assim como a masculina, a competição feminina serviu para observar jovens talentos na modalidade, visto que, existe limite de idade para participar (Globo Esporte, 2024). Apesar de ser a primeira e ainda com poucos times, essas novas competições são reflexos da obrigatoriedade, como aponta a jogadora (Camisa 1) destacando que “é bem interessante para o futebol feminino e para aquelas meninas que almejam crescer no futebol”.

A Camisa 2, por sua vez, diz que essa medida tem ajudado muito e que tem sido um processo, ressaltando que apesar da discriminação que ainda existe, isso só vai ser mudado com o tempo e com essa progressão ocasionada pela nova regra. A Camisa 3 também resalta que a obrigatoriedade tem sido muito importante e que se não fosse isso talvez não estivesse tendo tantas transformações, indagando que ela deu um grande impulso, pois antes elas jogavam somente “por amor” e hoje elas conseguem receber para jogar. A parceria foi um dos pontos da obrigatoriedade trazidos pela Camisa 4, que destacou a questão da visibilidade ocasionada por essa junção dos clubes, pois no seu estado (Rio de Janeiro) as pessoas tinham o conhecimento de qual time ela fazia parte e que isso dava visibilidade tanto para o futebol feminino quanto para o estado.

Essa questão também foi pontuada pela Camisa 5, que destacou a importância da torcida que viria com essa parceria, dizendo que você “já chegar em um clube, que tem uma torcida enorme assim ao seu favor, isso é muito importante”. Apesar de isso ser percebido em outras partes do Brasil, nos jogos que pude acompanhar do Aliança/Goiás, essa parte das torcidas ainda se encontra de forma bem tímida, pois na maior parte das partidas oficiais poucas pessoas compareceram aos jogos, sendo a maioria parentes das atletas. A afirmação da profissional pode ter levando em conta esse crescimento de modo mais geral e não somente na região. No entanto,

---

<sup>41</sup> Em 2024, essa disputa no masculino contou com 128 times (Redação do Ge, 2024). Diferente da masculina, apenas 16 times participaram da Copinha Feminina, que em sua maioria contava com os times ditos “de camisa”, sendo estes já consagrados na elite do futebol masculino, como Flamengo, São Paulo, Atlético Mineiro, Santos e Fluminense. No entanto, esses clubes não são, necessariamente, os de maior relevância no futebol feminino, como atualmente são os times do Corinthians e da Ferroviária, que também estavam participando da Copinha.

é importante pontuar que a torcida organizada do Goiás apareceu no jogo da final do Goiano Feminino de 2023 e podemos pensar nos diferentes empecilhos para haver pouco público nos jogos. Sobre isso, podemos aventar os horários em que as partidas ocorrem, muitas delas na parte da manhã e aos sábados. Outro fator está relacionado com a falta de divulgação, principalmente nos perfis oficiais do Goiás, visto que o Aliança tem sua rede própria separada deles, mas não devem possuir mais engajamento que o clube esmeraldino<sup>42</sup>.

Ademais, a Camisa 5 ainda trouxe sua percepção dessa parceria acontecer com times que já possuem uma maior estrutura e podem acampar o futebol feminino, relatando que isso ajuda na diminuição dos gastos de times que mesmo com maior tradição no feminino, como o Aliança, não possuíam certas condições como um time situado na elite masculina. Trazendo ainda a importância de não esquecer esses times que há muito tempo trabalham, mas precisam de ajuda para continuar fortalecendo a modalidade. Tal relato compactua com a descrição feita por Kessler (2015, p. 109), de que, “a noção de tradição [no futebol feminino] não está ligada à perenidade das equipes como instituições, mas à permanência de lideranças que continuam a incentivar a continuidade da prática esportiva”. No caso do Aliança, além da longevidade da atividade esportiva feminina, as taças e títulos nos campeonatos durante todos esses anos compactuam e constroem a sua tradição na modalidade. Com isso, também podemos refletir se não poderia ser feito, por parte das instituições que comandam o futebol feminino no Brasil, um trabalho específico com esses times de mulheres que existem a bastante tempo, sem contarem somente com a obrigatoriedade. Sendo realizado um investimento próprio por parte dessas autoridades, tanto regionais quanto nacionais, como um reforço ao trabalho dessas pessoas que vem mantendo o futebol feminino mesmo sem auxílio.

A Camisa 6, por sua vez, comentou que já foi contra essa medida da obrigatoriedade, mas que atualmente concorda e se vê a favor dela. Segundo ela, existem situações que “se não for obrigado, não começa”. Descreve ainda que mesmo aqueles times que não concordam com essa medida – em ter um time feminino – ao se verem obrigados, começam a mudar a sua percepção e isso pode ajudar a modalidade a ser vista também como um produto. Com isso, esses times passam a ver retorno no futebol feminino, o que leva a maiores investimentos. Nesse sentido, a profissional vê a medida da obrigatoriedade como um ponta a pé importante que já trouxe mudanças para o futebol feminino, mas que agora precisa de maior fiscalização. A fiscalização é importante, segundo ela, para garantir que a medida não está sendo efetuada “de

---

<sup>42</sup> Apelido dado ao Goiás e seus torcedores.

qualquer forma” e verificar se as atletas estão recebendo o necessário para que essa medida traga evoluções para a prática esportiva.

Por intermédio da subcategoria “Diferenças Estruturais (Passado x Presente)” podemos indagar mais sobre o que tem sido transformado nesse universo. De acordo com a Camisa 2, o futebol feminino veio melhorando e sendo mais conhecido com o passar dos anos, tendo mais visibilidade com a Copa do Mundo Feminina e as Olimpíadas. Ela destaca ainda que no estado de Goiás a modalidade passou a ser mais conhecida. A Camisa 3, por conseguinte, reforça a questão do salário – mesmo que ainda baixo – como uma das principais mudanças e fala também sobre o aumento de espaços para que as mulheres possam jogar com mulheres, como a própria escolinha do Aliança voltada somente para o futebol feminino e que atua com as meninas ainda na adolescência, algo que ela não via antes.

As Camisas 5 e 6 trazem bastantes percepções dessas diferenças estruturais por jogarem ainda no século passado. Para a Camisa 5, mesmo o estado de Goiás estando fora dos grandes centros do futebol de mulheres como o sudeste, ainda, sim, é possível ver transformações da modalidade na localidade. A ex-atleta revela que antigamente, elas não possuíam uma comissão técnica qualificada e que atualmente o material humano presente no futebol feminino tem melhorado muito, com mais profissionais voltados para o esporte. Além disso, a própria estrutura de campo se modificou, pois segundo ela “antigamente a gente treinava era em campo de terra, você corria era na rua, você tinha uma, duas bolas para treinar”. Hoje as atletas contam com campos gramados, mais materiais necessários para o treinamento em campos e também para o treinamento físico delas. Essa observação complementa e dialoga com o discutido no capítulo 3, no qual tratei das diferenças em relação à estrutura a que as jogadoras tinham acesso e o que hoje é disponibilizado para elas. Isso sinaliza que mudanças na modalidade não ocorrem de forma homogênea em todos os estados brasileiros, mas que, segundo as entrevistas, essa mudança pode ser percebida também na região de Goiás, mesmo que ainda seja um processo e que, para elas, não ocorra ainda com tanta eficiência como supostamente em outros locais. Algo que somente mais pesquisas qualitativas podem investigar.

A Camisa 6, por conseguinte, faz a distinção entre a questão de oportunidade e sobre o comportamento das próprias atletas. Sobre as oportunidades, ela acredita que houve uma grande evolução e destaca o crescimento do futebol feminino em uma perspectiva mais geral, revendo as mudanças não somente para o próprio estado. De acordo com ela, não era possível imaginar na sua época que o futebol feminino seria transmitido por grandes mídias como acontece atualmente. Além de ser inimaginável o fato de os grandes times começarem a apoiar e ter o futebol feminino nos seus estádios. Mesmo que alguns times ainda o façam apenas pela

obrigação, ela pontua sobre aqueles que de fato ajudam e investem na modalidade<sup>43</sup>. Também foram discutidos os novos investimentos de determinados clubes com a modalidade, e que recordes de público foram batidos no esporte. Essa afirmação da entrevista evidência o salto e a percepção do crescimento do futebol de mulheres em uma perspectiva geral, pensando o esporte em todo o país. Apesar disso, no fim de sua fala, ela ainda reforça que apesar dessas modificações ela vê muitos pontos que ainda precisam evoluir.

Nessa perspectiva, com as melhorias citadas podemos pontuar que a nova medida contribui também para que as mulheres deixem de ser entendidas como *outsiders* no futebol, no qual, as mudanças advindas dessa obrigatoriedade podem contribuir com mais mulheres ocupando esses espaços e modificando a percepção social do modelo hegemônico. Ademais, a partir dessa tentativa de modificar a percepção do futebol feminino, possibilitando mais visibilidade e que mais meninas possam estar presente nesse âmbito, pode existir uma mudança em relação à identidade subjetiva relatada por Joan Scott (1995). Se pensarmos em como era a estrutura do futebol feminino pontuada nos capítulos 2 e 3, em que as atletas não contavam com uniformes próprios, ou não possuíam uma perspectiva de salário, essas já são mudanças significativas na modalidade e que também podem ser associadas a novas medidas direcionadas pela CBF e pela CONMEBOL.

Entretanto, apesar dessas características positivas, existem fatores negativos proporcionados pela obrigatoriedade, estando estes presentes na próxima categoria: “Limites da Obrigatoriedade”. Um dos pontos ressaltados durante as entrevistas foi em relação a ser uma medida atrelada ao futebol masculino; mais de uma interlocutora (Camisa 1, Camisa 2, Camisa 3 e Camisa 4) enxergaram isso como algo que traz limites para o futebol de mulheres. Dessa forma, para a Camisa 1 o fato do time masculino de Goiás ter a possibilidade de ser rebaixado traria consequências para o feminino e que ser tão dependente assim ainda “machucava muito pela influência que isso traria no serviço delas”. A Camisa 2 esteve jogando em outro time feminino do estado que acabou devido ao time masculino ter caído de divisão e, segundo ela, essa instabilidade afeta as atletas que têm o sonho de jogar e fazer carreira no futebol. Ademais, a Camisa 3 reforça que essa atitude acaba sendo chata, pois acredita que seria melhor se fosse algo natural sem ser obrigatório e reforça que gostaria que a parceria continuasse apesar de uma queda do Goiás para a Série B. Esse também é um pensamento da Camisa 4, que relata a existência de clubes que fazem porque gostam e apoiam o futebol feminino, mas que esse não

---

<sup>43</sup> Isso também foi pontuado no capítulo anterior (Capítulo 3), onde discuti como a Copa do Mundo Feminina passou a ter mais visibilidade na televisão e isso acarretou a transmissão de mais jogos durante as outras competições nacionais.

seria o caso do Goiás e uma queda para série B iria causar perdas para elas, mesmo isso “não sendo justo”.

Esse pensamento de preocupação com a queda do time para a série B foi percebido também no trabalho de campo, por parte de outros integrantes da comissão técnica. Ainda em abril, observei uma conversa de um dos integrantes com a mãe de uma das atletas, na qual foi reforçado a ela o cenário do futebol feminino, tanto aqui no país quanto no restante da América do Sul. Segundo o integrante da comissão, “é importante correr atrás do sonho de ser jogadora, fazer por onde e ter persistência e disciplina, mas não se deve parar de estudar devido às dificuldades do futebol feminino” (Registro diário de campo, 08 de abril de 2023). Ele ainda fala sobre seu receio de o time masculino do Goiás cair para a série B, “porque se ele cair é quase certo que o departamento acabaria de novo” (Registro diário de campo, 08 de abril de 2023). Outro dia, em julho, o integrante da comissão em uma conversa com a treinadora se mostrou confiante para que o time não caísse para a série B, devido aos seus jogos, mostrando assim a importância que isso teria para eles. Em outro momento o mesmo integrante, em um dos discursos para as atletas, mencionou a possibilidade de um aumento de salário para o ano de 2024, mas em seus dizeres ele pontuou que isso “se o Goiás não cair” (Registro diário de campo, 14 de agosto de 2023). Como o Goiás arca com boa parte das despesas, tendo um valor fixo para o pagamento das atletas e para custeio, essa instabilidade acaba influenciando na forma de trabalhar do clube, pois em pouco tempo o time pode ficar sem a estrutura mínima necessária para realizar um bom desempenho nos campeonatos, com menos atletas, entre outros fatores. Então, como escrevi em meu diário de campo, “o clube vive essa instabilidade de torcer para o masculino se manter na elite do futebol para que o departamento feminino não seja desligado e o investimento caia bruscamente” (Registro diário de campo, 14 de agosto de 2023).

Todas essas preocupações acabaram se tornando realidade, infelizmente. No dia 19 de fevereiro de 2023 (Dia do Futebol Feminino), o Aliança postou em sua rede social uma nota esclarecendo que o Goiás havia terminado a parceria há pouco mais de um mês para o início do Campeonato Brasileiro Feminino A3 (Figura 37). Nela, eles demonstram uma preocupação com o futuro do time de alto rendimento, visto que sem a parceria e sem patrocínios não conseguiram manter as atletas no plantel profissional, ficando apenas com o trabalho de base que já realizam há muitos anos. No mesmo dia, por ser caracterizado como dia do futebol feminino, foi feita uma postagem demonstrando o descontentamento com o fim da parceria e com o que ela causa para a comissão e as atletas através da frase: “Comemorar o quê?” (Figura 38).

## COMUNICADO

Viemos através deste, comunicar, que infelizmente o Goiás Esporte Clube encerrou a parceria com o Aliança Futebol Clube. Fica aqui, nossa gratidão à diretoria, conselheiros, colaboradores e torcida esmeraldina pelo apoio neste período que estivemos trabalhando juntos. Se não fomos tão brilhantes nas competições nacionais, já nas estaduais fomos implacáveis, sendo bi campeões invictos. O nosso projeto social da equipe de base irá continuar, no entanto, ainda não temos uma posição para a equipe de alto rendimento, pois sem apoio e patrocínio, não conseguimos levar esse trabalho adiante. O Aliança foi fundado quando o futebol feminino era apenas um hobby, e hoje é uma profissão, nossas atletas necessitam de incentivo e sem investimento financeiro não conseguimos prover. Agradecemos a compreensão de todos.



Figura 37: Comunicado Oficial do Aliança sobre o fim da parceria com o Goiás.  
Fonte: Instagram do Aliança (@aliancafutebofeminino), 19 de agosto de 2023.



Figura 38: Postagem do Aliança sobre o Dia do Futebol Feminino  
Fonte: Instagram do Aliança (@aliancafutebofeminino), stories postado 19 de fevereiro de 2023.

A notícia foi repercutida por jornais locais e perfis nos Instagram (O Popular, Mais Goiás, @arquibancadafemininabr, @terrafmgioiania). Em entrevista ao Jornal O Popular, Patrícia conta que “[...] só me avisou por telefone que não iam ter interesse de renovar a parceria por causa da reestruturação que o clube passa visando ao acesso à Série A” (Ferrari, 2024). Como mostrado no capítulo 3, devido à obrigatoriedade ainda não ser válida para todas as divisões, quando um time desce para a série B, escolhe o futebol masculino em detrimento do futebol feminino, alegando precisar focar na volta à série A e os investimentos serem usados para isso. Como retrata a Camisa 4, eles “fazem por obrigação mesmo e isso é muito ruim para gente porque fica dependendo do masculino e isso não é certo”. Assim, parece haver continuidades entre o fazer pela “obrigatoriedade” e o fazer “por obrigação”: Patrícia, ainda na sua entrevista ao O Popular, enumera as perdas que a parceria ocasiona para o futebol feminino e para o projeto de base que o Aliança realiza.

O ruim é que perdemos atletas. Nessa demora do rompimento, perdemos duas jogadoras, uma para o Vila Nova, nosso rival. As poucas negociações que estavam engatilhadas, não vamos mais conseguir dar sequência [...]. Com a equipe adulta, nós temos a preocupação com os campeonatos profissionais, mas o mais impactante é nosso projeto social. Temos meninas, são 80, que estão sendo educadas e aprendendo sobre o esporte. Não cobramos mensalidade, temos muitas meninas vulneráveis e focamos em educar. Por enquanto, o Goiás disse que podemos usar o CT, mas não falou até quando ou se vamos ter que sair, e isso pode acontecer a qualquer momento (Ferrari, 2024).

Em 2023, o Goiás contava com uma folha salarial para o time masculino de mais de 3 milhões de reais (Pereira, C. 2024). A comentarista política Ludmila Rosa, após o anúncio do fim da parceria, procurou Patrícia para saber mais detalhes. Na entrevista, ela informou os valores disponibilizados pelo Goiás para o Aliança. Eram fornecidos 40 mil reais para cuidar do projeto social, o alojamento e os salários de todas as atletas do profissional (Rosa, 2024). Como podemos observar, um valor 75 vezes abaixo do investido no masculino. Nesse sentido, constatamos que o investimento no futebol feminino aparenta ser apenas um gasto para equipe esmeraldina, sendo feito somente pela obrigação, visto que a mesma situação ocorreu na temporada de 2020/2021 quando o Goiás também caiu para a série B. Marcela Caroline Pereira (2022, p. 199), traz reflexões sobre a obrigatoriedade dizendo que ela trouxe diversos frutos, mas que seria necessário “refletir se, com a retirada dessa medida obrigatória em algum momento, esses times continuariam a existir”. Pelo que podemos constatar, a resposta seria muito possivelmente negativa.

Concordando com isso, a Camisa 5 afirma que para ela não deveria ser uma obrigatoriedade, mas sim um dever desses grandes times. Ela acredita que não “é obrigar as pessoas a fazerem, eu acho que elas tinham que fazer porque os clubes acham que é necessário,

que as meninas também precisam ter os mesmos direitos, as mesmas coisas que os homens têm”. Nesse sentido, a interlocutora acredita que os times precisavam fomentar o futebol feminino como fazem com o futebol masculino, apoiando desde a base, pois possuem a mesma estrutura. Para ela nem seria um gasto, já que acredita que todo gasto com o esporte acaba sendo um investimento. Ela ainda alerta sobre a pouca atenção dada aos times menores que trabalham com as meninas mais novas, como o Aliança. Diferente do futebol masculino, os clubes formadores femininos têm dificuldade para receber pelos anos que ajudaram na formação da atleta. Algo que para ela deveria ser fiscalizado pela CBF e mudado, pois ainda são esses times menores, que tem maior tempo de estrada com o futebol feminino, maior tradição na modalidade e que tem alimentado alguns times dito maiores. Com isso, o investimento na base também seria por isso, para que os próprios clubes deem mais estrutura e façam crescer e dar conhecimento as atletas desde novas e não somente depois que já se entende que ela pode atuar como profissional.

Complementando esse pensamento, a Camisa 6 fala sobre a falta da fiscalização da obrigatoriedade como um dos seus limites. Segundo ela, não adianta a CBF obrigar e não saber de que forma esses clubes estão tratando as atletas que estão atuando para eles. Ela acredita que a obrigatoriedade é importante, pois sem ser obrigado as pessoas não fariam, mas que ela não pode ser para sempre. Até porque, se for para sempre, ela acredita que existirá uma estagnação do futebol feminino e a obrigatoriedade serve para dar um início, para modificar pontos que ela já está modificando. No entanto, se faz necessário abraçar a causa e entender o futebol feminino como algo que pode ser investido, que precisa de atenção e de trabalho e que, sem isso, o futebol ainda não estará pronto para se ver livre da obrigatoriedade. Como ela mesmo ressalta, “se não colocar as regras claras e fiscalizar as regras, acaba que na hora que tirar a obrigatoriedade o futebol feminino volte, e aí eu falo, ele vai ter um retrocesso. O futebol feminino volta para o que ele estava antes, praticamente inexistente” (Camisa 6). Através dessas observações trazidas pelas interlocutoras, podemos compreender que, também localmente

[...]as medidas obrigatórias, de certa forma, força certas atitudes por parte dos grandes clubes, mas não garantem melhorias que modifiquem, de fato, a realidade de um time feminino existente. As ações dos clubes grandes são desenvolvidas para cumprir a medida que foi determinada, mas não se atentam para o modo como essas ações estão sendo executadas (Pereira, M. 2022, p.130).

Através desses exemplos, identificamos as dimensões das relações de gênero trazidas por Connell e Pearse (2019). Como retratam as autoras, elas envolvem a divisão do trabalho. No futebol, como em outras áreas, as mulheres estão em desvantagens em relação à qualidade nas ferramentas de trabalho e de salário. Ademais, assim como o exemplo da faculdade de

engenharia trazido pelas autoras, existe uma estrutura que ainda promove a pouca inserção das mulheres nesse âmbito.

Penso, assim, que houve mudanças sociológicas no futebol feminino regional e nacional no decorrer dos anos e foram intensificadas pela obrigatoriedade, como o crescimento da modalidade e a possibilidade de pagamentos para as atletas. No entanto, a instabilidade criada pela queda para a série B do time masculino interrompe os trabalhos já realizados e proporciona estagnações no esporte. A possibilidade de uma saída da obrigatoriedade, sem que seus limites sejam resolvidos e sem que a federação, clubes e entidades do futebol compreendam o seu valor como esporte nacional, pode gerar uma volta ao passado, beirando ao retrocesso. Ou como relatou o Camisa 6, “voltar à quase inexistência”. Nesse sentido, existe a necessidade de melhoria em relação à fiscalização e responsabilização dos clubes no tratamento ao futebol feminino, para não interromperem projetos sem maiores consequências que prejudiquem profissionais que durante uma temporada inteira buscam o melhor para o clube e para a modalidade como um todo.

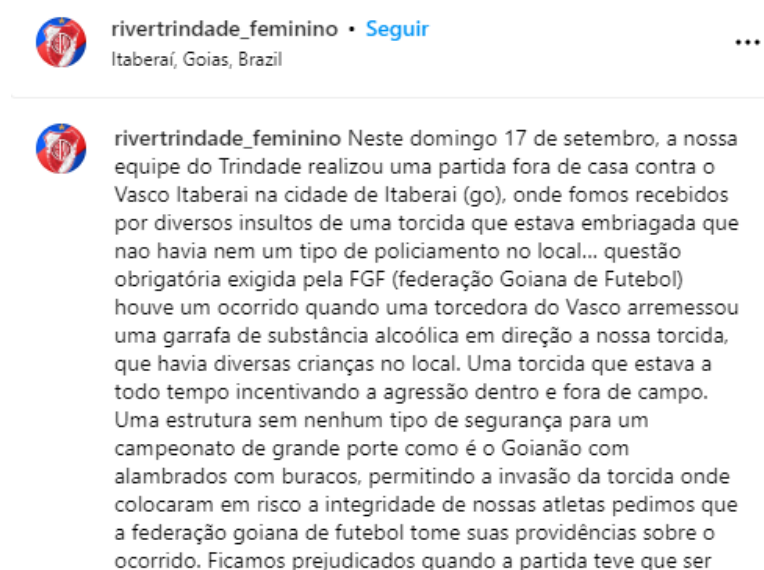
#### **4.1.5 Instituições, deveres e melhorias**

A quinta e última categoria retrata algumas características referentes a federação de futebol do estado pontuadas pelas entrevistadas, além do papel de outras instituições e de possíveis mudanças que podem acontecer por parte dessas entidades para melhorar o futebol feminino. Essa categoria recebe o nome de “Instituições, deveres e melhorias” que está dividida em duas subcategorias: “Problemáticas e aperfeiçoamentos no futebol feminino regional” e “Atuação do poder público e autoridades do futebol” (Apêndice F).

Sobre “Problemáticas e aperfeiçoamentos no futebol feminino regional”, todas as entrevistadas afirmaram que existem pontos a serem melhorados e boa parte delas citaram a federação de futebol do estado. A Camisa 1 relatou a falta de atenção da federação com a premiação do Campeonato Goiano, pois elas foram campeãs antecipadas devido à ótima campanha e por ganharem os dois turnos do campeonato. No entanto, as solenidades e entrega do troféu só ocorreram muito tempo depois, sem darem o status de final que o último jogo do segundo turno tinha, além de ter passado a emoção existente neste dia. A Camisa 2 também citou questões sobre a necessidade de maior valorização vinda da Federação, mas pontuou que as próprias atletas da região também precisam dar valor aos campeonatos do estado. O maior apoio vindo dos clubes foi algo mencionado pela Camisa 3. Disse também que o Goiás ajuda bastante, mas que existe a necessidade de melhora. Um dos pontos citados foi a assinatura da

carteira delas como profissional feita pelo Goiás na primeira montagem do time profissional após a obrigatoriedade e que ela gostaria que isso acontecesse de novo. Para ela, essa assinatura foi um reconhecimento como atleta, além de uma garantia profissional de salário que ela afirma que não irá esquecer.

A Camisa 4, em continuidade, reclama sobre a visibilidade dos clubes e dos campeonatos do estado de Goiás. Segundo a atleta, falta “tratar o Campeonato Estadual daí como profissional, porque ainda é muito amador, sabe? Muito amador, não tem transmissão, não tem um campo bom, não tem investimento no time para poder participar, é muito inferior em relação a outro estado”. Essa questão do amadorismo pode ser pensada também nos recursos fornecidos aos atletas para realizar os jogos. No Campeonato Goiano de 2023, em um dos jogos, houve uma briga generalizada. Esse acontecimento não foi durante uma partida do Aliança/Goiás, mas sim entre River Trindade e Vasco Itaberaí, no campo do Vasco. As discussões foram iniciadas pela torcida, chegando até as jogadoras em campo. No jogo, uma das atletas do Vasco Itaberaí agrediu uma das atletas do River Trindade, gerando mais brigas em sequências entre as próprias desportistas e entre as torcidas. Como não havia policiamento no local foi preciso acionar uma viatura. Em seu Instagram (@rivertrindade\_feminino) a equipe do River Trindade postou, na época, uma nota sobre esse acontecimento. Nela, foram destacadas a falta de atenção dada pelas entidades responsáveis e a falta de estrutura no local para evitar esse tipo de situação (Figura 39).



interrompida aos 28 min do 2º tempo. Já o ocorrido dentro de campo uma das atletas do Vasco teve uma desavença e começou com a agressão direcionando um murro na boca de uma de nossas atletas. Partiram todas para um comportamento horrível agredindo nossas atletas que para se defender acabaram reagindo, que até então foram 4 atletas deles expulsas e somente duas de nossas, a arbitragem concordou que estávamos com a razão. Tivemos que sair por meio de ESCOLTA POLICIAL por conta de ameaças da torcida rival, não tiveram nem gandula, não tiveram maqueiro, ou seja estavam sem o básico!

Editado · 20 sem Ver tradução

Figura 39: Pronunciamento da equipe River Trindade de futebol feminino.  
Fonte: Instagram @rivertrindade\_feminino

Apesar de não ser um jogo do Aliança/Goiás, essa foi uma característica recorrente percebida durante a ida aos jogos do Campeonato Goiano. Mesmo que na nota a equipe do Trindade indique que o policiamento seja um item obrigatório indicado pela Federação, em nenhum dos jogos que pude acompanhar presencialmente havia policiamento ou ambulância no local. Ambos só foram vistos no jogo pelo Campeonato Brasileiro A3. Esses dois fatores contribuem para uma maior insegurança das atletas e também dificultam o atendimento em caso de uma lesão mais grave durante os jogos. A falta de maqueiro e de gandulas, ao que parece, são de responsabilidade do próprio time mandante, mas expõe a característica amadora de alguns clubes que participam do Campeonato Goiano Feminino Profissional. Fora a má estrutura dos gramados e do seu entorno, algo citado também pela Camisa 4.

Em relação à ambulância, essa também foi uma preocupação vista no trabalho de campo, quando atletas falaram sobre a falta dessa ferramenta quando ficaram sabendo da briga que ocorreu entre o River Trindade e o Vasco Itaberaí. Como registrei no diário, “todo o jogo precisava de uma ambulância e uma viatura da polícia, algo que o delas não tinha” (Registro de campo, 18 de setembro de 2023). Inclusive, em um dos jogos anteriores a esse acontecimento, parte dos torcedores que estavam ao meu lado na partida questionaram a falta de médicos no banco e de ambulância no local.

Isso também despertou comentários dos torcedores que estavam do meu lado, perguntando uns pros outros se tinha médico no campo, pois já poderia gerar uma punição para a Federação do Campeonato executar um jogo oficial sem uma ambulância próxima ou nos arredores do gramado. Um deles disse que essa era a principal competição feminina do estado e que o futebol feminino precisa ainda melhorar (Registro diário de campo, 9 de setembro de 2023).

Além disso, a falta de visibilidade e atenção dada pela Federação também foi uma das reclamações observadas durante meu trabalho de campo em conversa com outras jogadoras.

Uma delas relatou a diferença que existe para a competição Taças da Favela e do Campeonato Goiano Feminino. Isso tendo em vista a importância desta competição, pois atua como uma classificação para as competições nacionais promovidas pela CBF, como o Brasileirão. De acordo com a desportista,

[...] a federação deveria fazer igual a Taça das Favelas para conseguir público para as competições femininas. De acordo com a atleta, seria uma boa técnica de incentivo dar aos torcedores que fossem para os jogos femininos descontos nos ingressos do masculino e dar gratuitamente ingressos para jogos menores do time masculino. Além disso, dentro do estádio do jogo feminino colocar os itens de alimentação mais caros para que conseguissem trazer público e ainda abater os preços dos ingressos doados ou com menores preços. Para ela, necessita desse incentivo e também ajustaria a colocar os jogos dos femininos nos estádios, pois a maioria deles foram nos CT's onde não tem arquibancadas e nem como ter ingressos. Ela ainda exclama que seria melhor e bacana que pudesse contar com um público nos jogos femininos (Registro Diário de Campo, 17 de novembro de 2023).

Essa falta de incentivo, de público e de estrutura nos locais dos jogos puderam ser percebidos durante o acompanhamento do Clube. Na figura 40 observamos que os jogos eram mandados nos CT's de treinamento dos times, no qual, muitos não possuíam arquibancadas, cobertura do sol e estavam espalhados por diferentes pontos das cidades. Alguns bem distantes. Durante os jogos, os poucos torcedores buscavam formas de se acomodarem para assistir às partidas.



Figura 40: Campos que foram realizados os jogos do Campeonato Goiano (1- River/Trindade, 2 - Vila Nova, 3 - Aliança/Goiás).

Fonte: De autoria própria.

Segundo Kessler (2015), o futebol feminino se inspira na espetacularização do futebol masculino e do seu poderio econômico, algo que dificulta a evolução da modalidade e o que se espera das suas desportistas. No entanto, comparado a outros países, o Brasil precisa rever as condições e como são tratados atletas profissionais. Com isso, para chegar à estrutura de espetáculo proporcionada hoje pelo futebol masculino, o feminino levaria tempo. Todavia, as

maiores autoridades tentam vender a modalidade feminina como se fosse profissional, sem fornecer as ferramentas necessárias para isso, como investir nas profissionais, por intermédio de salário, fornecer espaços adequados para treinamento e realização dos campeonatos, entre outras coisas demonstradas durante as categorias. Se faz necessário juntar esforços para fazer com que o futebol feminino seja autossustentável e forneça frutos, tanto para a região quanto para o esporte nacional. Através disso, reforçando as palavras de Kessler (2015), é preciso lembrar que “mesmo tendo a matriz espetacular como referência, o futebol de mulheres está situado fora dessa lógica, mas isso não significa que as jogadoras não possuam interesses, trajetórias construídas e projetos esportivos/profissionais” (p. 192).

Dando continuidade aos depoimentos, a Camisa 4, no final da sua fala, cita a necessidade de ter uma maior divulgação nas escolas e a Camisa 5 reafirma esse papel escolar no estado para haver uma melhora da modalidade desde a infância. Acrescido a isso, ela reforça a precisão de um melhor trabalho de base com as meninas para haver essa evolução e aprimoramento da técnica desde cedo. Necessita, então, um maior trabalho de inclusão das meninas no futebol desde a sua socialização escolar, algo que pode facilitar a aceitação do gênero feminino nesse lugar, desde a primeira infância.

O melhoramento no papel executado pela Federação é retomado pela Camisa 6, no qual, ela exclama que a entidade precisava abraçar o futebol feminino. De acordo com ela,

a Federação deixa muito a desejar. Eu acho que a Federação poderia ter uma diretoria específica para o futebol feminino, para desenvolver o futebol feminino e eu digo não só na categoria adulta não. Porque hoje a Federação realiza o campeonato goiano, mas é uma competição no ano inteiro. Como é que você ajuda uma modalidade sendo que você mesmo não desenvolve algo que é para fomentar isso? Não tem uma competição de categoria de base, não tem um incentivo. Só faz o campeonato goiano adulto por obrigação, porque é o mínimo que tem que fazer. Então vamos fazer o mínimo, para não dizer que não fizemos nada. Acho que a federação tem que rever seus conceitos em relação ao futebol feminino e tem sim que abraçar a causa mais fortemente (Camisa 6)

Assim como o depoimento trazido do diário de campo, a Camisa 6 também questiona como a federação não consegue organizar um campeonato com muitos times e mais vezes no ano se no estado há a realização da Taça das Favelas de maneira organizada, com público e diversos times. Ela também sinaliza que essa falta de competição no estado acaba sendo um dos motivadores que levam as atletas a saírem da região e tentar jogar em outro local, pois não querem se manter paradas por tanto tempo. Isso, por sua vez, enfraquece o futebol feminino local e impede que exista um trabalho consolidado com as desportistas. O papel dos clubes também é mencionado pela profissional. Eles precisam, segundo a entrevistada, dar mais apoio a modalidade e, em conjunto com a Federação, pensarem em estratégias para terem verba ou qualquer disponibilidade para construírem equipes femininas competitivas. Isso porque,

“enquanto não tiver essas duas instituições juntas, Federação e clubes, vai ficar um pouco mais difícil”, afirma a Camisa 6.

Para a subcategoria “Atuação do poder público e autoridades do futebol”, as atletas que mais falaram sobre foi a Camisa 5 e posteriormente a Camisa 6. Segundo a Camisa 5, não existem políticas públicas no estado que fomentem o futebol e sobretudo o futebol feminino, não existem áreas de lazer propícias para isso nos bairros e a cada dia ela vê isso diminuindo, pois, comparada a sua época, ela observava muito mais movimentos vinculados a essa atividade. Ela retrata mais uma vez a desigualdade econômica prevalente na região e como seria difícil uma evolução sem a influência do poder público devido a esse fator. Sobre isso, ela aponta que você “vê, assim, escolinha cobrando aluno. Agora para você, um menino que vai para escola pra comer, ele vai ter dinheiro para pagar uma escolinha de futebol? Ele não vai ter.” (Camisa 5) e seriam necessários mais ginásios abertos e de praças públicas com espaço para esse fomento. Reforça que existem projetos isolados do poder público que tentam produzir essa ajuda, mas que eles possuem dificuldades e o poder público poderia investir para fornecer os materiais de treinamento e capacitar os profissionais que estão nesses projetos. Aqui ela trata de forma mais abrangente, envolvendo tantos os meninos e quantos as meninas, um fomento de toda a modalidade.

Outro fator apontado pela profissional foi uma maior fiscalização das entidades máximas do futebol como a FIFA, a CBF e a Federação Goiana em cobrar e fiscalizar os clubes masculinos para que eles forneçam ajuda a formação de base das atletas femininas. Para ela “esses times que participam do Campeonato Goiano eles tinham que ter um time feminino também para poder disputar. Isso tinha que vir [...] dessa obrigatoriedade, [...] é pegar e fazer com que eles do mesmo jeito que eles têm que ter a base do masculino, tenha o feminino” (Camisa 5). Por meio desses depoimentos, ela demonstra a necessidade da atuação em conjunto de diversas entidades, não somente os clubes, em fomentar o futebol feminino e de prestarem atenção na formação inicial de atletas e não almejem elas prontas na idade adulta sem investimentos.

Retornando aos esforços direcionados ao futebol feminino, a Camisa 5, durante a suas entrevistas, reforçou diversas vezes a sua frustração em não conseguir fazer com que o futebol feminino no estado crescesse e gerasse melhores frutos, pois ela acredita “que as políticas públicas dos nossos governantes daqui de Goiás não tem olhos para o futebol feminino”. Devido à localização do estado, ela pontua que poderíamos ser uma potência em relação à modalidade e que pensa que os preconceitos voltados ao futebol feminino são ainda uma das barreiras que impedem os governantes de investirem nas modalidades e nas atletas da região, por existir uma

“venda dos olhos das pessoas que estão aí no governo” (Camisa 5). Na sua fala observamos a veemência e indignação com a falta da atuação do poder público do estado.

Você não vê os outros órgãos públicos desenvolvendo alguma coisa em cima do futebol feminino. Você não vê, por exemplo, a prefeitura ou o próprio governo montando um torneio, fomentando as escolas, fomentando os bairros, com a prática do futebol feminino. E tem uma lei, que já está ainda mais de ano, que uma deputada já fez, não vou falar o nome para não constranger, mas já tem a lei aí que a deputada pegou e falou para fomentar o futebol feminino e tal. Mas o que que tem feito? Fala para mim alguém ou algum órgão que já fez alguma coisa? A gente não vê, você não vê... (Camisa 5).

A lei mencionada pela profissional refere-se a lei Estadual n.º 21.607 que estabelece a política estadual de fomento ao futebol feminino em Goiás. O objetivo seria introduzir a prática esportiva, visando uma inclusão social e retirada de jovens da marginalidade. Além disso, buscava “incentivar as diversas formas de prática deste esporte, tais como futebol de campo, futsal, futebol society, entre outros. Sua elaboração será de responsabilidade do Comitê de Fomento ao Futebol Feminino, criado especificamente para esse fim” (Portal da Alego, 2022). No entanto, como foi destacado pela Coordenadora Nacional de Futebol Feminino, Christiane Souza, nada foi feito desde a publicação da lei, nem mesmo a criação do comitê responsável por essas medidas (Christiane, 2024).

Em defesa ao Aliança após o fim da parceria com o Goiás, a coordenadora exclamou que a equipe, assim como muitas outras do futebol feminino, não tem “recursos próprios para se manterem, e sem a ajuda do Poder Público para incentivar de fato, e não meramente de forma ilusória, fica difícil” (Christiane, 2024). Christiane ainda questiona as autoridades do estado, como o Governador, Reinaldo Caiado, sobre tomar uma atitude e chama atenção para a Câmara dos Deputados e a Prefeitura de Goiânia que, juntas, destinaram R\$ 2 milhões para o futebol masculino em janeiro de 2024 (Araújo, 2024), mas que, até aquele momento, não haviam se pronunciado em relação à situação do Aliança. Tais situações comprovam o descaso que ainda existe com o futebol feminino na região, vindo de instituições acima dos profissionais do clube e a necessidade em juntar forças para buscar as autoridades e recorrer aos direitos desses profissionais envolvidos na modalidade.

Após as reclamações públicas devido ao fim da parceria do Goiás com o Aliança, algumas medidas estão sendo tomadas. No dia 26 de fevereiro de 2024 houve uma reunião dos gestores do Aliança, juntamente com parte das atletas, para conversarem sobre novas possibilidades de auxílio para o projeto que o Aliança possui e continuar atuando nas competições de futebol adulto. Uma das medidas positivas foi o compromisso na regularização de um terreno e na transformação deste em um centro de treinamento de futebol feminino, no qual, o Aliança poderá realizar as suas atividades. Isso porque o fim da parceria tornou incerta

a continuidade dos trabalhos no CT do Goiás, onde eram realizados os treinamentos. Ao final de meu período de trabalho de campo, outras medidas e reuniões com autoridades, como o Governador do Estado, estavam para acontecer e se esperava que mais medidas fossem tomadas para que as atividades do Aliança continuassem. Visando fortalecer a modalidade feminina na região, como foi o desejado pela Camisa 5 na entrevista: “[...] minha vontade era essa, a gente ter local centralizado, [...] para onde as meninas pudessem estar lá, em uma escolinha só para mulheres, [...] proporcionar torneio, de acordo com as categorias[...]. Sem custos. Por isso que a gente precisa de políticas públicas”.

Dando continuidade aos depoimentos das entrevistadas, a Camisa 6 reforça a necessidade de uma ação conjunta das autoridades institucionais atrelada aos empresários, para que se haja um incentivo aos investimentos na modalidade. Segundo a integrante da comissão técnica, existem muitos talentos na região, mas ainda existe desinteresse das pessoas que detém o poder. Para ela, uma medida possível seria dar “incentivo às empresas que incentivarem o futebol feminino ou que ao patrocinarem o futebol feminino terão alguma vantagem [...]. Então, colocaria Federação, Clubes de futebol, empresário elencado com o poder público, tanto do estado quanto do município” (Camisa 6), como agentes importantes para fomentar o futebol feminino no estado.

Esses exemplos confirmam, como demonstra Joan Scott (1995), o quanto é vital a política, as instituições e a organização social para compreender as relações de gênero, tendo a ciência da sua importância para todo esse contexto. Além disso, como retrata a autora, a vida social tem a construção simbólica e concreta a partir da conceituação do gênero e na “medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (Scott, 1995, p. 89). Ela também complementa seu pensamento, reforçando a necessidade de pensar gênero conjuntamente a raça e classe, em uma visão igualitária política e social.

Complementando essa indagação, podemos confirmar ainda que as seis ideias centrais da interseccionalidade, trazidas por Collins e Bilge (2020, p. 45) estiveram presentes durante todo o trabalho de campo e as entrevistas: “desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade”. Em relação à primeira, constatou-se a permanência das desigualdades sociais de gênero, raça e classe e a relações de poder interseccionais na modalidade feminina apesar das transformações durante os anos e com a chegada da obrigatoriedade. Sendo mantidos estereótipos e dificuldades estruturais para que as mulheres estejam ocupando o futebol. O contexto social, por sua vez,

ocorreu no trabalho em destacar como o futebol feminino ocupa diferentes posições no mesmo país, trazendo luz sobre a região do estado de Goiás, em que, determinadas evoluções ainda não estão presentes. A relacionalidade foi importante para ilustrar que o gênero não é suficiente para contextualizar determinadas opressões vividas no futebol feminino, no qual, compreendê-la é muito importante para a investigação e a práxis da interseccionalidade. A complexidade se refere à própria dificuldade de compreender a interseccionalidade em campo e fazer uso dela para compreender um contexto, sendo ela multifacetada e importante no seu aprofundamento. Por fim, a investigação manteve a conexão com o ethos da justiça social necessário à interseccionalidade, no qual, foi ilustrado como é preciso todo o poder político e social para que o futebol feminino evolua mais e alcance mais a igualdade para as atletas, vencendo as desigualdades ainda propagadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres no Brasil, no decorrer das últimas décadas, têm ultrapassado diversos percalços para ocupar e atuar em espaços simbólica e materialmente (re)produzidos como masculinos. Isso inclui a prática do futebol, em um país que dá enorme peso a esse esporte como parte da própria ideia de identidade nacional. Desde serem proibidas de jogar na metade do século XX até galgar alguma profissionalização na última década, trata-se de um longo processo social. Percebe-se que os marcadores sociais da diferença, principalmente o gênero, foram utilizados como motivadores da exclusão das mulheres neste esporte, sendo justificado tal impedimento através da “fragilidade feminina” e o seu “dever” de procriação. Felizmente, com a luta das mulheres pelo seu espaço, muitas transformações puderam ser observadas na modalidade. Uma delas foi a lei que obriga times masculinos a possuírem plantéis femininos nos seus clubes com a intenção de promover o futebol de mulheres. No entanto, sua eficiência em cumprir tal objetivo pode ser questionada, quando observamos a manutenção de certos entraves que a extrapolam. Neste ínterim, este estudo teve como objetivo analisar quais potencialidades surgiram na modalidade através dessa medida e quais ainda são os pontos a serem melhorados. Tendo como foco, também, apresentar tais processos desde uma perspectiva regional, analisando o principal clube do estado que precisava cumprir com a obrigatoriedade, o Goiás, e sua parceria com o Aliança, o clube feminino mais tradicional da região.

A investigação do recorte histórico, tanto do futebol feminino em âmbito nacional quanto em âmbito regional, foi importante para compreender como a modalidade era compreendida no país e na região no século passado. Ademais, através dela observaram-se como os estereótipos e estigmas de gênero, raça e classe perduraram por muitos anos e impediram que as mulheres pudessem praticar o esporte. Além disso, foi possível identificar como relações de poder, em diferentes facetas, estiveram presentes nessa dinâmica, algo traduzido a partir da literatura utilizada neste estudo. Discursos que traziam o biológico como o central para a diferenciação de gênero e sua atuação na sociedade foram os principais argumentos utilizados para que o futebol de mulheres fosse interrompido. O medo da masculinização dos seus corpos e da perda da capacidade reprodutiva incentivaram retrocessos nos direitos femininos nesse âmbito. Isso, anos depois, foi atrelado à sexualização das mulheres e diferenciação entre as mulheres negras que praticavam o desporto, misturando-se ao temor sobre a sua sexualidade.

As mudanças, apesar de lentas, também puderam ser pontuadas. Por intermédio das investigações do cenário atual foi observado que a obrigatoriedade trouxe transformações

significativas para a modalidade, com o aumento de mulheres praticando o esporte e melhorias nas condições de trabalho das jogadoras em comparação com o que acontecia no passado, principalmente com a seleção brasileira. A visão e propagação da mídia em relação ao futebol feminino também se modificou, contando ainda com a transmissão de diferentes competições e participação feminina nos programas esportivos. Em uma perspectiva regional, por sua vez, através das entrevistas com as profissionais e o trabalho de campo, foram confirmadas as distinções do futebol feminino do passado e aquilo que veio por meio da obrigatoriedade. As interlocutoras trouxeram a diferenciação em relação à possibilidade de ter rendimentos jogando futebol no estado, mesmo que em pouca quantidade; a possibilidade de uma estrutura com a parceria entre os clubes de maior tradição no futebol masculino; as mudanças em relação ao padrão de beleza que eram obrigatórios para que as mulheres praticassem a modalidade e que hoje não são mais tão bem vistos. Observou-se que há melhorias no futebol feminino no estado e que parte das discriminações que antes as mulheres sofriam para estarem no espaço do futebol começaram a atuar com menor força na modalidade. A beleza passou a não ser mais uma característica obrigatória, a preocupação com a sua sexualidade não é tão determinante dentro dos clubes, existe a possibilidade de ganhar dinheiro atuando no esporte. Além disso, houve avanços na estrutura dos clubes, devido a uma parceria entre eles proposta pela obrigatoriedade.

No entanto, ainda existe um processo a ser percorrido e muitas falhas foram detectadas. Sobre a profissionalização, mesmo que exista algum ganho salarial entre as profissionais, elas ainda não conseguem viver somente do futebol e precisam ocupar seu tempo com outras atividades para compor sua renda. Isso, por conseguinte, impede que exista um aprimoramento maior das suas habilidades que, conseqüentemente, afeta a evolução do futebol regional. Apesar da maioria das atletas se considerarem jogadoras profissionais, existe um contraponto quando constatadas com suas afirmações sobre o que um clube de futebol precisa ter para ser considerado profissional. A carteira assinada foi o principal ponto trazido por elas, algo que elas não têm. Uma comissão técnica completa também foi mencionada, no entanto, elas não contavam com muitos profissionais a sua disposição. Com isso, foi concluído que o ser profissional possui diferente significados para as interlocutoras e que por elas cumprirem com seus deveres e abdicarem de partes das suas vidas, esses já são motivos para se considerarem atletas profissionais, mesmo que os deveres de um clube profissional não sejam obedecidos.

Por sua vez, apesar da obrigatoriedade criar um laço com o futebol masculino no intuito de alavancar a modalidade feminina, esse também passa a ser o ponto de maior instabilidade para as atletas. Isso porque, devido à obrigatoriedade ser atribuída ainda somente aos clubes masculinos da série A do Campeonato Brasileiro, a queda para a série B tem significado um

rompimento dos trabalhos com o clube feminino. Esse rompimento gera perda de atletas, principalmente as de fora, como suspensão de salários; perda de local de treinamento e conseqüentemente a pouca estrutura que possuem e cria incertezas sobre a participação nas competições. Devido ao time feminino pesquisado não ser autossustentável, a dependência do futebol masculino, proporcionado pela obrigatoriedade, foi algo negativo relatado durante o trabalho de campo e nas entrevistas realizadas.

As negligências do poder público, da Federação Goiana e das entidades máximas do futebol também foram identificadas. Apesar da obrigatoriedade apontar novos caminhos para o futebol feminino, existe a necessidade de uma maior fiscalização de como essa medida tem sido efetuada pelos clubes e estabelecer regras mais específicas das características que um time feminino precisa ter para ser enquadrado como apto dentro da medida obrigatória. Ademais, somente uma única medida que estabelece a obrigação não se demonstrou suficiente para que a modalidade seja devidamente valorizada e obtenha raízes para conseguir colher frutos a longo prazo. Ou seja, a obrigatoriedade se mostrou um processo que tem conseguido melhorias, mas que necessita de ser reinventada, supervisionada e complementada. Sobretudo, regionalmente, visto que existem diferentes formas de organização social do futebol feminino em distintas partes do país. Goiás se encontra estagnado em comparação a outras regiões, conforme interlocutoras deste estudo. Desse modo, não cabe apenas uma medida em âmbito individual, mas uma transformação na mentalidade daqueles que coordenam o futebol feminino de cima e possuem aparatos para investir mais no desporto. Como demonstrado pelas profissionais, é necessário a atuação dos clubes, das entidades de futebol e do poder público em conjunto para que os direitos das mulheres sejam garantidos e evoluídos, sem possibilidade de retrocessos. Se faz necessárias ações que ocorrem não somente por ser obrigatório, mas que identifiquem o futebol de mulheres como algo que merece respeito e atuações efetivas para os avanços na equidade de gênero no esporte. Vale pontuar ainda o esforço da família Menezes para manter o projeto social do Aliança que há mais de três décadas tem fomentado o futebol feminino na região. Mesmo com as dificuldades pontuadas neste estudo, profissionais do Aliança têm buscado formas de garantir que o futebol feminino evolua e seja transformador para aquelas que o praticam.

Arelado a isso, percebe-se que ainda urge a necessidade da mudança de mentalidade social que vem tendo resquícios desde a proibição das mulheres no século passado. Os estereótipos que ainda persistem em enxergar as mulheres fora desse espaço, atribuindo atividades compreendidas até hoje como exclusivamente “femininas” a estas mulheres e enxergando o futebol como exclusivo dos homens. No campo, foi possível acompanhar estas

declarações e as interlocutoras pontuaram as discriminações que sofreram e ainda sofrem. Apesar das transformações, principalmente dos discursos advindos da mídia, o sexismo, a homofobia e o racismo ainda persistem na modalidade, podendo ser um reflexo também de certo ethos social mais amplo. Tais aspectos só poderão ser mudados mediante um esforço coletivo, em que a atribuição de direitos e a justiça social precisam levar em consideração diferentes panoramas sociais. Pensar a equidade de gênero e suas aplicações no futebol cresce como um caminho para almejar essa mudança que deve ser pensada de forma ampla, irrestrita e plural.

Como contribuição, portanto, esta pesquisa confirmou as melhorias proporcionadas pela obrigatoriedade, mas enumerou as diferentes problemáticas advindas desta mesma medida, sobretudo no futebol regional. Ainda trouxe luz sobre a permanência de determinados discursos, estereótipos e mentalidades que resistem no futebol feminino, além de destacar a necessidade do esforço coletivo das autoridades do futebol e da atuação do poder público para o avanço da modalidade. Outrossim, pontuamos que uma investigação mais abrangente pode ser pensada futuramente, considerando a comparação entre os diferentes clubes femininos que atuam no Campeonato Goiano Feminino. Sendo pesquisados também aqueles que não tenham parcerias com clubes masculinos que estiveram na série A, para observar em que medida esses elementos se fazem presentes e como são significados e agenciados em outros cenários.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Caroline Soares de. **Boas de bola**: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106921>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- ALMEIDA, Caroline Soares de. **Do sonho ao possível**: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras. 2018. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC85f136c9e991b8ec9224a6fc94b48b68>. Acesso em 05 mai. 2024.
- ALMEIDA, C. PISANI, M. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. **Labrys, estudos feministas**, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys28/sport/caroline.htm>. Acesso em: 04 fev. 2024.
- AMARAL, Marcela Carvalho Martins. **Culto ao corpo e estilo de vida entre as mulheres**. 2011. Tese (Departamento de Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília, DF, Brasil, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28563>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- ARAÚJO, Karla. Prefeitura de Goiânia destina R\$ 2 milhões para publicidade no Goianão. **O Popular**. 22 jan. 2024. Disponível em: <https://opopular.com.br/politica/prefeitura-de-goiania-destina-r-2-milh-es-para-publicidade-no-goian-o-1.3102825>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- ASSUMPCÃO, Luís Otavio; SAMPAIO, Tânia M. V.; CAETANO, Juliana N. N.; CAETANO JÚNIOR, Marco Antônio, SILVA, Junior V. P. da. Temas e questões fundamentais na Sociologia do esporte. **Revista brasileira de Ciência e Movimento**, v.18, n.2, p. 92-99, 2010.
- AUGUSTA, Camila; GABORGINNI, Luiza. Breve panorama sobre Futebol Feminino no Brasil de 2019 a 2021: da obrigação à realidade. **Comunicação, esporte e Cultura**. Rio de Janeiro, 29 jun.2021. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.com/2021/06/29/breve-panorama-sobre-futebol-feminino-no-brasil-de-2019-a-2021-da-obrigacao-a-realidade/>. Acesso em: 25 maio. 2023.
- BALARDIN, Georgia. F., VOSER, Rogério. D. C., DUARTE, Miguel. A.S, & MAZO, Janice. Z. O futebol feminino no Brasil e nos Estados Unidos: semelhanças e diferenças no esporte. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v.10, n.36, p. 101-109, 2018.
- BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BELAS, Júlia. Quem conta a história das negras no futebol?. **Ludopédio**, São Paulo, v. 138, n. 39, 2020.

BIAR, Liana Andrade. Desvio e estigma: caminhos para uma análise discursiva. **Calidoscópio**, v. 13, n. 1, p. 113-121, 2015.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos**: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28563>. Acesso em: 30 maio. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004

BURCH, Martina; KESSLER, Cláudia Samuel. Família, suor e lágrimas: o início de uma (possível) trajetória de profissionalização para jogadoras de categorias sub-15 e sub-17 de um clube do Rio Grande do Sul. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-22, 2021.

CAMARGO, Vera Toledo de. Etnias brasileiras jogavam bola antes da chegada de Charles Miller. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v.66, n.2, 2014.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Dimensões de gênero e os múltiplos futebolis no Brasil. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt. (Orgs.). **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CAPRARO, André Mendes; SANTOS, Natasha; LISE, Riqueldi Straub. O enredo da vitória--seleção brasileira de futebol e identidade nacional (1950-1970). **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 2, 2012.

CHEIBUB, Lucas de Carvalho. Cultura em campo: Entre o elitismo e a popularização do futebol (1897-1938). **Revista Cantareira**, n. 27, 2017.

CLAIR, Isabelle. Howard S. Becker. Desvio e identidades de gênero. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (org.). **O gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

DE PAULA, Pollyana Nascimento. **(Des) Construções históricas do é “ser mulher”**: um olhar sobre as goianas e sobre os momentos iniciais da presença delas no esporte. 2014. Dissertação (Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4094>. Acesso em: 30 maio. 2023.

DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, 2013.

DIBRADORAS. Arquivo Dibras: Sem investimento, Brasil teve melhor seleção feminina da história em 2007. **Dibradoras**. 24 jun. 2023. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2023/06/24/arquivo-dibras-sem-investimento-brasil-teve-melhor-selecao-feminina-da-historia-em-2007/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial Lda, 1992.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRARI, Alexandre. Após parceria rompida pelo Goiás, Aliança busca apoio para temporada do futebol feminino. **O Popular**. 20 fev. 2024. Disponível em: <https://opopular.com.br/esporte/apos-parceria-rompida-pelo-goias-alianca-busca-apoio-para-temporada-do-futebol-feminino-1.3111391>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FRANZINI, Fábio. Futebol é "coisa para macho"? : Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista brasileira de história**, v. 25, p. 315-328, 2005.

FURLAN, Cássia Cristina; SANTOS, Patrícia Lessa dos. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. **Motrivivência**, n. 30, p. 28-43, jun. 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GLOBO ESPORTE. Primeira Copinha Feminina vai reunir 16 clubes; veja grupos e sistema de disputa. **Globo Esporte**. 8 nov. 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/sp/campinas-e-regiao/futebol/copa-sp-de-futebol-junior/noticia/2023/11/08/primeira-copinha-feminina-vai-reunir-16-clubes-veja-grupos-e-sistema-de-disputa.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A Educação Física e a construção do corpo feminino no Brasil: imagens de feminilidade. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 12, n. 16, p. 35-52, mar. 2001.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**. Goiânia. Vol. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005a.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr/jun. 2005b.

GOELLNER, Silvana Vilodre; CABRAL, Juliana. **As pioneiras pedem passagem**: Conhecer para reconhecer. São Paulo: Editora Ludopédio, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: Maria Cecília de Souza Minayo (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21<sup>o</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. 2<sup>a</sup> edição. **Campinas-SP: Editora Alínea**, 2001.

GONÇALVES, Guilherme; CASTRO, Rodrigo. Após polêmica, Goiás apresenta novo uniforme; veja como ficou. **Globo Esporte**. Goiânia. 24 jul. 2019. Disponível em: <https://ge.globo.com/go/futebol/times/goias/noticia/apos-polemica-goias-apresenta-novo-uniforme-veja-como-ficou.ghtml>. Acesso em: 06 ago. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, C.; BORGES, L.; RAMOS, T. R. O. (Eds.). **Problemas de Gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

HAAG, Fernanda Ribeiro. “O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele”: trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro. **Mosaico**, v. 9, n. 14, p. 142-160, 2018.

JUSTO, Iago. Conheça tudo da história do Atlético Goianiense. **Portal dos times**. 22 abr. 2023. Disponível: <https://portaldostimes.com.br/historia-do-atletico-goianiense/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

KESSLER, C. S. **Mais que barbies e ogras**: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. Tese (Doutorado em Antropologia social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

KIAN, Azadeh. Erving Goffman da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (org.). **O gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. 1<sup>o</sup> ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

KNIJNIK, J. D. (Org.) **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

KNIJNIK, Jorge Dorfman; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In: COZAC, João Ricardo. **Com a cabeça na ponta da chuteira**: ensaios sobre a psicologia do esporte. São Paulo: Annablume/CEPE, 2003

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

LIMA, Ananda Cristina dos Santos; PINHEIRO, Thais Gabrich Gueiros. "Deixa as garota brincar": a resistência na prática do futebol feminino frente a sua proibição (1941-1965). **Aurora**, ano 1, n. 1, jan./jun, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.

MENDONÇA, Renata. O futebol feminino já foi visto assim - o que diriam dessas imagens hoje? Blog Dibradoras, **Uol**. São Paulo, 22 mai. 2019. Disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/05/22/o-futebol-feminino-ja-foi-visto-assim-o-que-diriam-dessas-imagens-hoje/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MENDONÇA, Renata. Poucos registros, muita história: futebol feminino terá dérbi após 20 anos. **Dibradoras**. 4 fev. 2020. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2020/02/04/poucos-registros-muita-historia-futebol-feminino-tem-derbi-apos-20-anos/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Maria Cecília de Souza Minayo (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21° ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14° ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, Isadora; SAID, Gustavo. Construção de identidades femininas: as narrativas sobre a Seleção Brasileira Feminina de Futebol no 'Globo Esporte' e 'Esporte Espetacular'. **Correspondências & Análisis**, n. 8, p. 97-120, jan/dez. 2018.

NINA, Roberta. Sissi recebe homenagem fora do Brasil, mas é 'esquecida' pela CBF. **Dibradoras**. 6 dez. 2019. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2019/12/06/sissi-recebe-homenagem-fora-do-brasil-mas-e-esquecida-pela-cbf/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

NUNES, Maíra. O que mudou no futebol feminino do Brasil desde a última Copa?. **Dibradoras**. 22 mar. 2023. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2023/03/22/o-que-mudou-no-futebol-feminino-do-brasil-desde-a-ultima-copa/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

PAIVA, Adaleny Dayanne Souza de. **Além do dibre**: uma análise dos repertórios simbólicos sobre o futebol feminino no blog Dibradoras. 2021. Monografia (Faculdade de Ciências Sociais) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil, 2021.

PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902 – 1938. 1998. Tese de Doutorado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, Brasil, 1998. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/129716>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PEREIRA, Marcela Caroline. **A construção de um habitus de luta no futebol de mulheres**: estudo de caso de uma equipe situada no estado do Paraná. 2022. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de

Ponta Grossa, Paraná, PR, Brasil, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3688>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PEREIRA, Charlie. Presidente revela orçamento para o futebol do Goiás em 2023 e diz que Serrinha não tem previsão de reforma. **Sagres**. 19 jan. 2023. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/presidente-revela-orcamento-para-o-futebol-do-goias-em-2023-e-diz-que-serrinha-nao-tem-previsao-de-reforma/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

PINHEIRO, Tayla. Vídeo da nova camisa do Goiás causa polêmica e internautas reclamam de machismo; veja. **O Popular**. Goiás, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://opopular.com.br/esporte/video-da-nova-camisa-do-goias-causa-polemica-e-internautas-reclamam-de-machismo-veja-1.1848029>. Acesso em: 06 ago. 2023.

PISANI, Mariane da Silva. **Poderosas do Foz**: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol. 2012. 166 f. Dissertação (Mestre em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

PISANI, Mariane da Silva. “**Sou feita de chuva, sol e barro**”: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

PLACAR. **A Bela... E as Feras**. São Paulo, n. 701, p. 49-50. 28 de out. 1983. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=wUk27LXg1jEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=wUk27LXg1jEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 21 jul. 2023.

PLACAR. **O charme vai a campo**. São Paulo, n. 738, p. 24-28. 13 de jul. 1984. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=3VxTL4P3bV4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=3VxTL4P3bV4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 21 jul. 2023.

PLACAR. **Esquema amador**. São Paulo, n. 1106, p. 34. ago. 1995. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=dnD\\_Gfc1IhoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=dnD_Gfc1IhoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 26 jul. 2023.

PORTAL DA ALEGO. **Sancionada política estadual de fomento ao futebol feminino**. 21 out. 2022. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/127836/sancionada-politica-estadual-de-fomento-ao-futebol-feminino>. Acesso em: 27 fev. 2024.

REDAÇÃO DO GE. Copinha: veja os grupos e as sedes da edição de 2024. **Globo Esporte**. 22 nov. 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/sp/futebol/noticia/2023/11/22/copinha-veja-os-grupos-e-as-sedes-da-edicao-de-2024.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2024.

REIS, Tandara. Goiás vai encerrar projeto do futebol feminino e Aliança fica com a vaga no Brasileiro. **Sagres**. Goiás. 6 abr. 2021. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/goias-vai-encerrar-projeto-do-futebol-feminino-e-alianca-fica-com-a-vaga-no-brasileiro/>. Acesso em: 30 maio. 2023.

REGIS, Dóris; DONA, Lígia; COLUCCI, Bruna; ROSA, Julia. “Quem será esse senhor José Fuzeira?”. Museu do Futebol. Medium. 2019. Disponível em: <https://medium.com/museu-do-futebol>

futebol/quem-ser%C3%A1-esse-senhor-jos%C3%A9-fuzeira-220218b2254e. Acesso em: 01 jul 2023.

RIAL, Carmen. A memória do Futebol Praticado por Mulheres: semelhantes trajetórias no Brasil e na França?. In: Miriam Pillar Grossi; Leandro Castro Oltramari; Vinícius Kauê Ferreira. (Org.). Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil. 1ed. Brasília e Florianópolis: ABA Publicações e Editora Tribo da Ilha, 2020, v. 1, p. 295-321.

ROSA, Ludmila. O @aliancafutebolfeminino é a síntese do 75x1. 21 fev. 2024. Instagram: @eusouludmilarosa. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3nThrMunUg/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SALVINI, Leila; SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Entre fachadas, bastidores e estigmas: Uma análise sociológica do futebol feminino a partir da teoria da ação social de Erving Goffman. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.29, n.4, p. 559-569, out/dez. 2015.

SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10092015-161946/pt-br.php>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SOUZA, Christiane. **01 ano e 4 Meses, e o que mudou?** 26 fev. 2024. Twitter: @\_christhiane. Disponível em: <https://twitter.com/christhiane/status/1762189901175656724>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira De. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/275104>. Acesso em: 15 jun. 2023.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso Editora, 2011.

STEIN, Leandro. Os boleiros tomaram o Brasil muito antes das regras de Charles Miller. **Trivela**. 13 abr. 2015. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/120-anos-de-futebol-nobrasil-os-boleiros-tomavam-o-pais-muito-antes-das-regras-de-charles-miller/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

TIBURI, M. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

VALENGA, Daniela. Livro retrata como era o futebol feminino no brasil antes da proibição de Vargas. **Catarinas**. 26 jul. 2023. Disponível em: [https://catarinas.info/livro-retrata-como-era-o-futebol-feminino-no-brasil-antes-da-proibicao-de-vargas/?utm\\_campaign=later-linkinbio-portalcatarinas&utm\\_content=later-36754596&utm\\_medium=social&utm\\_source=linkin.bio](https://catarinas.info/livro-retrata-como-era-o-futebol-feminino-no-brasil-antes-da-proibicao-de-vargas/?utm_campaign=later-linkinbio-portalcatarinas&utm_content=later-36754596&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio). Acesso em: 29 jul. 2023.

## APÊNDICE A – Perguntas Norteadoras das Entrevistas Semiestruturadas

### Questões para as jogadoras:

Você veio de outro estado? Se sim, o que motivou a mudança?

Como foi sua trajetória no futebol? Seu início e suas influências?

Você contou com apoio de familiares e parentes?

De que forma você ingressou no clube?

Você conhece a nova regra de obrigatoriedade do futebol feminino destinada aos clubes de futebol masculino da série A do campeonato Brasileiro? Acredita que ela tem ajudado no reconhecimento e melhoria da modalidade?

Você consegue viver apenas do esporte? Ou possui outra atividade para complementar a renda?

Você se considera uma jogadora profissional de futebol?

Para você, o que um clube de futebol feminino precisa fornecer aos atletas para ser considerado um futebol profissional e não amador?

Seu ingresso no clube implicou alguma mudança nos seus hábitos de alimentação, suplementação e práticas de exercícios físicos?

Quais as maiores dificuldades encontradas pelas mulheres para se tornarem atletas?

Você já sofreu ou ainda sofre algum tipo de preconceito por jogar futebol?

Você acredita que existem ainda estigmas e estereótipos que perduram na modalidade feminina?

Em algum momento você sentiu que o futebol não era um lugar que você deveria estar?

Em algum momento você pensou em deixar de jogar? Se sim, o que motivou esse pensamento?

Na sua opinião, existe algo no futebol feminino regional que precisa melhorar?

### Questões para a comissão técnica:

#### Comissão Técnica 1:

Como foi sua trajetória no futebol? Seu início e suas influências?

Você contou com apoio de familiares e parentes?

Você conhece a nova regra de obrigatoriedade do futebol feminino destinada aos clubes de futebol masculino da série A do campeonato Brasileiro? Acredita que ela tem ajudado no reconhecimento e melhoria da modalidade?

Você vê muita diferença, em questão de estrutura, da época que você atuava como jogadora para os dias atuais?

Você já sofreu ou ainda sofre algum tipo de preconceito no futebol, seja como jogadora ou gestora?

Quais as maiores dificuldades encontradas pelas mulheres para se tornar atletas? E para fazer parte da comissão técnica e cargos de gestão?

Você acredita que existem ainda estigmas e estereótipos que perduram na modalidade feminina?

Como foi para você ter sido convocado pela seleção brasileira, ainda em uma época que o futebol feminino não era tão difundido no Brasil em questão de prestígio?

Em algum momento você sentiu que o futebol não era um lugar que você deveria estar?

Para você, o que um clube de futebol feminino precisa fornecer aos atletas para ser considerado um futebol profissional e não amador?

Como ocorreu a parceria com o Goiás?

No livro as pioneiras do futebol pedem passagem: conhecer para reconhecer” você diz no seu relato que quando você atuava no Atlético Goianiense, eles davam apenas o nome e não arcaram com o futebol feminino. No Goiás, houve alguma diferença?

O Goiás possui uma verba específica destinada ao futebol feminino?

O Atlético Go nunca procurou vocês novamente, principalmente em 2019, para realizar uma parceria com o Aliança?

Na sua opinião, existe algo no futebol feminino regional que precisa melhorar?

### **Comissão Técnica 2:**

Como foi sua trajetória no futebol? Seu início e suas influências?

Você contou com apoio de familiares e parentes?

Você conhece a nova regra de obrigatoriedade do futebol feminino destinada aos clubes de futebol masculino da série A do campeonato Brasileiro? Acredita que ela tem ajudado no reconhecimento e melhoria da modalidade?

Você já sofreu ou ainda sofre algum tipo de preconceito no futebol, seja como jogadora ou gestora?

Quais as maiores dificuldades encontradas pelas mulheres para se tornar atletas? E para fazer parte da comissão técnica e cargos de gestão?

Você acredita que existem ainda estigmas e estereótipos que perduram na modalidade feminina?

Você vê muita diferença, em questão de estrutura, da época que você atuava como jogadora para os dias atuais?

Em algum momento você sentiu que o futebol não era um lugar que você deveria estar?

Para você, o que um clube de futebol feminino precisa fornecer aos atletas para ser considerado um futebol profissional e não amador?

Na sua opinião, existe algo no futebol feminino regional que precisa melhorar?

**APÊNDICE B - Primeira Categoria de Análise: Inserção, Trajetória e Vivências no Futebol Feminino**

Subcategoria	Fala das Entrevistas
<p align="center"><b>Começo e influências na Modalidade</b></p>	<p>- A minha influência foi meu pai, que tem uma escolinha[...]. <b>Só que a grande influência mesmo foi sair do interior para poder dar condições melhores a mim e a minha família[...]. Meu pai tinha uma escolinha, então eu participava na escolinha.</b> Eu treinava com ele. Foi assim que eu tive mais ou menos uma base e aprendi o futebol (Camisa 1)</p> <p>- Desde novinha eu sempre fazia esporte no Sesc. <b>Aí certo dia faltou o aluno na turma de futsal e o meu professor me chamou para jogar. Desde então, dos 5 anos de idade até hoje estou jogando [...]. Sempre joguei no meio dos meninos. Não tinha time feminino no Sesc, era só eu de menina, o resto tudo menino.</b> Isso, era 2011, 2015 (Camisa 2)</p> <p>- Eu jogo desde criança. <b>Iniciei com os meninos, né? Sempre se inicia com os meninos. Eu comecei acho que eu tinha uns 8 anos de idade. Depois nunca parei.</b> Eu fui chegar no Aliança, meu primeiro time e é [meu time] até hoje, eu acho que eu tinha 17 anos (Camisa 3)</p> <p>- <b>Comecei a jogar futebol com 5 anos. As minhas inspirações foram os meus irmãos mais velhos.</b> Eles jogavam e eles me levavam para esse meio... eu andava com eles e comecei a gostar de futebol. <b>Na verdade, eu com 5 anos, já sabia o que eu queria que era jogar futebol [...]. Comecei onde só tinha homem só... só meninos. Eu disputava campeonato com os meninos, era a única menina e tinha lugares que não queria aceitar,</b> mas eu ia com os meninos da minha idade e jogava os campeonatos. <b>Mas só tinha eu de mulher [...].</b> Eu joguei aqui também no Rio, no Botafogo. Foi curta, uma temporada profissional. <b>Mas eu já comecei no profissional com uma idade mais avançada, porque quando eu era mais nova perdi minha mãe cedo e meu pai ...aí tive que trabalhar e parei de jogar um pouco.</b> Depois eu retornei e fui pro profissional (Camisa 4)</p> <p>- <b>Eu comecei a jogar em um campinho de terra com um grupo de amigas e eu sempre fui uma menina que gostei de fazer atividade esportiva e tudo. Naquela época o futebol estava começando a aparecer aqui no estado e eu gostava muito de futebol, desde que eu era pequena eu gostava muito [...].</b> Ai logo foi surgindo [o futebol feminino] e um dia uma amiga me chamou. <b>Ela morava em um setor lá e depois ela mudou e foi para outro setor e nesse outro setor elas começaram a jogar, fizeram um grupinho lá, que tinha um campo de futebol e ela me chamou um dia para jogar e eu fui [...]. Com meus irmãos eu brincava, mas partida mesmo foi lá.</b> Eu jogava handebol, <b>eu jogava queimada, que era o permitido na época.</b> Eu acho que essa questão da minha habilidade com as mãos é que me fez ir para o gol. Porque para eu jogar na linha eu nunca tive habilidade mesmo não, minha habilidade foi sempre no gol mesmo. <b>Então foi ai onde eu peguei... e não foi em 81, foi em 80, eu não tinha ainda 20 anos, eu tinha 18 anos. Aí eu passei a jogar com elas lá todo final de semana, saía e ia jogando com elas lá. Virou rotina</b> (Camisa 5)</p> <p>- Eu iniciei no futebol feminino de fato aos 13 anos. <b>Antes disso eu jogava bola tal, mas com primo, amigos, algumas meninas bem raramente, na maioria das vezes era só eu de mulher mesmo entre os meninos.</b> Mas aos 13 anos eu encontrei o Aliança. E aí realmente eu pratiquei o futebol só com mulheres e também iniciou ali minha trajetória como atleta [...]. Joguei futebol profissionalmente, falando em termos de competições oficiais, até os 33 se eu não me engano, se não me foge à memória. <b>Mas no decorrer desse processo eu tive que dar uma pausa porque eu fui fazer faculdade,</b> quando eu estava só na vida escolar em si, eu conseguia conciliar o colégio e os treinos. <b>Posteriormente quando eu me tornei Universitária, eu já não conseguia mais me encaixar dentro da programação da sistemática do futebol competição</b> (Camisa 6)</p>

<p><b>Trajatória Escolar</b></p>	<p>- Na escola eu jogava. Eu sempre gostei muito das aulas de educação física. Participava de todas (Camisa 1)</p> <p><b>-Era só eu jogando no meio dos meninos [na escola], mas às vezes o professor não queria deixar jogar.</b> Na verdade, até o último ano. <b>O professor não quis deixar eu jogar, então eu pedi para coordenação do meu colégio e para eles deixarem eu jogar no time de futsal, que eram os jogos internos do meu colégio. Antes eu não podia jogar misturado com os meninos, pois era só eu. Mas nas aulas eu fazia com eles e era só eu</b> (Camisa 2)</p> <p>- Na educação física eu <b>jogava tudo</b> (Camisa 3)</p> <p><b>- Na escola eu jogava com os meninos, era a única menina que jogava com os meninos e tinha muito campeonato.</b> Na educação física tinha alguns professores que não me deixava jogar, né? <b>Mas depois que vieram os meninos dizerem que eu conseguia jogar, eles deixavam</b> (Camisa 4)</p> <p><b>- Na escola também era no meio dos meninos. Ainda não tinha meninas que jogavam.</b> [...] eu sempre joguei no meio dos meninos. <b>Na maioria das vezes tinha muita resistência deles, mas os próprios professores de educação física na época da escola e eles faziam esse elo dos meninos deixarem jogar. Por esse fato de eu jogar muito bem, eu começava a conquistar o meu espaço ali, então devido o meu desenvolvimento futebolístico ali do momento eu acabava ganhando respeito deles. Muitas das vezes eu era melhor que muitos meninos e isso facilitava um pouco a minha aceitação perante o grupo [...]</b> Só que na época escolar mesmo, durante o ano, <b>fora os jogos internos era isso, jogando bola com os meninos na hora do recreio ou na aula de Educação Física, na minha geração era aquele negócio assim, as meninas ficavam para um lado ou conversando na aula de Educação Física batendo, papo ou dançando e os meninos jogando futebol.</b> Eu sempre estava lá no meio dos meninos porque eu gostava do futebol. <b>Então foi assim, em alguns momentos uma certa resistência, mas se eu for, como se diz, dar uma resposta mais clara, eu também não tinha tanta dificuldade de praticar o esporte dentro da escola não</b> (Camisa 6)</p>
<p><b>Apoio Familiar</b></p>	<p><b>- Minha família me ajudou muito.</b> Esse ano foi um ano bem difícil para mim. Fiquei sem tento. <b>Minha família que me acolheu.</b> Eu tenho um irmão aqui. <b>Minha família então me acolheu e estamos aqui até hoje</b> (Camisa 1)</p> <p><b>- O apoio que eu vim ter foi uns 3 anos atrás,</b> porque antes era sempre <b>“Vai ter que fazer balé”, “Não vai jogar bola”, “Tem que estudar”...</b> <b>Mas lutando, lutando, lutando, hoje eu tenho algum apoio.</b> Eles não chegaram a me escrever nessas atividades porque eu sempre disse que não iria fazer. <b>Tudo eles tentavam, mas eu falava que não[...]</b> [o que mudou para ter o apoio dos pais?] Acho que foi de modo geral. <b>Eles viram que a modalidade cresceu e viram que pode ser uma coisa para o meu futuro. Algo que eu quis desde novinha [...]</b> [A divulgação] <b>ajudou bastante. E sempre falei que não vou deixar ser quem eu sou, não vou deixar o futebol, sempre vou ser eu, sempre vou ser essa pessoa de qualquer jeito e nem deixar de ser quem sou pelo futebol</b> (Camisa 2)</p> <p><b>- Sempre tive apoio.</b> Graças a Deus, sempre tive. <b>Principalmente da minha mãe. Nunca tiveram preconceito</b> (Camisa 3)</p> <p><b>- A minha família sempre apoiou assim, sempre incentivou.</b> Como minha mãe era dona de casa e meu pai trabalhava muito, não tinha tempo para poder me levar, então quem me levava era meus irmãos que jogavam junto. <b>Mas foi aceito porque isso vem de geração em geração, então futebol já era uma coisa normal na minha família</b> (Camisa 4)</p> <p><b>- Sempre tive o apoio do meu pai, da minha mãe.</b> Eles sempre gostaram... quer dizer, eles não se importam muito assim não, sabe? <b>Era uma coisa assim de esporte mesmo. E a minha mãe e meu pai nunca foram contra e nem acharam ruim que eu jogasse,</b></p>

	<p><b>porque era um esporte e todo mundo gostava.</b> Ainda mais futebol que eles gostavam também (Camisa 5)</p> <p>- Em relação a isso, <b>eu falo que da minha geração, eu meio que tive o contrário de grande parte das meninas. Então sempre tive apoio dos meus pais, tanto da minha mãe quanto do meu pai.</b> Meus pais eram separados, né? Então, <b>naquela época eu morava com a minha mãe e a minha mãe sempre me apoiava em jogar, meu pai também. Na verdade, eu comecei a gostar de futebol por causa do meu pai [...].</b> Quando meus pais eram casados <b>eu brincava muito com meu pai de futebol, ele me levava no Serra Dourada para assistir aos jogos.</b> A gente assistia muitos jogos do Goiás, que ele era torcedor na época. <b>Então, inicialmente, ele que me incentivou a praticar o futebol, mas foi a minha mãe que quando eu resolvi realmente praticar o futebol [...].</b> Então, <b>minha mãe me ajudou, me levar mal aos treinos, aos jogos,</b> quando ela não podia me levar o Luiz e a Patrícia me buscavam em casa para ir treinar. <b>Graças a Deus nesse aspecto eu sempre tive o apoio da família tanto de pai quanto de mãe</b> (Camisa 6)</p>
<p><b>Ingresso no Clube (Aliança, Goiás)</b></p>	<p>- <b>Me indicaram para o Luís (um dos gestores do Aliança).</b> Quando eu cheguei, ele já estava me esperando. Ele até falou assim “você está sendo bem falada aqui, a gente está te esperando faz tempo”. A pessoa que me indicou para ele, foi a Leticia Teles. Que jogou para ele quando o Goiás firmou a carteira das meninas. <b>Então eu já vim indicada por ela.</b> (Camisa 1)</p> <p>- <b>Eu jogava futevôlei ano passado, antes, em 2021, eu jogava em outro clube, mas desde então só jogava futevôlei.</b> E aí surgiu a oportunidade, a partir de uma amiga que joga no Grêmio. <b>Ela falou assim “Volta a jogar bola, tem um time aí de Goiânia, o Aliança”,</b> aí ela me passou o contato da Patrícia e eu cheguei aqui no clube. aí liguei para a Patrícia, ela falou para eu vir. <b>Fiquei uma semana, mas logo ela falou que ia ficar no alto rendimento</b> (Camisa 2)</p> <p>- <b>Fiquei sabendo do clube por um vizinho meu,</b> ele que me levou lá na Fama (onde o Aliança treinava antes da parceria) e desde lá, eu estou até hoje aqui. <b>Tem 15 anos mais ou menos que eu estou no Aliança</b> (Camisa 3)</p> <p>- Pra Goiás, <b>eu fui através de um projeto e o dono do projeto,</b> o nosso treinador, ele tem amizade com o Luiz, gestor do Aliança. <b>Ele pediu algumas meninas e ele me indicou, eu e mais duas meninas. Nós fomos fazer uma avaliação, conseguimos passar e ingressamos no time. Já tinha a parceria com o Goiás</b> (Camisa 4)</p> <p>- <b>Mas aos 13 anos eu encontrei o Aliança. E aí realmente eu pratiquei o futebol só com mulheres e também iniciou ali minha trajetória como atleta. [...]</b>Depois eu me formei em educação física, em seguida em direito e <b>aí no decorrer desse processo eu resolvi aparecer no Aliança novamente, mas simplesmente só para jogar uma bola mesmo, nada visando como esporte competição de novo,</b> era mais um lazer mesmo. <b>Aí nesse vínculo aí que eu retornei, a hora que eu me vi eu estava novamente inserida nas competições</b> (Camisa 6)</p>

Fonte: Elaboração própria (2024)

**APÊNDICE C - Segunda Categoria de Análise: Dificuldades, Transformações e Preconceitos**

Subcategoria	Fala das Entrevistas
<p><b>Dificuldades para uma mulher ser atleta/parte da comissão técnica</b></p>	<p>- Dificuldade? <b>Hoje em dia eu não digo nem que seja o preconceito, mas sim a oportunidade.</b> Tem bastante, mas ainda falta (Camisa 1)</p> <p>- <b>Para mim é não ter uma academia, não tem incentivo às vezes até do clube mesmo.</b> Não tem, às vezes, aquele treino que deve ser tipo mais pegado, um treino mais valorizado, não aquele treino “Ah só vamos treinar com bola”, não. <b>Precisa muito do preparo físico para ter evolução, se não a gente não tem</b> (Camisa 2)</p> <p>- <b>A falta de vontade das pessoas em reconhecer o futebol feminino. Para mim é a única coisa que falta.</b> Igual eles que tem essa paixão pelo masculino, fazem tudo por eles, pagam um salário alto. <b>Às vezes a folha de salário nossa paga um jogador de um time só. Assim, mas é vontade mesmo das pessoas em querer ajudar o futebol feminino a crescer. Acho que dinheiro não falta</b> (Camisa 3)</p> <p>- <b>Os empecilhos são a falta de apoio, preconceito que ainda tem muito, falta de apoio, falta de investimento</b> para gente se tornar profissional (Camisa 4)</p> <p>- <b>Eu acho que a comissão técnica já está melhorando muito. Aqui tem muitas treinadoras. Falta um pouco de preparador de goleira, tem poucas mulheres, fisioterapeuta tem pouco. Mas estamos avançando, as mulheres já estão comandando mais.</b> Eu vejo que daqui algum tempo essas ex-atletas, essa turma que está chegando por agora... para você vê, igual a Pretinha, a Formiga, a Roseli Belo, essas meninas que eram pioneiras, que já estão assumindo algumas coisas. Eu penso que daqui para frente a tendência é só aumentar o número de mulheres na comissão técnica. <b>Gestão eu ainda vejo um pouco de preconceito, mas a gente tem muitas gestoras já...[...]</b> Das atletas mesmo, até ela se tornar profissional... primeiro, hoje em dia o maior problema de uma atleta é a base dela, o fundamento. A questão de que ela não teve a base que os homens têm, de jogar desde cedo e tudo. Outro fator primordial também é que a maioria das atletas, pelo menos aqui, que eu vejo no nosso estado, elas têm o poder aquisitivo baixo. Então muitas das atletas elas precisam optar em trabalhar ou jogar futebol, elas têm muito isso. <b>Chega um momento que elas precisam fazer essa opção. Ou tem que parar para poder estudar, fazer uma faculdade, ou então tem que parar para poder trabalhar e ajudar em casa. É primordial que elas tenham a remuneração delas para poder ou ajudar em casa ou para fazerem uma faculdade.</b> Muitos clubes aí eles têm a bolsa da faculdade que eles dão para faculdade e tudo, mas além da bolsa, elas precisam da remuneração também. <b>Então, falta muito isso e a maioria dos clubes não tem condição de pagar ou não pagam porque é pouco o investimento no futebol feminino, as pessoas não investem, só os grandes clubes aí que estão investindo. Os outros clubes não dão conta de investirem na remuneração para as meninas e elas precisam disso.</b> (Camisa 5)</p> <p>- [...] <b>Porque hoje em dia... hoje dia não, sempre foi assim, então as meninas tem muito mais dificuldade, porque o pai quando a criança nasce, homem já tem uma bola lá do lado, a menina não. Ela só vai externalizar sua vontade de jogar futebol quando ela tem 8, 9 anos quando ela está lá na escola e vendo seus coleguinhas jogar e ela quer jogar. Aí ela vai falar para o pai que ela quer jogar. Aí ele ainda vai rejeitando, vai tirando da cabeça dela “Isso não é coisa para mulher”. Quando ela atinge a adolescência, com 12, 13 anos, ela quer jogar e tem o dom de jogar que ela vai impor a vontade dela para os pais. E nesse momento que tem aquela defasagem de conteúdo, porque o futebol também tem defasagem de conteúdo. O menino chega com 4,5 anos e já está batendo na bola. A menina não. Ela só vai chegar lá com 10, 12 anos para chutar uma bola, fazer drible e tudo. Aí onde a gente peca nessa defasagem, porque até a menina evoluir, pegar técnica, pegar tudo, ela já está com 14, 15 anos. Demora</b> (Camisa 5)</p> <p>- Eu vou te falar, talvez...não sei se você já vai ter ouvido isso de alguém, essa resposta, <b>mas acho que a maior dificuldade tanto para atletas quanto para comissão técnica é em relação ao conhecimento.</b> O futebol feminino, como também no masculino, nesse aspecto acho que eles são muito parecidos em relação ao conhecimento. <b>Hoje em dia não é só você ser boa nas quatro linhas, ter talento, você tem que ter um conhecimento do que está sendo aplicado com você, com o seu time. Então, entende a parte um pouco teórica da modalidade. Entender o que</b></p>

	<p><b>significa um sistema tático, o que significa um modelo de jogo, o que é uma estratégia dentro de campo.</b> Hoje, o futebol está exigindo muito disso e para isso você tem que estudar, você tem que entender aquilo que você está praticando ou aquilo que você quer trabalhar, tirando pelo lado da comissão técnica. Então a preparação de conhecimento, eu acho que isso é o maior dificultador. Tem hora que chega atleta assim e você fala “essa menina é boa de bola, joga bem”, mas ela não entende nem da regra, ela não sabe o que significa um impedimento ou quando acontece. <b>Então essa falta de compreensão e de conhecimento é um grande dificultador e na maioria das vezes não cabe ao clube, como se diz, investir nessa parte. Isso é muito da pessoa. Quando elas entenderem isso, vai facilitar muito a evolução dentro da modalidade. Mas o conhecimento para mim é um grande dificultador. Lógico, tem n situações,</b> igual eu falei lá no início, hoje por exemplo, dentro do estado do Goiás, somente eu e a Patrícia, que é a gestora, nós temos a licença A da CBF. Então nós podemos comandar times profissionais no masculino, se tiver oportunidade, lógico que é utópico isso, mas estou dando o exemplo que nós somos as únicas mulheres no estado de Goiás capacitadas a fazer isso, a fazer esse trabalho. Ou seja, conhecimento. <b>Só que não é uma coisa barata. Uma licença aí dependendo do grau...a gente fez a C, a B e a A. A C a gente pagou cerca de 6 mil, a A 10 mil e pouco. Assim, um investimento até alto. Mas não precisa ser esse investimento, você pode fazer outro tipo de investimento e as atletas também têm que entender que elas têm que estudar o que elas estão se propondo fazer</b> (Camisa 6)</p>
<p><b>Alteração e manutenção de estigmas e estereótipos</b></p>	<p>- <b>Sim, ainda existem[estereótipos].</b> Direto vemos na televisão, passando. <b>Ainda existe muito caso de, principalmente homens, com preconceitos com as mulheres</b> (Camisa 1)</p> <p>- [...] os absurdos diariamente que a gente passa [estereótipos que ainda perduram na modalidade]. <b>De falar que você tem que ficar em casa, de você não poder jogar bola por ser coisa de menino. [Você acha que ainda tem uma sexualização no futebol feminino? ] Não, isso não... Hoje não.</b> (Camisa 2)</p> <p>- Eu nunca vi, para te falar a verdade, assim [sexualização das mulheres no futebol, contratação pela beleza, aparição em revistas]. <b>Estou por fora disso aí, mas eu acredito que pode acontecer sim, no mundo de hoje eu não duvido não</b> (Camisa 3)</p> <p>- Então não, isso aí não tem muito, essa questão de beleza, em questão de ter cabelo cortado ou não, da roupa que veste ou não, da sexualidade ou não. Isso aí já diminuiu bastante, não tem muito não. Tem uns preconceitos ainda, meio machista, mas esse aí da aparência, de beleza e essas coisas não tem muito não (Camisa 4)</p> <p>- [...] E na época era uma coisa, né? Tipo assim, era só bonito que podia? Só as bonitas? <b>Uma vez eles montaram um time de modelo e botava elas com aquelas roupinhas assim... eu falava “Gente, pelo amor de Deus, o que é aquilo?”. E as mulheres não sabiam nada, não sabia jogar. Foi feito isso demais. Tinha muita coisa. Mas aí o que prevaleceu? O futebol. Porque não é questão estética. Não é questão do belo e sim do futebol.</b> Então foi por água abaixo aquilo. Porque não deu certo. <b>Mas teve muito, aquelas mulheres todas bonitas, vestidas assim, pegava a bola e antigamente aquelas revistas tipo playboy e as mulheres posaram.</b> Aquela mulher do Ronaldo, a Milene. Ela era uma freestyle, ela fazia embaixadinha, mas para jogar ela não jogava nada. A gente levou um time para jogar contra lá e ela não jogava nada. O negócio dela era só embaixadinha. Até hoje ela vive daquilo. <b>Mas você acha que ela vive daquilo porque ela fazia bem as embaixadinhas? Não. Ela vive daquilo porque é uma menina bonita, loira, de olhos azuis ou verdes. Se fosse uma negra ela não estaria aí até hoje.</b> Porque nós tínhamos atletas daquela época, igual a Roseli, a Pretinha, que eram meninas excepcionais. Cadê, onde que elas estão? [...] <b>[Mas isso] Não entra mais no feminino e muitos lugares até condenáveis.</b> Quer dizer, tem alguns torneios que vem e fala e eleger a musa. <b>Hoje em dia caiu por terra. Sabe porquê? As meninas não se veem nesse negócio de musa. Elas não se veem assim. Elas querem estar lá, querem ser eleitas a craque, não querem ser eleitas a mais bonita.</b> Esses dias para trás, tem uma no Rio Verde e lá eles tinham mania de fazer uma chamada para o campeonato, em Instagram e Facebook e postava lá as meninas semi nuas para chamar a musa da equipe tal vai está aqui, venham tá faltando você. <b>Aquilo ali é condenável. Não tem que pegar e botar as meninas de biquini, pose sexuais para chamar atenção para o campeonato. Isso é ridículo. Mas assim, as meninas, as próprias atletas elas se sentem, graças a Deus, elas vão criando essa consciência de que ela quer ser eleita a craque, ela não quer ser a musa.</b> Eu quero ganhar o troféu de melhor, eu quero ser artilheira, quero ser a goleira, a que mais passou a bola, deu mais assistência. <b>Quero ser reconhecida por isso e não porque sou bonita</b> (Camisa 5)</p>

	<p>- [...] eu acho que persiste sim[estereótipos]. Acho que na verdade essa parte a gente não evoluiu. Hoje as pessoas, em grande parte, desse tipo de ataque, esse tipo de fala é para machucar, é de maldade mesmo. Por querer ver o outro, no caso a outra, sofrendo, se sentindo mal. Eu acho que nesse aspecto não mudou não, não evoluímos não. Pelo contrário, eu acho que as ferramentas digitais facilitaram ainda mais esse tipo de situação. [...] em relação ao estereótipo relacionado a beleza. Ainda existe, mas não ao ponto que era antigamente. Eu acho que nisso a gente evoluiu sim. Mas aquele atleta que é vaidosa, que tem o estereótipo da beleza mesmo, aquele padrão perante a sociedade, essa atleta é uma atleta que, ou não somente a atleta em si, pode ser aquela mulher que trabalha com o futebol feminino, é uma pessoa que provavelmente ela vai sofrer menos com algo de discriminação. Mas, por exemplo, e eu vou falar pela instituição que eu estou, não é algo que se põe na balança para contratar. Se a atleta é bonita, se ela é feia, se ela gosta de mulher, se ela tem opção sexual do mesmo sexo, o jeito que ela se veste... então isso não é algo definitivo por exemplo para uma contratação. E isso era coisa que se visava, eram requisitos antigamente. Quando você citou o caso da Placar, ela era via o futebol feminino como a visibilidade da sexualização da mulher. Era igual as montadoras. Hoje algumas ainda fazem esse tipo de imagem da mulher, da beleza da mulher para vender um produto. Sensualizando um produto ali que ela almeja ser vendida ou o serviço que ela presta, seja qual for o segmento. Mas eu acredito que nesse aspecto hoje o futebol feminino está bem mais avançado e eu acredito que só nesse sentido mesmo que eu te falei, que é no aspecto da diminuição perante essas mulheres que em sociedade são consideradas bonitas e por isso não sofrem tanto a ataques homofóbicos e discriminatórios em si (Camisa 6)</p>
<p><b>Preconceitos vividos e assistidos</b></p>	<p>- Não, no futebol não. Nunca sofri nenhum tipo de preconceito. [...] nenhum “Vai lavar a louça”, nada. (Camisa 5)</p> <p>- Sim [tinha dificuldade para ingressar nos clubes], até mesmo no Goiás. Quando ele começou a ter o futebol feminino, teve dificuldade por causa da minha idade. Falavam “a muito novinha, muito magrinha, não consegue” [...] Sim, sempre você escuta, né?[Falas preconceituosas] Vai la jogar e falam “isso é coisa de homem, não é coisa de mulher”, “Você tem que ficar em casa”, “Não dá conta de jogar”. [...]. Não, hoje em dia não [escuta nada sobre sua sexualidade] [...] [o que disse antes] escuto ainda atualmente de torcida, amigos (Camisa 2)</p> <p>- Antigamente sim [sofri preconceito], porque eu sempre joguei com homem. Hoje não. [...] Ah, não gostava de levar drible né. Hoje é normal. Hoje a gente joga normal [...]. o meu lado era mais assim de não gostar de levar o drible mesmo, já fechava a cara, já queria chegar mais junto [por ser mulher] [...] [nenhum xingamento sobre sua sexualidade?] Não, graças a Deus, para mim não (Camisa 3)</p> <p>- Já, já sofri, sofro até hoje [preconceito]. Muito insulto, [tipo] “Ah mas isso é futebol, é para homem” [...] Vem pessoas de fora [não de pessoas próxima], nos jogos. Às vezes, de torcida contra, por mais que sejam meninas, eu acho que elas esquecem, não sei. Ouço muito também quando eu vou assistir jogo feminino, os comentários, mas meus amigos não (Camisa 4)</p> <p>- [...] porque o futebol feminino é um esporte que ele ainda não tem rendimentos e muita gente por questão, como eu falo... de machismo? Não sei se é machismo, não. Não é machismo não. Eu penso assim que muitos não gostam da questão de que no futebol feminino tem muitas meninas que são lésbicas, que elas têm as preferências delas que, no meu ver, não tem nada a ver com o esporte. Elas têm as preferências delas como qualquer outra pessoa, como qualquer outra profissão, Só que ali elas têm mais e as pessoas ficam “Ai é bando de Sapatão”. Vou usar essa expressão que eu não gosto e que é forte. Eu só trabalho com mulheres agora, orientação dela é outro âmbito que eu não... isso não faz um objetivo, um empecilho para elas estarem aqui com a gente [...]. No futebol, eu já tive uma questão, tem pouco tempo, não tem muito tempo não. Mas na época, eu acho que me acostumei tanto quando era nova, que a gente nem...[pausa] Nós até certo dia ai, não vou citar nome, mas eu estava conversando lá com torcedor assim da outra equipe, eu não me lembro bem porque o trem foi assim... eu só sei que quando eu cheguei perto do alambrado para falar uma coisa, eu só cheguei perto, nem fui discutir nem nada com o torcedor, só cheguei e foi quando a pessoa falou assim “Nossa, escureceu tudo”. Então assim, isso doeu para mim. Mas isso aconteceu e eu nem me importei com isso mais não. Nessa época não estava assim, muito...porque assim, a gente está tanto acostumado com as coisas, mas hoje em dia se</p>

	<p><b>acontecer qualquer coisa dessa eu já sei como reagir. Porque eu fiquei sem reação na hora, sabe?</b> E outra coisa, hoje em dia está muito assim complicado, porque você precisa de uma testemunha. Às vezes as coisas não dão o resultado que a gente espera. Para você vê, esses dias uma atleta nossa sofreu uma injúria racial e nós fizemos questão de ir a fundo. <b>Mas assim, eu naquela época não tinha muita essa coisa na minha cabeça, mas acho que hoje em dia a gente tem que pegar e abrir a boca e falar mesmo.</b> E naquela hora foi tão rápido e como eu estava lá perto de muita gente assim e que claro, não iria testemunhar ao meu favor, eu deixei para trás. [...]. <b>Essa injúria que aconteceu com a nossa atleta a gente vai ver o que vai da. O cara vai ser julgado e tudo. Eu senti que pesou muito e eu me senti bem em fazer aquilo, porque fui eu corri lá, peguei e fui atrás de tudo. Porque até então o trem ia passar batido e eu não deixei passar. Eu me senti muito bem quando eu senti essa atitude de pegar e defender a atleta [...]. Esse tipo [de preconceito é comum] é assim... ele ainda é um pouco porque o povo fica a beira do campo e acha que eles podem falar o que eles quiserem. Antigamente tinha muito o “Vai lavar roupa”, “Vai pro fogão” e sempre passou batido pra gente e sempre vai passar. Se hoje alguém chegar lá hoje e falar isso vai passar batido do mesmo jeito. Mas a questão da injúria racial ela não pode passar batido, porque é uma coisa que não podemos deixar. Essa questão do preconceito de “Ah vai lavar...” é uma coisa assim e machismo e está ainda muito arraigado na nossa sociedade.</b> E até esses dias me perguntaram... não sei nem se está na sua pesquisa, mas falaram assim <b>“se a gente pudesse trazer a Copa do Mundo [Feminina] para cá?”.</b> Eu falei, gente, o Brasil não está preparado para isso porque quando você pega uma postagem que o Brasil jogou, a Seleção jogou, ganhando ou perdendo tem um monte de comentário falando mal do futebol feminino, ex: <b>“Ah esse futebol feminino é uma bosta”.</b> Eu acho que o brasileiro ainda não está preparado para receber uma Copa do Mundo aqui no Brasil não. Então, tem os dois pontos também, agora eu estou falando que toda a faca tem dois gumes. Tem o lado bom que vem para cá e às vezes o pessoal traz mais fomento para o futebol daqui. Esses dias me perguntaram e eu disse que se for daqui uns oito anos ainda dá... o Brasil pleitear para daqui oito anos e dentro desses oito anos ele trabalhar bem, eu acho que dá. <b>Mas se for menos que isso o Brasil não está preparado por conta desse tipo de preconceito que a gente sofre. Se a gente partir de lá de São Paulo não, lá já está bem mais visível. As meninas lá estavam fazendo um bom trabalho, as equipes lá, tanto o Corinthians, Santos, São Paulo, que são os times tops de São Paulo... eles estão em outro mundo, é um mundo fora do Brasil em termo do feminino. Eles já conseguem levar não sei quantas mil pessoas dentro de um estádio, eles [torcedores] vão lá para torcer para as meninas... Então aqueles lá ainda dão, mas se não gerar um ponto geral, você só ver uns três estados que tem o futebol feminino como um grande esporte, o resto ainda não, é um exceção (Camisa 5)</b></p> <p><b>- Bem, como atleta eu sofri. Será meio difícil você achar alguém que não sofreu em algum momento algum tipo de discriminação no futebol feminino. Uma mulher, no caso. E olha que a gente está dentro do futebol feminino e mesmo assim tem discriminação. Como atleta eu sofri sim, igual eu falei, o fato de não ser aceita jogando com os meninos, eu tinha que me impor jogando para eles verem que eu tinha condição de jogar, que eu sabia jogar pra eles me aceitarem, para ser aceita pelo grupo para que eu pudesse participar. Já fui xingada de macho-fêmea, que lugar de mulher é na cozinha, todas essas falas preconceituosas, eu já ouvi, já passei por isso. Durante jogos, durante partidas, competições, durante algum momento as pessoas sabiam que eu jogava futebol. Agora como parte da comissão técnica, eu vou ser bem honesta pra você, eu nunca passei nenhuma experiência de discriminação não. Até o momento, como parte da comissão técnica não. Eu não vivenciei esse lado como eu vivenciei como atleta (Camisa 6)</b></p>
--	---

Fonte: Elaboração própria (2024)

**APÊNDICE D - Terceira Categoria de Análise: Profissionalismo, Amadorismo e Trabalho**

Subcategoria	Fala das Entrevistas
<b>Ser Atleta Profissional</b>	<p>- <b>Sim, me sinto uma atleta profissional.</b> Até porque eles pagam, né? <b>Eu estou aqui trabalhando e eles pagam tudo certinho.</b> Então, é um trabalho. Todos os dias eu tenho que estar aqui treinando, tenho que estar aqui trabalhando. Eles me pagam e eu pago um serviço para eles (Camisa 1)</p> <p>- <b>Eu ainda não me considero por causa da desvalorização que eles ainda têm pela gente.</b> Apesar deles terem uma valorização aqui, eu ainda acho que precisaria mais para valorizar, não somente eu mas como várias outras atletas (Camisa 2)</p> <p>- <b>Sim, me considero uma atleta profissional. O que me faz ser uma jogadora profissional é Foco. Tem que ter alimentação, academia... essas coisas que a gente tem que manter para sempre estar em alto rendimento.</b> Porque estar sempre em alto rendimento é difícil. Então isso tudo conta né. <b>E graças a Deus nisso o restaurante [onde eu trabalho] me ajuda a alimentar certo.</b> Porque lá tem bastante verdura, carne, esses trens e eu uso bastante isso (Camisa 3)</p> <p>- <b>Sim, me considero sim uma jogadora profissional. Eu trabalho em cima disso, treino nas horas vagas e me considero sim</b> (Camisa 4)</p> <p>- [...] até no início da minha fala, nas perguntas que você fez, eu usei o termo profissional, mas o termo profissional por um lado até eu coloquei meio erroneamente. <b>Porque o termo profissional seria aquela pessoa que recebe financeiramente por algo que ela faz. Mas não era o meu caso. Então, quando você me faz a pergunta se eu me deslumbrava em algum momento de ser profissional de verdade, receber por aquilo, é não. Engraçado, né? Porque nunca me passou na cabeça, viver do futebol [...].</b> Então eu nunca tive esse sonho não. <b>Tanto é que nunca passou pela minha cabeça “ah, eu vou parar de estudar” ou “Não vou fazer faculdade agora para jogar bola”.</b> Entretanto, <b>eu tinha um comportamento de uma atleta profissional. Eu dormia cedo, eu não fariava. Se eu estava em período de competição, eu estava em período de competição, eu ia descansar.</b> Me privei muito de convivência familiar, de festa de família, comemorar aniversário, porque a maioria das vezes eu estava em período de competição. <b>Eu tinha uma postura que uma atleta profissional deveria ter, porém nunca vislumbrei isso. Então era mais um hobby, mas independente disso, eu sempre levei a sério e eu sempre cumpri da melhor forma possível o meu compromisso com o clube que eu estava</b> (Camisa 6)</p>
	<p>- <b>Hoje eu vivo somente do esporte aqui em Goiânia.</b> [...] quando eu iniciei, como eu te falei, tive a ajuda da minha família. Mas conseguia viver somente do esporte. (Camisa 1)</p> <p>- <b>Por enquanto eu só estudo, faço faculdade de educação física e trabalho pelo pela área da educação física, fazendo estágio remunerado.</b> (Camisa 2)</p> <p>- Eu não vivo apenas do esporte, <b>trabalho em um restaurante de manhã e de lá eu já venho para cá.</b> (Camisa 3)</p> <p>- [...] não dá para viver só de futebol, aqui [no Rio] eu trabalho, <b>nas férias eu não recebo</b></p>

<p><b>Viver Somente do Futebol</b></p>	<p><b>e aqui eu trabalho por conta própria vendendo umas coisas na rua e trabalhando de Uber.</b> Eu tenho que pagar meu carro, <b>então o salário do futebol é muito pouco mesmo.</b> <b>Quando eu fico aí eu não tenho muitos gastos,</b> porque eu não pago passagem, eu fico na casa [fornecida para as atletas de fora], tem comida. <b>Então eu não trabalho por fora não, mas o salário mesmo assim fica um pouco apertado. E é mais é aqui [no Rio] que eu preciso trabalhar.</b> (Camisa 4)</p> <p>- Como parte da comissão técnica, <b>infelizmente, o que eu recebo não dá para sobreviver.</b> <b>Eu tenho outro emprego [...]</b> Dia 3 de janeiro de 2024 faz 19 anos que eu estou na empresa. Sou coordenadora de esporte lá [...]. <b>Isso é o que me sustenta. O futebol não me sustenta.</b> No entanto, o que eu recebo pelo menos custeia o meu gasto, mas ele não me sustenta. <b>Então, por exemplo, se eu não tiver [esse trabalho], que é realmente o salário que me sustenta, ficar só com o que eu ganho no futebol, eu não conseguiria me sustentar.</b> Só que eu também não gasto para estar lá. Se equipara o meu gasto, com o que eu recebo, pelo menos. Eu considero como uma ajuda de custos, em relação a isso. Mas realmente, [...] não dá para me sustentar. <b>Isso, querendo ou não, me atrapalha um pouco em desenvolver um trabalho melhor ainda dentro do futebol feminino, porque o meu tempo não é exclusivo para o futebol feminino, por causa disso, porque não tem como eu viver somente do futebol feminino, vivenciar só o futebol feminino. Eu tenho um trabalho e eu tenho que saber conciliar isso</b> (Camisa 6)</p>
<p><b>Ser um Clube Profissional</b></p>	<p>- <b>Um clube para ser profissional precisa dar mais oportunidades para as meninas. Pagar mais as atletas, as da casa, dando mais valor as de casa.</b> Não chegar uma de fora e pagando mais assim. <b>Algo que acontece aqui no futebol goiano. Tem muitas atletas de fora que chegam e já recebem e as da casa não recebem.</b> Não é o nosso caso, do nosso clube. Mas de outros (Camisa 1)</p> <p>- <b>Primeiro o respeito, depois federar as atletas,</b> porque nem todas são federadas. <b>Fornecer alojamento</b> para as atletas que vem de fora, <b>transporte, alimentação e serem remuneradas. Além de valorizar o futebol</b> (Camisa 2)</p> <p>- [...] <b>é levar a sério igual leva o masculino. Ter fisioterapia, tudo... ter o local, igual os caras, tem onde dormir, recebe um salário bom, eles têm apoio de tudo.</b> Então, assim... contrato né. Se machucar você já trata logo e não se preocupa. <b>Só mordomia hoje o masculino. Feminino ainda está lutando para chegar a isso</b> (Camisa 3)</p> <p>- Acho que o <b>começo de tudo é valorização.</b> Tem que valorizar, <b>tem que ajudar no Marketing,</b> porque eles [os clubes] têm muito isso [e] <b>os patrocínios vão ajudar muito.</b> Não só financeiramente, mas visualmente, vai ter mais visibilidade. <b>E o conhecimento também é muito importante para o clube, para as meninas terem equipes sérias, adequadas para aquilo dali. [Ter] técnicos e equipes experientes igual rola no futebol masculino, isso já mudaria muita coisa. Com certeza, transformaria a vida do futebol feminino nos clubes</b> (Camisa 4)</p> <p>- <b>Primeiramente, assinar a carteira. É assinar a carteira e dar toda a estrutura que elas precisam.</b> Quando você pega uma assim que é de fora, porque hoje você não faz time só com as daqui de Goiás. Você quer fazer um time para disputar o campeonato aqui você pode fazer um time com as daqui que dá conta de ganhar. Mas se você quiser ganhar para disputar fora, você tem que trazer meninas mais fortes, mais experientes, que já estão acostumadas para poder disputar de igual para igual, senão você só vai disputar de igual para diferente [risos]. <b>E você precisa de fazer a remuneração, um salário digno que ela dá conta de sustentar, tem que dar moradia, um seguro de trabalho, médico, odontológico, tudo isso você tem que dar para elas.</b> Isso aí é a mesma coisa para os homens, da remuneração, moradinha. Do mesmo jeito que vem o menino de fora. Hoje em dia os times aqui de Goiás, os meninos com 14, 16 anos já está tudo nos times e ganhando. Estou vendo as transações dos times de [meninos de] 16 anos, Goiás trazendo menino do Flamengo para cá, o Vila trás o atleta não sei da onda, o Atlético traz de outro... <b>eles estão trazendo os meninos tudo novinho. Chega aqui, dá alimentação, hospedagem, remuneração, assistência.</b> Isso aí é o ideal para as meninas (Camisa 5)</p>

	<p>- <b>Primeira coisa é contratar as atletas. Contratar assinando carteira, pagando salários, de preferência tendo plano de saúde, seja plano odontológico. Então a primeira coisa a parte de ser profissional tem que ter salário, tem que ser registrado. As atletas, tanto as atletas quanto a comissão técnica, acho que esse é o primeiro passo.</b> Depois pensar na parte estrutural, ter um centro de treinamento, ter um campo específico ou mais de um, caso tenha categoria de base. Ou realmente em termos de produtividade para o futebol feminino, campos de treinamento específicos do futebol feminino. <b>Uma comissão multidisciplinar, não pensar só em treinadora, preparador físico e preparador de goleira, mas em uma equipe multidisciplinar mesmo, com analista, nutricionista, psicólogo.</b> Eu falo que hoje o futebol ele... eu acredito que um dos profissionais mais importante do futebol é o psicólogo. [...]. É tanta informação que chega com facilidade, é tanto ataque, são tantas situações. Então o psicólogo, realmente, faz uma parte gerencial, mental, muito importante. A estrutura física, ter um local realmente que seja do futebol feminino para treinamento. Não precisa ser exclusivo, mas que o futebol feminino tenha sua referência “ó o futebol feminino treina em tal local, esse campo é das meninas”. <b>Não só campo, ter acesso a academia, outros tipos de possibilidades de espaços também para desenvolver um bom trabalho.</b> Desenvolver um trabalho por completo. Hoje um time profissional não treina só em um período, é no mínimo duas vezes ao dia, praticamente 6 dias da semana. <b>Eu acho que isso é o mínimo que os times de futebol poderiam oferecer para assim o futebol feminino ser valorizado como um aspecto profissional</b> (Camisa 6)</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria (2024)

**APÊNDICE E - Quarta Categoria de Análise: Mudanças, Manutenções e  
Obrigatoriedade**

Subcategoria	Fala das Entrevistas
<p align="center"><b>Potencialidades da Obrigatoriedade</b></p>	<p>- Nossa, a <b>obrigatoriedade ajudou muito. O futebol feminino está cada dia mais crescendo. Agora, por exemplo, está tendo a primeira copinha feminina.</b> Porque antes só tinha a masculina. Então assim... <b>é bem interessante para o futebol feminino e para aquelas meninas que almejam crescer no futebol</b> (Camisa 1)</p> <p>- Acredito que a <b>obrigatoriedade tenha ajudado sim. Acho que ajudou bastante e vai ajudar durante o processo. Porque ainda tem né a discriminação que eles fazem, mas isso é com o tempo, não tem jeito.</b> Não adianta que hoje é tudo com o tempo (Camisa 2)</p> <p>- [...] <b>melhorou graças a essa obrigatoriedade aí.</b> Se não, meu filho... <b>Eu creio que deu um grande impulso. [...]melhorou porque hoje a gente recebe. Porque antes a gente jogava por amor mesmo</b> (Camisa 3)</p> <p>- <b>A parceria ajudou um pouco na visibilidade,</b> porque pelo menos aqui onde eu moro, em outro estado, o pessoal conhece muito o Goiás. Então quando fala eles já sabem quem é. <b>[Serviu] para dar mais visibilidade para o estado também, acho que levantou um pouco a visibilidade</b> (Camisa 4)</p> <p>- Mas eu vejo que a <b>obrigatoriedade acampada nos times é um ponto positivo também no sentido de que você tem um clube que já tem toda uma estrutura, já tem tudo ali então ele pode muito bem acampar o futebol feminino ali.</b> Mas dando todo o suporte, os mesmo que dá para suas equipes de base e para equipe masculina profissional. Ai seria um gasto a menos que uma equipe tem que fazer... <b>e outra coisa que eu acho muito importante também é a do torcedor. Você já chegar em um clube, que tem uma torcida enorme assim ao seu favor, isso é muito importante.</b> Então eu vejo que essa questão da obrigatoriedade nesse sentido ela é boa, <b>mas ela jamais pode esquecer daquelas equipes que a muito tempo trabalha, que não tem a camisa e que precisa de serem ajudadas</b> (Camisa 5)</p> <p>- Se você me fizesse essa pergunta a 5 anos atrás, eu ia dizer para você que eu era contra. Eu acho que tudo que é obrigado, não é bom. Mas hoje eu tenho uma visão diferente. <b>Eu sou a favor sim e acho que tem algumas situações, se não for obrigado, não começa. Então, por exemplo, talvez, se não fosse obrigasse os times da seria A, grande parte deles não teria o futebol feminino e alguns nessa obrigatoriedade... acredito que grande parte deles foram resistentes a isso, né? Mas alguns mesmo com essa resistência, tendo a obrigação de fazer e fizeram, alguns começaram a perceber que o futebol feminino pode ser um produto.</b> Pode ser não, o futebol feminino é um produto e cabe a cada clube saber trabalhar esse produto da melhor forma possível. <b>Os que enxergam isso, os que estão enxergando isso, vão ter retorno.</b> Lógico, que não é do dia para a noite, mas vão ter o retorno. Ai aqueles que ainda fazem só por fazer, aí realmente, esses são mais complicados. <b>Mas eu sou a favor sim e acredito que agora falta a CBF, depois dessa obrigatoriedade, realizar a fiscalização de como isso está acontecendo.</b> Acho que aí já é o outro degrau que a gente deveria estar vivendo (Camisa 6)</p>
	<p>- <b>Vejo sim [diferença], foi melhorando.</b> Isso foi uma coisa muito boa para a gente. <b>É um processo que se você vem olhando, desde que eu era mais novinha, vendo a copa do mundo, as olimpíadas. E até aqui em Goiânia mesmo. Você não via falar de futebol feminino aqui. Então vem crescendo aos poucos. E eu acho que é uma coisa que vai crescer</b> (Camisa 2)</p> <p>- <b>Ah, melhorou porque hoje a gente recebe.</b> Porque antes a gente jogava por amor</p>

<p><b>Diferenças Estruturais (Passado x Presente)</b></p>	<p>mesmo. [...] <b>Ah, hoje consigo ver oportunidade para as meninas jogarem sem ser somente com meninos sim. Hoje cresceu muito isso aí, espaço para as mulheres jogarem.</b> Igual a gente tem na base aqui, tem muitas meninhas novas. Falei até na hora que cheguei “Nossa, acho bonitinho demais menina novinha jogar”. <b>Porque antigamente quase não tinha isso daí, bom... eu não via. Então hoje o Aliança realmente dá essa oportunidade dessas meninas começarem bem novinha mesmo...</b> (Camisa 3)</p> <p>- <b>Oshi... demais [Diferença na estrutura de quando jogava para hoje]! Muito, muito, muito, muito... hoje em dia, comparado.</b> É porque assim, a gente que está aqui no estado de Goiás estamos longe do foco, do epicentro do futebol feminino que é São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais... <b>então nós estamos muito fora do centro do futebol feminino. E ainda sim, a gente já evoluiu muito. Da época que a gente jogava, a gente não tinha treinador, hoje em dia você tem treinador que é qualificado, preparador físico que é qualificado, treinador de goleiro que é qualificado, fisioterapeuta... tudo que você tem em uma equipe, você começa daí, do material humano que hoje está potencializando o futebol feminino.</b> Depois vem com o aprofundamento dessas pessoas, da qualificação deles, do passar os ensinamentos para as atletas. E aí as atletas também vão melhorando a técnica, vão aprimorando e vão querendo mais. Então cada vez mais é um degrau subindo, da ascensão mesmo. Começa desde essa questão do material humano até chegar na questão da estrutura física que hoje você tem. <b>Antigamente a gente treinava era em campo de terra, você corria era na rua, você tinha uma, duas bolas para treinar. Hoje você tem que ter várias bolas. Você não tinha todo esse equipamento que tem, de musculação, ergometria, fisioterapia, você não tinha nada disso, sabe? O que a gente tinha era muito pouco.</b> Então essa estrutura para cá melhorou demais e só tende a melhorar cada vez mais (Camisa 5)</p> <p>- <b>Eu analiso esse aspecto por dois lados. Eu analiso o primeiro lado pelo lado da atleta e o outro lado pelo lado da oportunidade do futebol especificamente, da ferramenta futebol. Então, da ferramenta futebol feminino, realmente a mudança é gigantesca. Que dia que a gente ia imaginar assistir um jogo de futebol feminino na maior rede de televisão aberta, em uma Globo. Vixi! Nunca passou isso pela nossa cabeça, nem nos melhores momentos. Onde a gente imaginou que vários times de futebol masculino, de camisa, times grandes iriam apoiar o futebol feminino.</b> Lógico tem uns que apoiam realmente de verdade, outros só faz de conta pela obrigação da CBF emite para eles. <b>Só que eu digo no sentido daqueles times que realmente estão apoiando e estão colocando seu time feminino em algum momento para jogar nos estádios do clube [...]. Agora como atleta, infelizmente, na minha concepção, eu acho que a gente não evoluiu ou até a gente regrediu. Por que? As atletas da minha geração ou até de gerações anterior a minha, gerações que tiveram que abrir muitos caminhos, lutar por muita coisa dentro do futebol feminino, abrir portas... Eu acho que nós damos mais valor no futebol feminino do que a atual geração. Isso, lógico, não são todas, mas para mim é a maioria.</b> Então, eu como parte da comissão técnica, vejo que tem muitas atletas que a gente convive, que a gente percebe que são pessoas que não dão valor às oportunidades que tem ou às oportunidades que possam surgir. <b>Hoje, por exemplo, todas as atletas praticamente ganham alguma coisa do futebol feminino. Pode até não ser o suficiente para sobreviver, para viver do futebol feminino, para sustentar a família... talvez não. Entretanto, na minha geração nem isso a gente tinha. Eu nunca ganhei R\$ 1,00 do futebol, pelo contrário, eu sempre paguei para jogar.</b> Olha que, por exemplo, o Aliança sempre foi um time que nunca cobrou mensalidade, não tinha isso, mas eu pagava o vale-transporte quando eu ia de ônibus, quando eu comecei a ter meu carro eu pagava um combustível para ir treinar, algumas vezes machucava eu tinha de comprar. <b>Hoje em dia, não. Isso eu estou falando dos times que participam de campeonatos oficiais [...]. Igual eu falei, não estou falando de valores, se é muito ou se é pouco, mas recebem para estar jogando [...]</b> Eu não falo só do estado de Goiás, aqui no estado de Goiás isso é mais evidente, mas em outros estados também, com colegas que eu converso e outras atletas que eu converso também. Isso não foge muito. Então, eu falo que o futebol evoluiu bastante,</p>
---	---

	<p>as oportunidades, mas as pessoas, infelizmente, as atletas não evoluíram como o futebol evoluiu. <b>Se tivesse com os atletas da minha geração, eu acho que evoluiria mais rápido ainda, mais coisas ainda. Apesar que tem muito ainda para melhorar</b> (Camisa 6)</p>
<p><b>Limites da Obrigatoriedade</b></p>	<p>- <b>Sim, tem falhas.</b> Eu vejo... não, eu vejo não. A gente tem trabalho, <b>mas é como se o masculino tivesse que erguer a gente.</b> Seria melhor se a gente tivesse uma saída melhor fora deles, algo mais independente. <b>Por exemplo, como o Goiás talvez desça para a série B fica bem perigoso a gente em questão de serviço, entende? A gente depende muito do masculino. Essa dependência machuca muito ainda</b> (Camisa 1)</p> <p>- <b>Acho que estar ligado no masculino têm influências e eu passei por isso quando eu estava jogando no Atlético Go.</b> Porque a gente estava jogando brasileiro e o Atlético caiu para série B. Com isso o time acabou e hoje não tem mais o time do Atlético Go. <b>Isso acaba prejudicando vários atletas que têm um sonho e um objetivo na sua carreira</b> (Camisa 2)</p> <p>- <b>É chato, né? Podia ser natural. É chato a gente ter que ser obrigado a fazer uma coisa,</b> sendo que o masculino já é natural. [...] esse aí também é o que deveria melhorar [acabar com o time feminino quando cai para serie b]. Igual... <b>o Goiás já vem uns anos dando uma força muito grande para a gente. Mesmo ele estando na A ou na B. Então eu espero que essa parceria continue</b> (Camisa 3)</p> <p>- [...] os problemas é que eles não dão muito apoio, né? <b>O apoio deles é um pouco mais financeiro, não tenho marketing, não tem um acompanhamento da gente.</b> Não tem uma gravação dos jogos, não tem um uniforme adequado, um campo de treinamento, então esses são os problemas [...]. É limitador... <b>eles só colocam um time por causa de obrigatoriedade, por isso que tem a parceria porque senão acho que eles não colocariam.</b> Isso é, infelizmente, na maioria do Brasil. <b>Tem alguns [clubes] que já gostam e fazem porque tem mesmo o feminino, mas não é o caso do Goiás. Se o masculino cair, com certeza, vai refletir em nós que não temos culpa e não é o certo... não seria o certo e pode até sair a parceria. Eles fazem por obrigação mesmo e isso é muito ruim para gente porque fica dependendo do masculino e isso não é certo</b> (Camisa 4)</p> <p>- <b>Não é obrigar as pessoas a fazerem, eu acho que elas tinham que fazer porque os clubes acham que é necessário, que as meninas também precisam ter os mesmos direitos, as mesmas coisas que os homens têm.</b> Então essa questão da obrigatoriedade eu discordo nesse sentido. [...] <b>o que ocorre hoje é que a maioria das meninas que vem desses clubes [ditos menores] vai para os clubes grandes... todo aquele trabalho que a equipe [inicial] fez, com aquela atrela ao longo dos anos é tudo por água abaixo, porque não tem aquela questão do clube formador, não tem direito do passe da atleta. Eu acho que a CBF tinha que pensar na possibilidade de poder ajudar esses clubes que formam as meninas.</b> Nessa Copa do Mundo {2023} agora a gente teve uma menina que foi, a Nicole. Ela foi convocada para a seleção e ela só não participou porque dois, três dias antes ela machucou. E a Nicole foi uma menina que fez parte aqui da nossa equipe, ela disputou um campeonato goiano, ela disputou um campeonato brasileiro para a gente aqui. Aí a FIFA mandou uma verdinha aí pra gente, sabe? Mas muito irrisório, até hoje a gente não recebe porque é muita burocracia e até hoje a gente nem sabe como é. Então a gente perde muito nesse sentido. [...] Eu penso que eles acham que já é o suficiente e não é. <b>Eu acho que eles deveriam sim, não fazer vista grossa e fazer com que as outras equipes elas tenham esse dever de fomentar o futebol feminino. Eu falo não é obrigatoriedade, é o dever.</b> Assim como eles tem a base do masculino, que eles têm que ter, é o dever que eles têm que fazer, eu acho que eles também tinham que ter o dever de ter o feminino. Porque todas as equipes têm que ter a base, eles são obrigados, eles têm o dever de ter a base deles, então ali junto com a base deles eles terem o feminino, não custa nada. <b>É a mesma estrutura, a mesma coisa, então não custa nada isso. É um gasto a mais, mas não é... todo o gasto com o</b></p>

	<p><b>esporte, ele não é gasto, ele é investimento (Camisa 5)</b></p> <p>- [...] Porque foi através dessa obrigatoriedade, que muitas outras coisas que estão acontecendo, vieram. <b>Mas eu acho que agora a CBF tem que começar a colocar as regras dentro disso e depois fiscalizar se estão sendo cumpridas. Porque não adianta só por a camisa de um time e jogar as meninas em campo e dizer “pronto, está resolvido”.</b> [...] Mas é isso, eu sou a favor e tem que ser obrigatório mesmo, porque se não for obrigatório não acontece. [...] Eu acho que a obrigatoriedade é um caminho, um passo, como você acabou de descrever. Só que ele não pode ser para sempre. Mesmo porque essa obrigatoriedade não veio diretamente da CBF. As confederações, elas recebem um dinheiro da FIFA e tem alguns valores que são passados destinados ao futebol feminino. <b>Mas uma hora isso vai ter que parar. Não tem que ser mais obrigatório. Apesar que eu vou ser bem honesta com você, eu ainda acho que está muito cedo para essa obrigatoriedade sair de cena, mas ela não vai ser eterna. Mesmo porque, se ela for eterna, a gente não vai desenvolver o futebol feminino. A gente desenvolver um pouco, na verdade, a gente já deu vários passos para o desenvolvimento do futebol feminino, mas se realmente os clubes, as federações, não enxergarem o futebol feminino como produto, como uma coisa séria, que dá para ganhar dinheiro, que tem condições de ter retorno... se não abraçar a causa, vai chegar um ponto que também vai estagnar. Vai parar mesmo sendo obrigatório, vai continuar fazendo mais do mesmo. Mas eu não sou a favor de ficar para o resto da vida, mesmo porque também não tem jeito de ficar.</b> É igual eu te falei, acho que mais uns 5 anos, talvez não chegue nem a isso, essa obrigatoriedade caia. <b>Igual eu comentei também, se não colocar as regras claras e fiscalizar as regras acaba que na hora que tirar a obrigatoriedade o futebol feminino volte, e aí eu falo, ele vai ter um retrocesso. O futebol feminino volta para o que ele estava antes, praticamente inexistente (Camisa 6)</b></p>
--	--

Fonte: Elaboração própria (2024)

**APÊNDICE F - Quinta Categoria de Análise: Instituições, Deveres e Melhorias**

Subcategoria	Fala das Entrevistas
<p align="center"><b>Problemáticas e aperfeiçoamentos no futebol feminino regional</b></p>	<p><b>Sim [precisa melhorar]. Regional do nosso estado, você fala? Sim porque, vou dar o exemplo agora do goiano. Olha, a gente recebeu a premiação aqui sem nada, atrasada. Se eles tivessem trago os troféus e as medalhas no último jogo da tabela, que foi o nosso contra o Vila seria uma coisa mais bonita. Teria troféu. Não é questão de estar desmerecendo o outro time. Era mérito nosso. A gente foi para aquele jogo com o status de final, como se já fosse a final. A gente ganhou, foi campeão sem troféu nenhum. Fomos receber outro dia, a emoção já tinha caído muito (Camisa 1)</b></p> <p><b>Acho que a valorização da federação goiana. Das atletas também, em si.</b> Porque às vezes as pessoas querem ajudar, mas as atletas não querem ser ajudadas. Não faz por onde também. Faz descaso nas competições, fala mal (Camisa 2)</p> <p><b>Mais apoio. Até dos clubes. Tanto Atlético, Vila ... Goiás já está apoiando muito, mas precisa melhorar também. E mais apoio da Federação também [...]. Igual, o Goiás uma vez assinou nossa carteira profissional. Isso aí para mim... vou gravar para sempre. E espero acontecer de novo. [...] [Hoje] você vai fazendo [o contrato]. Depende da atleta (Camisa 3)</b></p> <p><b>Acho sim. Poderia ter mais visibilidade, colocar os jogos em campos mais profissionais, tratar o Campeonato Estadual daí como profissional, porque ainda é muito amador, sabe? Muito amador, não tem transmissão, não tem um campo bom, não tem investimento no time para poder participar, é muito inferior em relação a outro estado. [...] Acho que campanha de marketing seria uma boa, comerciais, aparecer mais na TV do próprio Estado, divulgações em escolas... até para incentivar mais as novas gerações (Camisa 4)</b></p> <p><b>Trabalho com a base. É igual eu falei para você, é fazer uma liga, um comitê.</b> A gente precisa de um espaço, uma coisa nossa. Nossa que eu falo para o futebol feminino. <b>Outra coisa assim, igual tem na lei, que exige a educação física tenha o futebol feminino.</b> Essa coisa é de praxe, pelo menos eu como professora de Educação Física, eu sempre fiz com meus alunos. <b>Então parece que algumas escolas têm que adotar algumas coisas em termos do futebol feminino que eles colocaram, que eu acho interessante [...]</b> (Camisa 5)</p> <p><b>Então... no nosso estado a primeira coisa é a Federação abraçar o futebol feminino. Na minha opinião, a Federação deixa muito a desejar. Eu acho que a Federação poderia ter uma diretoria específica para o futebol feminino, para desenvolver o futebol feminino e eu digo não só na categoria adulta não. Porque hoje a Federação realiza o campeonato goiano, mas é uma competição no ano inteiro. Como é que você ajuda uma modalidade sendo que você mesmo não desenvolve algo que é para fomentar isso? Não tem uma competição de categoria de base, não tem um incentivo. Só faz o campeonato goiano adulto por obrigação, porque é o mínimo que tem que fazer. Então vamos fazer o mínimo, para não dizer que não fizemos nada. Acho que a federação tem que rever seus conceitos em relação ao futebol feminino e tem sim que abraçar a causa mais fortemente. Eu fico vendo aí uma taça das favelas acontecendo com 8, 10, 12 times e porque a Federação goiana não consegue realizar um campeonato com esse tanto de time? Porque a federação goiana não consegue realizar um campeonato de base? Sabe? Então é difícil desenvolver um futebol feminino dentro do estado. Aí você vê meninas de 12, 13 anos com grande potencial e elas não ficam aqui. Se elas quiserem jogar futebol feminino, elas precisam ir para fora, ir para São Paulo, ir para Minas, ir para o Sul, pro Rio de Janeiro. <b>Elas não ficam aqui no estado porque você vai treinar o ano inteiro para não ter nenhuma competição oficial ou quando tem é uma competição só?</b> Então a Federação, realmente, nesse quesito tem que ajudar mais. <b>E depois né, abaixo da Federação os times. Os times que eu falo, aqueles que realmente participam do campeonato, que são filiados na Federação e que participam da divisão de acesso e da divisão principal do campeonato goiano. No entanto, eles têm que ter uma ajuda também da Federação.</b> A gente sabe que tem muito time do interior que no masculino mesmo ele só monta o time mesmo para o campeonato goiano e ver o que vai dar, não tem condições de manter um feminino e um masculino. <b>Então cabe, e eu volto lá na Federação, para ela criar estratégias para isso. Mas eu acho que enquanto não tiver essas duas instituições juntas, Federação e clubes, vai ficar um pouco mais difícil (Camisa 6)</b></b></p>

<p><b>Atuação do poder público e autoridades do futebol</b></p>	<p>[...] Agora, a gente precisa de mais políticas públicas, a gente precisa que os bairros... Você já reparou? Não sei se agora está dando uma mudada, as secretarias de esporte, secretaria de esporte do estado, fazer projetos nos bairros, onde que poderia estar fomentando o futebol feminino. Na minha época eu tinha isso, eu fui professora de um projeto chamado De Aulas Vaz, a gente pegava e ia para os campos da periferia, dos bairros mais afastados, os professores iam lá, davam o futebol, os meninos iam lá no contraturno da escola, não existiam escolas integrais naquela época ... aí os meninos iam para a escola de manhã e de tarde iam para o nosso projeto. E vice-versa. No contraturno dos estudos. Eles aprendiam a jogar futebol, vôlei, basquete e handebol. <b>Hoje você vê isso? Você num vê mais esses tipos de trabalho. Você vê, assim, escolinha cobrando aluno. Agora para você, um menino que vai para escola pra comer, ele vai ter dinheiro para pagar uma escolinha de futebol? Ele não vai ter. Então ele precisa disso. Precisa que esses ginásios que a gente tem, que está tudo fechado, essas praças públicas, que não sei o que acontece que estão acabando com os campos de futebol.</b> Esses locais assim são os locais que onde que a gente tem que pegar e fazer essa prática. Não tem. Acabou. Você não vê mais os projetos que a gente tinha.[...]. <b>Você tem que pagar. Tem alguns projetos da periferia aí que eu acho interessante citar, como a Taça das Favelas que a gente está disputando.</b> Que a gente olha e vê onde que estão os projetos, o tanto de time que tem. <b>E são projetos independentes do poder público. Eu conheço gente que leva os meninos, não tem um que é órgão público, tudo é o pessoal lá da comunidade que junta os meninos, professor dá aula lá com uma bola, os meninos descalços, não tem rede no campo, não tem nada.</b> E eles estão lá lutando pelos meninos. Porque o pessoal não faz uma ajuda? Porque não vai lá e remunera aquele professor? Por que não dá bola para os meninos jogarem? Não da chuteira? Porque não fazem isso? <b>Então... realmente aqui em Goiás em termos de esporte é muito aquém.</b> (Camisa 5)</p> <p>[...] <b>Eu acho que falta vir lá de cima, da FIFA, da Conmebol, e ver que os times que participaram do Campeonato Goiano Masculino, do mesmo jeito que eles têm que ter a base dos meninos, sub17, sub20, porque eles têm que ter. Como é que eles vão fomentar o masculino adulto se você não tem uma base? Então tinha que ter o feminino [...].</b> Então esse clubes aí que tem, como o Atlético, o Aparecidense, o Anápolis, Anapolina, Grêmio Anápolis...então esses times que participam do Campeonato Goiano eles tinha que ter um time feminino também para poder disputar. Isso tinha que vir através desse dever, dessa obrigatoriedade, que eu não gosto, mas é pegar e fazer com que eles do mesmo jeito que eles têm que ter a base do masculino, tenha o feminino. Que aí tinha um campeonato. (Camisa 5)</p> <p>[...] <b>Eu falo isso, porque aqui em Goiás eu luto pelo futebol feminino já tem quanto tempo e a gente não consegue as coisas para o feminino aqui. Eu acho que as políticas públicas dos nossos governantes daqui de Goiás não tem olhos para o futebol feminino.</b> Eu já lido aqui a muito tempo com o futebol feminino e eu não sei o que é que entrava a gente desenvolver mais aqui, pois tinha tudo para desenvolver. <b>Aqui é o centro do país, então a gente recebe muitas meninas dos estados de cima, como Tocantins, Maranhão, Pará. A gente tem muitas atletas que vêm para cá para poder jogar. Então a gente, por estar no centro do país, poderíamos desenvolver o futebol feminino melhor, do que a gente desenvolve aqui. Eu penso que é muita falta dessas políticas públicas e eu penso que é muito em questão desse preconceito que existe ainda dentro do futebol de não poder deslanchar por conta dessa venda dos olhos das pessoas que estão aí no governo.</b> Você não vê em nenhum momento, a não ser em questão das organizações, como a Federação, que já faz o que é da obrigação dela que é organizar os campeonatos. <b>Você não vê os outros órgãos públicos desenvolvendo alguma coisa em cima do futebol feminino. Você não vê, por exemplo, a prefeitura ou o próprio governo montando um torneio, fomentando as escolas, fomentando os bairros, com a prática do futebol feminino. E tem uma lei, que já está ainda mais de ano, que uma deputada já fez, não vou falar o nome para não constranger, mas já tem a lei aí que a deputada pegou e falou para fomentar o futebol feminino e tal. Mas o que que tem feito? Fala para mim alguém ou algum órgão que já fez alguma coisa? A gente não vê, você não vê...</b> pegando e fomentando, dando estrutura, “Oh vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”, você não vê. Não dá, não tem [...]. Porque eu não me envolvo com política, <b>mas eu preciso das políticas públicas para poder desenvolver o futebol feminino.</b> Se alguém chegasse e falasse “Vamos encabeçar o negócio!” Eu era a primeira a pegar, ajudar e fazer. Mas você não vê uma pessoa fazer isso. (Camisa 5)</p> <p>[...] <b>Então minha vontade era essa, a gente ter local centralizado, a gente ter um espaço, para onde as meninas pudessem estar lá, em uma escolinha só para mulheres, elas jogando, proporcional torneio, de acordo com as categorias, e isso de graça. Sem custos. Por isso que a gente precisa de políticas públicas para isso.</b> Porque para pagar, elas pagam. Igual muitos torneios que tem aí que eu sou contra. <b>Porque tem muita gente que explora o futebol feminino.</b></p>
---	---

	<p>Ele pega as meninas, monta seleções, faz os times, com premiação em dinheiro. Mas essa premiação eles já tiram da inscrição da atleta. <b>Eles dizem “Vamos fazer um torneio, vai ganhar tantos mil” aí pegam e cobram, inscrição de atleta, inscrição do clube e na hora de pagar a arbitragem eles cobram de você e na hora de pagar a arbitragem eles pagam 50% [do valor que você deu] e os outros 50% ficam para ele. Aí dizem que estão ajudando o futebol feminino. Isso não é ajuda, não [...] O que a gente precisa é que elas joguem de graça, não precisam pagar. Então por isso que os órgãos públicos têm que se envolver porque tem verba para isso, a gente monta equipe de arbitragem, sendo esses árbitros as próprias atletas, sabe?</b> As próprias treinadoras, preparadoras físicas, as pessoas que já aposentaram do futebol feminino, as pessoas que foram pioneiras, uma que machucou e não tem jeito de jogar mais, então já tá lá ajudando. <b>Eu tenho várias amigas minhas que hoje elas saíram do cenário do futebol feminino porque não tem espaço para elas, o que elas vão fazer? Então nesse espaço dessa liga, desse comitê, a gente poderia aproveitar muito dessas atletas que estão aí paradas e que gostariam de seguir e poderiam estar lá fazendo parte e ajudando...</b> (Camisa 5)</p> <p>[...] eu colocaria os empresários e eu generalizado junto o poder público, tanto estadual quanto municipal. <b>Dar incentivo às empresas que incentivarem o futebol feminino ou que ao patrocinarem o futebol feminino terão alguma vantagem que seja, como fiscal, no caso “ò se você tiver incentivando futebol feminino, o futebol feminino, você vai ter desconto no imposto X ou vai ter isenção em tal taxa”. Então, eu acho que falta interesse das pessoas que realmente tem o poder.</b> A gente tem muitas pessoas, muitas atletas aí... <b>A gente tem uma gama imensa de talentos? Tem. Mas elas têm que ser desenvolvidas. Se não tiver incentivo fica difícil. Então colocaria Federação, Clubes de futebol, empresário elencado com o poder público, tanto do estado quanto do município</b> (Camisa 6)</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria (2024)